

**ELIS DE ALMEIDA CARDOSO
BEATRIZ DARUJ GIL
MARIÂNGELA DE ARAÚJO
(ORGANIZADORAS)**

**OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS
VOLUME VIII**



HOMENAGEM A IEDA MARIA ALVES

**FFLCH
USP**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida

Vice-Chefe: Profa. Dra. Adma Fadul Muhana

COMISSÃO ORGANIZADORA

Elis de Almeida Cardoso

Beatriz Daruj Gil

Mariângela de Araújo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aderlande Pereira Ferraz

Beatriz Daruj Gil

Bruno Oliveira Maroneze

Claudio Cesar Henriques

Elis de Almeida Cardoso

Mariângela de Araújo

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elis de Almeida Cardoso

REVISÃO

Beatriz Daruj Gil

Elis de Almeida Cardoso

DOI: 10.11606/9786587621173

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

HOMENAGEM A IEDA MARIA ALVES

VOLUME VIII



Organizadoras:

Elis de Almeida Cardoso

Beatriz Daruj Gil

Mariângela de Araújo



São Paulo, 2020

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

E82 Os estudos lexicais em diferentes perspectivas [recurso eletrônico] : volume VIII /
Organizadoras: Elis de Almeida Cardoso, Beatriz Daruj Gil, Mariângela de
Araújo. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020.
7.702 Kb ; PDF. (Os estudos lexicais em diferentes perspectivas ; v. VIII)

Volume em homenagem a Ieda Maria Alves.
ISBN 978-65-87621-17-3
DOI 10.11606/9786587621173

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. 3. Neologismos lexicais. I. Cardoso, Elis de
Almeida. I. Gil, Beatriz Daruj. III. Araújo, Mariângela de. IV. Alves, Ieda Maria.

CDD 410

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a
autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Ficha técnica
Revisão
Beatriz Daruj Gil
Elis de Almeida Cardoso

Projeto Gráfico de Capa
Elis de Almeida Cardoso

Projeto Gráfico de Diagramação
Elis de Almeida Cardoso

SUMÁRIO

Os estudos lexicais em diferentes perspectivas: uma apresentação Beatriz Daruj Gil, Elis de Almeida Cardoso, Mariângela de Araújo	7
Estudos neológicos no Brasil: um percurso consolidado Maria da Graça Krieger	11
Como estudar neologia: algumas contribuições de Ieda Maria Alves Bruno Maroneze	16
Formação do léxico do português: vale a pena ler de novo Cláudio Cezar Henriques	22
As vogais átonas no <i>Dictionarium</i> de Jerônimo Cardoso: para a reconstrução do sistema fonológico do português europeu da segunda metade do século XVI Mário Eduardo Viaro	39
Formas correlatas entre línguas de matriz galego-portuguesa a partir de <i>corpus</i> literário brasileiro Valéria Gil Condé	57
“Matar” e “morrer” em textos latinos e portugueses Renata Cazarini de Freitas	64
A prefixação no português brasileiro e os critérios de prefixidade: uma análise de unidades lexicais neológicas derivadas com o prefixo <i>ex-</i> João Henrique Lara Ganança	79
Recursos lexicais e efeitos de sentido Norma Seltzer Goldstein	88
Do prosaico ao poético: os neologismos na canção popular brasileira Álvaro Antônio Caretta	95
A neologia semântica e os diferentes significados da metáfora <i>rosa</i> Elis de Almeida Cardoso	105
Criações estilísticas de corpo e espaço: leituras neobarrocas de <i>Et eu tu</i>, de Arnaldo Antunes Sandra Mina Takakura	122
Neologismo e estilo poético em um poema de Max Martins Wenceslau Otero Alonso Júnior	138
A linguagem lúdica da trova humorística Pedro Melo	148
Do observatório de neologia para a sala de aula: contribuição para o ensino	163

do léxico

Aderlande Pereira Ferraz

Práticas de letramento acadêmico e a exploração do léxico

Beatriz Daruj Gil

178

Análise da lexicalização e da delimitação de sintagmas na terminologia do Currículo escolar em educação profissional técnica de nível médio organizado por competências

Fernanda Mello Demai

192

A neologia das unidades fraseoterminalógicas na área das energias renováveis

Manoel Messias Alves da Silva, Cristina Aparecida Camargo

204

Terminologias técnico-científicas comuns: por um diálogo eficiente entre os países que têm o português como língua oficial

Mariângela de Araújo

219

Terminologia e metáfora nos *corpora* especializados

Elenice Alves da Costa

229

O espaço de constituição do léxico especializado: a organização dos domínios Engenharia Biomédica e Engenharia Clínica no Brasil

Márcia de Souza Luz-Freitas

237

OS ESTUDOS LEXICAIS EM DIFERENTES PERSPECTIVAS: UMA APRESENTAÇÃO

Beatriz Daruj GIL
Universidade de São Paulo (USP)
biagil@usp.br
Elis de Almeida CARDOSO
Universidade de São Paulo (USP)
elisdacar@usp.br
Mariângela de ARAÚJO
Universidade de São Paulo (USP)
armariangela@yahoo.com.br

A obra que aqui se apresenta é uma homenagem à professora doutora Ieda Maria Alves, reconhecida pesquisadora da área da Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, docente titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Ieda Maria Alves realizou seus estudos de pós-graduação na França. Obteve o mestrado em Lettres Modernes pela Académie de Lettres de Besançon e o doutorado em Linguistique pela Université Paris 3 - Sorbonne-Nouvelle. Desenvolveu seus projetos internacionais junto a expoentes dos estudos do léxico tais como Maria Teresa Cabré e Maria Teresa Lino e continua participando ativamente de redes internacionais de pesquisa, como a Realiter (Rede Panlatina de Terminologia), Ríterm (Rede Ibero-americana de Terminologia) e AILP (Associação Internacional de Linguística do Português).

Como parte de suas atividades docentes, além de ministrar aulas nos cursos de graduação e de pós-graduação, Ieda Maria Alves tem orientado inúmeros projetos de investigação científica: são mais de 130 trabalhos de Iniciação Científica, mais de 40 pesquisas de pós-graduação, entre mestrados e doutorados, e mais de 10 projetos de pós-doutorado.

Essa respeitável trajetória justifica a homenagem que a ela prestamos nesta obra: uma coletânea composta por vinte capítulos dedicados à análise e compreensão das múltiplas dimensões do léxico. Parte dos autores é formada por ex-alunos de Ieda Alves que, impulsionados por ela, tornaram-se estudiosos dessa área do conhecimento. Os temas explorados envolvem as relações estabelecidas pela Lexicologia com outros domínios da língua, com ênfase na História da Língua, Morfologia, Lexicografia, Terminologia, Estilística, além de estudos aplicados, como o ensino do léxico.

Os dois capítulos iniciais centram-se na contribuição de Ieda Maria Alves aos estudos neológicos. Maria da Graça Krieger menciona a parceria e os projetos conjuntos, dando destaque ao percurso acadêmico da homenageada e seu histórico profissional. Relembra o início de sua trajetória, como aluna de mestrado e doutorado do professor francês Quemada, com quem iniciou seus estudos na Lexicografia e na Neologia. Bruno Maroneze conta o que aprendeu com a professora Ieda, traçando, em seu trabalho, um caminho para se estudar neologia, com destaque à metodologia e à teoria para a descrição de neologismos.

Do ponto de vista histórico, Cláudio Cezar Henriques apresenta empréstimos linguísticos e criações neológicas que atuam na formação do léxico do português. O

autor se refere ao acervo de palavras que passaram pelos processos históricos de mudança linguística – as chamadas palavras hereditárias.

Mário Eduardo Viaro, analisando a primeira edição do *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (publicada em Lisboa, entre 1562-1563), de Jerônimo Cardoso (1508-1569), traz informações preciosas para os estudos etimológicos, dentre as quais as variantes gráficas, que apontam também para uma variação lexical de palavras muitas vezes consideradas como o primeiro testemunho na língua portuguesa. Suas considerações são importantes não só para a Lexicologia, mas também para a Lexicografia.

Valéria Gil Condé apresenta, por meio de exemplos coletados na obra *Sagarana*, de Guimarães Rosa, uma visão comparativa entre o galego-português e o português brasileiro. Analisa o uso de alguns itens lexicais, tendo por base conceitos filológicos da história interna e externa dessas línguas, e leva em conta os fatores históricos-sociais que corroboram para a manutenção ou desaparecimento de uma palavra ou para a sua transplantação em outros sistemas linguísticos e em diferentes espaços.

Renata Cazarini de Freitas faz um levantamento dos verbos latinos referentes ao campo semântico de *matar* e *morrer*, muito frequentes nos 1.061 versos do poema dramático *Édipo*, escrito por Sêneca, no século I d.C. Adotando o conceito de sincronias pretéritas, a autora busca uma documentação representativa de diferentes estágios do processo de transmissão, estabelecendo correlações pertinentes e progressivas desde o texto senequiano até a sincronia atual.

João Henrique Lara Ganança traz à tona uma discussão sobre os critérios de prefixidade. Reavivando a antiga polêmica sobre o status da prefixação - se processo composicional ou derivacional – o capítulo tem por objetivo apresentar a construção de um protótipo prefixal, comparando unidades lexicais neológicas formadas com o prefixo *ex-*, a fim de verificar em que medida esse formante prefixal se afasta ou se aproxima do protótipo, sendo, portanto, mais ou menos derivacional.

“Recursos lexicais e efeitos de sentido” é o capítulo em que Norma Seltzer Goldstein defende a análise do aspecto lexical para a interpretação de textos. Mostra também que a contribuição do léxico para a criação de efeitos de sentido nos textos deve sempre ser levada em conta, de modo associado à situação de comunicação.

A canção popular brasileira é alvo do estudo de Álvaro Antônio Caretta. Em seu capítulo, o autor apresenta os processos dialógico-discursivos de construção de canções em que os neologismos são elementos significativos na produção discursiva. A observação de casos de ocorrência de neologismos orienta-se pelo estudo dialógico do gênero canção popular, proposta a partir do conceito bakhtiniano de dialogismo.

A neologia literária e os efeitos expressivos de sentido são explorados em alguns dos capítulos deste livro.

Em seu capítulo, trabalhando com a metáfora literária e a criação do neologismo semântico, Elis de Almeida Cardoso analisa quais os vários significados que a palavra *rosa* assume em diferentes textos poéticos. A metáfora é largamente utilizada em textos literários, na atribuição de juízos de valor, desempenhando papel fundamental na expressão dos sentimentos e, por isso, pode ser facilmente encontrada na poesia, uma vez que tem o poder de apresentar ideias de forma concreta e sintética.

Sandra Mina Takakura estuda *Et Eu Tu* (2003), de autoria de Arnaldo Antunes, obra em que o poeta se vale de sua criatividade metafórica, assim como de recursos formais de criação de palavras com sentidos renovados. O capítulo apresenta os resultados de um estudo do estilo neobarroquista do poeta em que sobressaem os excessos linguísticos e o erotismo explícito.

Uma análise dos prefixos componentes das unidades *inter-dito*, *ex-garça* e *ex-paço*, presentes no poema “A asa e a serpente”, de Max Martins, é o objeto do capítulo de Wenceslau Otero Alonso Júnior, que procura explicar as interações dos neologismos com a temática dos versos na produção da unidade estética da obra.

Em “A linguagem lúdica da trova humorística”, Pedro Melo tem por objetivo examinar de que modo recursos estilísticos são mobilizados em textos poéticos de humor para produzir efeitos de sentido, utilizando como *corpus* um conjunto de trovas humorísticas. Os poetas apresentados pelo autor não apenas exploram temas considerados cômicos ou risíveis, como também utilizam a linguagem de forma lúdica para alcançar seus objetivos, seja por meio de escolhas lexicais expressivas, seja pela criação neológica.

Em estudos sobre a relação entre léxico e ensino, mais frequentes nas últimas décadas, considera-se a importância das variadas dimensões lexicais para a constituição do sentido linguístico-discursivo, tanto em práticas de leitura como de escrita, em todos os níveis da escolaridade: da educação básica à superior.

As contribuições para o ensino do léxico são observadas no texto de Aderlande Pereira Ferraz. O autor parte do observatório de neologia para chegar à sala de aula. No capítulo, analisa a neologia lexical no gênero publicitário, apresentando alguns contributos para o desenvolvimento da competência lexical. O trabalho tem como objetivo principal discutir aspectos relacionados à metodologia de ensino de léxico a partir do estudo da neologia em língua portuguesa, já que o desenvolvimento da competência lexical é condição fundamental para desenvolver no aluno habilidades de compreensão e produção textual.

Depois de traçar um panorama sobre os estudos do letramento e sobre disciplinas que tratam do tema e são oferecidas na Universidade de São Paulo, Beatriz Daruj Gil discorre sobre a importância do ensino do léxico em práticas de letramento acadêmico, dando ênfase à dimensão semântica e sintática das escolhas lexicais em textos de estudantes universitários.

A Terminologia, uma das Ciências do Léxico com a qual a professora Ieda Maria Alves sempre trabalhou, participando do nascimento e do incremento de seus estudos no Brasil, também está presente nesta publicação.

Fernanda Mello Demai trabalha com a área-tema do currículo escolar em educação profissional técnica de nível médio, discutindo, em uma abordagem terminológica com ênfase nos princípios das Teorias Sociocognitiva e Comunicativa da Terminologia, aspectos da configuração de termos, a partir da análise de textos legais e/ou institucionais, dos níveis federal e estadual.

Manoel Messias Alves da Silva e Cristina Aparecida Camargo apresentam uma análise das unidades fraseotermológicas neológicas coletadas em um *corpus* constituído por mais de trinta milhões de palavras-ocorrências no projeto de pesquisa *Dicionário terminológico das energias renováveis (DITER)*. Trata-se de um trabalho de fraseotradutologia, de fundamental importância para consultantes e tradutores. Os estudos da Fraseologia associados à Terminologia buscam contribuir com uma proposta que pode distinguir tanto as unidades que apresentam um elevado grau de fixação como as unidades terminológicas que apresentam estruturas variáveis.

Mariângela de Araújo aborda projetos terminológicos internacionais que buscam descrever a variação terminológica existente entre os diversos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O trabalho, em que se exemplifica a variação com dados das terminologias do Petróleo, da Informática e dos Produtos Médicos, tem como objetivo chamar a atenção para a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, tanto para o estabelecimento de uma política linguística para a CPLP, quanto para uma

participação mais efetiva dos países-membros nos fóruns de discussões terminológicas nas diversas áreas de especialidade.

Elenice Alves da Costa discute alguns aspectos da terminologia e da metáfora conceptual nos *corpora* especializados da Economia. Sua investigação mostra que a linguagem científica da área econômica é um recurso profícuo nas conceptualizações e denominações dessa área, atendendo aos fatores de precisão e de rigor designativo exigidos pelas linguagens de especialidade, uma vez que as metáforas da Economia possibilitam a apreensão de um conhecimento complexo da área.

A Engenharia Biomédica e a Engenharia Clínica são os domínios estudados por Márcia de Souza Luz-Freitas. A partir de textos descritivos dessas áreas, a autora utiliza como recurso tecnológico um software de processamento textual para a geração de listas de possíveis unidades lexicais especializadas. Sua análise é fundamentada em princípios terminológicos e em estudos sobre neologia.

Esta publicação buscou contemplar os diferentes temas de estudo abordados pela professora Ieda Maria Alves em sua trajetória científica e acadêmica. Espera-se que essa homenagem traga uma contribuição relevante aos pesquisadores e aos interessados nos estudos lexicais. Assim, desejamos aos leitores e leitoras que possam aproveitar desse saber lexical aqui compartilhado.

ESTUDOS NEOLÓGICOS NO BRASIL: UM PERCURSO CONSOLIDADO

Maria da Graça KRIEGER
Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)
kriegermg@gmail.com

No momento em que tem início este já tradicional Colóquio – Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas – quero manifestar minha honra e sobretudo minha alegria de estar nesta mesa com os ilustres colegas que me acompanham. É uma oportunidade única participar desta bela homenagem a Ieda Maria Alves, já que este Colóquio se realiza em sua homenagem. Ieda é a mentora, a idealizadora e a gestora deste evento de grande repercussão não só no Brasil, como no exterior como atesta a presença da nossa querida colega, vinda de Portugal, Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino. Agradeço, portanto, a lembrança de meu nome pelos organizadores, pelo convite de integrar a mesa de abertura deste evento e assim poder dizer algumas palavras neste momento especial.

Nada é mais gratificante e revelador da positiva atuação de um professor, quando a homenagem parte de seus alunos. Este é o caso deste 12º Colóquio, dedicado a minha colega e querida amiga Ieda Maria Alves pela passagem de seu aniversário que soma 7 décadas de vida.

Quando se avança na idade, o aniversário representa uma passagem de tempo que não pode deixar de ser comemorada. Não se trata apenas de mais um ano vivido, e, certamente, não é só por isso, que o Colóquio deste ano é dedicado a Ieda. Mais que isso, trata-se de um momento que, sob o pretexto de uma etapa marcante de sua vida, permite relembrar sua diferenciada trajetória, marcada por inúmeras realizações positivas e que justificam a homenagem que agora lhe é prestada.

Antes de dizer mais algumas palavras, quero cumprimentar a Ieda a quem conheço de longa data. Mais concretamente, desde 1986, o que perfaz 31 anos de convivência. Era eu doutoranda do PPG de Linguística e Semiótica desta Universidade de São Paulo (USP), embora voltada a questões de texto, sempre fui apaixonada por questões de léxico. Na realidade, a relação léxico e texto é essencial para a compreensão de muitos fenômenos da linguagem em uso. Assim, fui assistir aos trabalhos do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL que acontecia na PUC de São Paulo. Desde então, passei a integrar o GT, o primeiro berço de muitas produtivas e afetivas relações “lexicais”.

Não poderia deixar de fazer esta breve retomada, de referir, mesmo brevemente, o histórico do início de nossa convivência que se aprofundou, alicerçada em trocas de conhecimentos e parceria de projetos. Essas trocas nos permitiram criar, ao longo desses anos, uma verdadeira amizade. A vida universitária, quando vivida intensamente, não se restringe ao trabalho, ela nos oferece a possibilidade de desbravar novos caminhos de conhecimentos, mas também nos traz a oportunidade de ampliar nossas relações e afetos.

Na realidade, a vida na universidade congrega e agrega em muitas perspectivas, abrindo um horizonte de possibilidades. Isso marca a caminhada dos mestres que se recusam a estagnar; ao contrário, avançam por caminhos novos, muitas vezes, ainda não trilhados. Ao olhar para o trabalho e as inúmeras atividades de Ieda, vejo que nunca

parou. Por tudo isso, falar aqui nesta homenagem que agora lhe é prestada, pode parecer fácil, mas não é. É difícil, não só pelo afeto, pela amizade, pelo companheirismo, mas pela necessidade de, neste curto espaço de tempo, selecionar apenas alguns itens a ressaltar em sua trajetória diferenciada.

Acredito que não é engano, tampouco bajulação dizer que Ieda Maria Alves é responsável pela criação e desenvolvimento da área dos neologismos em nosso meio. Nasce daí a razão e a compreensão de que os estudos de neologismos no Brasil constituem um percurso consolidado em várias direções. Não é só um percurso pessoal, mas um conjunto de ações que respondem pela construção de uma área que frutificou no país. A área de neologismos é de fato resultante de um trabalho intenso e diversificado de nossa homenageada em que se incluem: a produção científica, a constituição do Observatório de Neologismos, a formação de tantos alunos não só na graduação, na iniciação científica, mas sobretudo em nível de pós-graduação. Muitos deles fizeram suas dissertações e teses no campo dos neologismos, ampliando o horizonte dos estudos lexicais.

Decorrem daí resultados concretos, vinculados à trajetória profissional de Ieda Alves, na qual todas as etapas de uma efetiva carreira universitária foram enfrentadas com sucesso. Comprovam esse enfrentamento a realização do concurso de Livre-Docência em 2000 com a defesa da tese - *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo* -. Já em 2006, chegou ao posto de professora titular, o maior degrau da carreira universitária.

Nesta mesma Universidade de São Paulo, instituição a que tem dedicado muitos anos de sua vida, Ieda assumiu vários postos de chefia como a coordenação do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Igualmente, fora dos muros da Universidade, Ieda assumiu vários encargos como o de coordenadora do nosso GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, bem como no GEL e tantas outras funções que marcam seu currículo. Nele, estão também registrados a atuação de Ieda em órgãos internacionais de destaque como a RITERM e a REALITER. Ao mesmo tempo, sob sua coordenação, concretizaram-se vários convênios internacionais importantes como o estabelecido entre a USP e a Université Jean-Monnet de Saint-Etienne, da França.

Sua representação internacional está fortemente vinculada às suas atividades de pesquisadora que a situam na categoria 1 A no quadro dos bolsistas de produtividade do CNPq. Certamente contribuem para isso o Projeto, intitulado como Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo, mais conhecido como TERMNEO, fundado em 1988. Os maiores objetivos estão na identificação tanto da neologia geral, extraída de corpora compostos por textos de veículos de comunicação de massa, quanto na descrição da neologia de áreas de especialidade e técnica do português contemporâneo do Brasil. Os resultados do TERMNEO estão concretizados em várias publicações como o Glossário de Termos Neológicos da Economia, publicado em 1998.

Os projetos desenvolvidos representam a alma viva do pioneirismo e da manutenção dos estudos neológicos no Brasil. Haveria muito mais a dizer, mas os exemplos citados são suficientes para mostrar que Ieda Alves sempre manteve um equilíbrio entre a docência, a pesquisa e a administração.

O conjunto de atividades de nossa homenageada desenharam o perfil de sua diferenciada trajetória profissional. Tanto assim é que não posso deixar de falar de algo muito particular de sua vida acadêmica. Nela, chama atenção sua formação pós-graduada. Os passos iniciais de Ieda mostram que ela não deixou por menos. Foi ao exterior, à França e tornou-se aluna de Bernard Quemada, com quem fez Mestrado e

Doutorado. Quemada foi e permanece um nome ímpar de repercussão internacional pela excelência de suas atividades no campo da lexicografia. Sua carreira foi diferenciada não só como lexicógrafo, mas como professor e como cientista da linguagem. Acima de tudo, esse mestre foi pioneiro em práticas e teorias relacionados à lexicografia. Entre tantos destaques, Quemada foi diretor do *Trésor de la Langue Française*, o dicionário de 16 volumes que registra o francês dos séculos XIX e XX, além de ter sido fundador da prestigiada revista *Cahiers de Lexicologie*. Isso apenas para destacar algumas de suas funções de repercussão internacional e que comprovam sua total dedicação aos estudos lexicais e práticas lexicográficas.

Orientada por esse grande mestre, Ieda Maria Alves realizou seu Mestrado em Lettres Modernes na Academie de Lettres de Besançon, grande centro de estudos linguísticos. Seu trabalho, concluído em 1972, intitulou-se “Les Anglicismes dans le Langage de la Radio et de la Presse Françaises. Etude Comparative”. Ao identificar anglicismos na linguagem do rádio e da imprensa francesas, Ieda já aprofundava o olhar e o conhecimento para a problemática dos neologismos. Ouso dizer que seu trabalho de Mestrado consiste no embrião da forte pesquisa neológica que desenvolve até hoje, marcando sua identidade de pesquisadora.

Acredito que não tenha sido uma tarefa tão fácil a realização desse Mestrado, considerando que os recursos tecnológicos não eram disponíveis como agora e a presença formal de anglicismos devia ser bastante “acobertada” nas práticas comunicacionais da França. Como sabemos, trata-se de um país que reconhece sua língua como importante fator de identidade nacional. Mais ainda, a França desenvolve políticas públicas de valorização de sua língua materna. Nessa linha, o país fez grandes esforços para minimizar a disseminação internacional do inglês. Em tal contexto, desenvolver estudos sobre anglicismos na linguagem francesa cotidiana, certamente, indica o olhar para um tema inovador e corajoso.

Sempre caminhando junto a Bernard Quemada, nossa homenageada fez seu Doutorado em Linguística, concluído em 1975, na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Desta feita, seu trabalho intitulou-se *Recherches sur l'Evolution du Vocabulaire de la Linguistique de 1853 a 1911*. É interessante registrar que a realização do Doutorado de Ieda representa também um fator de pioneirismo não apenas pela temática desenvolvida. Na década de 70 do século XX, eram ainda muito poucos os professores doutores neste país. O pequeno quadro de pós-graduados nas universidades não era específico das áreas humanas; ao contrário, atingia todos os campos do saber.

No entanto, mais importante é observar que em sua tese doutoral reside um embrião do interesse pela terminologia, elemento do léxico que, inegavelmente, caracteriza-se pela presença de neologismos. Isso porque toda ciência evolui e os novos termos que surgem nos diferentes campos de saber especializado comprovam a evolução das ciências, das técnicas e das tecnologias. Consequentemente, a relação terminologia/neologia, perseguida ainda hoje por Ieda Maria Alves sobretudo em seus trabalhos sobre termos da economia, evidencia a pertinência de sua investigação nesse campo. Como ela mesma escreveu:

Consideramos assim que a unidade lexical neológica , que representa as necessidades cotidianas de nomeação, em muitos casos retrata um fato histórico, político, social, , um desenvolvimento científico e tecnológico. A maior parte dos empréstimos e dos termos das ciências e das técnicas reflete essa face do neologismo (ALVES, 2004, p. 80).

Além disso, é possível também depreender que seu doutorado abriu o horizonte para o estudo de formação de palavras. Com essa perspectiva morfológica, Ieda

fundamentou inúmeros trabalhos que ajudaram a mostrar que novas palavras numa língua não se constroem de modo anárquico, mas obedecem a regras, o que possibilita sua compreensão. Logo, há uma lógica na língua que os falantes dominam. Tais princípios amparam as descrições sobre os neologismos brasileiros que Ieda Maria Alves realizou. Tratou, assim, de identificar as estruturas recorrentes, usadas em nossa língua, para construir neologismos. Mais ainda, identificou os mecanismos de construção neológica, sistematizados em perspectiva morfossintática ou semântica.

Bem entendido, estou agora me referindo a seu pequeno grande livro intitulado *Neologismo, criação lexical*, da Série Princípios da Editora Ática (2007). Nele, encontram-se importantes lições da linguística, envolvendo o léxico e que, ao que conheço, ainda não haviam sido tão sistematicamente apresentadas. Com uma simplicidade aparente, este pequeno livro didático, presente nas boas listagens bibliográficas das disciplinas de morfologia, auxiliou muitos estudantes de Letras a compreenderem como se estabelece o léxico de uma língua, ou seja, é um processo criativo, mas que se dá ao abrigo dos padrões morfológicos dos sistemas linguísticos. Por tudo isso, esse pequeno/grande livro traz uma lição de capital importância para os estudos lexicais, a criação dos neologismos como um processo positivo, e que está sintetizado no pensamento a seguir: “Ao processo de criação lexical dá-se o nome de *neologia*. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado *neologismo*” (ALVES, 2007, p. 5).

Para não mais me alongar, nossa homenageada preencheu todos os espaços, subiu todos os degraus de uma carreira de professora e pesquisadora. Mais ainda, de uma carreira que levou à formação de muitos estudantes em nível de pós-graduação que seguiram seus passos e se tornaram professores universitários. Esses jovens, aqui presentes são também responsáveis pelas reedições deste Colóquio e por esta homenagem.

Concluo minha participação nesta abertura, procurando sintetizar as duas faces da maior importância de uma carreira acadêmica que, sem dúvida, foi e é completa como a de Ieda Maria Alves. Trata-se de uma dupla lição que se depreende de sua trajetória. A primeira é de natureza epistemológica. Situa-se na reversão do equivocando entendimento de que o léxico, um objeto relegado por ser considerado irregular e idiossincrático, não permite o desenvolvimento de estudos científicos. Ieda contribuiu fortemente para resgatar o estatuto de cientificidade dos estudos lexicais, ao descrever as regularidades e os padrões morfológicos na formação dos neologismos do português do Brasil. Mais ainda, mostrou a importância e a legitimidade do processo de criação lexical. Isso decorre do privilégio atribuído à face múltipla, criativa e necessária dos neologismos criados pelas comunidades linguísticas. Por esse caminho, fica comprovado que o léxico é o pulmão das línguas. É pelo léxico que uma língua respira e se renova. Só não se renova o que deixou de existir, o que perdeu a vida. Logo, o componente lexical é vital, é condição primeira da existência e da vida de um sistema linguístico.

A segunda lição a que me referi, é de outra natureza, diz respeito à pessoa, à amiga, ao ser humano Ieda Maria Alves. É uma amiga leal, parceira de projetos, apaixonada pelo mundo das palavras. Por isso, seu nome próprio e seu endereço eletrônico se confundem com a essência criativa e real da neologia. Digo isso, porque me pareceu possível considerar *iemalves*, sua identificação eletrônica, como um neologismo. Seria um neologismo formal ou seria semântico? Não importa e sim que essa composição verbal faz sentido. De modo simples, ela estabelece uma referência maior. Denomina o que pode ser definido como:

Pessoa humana que atua como um sistema científico, consistente, amigável, de pesquisa e educação, de formação de recursos humanos que identifica palavras novas do português geral do Brasil e de algumas áreas de conhecimento especializado.

Em síntese, o percurso consolidado de Ieda Maria Alves é humano, consistente e amigável. O sistema/pessoa foi construído de forma generosa e doce. Não por acaso, ela se chama Ieda, nome que significa: “favo de mel”, “mulher doce”, “mulher com grande doçura”, segundo estudos antroponímicos.

A condução do percurso neológico foi e continua guiada pela doçura e o trabalho sempre desenvolvido com persistência e muita dedicação. Este XII Colóquio – Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas –, dedicado a Ieda Maria Alves é uma homenagem mais que merecida e uma prova viva de tudo que disse. Minha colega e amiga: parabéns. Muito obrigada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. *Glossário de Termos Neológicos da Economia*, Cadernos de Terminologia, 3. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALVES, I. M. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, v. II, 2004. p. 77-88.
- ALVES, I. M. *Neologismo, Criação lexical*. São Paulo: Ática, 2007.

**COMO ESTUDAR NEOLOGIA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE IEDA
MARIA ALVES
(OU: O QUE APRENDI COM A PROFESSORA IEDA)**

Bruno MARONEZE
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
maronezebruno@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é, como uma singela homenagem à Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Alves (a quem sempre me referi por Professora Ieda¹), apresentar uma parte de sua obra que julgo representativa da sua longa e intensa carreira como pesquisadora do tema da neologia em língua portuguesa. Julgo importante destacar que a carreira da Professora Ieda não se restringe ao tema da neologia, mas se estende também pela Morfologia, Terminologia, Lexicografia e Lexicologia em geral, sem mencionar a sua contribuição na docência, na gestão acadêmica e a outras áreas correlatas. Restrinjo-me aqui aos estudos da neologia porque é por este tema que a Professora Ieda conquistou renome nacional e internacional e por ter sido este o assunto dos trabalhos que desenvolvi sob sua orientação, desde a Iniciação Científica, em 1999, até a conclusão do Doutorado, em 2011, sem mencionar as parcerias subsequentes, que continuam até os dias de hoje.

Para fins desta exposição, divido a contribuição da Professora Ieda em dois grandes temas: as contribuições metodológicas e as teóricas. Na primeira parte deste artigo, pretendo mostrar que a Professora Ieda lançou as bases metodológicas para se pesquisar o fenômeno da neologia em língua portuguesa. O seu trabalho que mostra a consolidação dessa metodologia é “Uma metodologia para a descrição de neologismos” (ALVES, 2012), que representa a acumulação de muitas reflexões de trabalhos anteriores. Na segunda parte deste artigo, apresento algumas contribuições que a Professora Ieda trouxe para a descrição e análise dos neologismos. Por fim, nas considerações finais, retomo o que acredito ser as principais contribuições de sua obra para a Linguística brasileira.

UM MÉTODO PARA ESTUDAR A NEOLOGIA

Em “Uma metodologia para a descrição de neologismos” (ALVES, 2012), encontramos a sistematização da metodologia empregada na maior parte dos trabalhos realizados ou orientados pela Professora Ieda. Trata-se, como a própria autora afirma (p. 183), de uma adaptação da metodologia seguida pelo *Observatoire du Français Contemporain*, criado pelo prof. Bernard Quemada na Universidade de Besançon na década de 1960:

A metodologia inicialmente seguida [...] baseou-se na leitura dos textos e no registro de cada unidade lexical neológica em uma ficha que apresentava, pelo menos, os seguintes campos: unidade lexical;

¹ Peço uma pequena licença para fugir das formalidades habituais da linguagem acadêmica e referir-me à autora, neste texto, como Professora Ieda, como uma forma de homenageá-la com um tom um pouco mais intimista e menos formal.

referências gramaticais (classe de palavra e gênero, no caso dos nomes); contexto; referências do contexto (ALVES, 2012, p. 183).

Como principal critério para a determinação do caráter neológico de uma unidade lexical, adota-se o critério do filtro lexicográfico, também conhecido como “*corpus* de exclusão”. Inicialmente constituído por um conjunto de dicionários de língua geral, atualmente pode ser também constituído por repositórios textuais, devido aos avanços da Linguística de *Corpus*. Nos estudos de neologia nas linguagens de especialidade, o *corpus* de exclusão também pode ser constituído por dicionários especializados.

A disponibilização de grandes quantidades de textos na Internet tem possibilitado a substituição dos textos em papel pelos textos *online*. Assim, a tarefa de leitura e identificação das unidades lexicais neológicas fica facilitada. Além disso, também a própria extração dos neologismos pode ser parcialmente automatizada por recursos computacionais, conforme mostra a autora ao relatar a criação de um “extrator de neologismos”, em parceria com pesquisadores do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC) da USP-São Carlos (ALVES, 2012, pp. 187-188).

Com a extração de candidatos a neologismos e a determinação do caráter neológico com base no *corpus* de exclusão, os neologismos são registrados numa base de dados informatizada, para que sejam elaboradas análises quantitativas e qualitativas. Com os dados classificados em processos de formação de palavras, é possível fazer diversas estatísticas, como quais são os processos de formação de palavras mais frequentes; quais são os prefixos e sufixos mais frequentes; quais são as classes gramaticais com maior número de neologismos; quais são as línguas de origem mais comuns para os estrangeirismos etc.

Dessa forma, pode-se resumir a metodologia de coleta e classificação dos dados neológicos em cinco etapas:

1. Coleta de candidatos a neologismos em textos jornalísticos;
2. Identificação do caráter neológico a partir do *corpus* de exclusão;
3. Registro do neologismo numa base de dados;
4. Classificação do neologismo quanto à classe gramatical, processo de formação, prefixo ou sufixo empregado etc.;
5. Realização de análises quantitativas sobre os processos mais frequentes, os elementos morfológicos mais empregados, as línguas de origem mais comuns etc.

Em sua tese de livre-docência, intitulada “Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo”, de 2000, a autora põe em prática esse método (ainda sem a coleta semiautomatizada com recursos computacionais): coleta neologismos formados por prefixação em revistas semanais de informação e emprego, como *corpus* de exclusão, um conjunto de dicionários publicados no Brasil até 1986. Além disso, há dois outros elementos importantes que a autora propõe para análise: a verificação da introdução do neologismo no léxico da língua, ou seja, se o neologismo passa a integrar o acervo léxico e ser registrado nos dicionários; e a identificação de eventuais áreas de especialidade às quais os neologismos pertencem.

A tese de livre-docência segue uma metodologia de análise que, embora não explicitada, é muito relevante para trabalhos sobre neologia que se propõem a analisar fenômenos morfológicos. Essa metodologia pode ser esquematizada da seguinte forma:

1. Apresentação do fenômeno analisado (no caso da tese, a prefixação) com base em estudos anteriores: tradição gramatical, estudos linguísticos, obras lexicográficas;
2. Identificação da produtividade do fenômeno em outros períodos, tanto da língua portuguesa quanto do latim;
3. Descrição da morfossintaxe do fenômeno analisado: classes gramaticais envolvidas, co-ocorrência entre formantes;
4. Descrição da semântica do fenômeno analisado: traços semânticos envolvidos nos processos e nas bases;
5. Descrição da pragmática do fenômeno analisado: contextos de uso dos neologismos, gêneros textuais-discursivos em que aparecem, áreas de especialidade em que são empregados;
6. Comparação entre diferentes processos de formação neológica e análise da concorrência entre processos.

No caso específico da tese de livre-docência da autora, a apresentação do fenômeno analisado é encontrada no capítulo I.2; já as etapas de 2 a 6 são apresentadas separadamente para cada prefixo analisado, nos capítulos II.2, II.3, II.4 e II.5.

Assim, explicitamos a metodologia de coleta e de análise dos dados que subjaz a muitos trabalhos sobre neologia de autoria da Professora Ieda e seus orientandos. Cabe ainda apresentar outras características gerais dessa metodologia, que também subjazem a diversos trabalhos e que também foram e têm sido objeto de conversas e discussões pessoais entre mim, a Professora Ieda e outros estudantes. Inicialmente, é importante ressaltar que o estudo da neologia deve ter um foco primordialmente empírico e indutivo, ou seja, deve sempre partir dos dados; esses dados, por sua vez, devem ser coletados da forma mais sistemática possível, evitando lacunas no *corpus*. Por fim, outra característica comumente presente nos estudos de neologia é a comparação dos neologismos analisados com as descrições já estabelecidas nas gramáticas e obras anteriores, para que se possam identificar novas tendências de emprego de neologismos.

Para finalizar essa reflexão sobre o método desenvolvido pela Professora Ieda para o estudo dos neologismos, trago aqui alguns exemplos de trabalhos desenvolvidos sob sua orientação que empregam, em maior ou menor grau, os mesmos princípios metodológicos, correndo o risco de deixar de mencionar alguns.

Sobre a neologia da língua geral (ou seja, a neologia não relacionada a linguagens de especialidade), menciono inicialmente meus próprios trabalhos (MARONEZE, 2005, 2011), em que analiso neologismos formados por sufixação procurando entender os fatores que levam à escolha de um ou outro sufixo. O trabalho de Rosa (2009) se propõe a analisar os neologismos semânticos, um assunto ainda pouco explorado nos estudos de neologia. Já o trabalho de Ganança (2017) analisa a derivação prefixal, com dados extraídos de *blogs* da Internet.

Em relação à neologia nas linguagens de especialidade, cabe mencionar os trabalhos de Torrano (2010) (neologia na área da Informática), Ribeiro de Jesus (2011) (área da Astronomia), Carvalho (2014) (área da cultura da soja), Demai (2014) (área da Educação do Campo) e Siqueira (2015) (área da Ciência da Informação), todos sob a orientação da Professora Ieda e seguindo a rigorosa metodologia já apresentada.

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-DESCRIPTIVAS E ANALÍTICAS

Não menos importantes do que a valiosa contribuição metodológica são as contribuições teórico-descriptivas e analíticas que os trabalhos da Professora Ieda trazem ao tema da neologia. Destacarei aqui quatro dentre muitas que julgo importantes: a

migração de elementos das linguagens de especialidade para a língua geral; a função recategorizadora dos formantes prefixais; o surgimento de novos processos de formação de palavras; e a gramaticalização de elementos de composição.

Migração de elementos das linguagens de especialidade

Em diversos trabalhos, mas sobretudo Alves (2000) e Alves (2006), a autora chama a atenção para um fenômeno relativamente recente na língua portuguesa: a ampliação do repertório de prefixos, com elementos que não são classificados tradicionalmente dessa forma:

Classificamos, dentre os prefixos, alguns formantes que são diferentemente analisados nas gramáticas do português (elementos de composição, compostos ou radicais gregos e latinos, pseudoprefixos, prefixoides) e que em geral se referem a uma língua de especialidade. Assim, formantes latinos ou gregos que ultrapassaram os limites de uma língua de especialidade, em geral científica, e são contemporaneamente empregados sem referência a uma especialidade, são por nós classificados como prefixais (ALVES, 2006, p. 133).

Elementos como *hiper-*, *macro-*, *mega-*, *micro-*, *nano-*, que tradicionalmente formam termos técnicos ou científicos, recentemente têm se difundido fora do âmbito das ciências, formando substantivos e adjetivos da linguagem geral, como *mega-artista*, *megainvestimento* e diversos outros. Assim, é preferível considerar tais elementos como prefixos, em vez de radicais ou elementos de composição, como encontramos comumente nas gramáticas tradicionais.

Função recategorizadora dos formantes prefixais

Já desde a clássica obra *Neologismo* (aqui referida na 3.^a edição, de 2007 – cf. Alves, 2007a), a Professora Ieda mostra que, ao contrário do que afirmam as gramáticas, com certos prefixos é possível ocorrer uma recategorização, ou seja, um substantivo passa a ter função adjetival. A autora menciona o trabalho de Hampeys (1961)² como o primeiro a apontar esse fato para o prefixo *anti-*, e traz exemplos como “coleira antipulgas”, “operação antidrogas”. Mostra também diversos exemplos com outros prefixos, como “acontecimento extrapauta”, “transporte interbairros”, “manifestação pró-hidrelétrica”, ou mesmo certos casos em que a função parece ser adverbial em vez de adjetiva (ALVES, 2007a, pp. 23-25). A autora ainda retoma esse tema em outros trabalhos (2000, 2004a); estes constituem, provavelmente, as primeiras descrições sistemáticas do fenômeno no português brasileiro.

Surgimento de novos processos de formação de palavras

O surgimento de novos elementos afixais no português brasileiro é um fenômeno também muito presente nos trabalhos da Professora Ieda. Em Alves (2007a), há menção aos elementos *-gate* (*mogigate*) e *-brás* (*sanguebrás*), mas é especialmente em Alves (2004b) que a autora traz uma reflexão mais aprofundada sobre as motivações histórico-sociais que levam ao surgimento de novos afixos ou de novas acepções para afixos já existentes (como o caso de *-aço*, que passa de aumentativo a designativo de protestos, como *panelaço* e *apitaço*). Assim, fica evidenciada a intensa relação entre as estruturas da língua e os fatos ocorridos na sociedade que a utiliza.

² HAMPEYS, Z. Para o estudo da linguagem da imprensa brasileira contemporânea. *Revista Brasileira de Filologia*, v. 6, pp. 51-114, 1961.

Gramaticalização de elementos de composição

Alguns elementos formadores de compostos se tornam tão frequentemente repetidos que parecem estar em vias de se tornarem afixos. É o que a Professora Ieda mostra com os elementos *-chave* e *-símbolo*, cujo emprego “não é mais sentido como eventual, chegando a perder parte de seu significado e a adquirir valor sufixal” (ALVES, 2007a, p. 48).

Em Alves (2006), diversos outros exemplos são apresentados: *-base*, *-chefe*, *-fantasma*, *-monstro*, *-relâmpago*. Além dos elementos que aparecem na segunda posição, a autora também traz exemplos de elementos que se gramaticalizam em função prefixal: *ciber-*, *e-*, *bio-*, *eco-*, *narco-*. Fica evidenciado, assim, que a distinção entre elementos de composição e afixos é fluida e mais bem compreendida em termos de um *continuum*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, neste artigo, recuperar diversos elementos da obra da Prof.^a Dr.^a Ieda Maria Alves sobre o fenômeno da neologia. Dentre as diversas e valiosas contribuições que a autora traz, destaco o desenvolvimento de uma metodologia de coleta e análise de neologismos que se tornou referência para a área em língua portuguesa. Dentre as suas contribuições teórico-analíticas e descritivas, apresentei quatro delas que julgo de grande importância, embora diversas outras ainda possam ser mencionadas.

Dessa forma, acredito que as principais contribuições da autora para a Linguística brasileira são ter demonstrado que o neologismo é um fenômeno presente nos mais variados contextos e situações de uso da linguagem, e que a neologia pode e deve ser estudada de forma sistemática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. 2000. 365 f. Tese (Livre Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALVES, Ieda Maria. A função recategorizadora de formantes prefixais. *Diana*: Revista do Departamento de Linguística e Literaturas. Évora, v. 5-6, p. 69-84, 2004a.
- ALVES, Ieda Maria. A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). *As ciências do léxico*. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004b, p. 77-87.
- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo. Criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007a.
- ALVES, Ieda Maria. Neologia e níveis de análise linguística. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e ALVES, Ieda Maria (orgs.). *As ciências do léxico*. v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007b, p. 77-91.
- ALVES, Ieda Maria. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. *Alfa*, São Paulo, 50 (2), p. 131-144, 2006.
- ALVES, Ieda Maria. Uma metodologia para a descrição de neologismos. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (orgs.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* Vol. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

- CARVALHO, Márcia Regina P. *Neologismos na terminologia da cultura da soja: análise morfolexical*. 2014. 210 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- DEMAI, Fernanda Mello. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de educação do campo*. 419 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- GANANÇA, João Henrique Lara. *Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de blogs da internet*. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MARONEZE, Bruno. *Um estudo da mudança de classe gramatical em unidades lexicais neológicas*. 2011. 201 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- MARONEZE, Bruno. *Um estudo da nominalização no português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas*. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RIBEIRO DE JESUS, Ana Maria. *Terminologia da Astronomia: estudo da neologia e da variação*. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROSA, Leila. I. P. O. *Neologia semântica na década de 90: um estudo sobre a metáfora em um corpus jornalístico*. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SIQUEIRA, Jéssica Câmara. *Neologismos na Ciência da Informação*. 2015. 179 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- TORRANO, Sandra D.P. *Produtividade e criatividade do léxico: os neologismos na área da informática*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FORMAÇÃO DO LÉXICO DO PORTUGUÊS: VALE A PENA LER DE NOVO³

Claudio Cezar HENRIQUES
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL)
claudioch@uol.com.br

RESUMO: O latim é o estrato primário de léxico do português, que começa a se formar em 218 a.C., quando os romanos invadem a Península Ibérica, com o intuito de conquistar a Ibéria. Este artigo aborda o tema das palavras hereditárias, das formas divergentes e convergentes e dos empréstimos linguísticos e criações neológicas que atuam na formação do léxico do português.

PALAVRAS-CHAVE: História da língua portuguesa; Lexicologia



FIGURA 1: Porto Seguro, BA. O latim está no ar.
IMAGEM: arquivo particular.

Na chegada a Porto Seguro, na Bahia, o visitante se depara com portais com inscrições ufanistas como “O BRASIL NASCEU AQUI”, “NASCI EM PORTO SEGURO, MEU NOME É BRASIL”. No brasão da cidade, a frase é latina “IAM ANTE BRASILIAM EGO” (*EU JÁ EXISTIA ANTES DO BRASIL*). Brasões e escudos costumam ter como divisa, lema ou mote uma expressão latina, embora haja também outras práticas de escritura nessa parte que mostra a motivação ou intenção da instituição, localidade ou pessoa que quer se distinguir por meio da arte heráldica.

A frase da fotomontagem acima deve surpreender a maioria dos viajantes.

³ Boa parte deste artigo foi incluída no meu livro *Geo-História do Português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira* (2019, pp. 236-58).

Afinal, paira no ar a ideia de que o latim é uma língua morta e que, quando se encontra uma frase em latim, ela deve dar a impressão de algo muito antigo, de preferência como um vestígio da época do Império Romano. Em Porto Seguro, a divisa do brasão é, porém, de um latim artificial, mas contemporâneo, usado quase como um marco civilizatório na história do Brasil: em latim, em terra brasílica, talvez até como uma advertência à própria língua portuguesa...

O português descende do latim, língua nascida em torno do ano 1000 a.C. na região central da Península Itálica, ao sul do rio Tibre, cuja nascente está nos montes Apeninos e cuja foz se encontra no mar Tirreno. Essa região chamava-se *Latium* (Lácio), e é dela que provém o nome da língua falada por seus habitantes, os latinos.

Dizer isso aqui serve para reforçar uma evidência: por ser o português uma língua derivada do latim, seu vocabulário, na essência, é de origem latina, e o latim é o estrato primário de seu léxico, que começa a se formar em 218 a.C., quando os romanos invadem a Península Ibérica, com o intuito de conquistar a Ibéria.

“Quando a língua portuguesa começou a ser escrita – no início do século XIII – seu léxico reunia cerca de 80% de palavras de origem latina e outros cerca de 20% de palavras pré-romanas, germânicas e árabes”. (AZEREDO: 2018, p. 431-2)

A esse acervo de palavras que passaram pelos processos históricos de mudança linguística chama-se PALAVRAS HEREDITÁRIAS. Para o português brasileiro, esse conjunto se enriqueceu durante a fase de implantação da língua em nosso território, com a contribuição dos substratos indígenas e superestratos africanos. Configura-se então uma segunda fase hereditária, a do português brasileiro. Muitos autores só se referem como palavras hereditárias às que estão na fase ibérica do latim. Aqui preferimos falar em dois tipos de herança, a latino-ibérica e a luso-brasileira – e é aqui que também se deve apresentar a diferença entre FORMAS CONVERGENTES e FORMAS DIVERGENTES.

O português ibérico entrou em contato com várias outras línguas, por via do ciclo das navegações, por via dos contatos linguísticos em solo europeu. Assim também aconteceu com o português brasileiro, em sua expansão internacional ao longo dos últimos séculos ou pela recepção a várias ondas de imigração em nosso território. Nesse caso, fala-se em EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS, fenômeno que ocorre incessantemente no curso da história.

Por fim, um terceiro tipo de acervo lexical é produzido internamente nas situações em que o falante emprega os recursos léxico-morfológicos para criar palavras novas, a que chamamos NEOLOGISMOS. Ou recorre a um acervo lexical desativado, a que chamamos ARCAÍSMOS.

É essa a sequência que apresentaremos a seguir.

PALAVRAS HEREDITÁRIAS

Contribuição pré-românica

As relações entre os romanos e os primeiros habitantes da Península Ibérica incluíam naturalmente a troca de experiências linguísticas, nas quais se deu a incorporação de palavras que davam nomes a rios, montes, povoações, alimentos locais, etc. A Galiza e o norte de Portugal, antes da ocupação romana, foram centros de cultura céltica e, por isso, palavras oriundas dessas línguas entraram no substrato latino peninsular. A contribuição é pouco numerosa, e a maioria tem origem no celta ou – supõe-se – no basco.

(a) ELEMENTO IBÉRICO (*basco?*): *abóbora, arroio, baía, barro, bezerro, bizarro, cama, esquerdo, garra, gordo, louça, manteiga, manto, modorra, páramo, sapo, sarna, seara, veiga.*

(b) ELEMENTO CELTA: *bico, bragas, brio, cabana, caminho, camisa, canto* (= ângulo), *carpinteiro, carro, cerveja, duna, gato, lança, légua, peça, raio, touca, vassalo*⁴.

Fundo românico

O conjunto inicial de palavras do português provém do latim introduzido na Península Ibérica pelos romanos, que era a rigor o mesmo do latim clássico (LC), embora com a ressalva de que o povo não falava a mesma língua que as classes cultas. Isso acarretou diferenças no uso do léxico.

O chamado “vocabulário fundamental” era comum a ambos os registros: *pater, mater, filium; manus, pedem, brachium; aqua, panis, vinus; canis, capra, lupum; bonus, malus, tristis; comedere, dicere* etc. No entanto, em muitas situações, a seleção lexical divergia entre o latim vulgar (LV) e o LC: *apprendere/discere, bellus/pulcher, bibere/potare, caballus/equus, cattus/felis, grandis/magnus, jocus/ludus, manducare/edere* (comer).

Faz parte desse fundo romano um amplo rol de palavras gregas que foram incorporadas ao latim em fases variadas do Império Romano, em especial durante a época em que os romanos mantiveram negócios com os gregos ou quando houve a anexação da Grécia a Roma (de 146 a.C. a 330 d.C.). O vocabulário grego penetrou no latim por duas vias, a popular e a literária:

Da camada mais antiga: *bolsa, cara, corda, calma, chato, caixa, ermo, espada, governar, golfo, órfão*. Com o advento do cristianismo, inúmeros foram os vocábulos gregos que penetraram no latim e se difundiram por influência da Igreja pelos povos católicos: *anjo, apóstolo, bispo, bíblia, cônego, clérigo, crisma, diabo, diocese, eucaristia, epifania, encíclica, esmola, idolatria, igreja, mosteiro, parábola, paróquia, presbítero* (COUTINHO, 1976: 190-1).

É nesse longo período de coexistência que o latim absorve a incontável quantidade de elementos gregos (radicais, prefixoides e sufixoides) que esteve e está à disposição dos usuários para criar palavras dos campos técnico, científico e comunicacional: *fonógrafo, homeopatia, gimnocéfalo, microscópio, pseudodemocrata, neobobo, teleconferência*.

Contribuição pós-românica

No período a que chamamos de fase hereditária ibérica, duas outras contribuições ocorrem: uma por via do superestrato germânico, outra pelo adstrato árabe. A contribuição germânica data do século V, época das invasões, e tem como étimo principal a base gótica.

(c) ELEMENTO GERMÂNICO: *arauto, agasalho, albergue, anca, aspa, barão, banco, brasa, dardo, elmo, estaca, espora, estribo, feudo, feltro, ganso, garbo, galardão, grupo, guerra, guia, lata, marco, saga, trégua*.

A contribuição germânica se estendeu aos adjetivos: *branco, fresco, liso, morno, rico, ufano*. E a alguns verbos: *adular, agasalar, ataviar, bramar, brandir, britar, escarnecer, esgrimir, estampar, roubar*.

E também à antroponímia: *Adolfo, Afonso, Álvaro, Ataulfo, Frederico, Ramiro*,

⁴ Segundo alguns autores, diversos topônimos portugueses têm origem céltica: Bragança, Coimbra (<Conimbriga), Évora, Lisboa (<Olisipo), Mondego, Penafiel, Tejo, Viseu, Zêzere. Incluem-se nesse rol os nomes Portugal e Galícia, que têm um componente de origem celta “*Cale*”, a deusa-mãe dos celtas (Cal-leach).

Ricardo, Rodrigo.

E aos nomes dos pontos cardeais: *norte, sul, leste, oeste.*

São germânicos os sufixos *-arde, -ardo, -engo, -engue*, que entram na derivação: *covarde, felizardo, flamengo, mulherengo, perrengue, realengo.*

(d) ELEMENTO ÁRABE: O *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes (NASCENTES, 1955) relaciona 609 palavras oriundas do árabe, a maioria iniciada pelo elemento *al-*, correspondente ao artigo árabe.

Palavras relacionadas aos animais: *alcateia, arraia, cáfila, camelo, papagaio, traça.*

A flores, plantas e aromas: *açafrão, açucena, alcachofra, alecrim, alface, alfafa, alfazema, algodão, elixir, talco.*

A instrumentos agrícolas e musicais, armas e utensílios: *alaúde, alfanje, algema, alicate, almofariz, matraca.*

A pesos e medidas: *alqueire, arroba, azimute, quilate, quintal.*

A artefatos, cargos, ciências, ofícios e lugares: *açougue, aduana, alcaide, alcova, alfaiate, alfândega, alfarrábio, álgebra, algibebe, almocreve, almoxarife, armazém, arrabalde, assassino, chafariz, marfim, masmorra, mesquita, rima, zero.*

A alimentos e bebidas: *acepipe, aletria, álcool, almôndega, café, haxixe, sorvete, tamarindo, xarope.*

A contribuição árabe também se estendeu aos adjetivos: *baldio, garrido, mesquinho, otomano.*

Contribuição pós-europeia

Aceitando-se a tese de que o português brasileiro se enriqueceu com a contribuição das línguas indígenas (substratos) e das línguas africanas (superestratos), temos então uma segunda fase hereditária, exclusiva do português brasileiro – do mesmo modo que em todos os territórios em que o português se consolidou como língua oficial deve haver um novo conjunto lexical próprio.

(e) ELEMENTO INDÍGENA: O tupi deixou uma grande quantidade de elementos em nosso vocabulário.

Palavras relacionadas à fauna: *araponga, capivara, curió, cururu, gambá, jaburu, jararaca, juriti, paca, piranha, sabiá, sanhaço, sucuri, tamanduá, tanajura, tatua, urubu.*

À flora: *abacaxi, aipim, buriti, caatinga, caju, carnaúba, capim, caruru, cipó, jabuticaba, jacarandá, mandioca, maracujá, sapé, taquara.*

A credices populares e fenômenos variados: *arapuca, arataca, carijó, catapora, curupira, pindaíba, pororoca, saci, tocaia.*

À antropônimo: *Araci, Araripe, Cotegipe, Iara, Iracema, Jaci, Jacira, Piragibe, Sucupira, Ubirajara.*

E à toponímia: *Abaeté, Andaraí, Aracaju, Bagé, Bauru, Butantã, Caçapava, Cambuquira, Carioca, Guanabara, Irajá, Itaipu, Jacarepaguá, Maracanã, Pará, Sumaré, Taubaté, Tijuca.*

(f) ELEMENTO AFRICANO: A influência africana também ocorreu em território europeu, em virtude da presença do escravo em Portugal em épocas anteriores. Portanto, uma parte de seu vocabulário veio para o Brasil com os próprios portugueses, quando do descobrimento, indiretamente. Basicamente eram dois os idiomas dos escravos trazidos para a América: o nagô (ou ioruba), de atuação apenas regional, e o quimbundo, o mais rico e o que mais se expandiu. Outro fato importante a ser assinalado é que a atuação das línguas africanas foi maior nos campos fonético, morfológico e sintático do que no lexical, sobretudo por causa da ausência de flexões de seu sistema linguístico, adaptado ao português.

São provenientes do nagô: *acarajé, afoxé, agogô, babalaô, Exu, ogunhê, Orixá, Oxum, vatapá, Xangô*.

São provenientes do quimbundo: *banana, berimbau, cachimbo, caçula, camundongo, corcunda, fubá, inhame, jiló, marimbondo, maxixe, moleque, moqueca, quitanda, samba, senzala, xingar*.

EMPRÉSTIMOS

São casos de empréstimo todos os que resultam de contatos linguísticos que não se caracterizam como hereditários, mas que fazem a palavra estrangeira assumir um formato vernáculo. Nesse caso de “importação lexical”, a primeira barreira a suplantar é a fonética, pois “uma palavra estrangeira não adquire foros de nacional senão depois que o povo lhe imprimiu o seu cunho especial, adaptando-a aos seus sons” (NUNES: 1969, p. 404). Vencida essa etapa, pode-se dizer que a palavra passou a fazer parte do vocabulário de uma língua.

Os empréstimos começam como neologismos e enfrentam outras barreiras, além da fonética. Haverá quem argua sua necessidade ou validade. Haverá a questão da adaptação ortográfica. Trato desses e de outros temas correlatos no livro *Morfologia* (HENRIQUES: 2014, p. 144-149). Aqui, interessam sobretudo as exemplificações do acervo incorporado ao português pelos processos de empréstimo, que se sucedem ao longo da história e que ocorrem como ondas de procedências diferentes.

Adotando a mesma sequência cronológico-espacial que Cardoso e Cunha apresentam (1978, p. 138-146), eis uma lista ilustrativa:

- do **provençal** (sob o influxo da poesia trovadoresca, sécs. XIII-XIV): *balada, bedel, bordel, bote, cascavel, caserna, coxim, cadafalso, estribar, estandarte, homenagem, jogral, jornada, justa, malvado, paliçada, pavilhão, pelota, refrão, segrel, selvagem, trovador, trovar, tenção, truão, tropel, vassalo, viagem, viola, visagem*. **Obs.:** São 71 palavras – cf. *Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes*. (NASCENTES, 1955)

- do **espanhol** (sob a influência da poesia e da prosa da Espanha, sécs. XV-XVIII): *airoso, amistoso, antanho, apetrecho, badejo, balança, bobo, bolero, boleto, castanhola, caudilho, chiste, cordilheira, dengue (= dengoso), descalabro, deslumbrar, despojar, entretenimento, estribilho, façanha, fandango, gado, galã, galhofa, hediondo, hombridade, lagartixa, mantilha, merengue, moreno, neblina, pandeiro, pendão, pimpolho, quadrilha, redondilha, regaço, sangrar, tablado, tornado, vislumbrar*. **Obs.:** São 400 palavras – cf. *Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes*. (NASCENTES, 1955)

- de línguas **asiáticas** (em decorrência da expansão ultramarina): *azul, bambu, bazar, biombo, bengala, berinjala, chá, chávena, chita, divã, gaze, jambo, jangada, jasmim, laranja, leque, limão, nenúfar, pires, tafetá, tulipa, xale, zarcão*. **Obs.:** São 142 palavras (persa, chinês, japonês, malaio) – cf. *Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes*. (NASCENTES, 1955)

- do **francês**: *avenida, boné, chaminé, chapa, chapéu, charada, charme, chefe, cofre, carruagem, disquete, estrangeiro, finança, garçoneiro, hotel, imã, jardim, jaula, metralha, pajem, paisagem, sargento, tabagismo, trem, trinchar, vantagem, vedete, viseira, vitral, vitrina*. **Obs.:** São 657 palavras – cf. *Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes*. (NASCENTES, 1955)

- do **inglês**: *bar, basquete, bife, blefe, brigue, bonde, bote, cheque, clube, córner, dólar, drinque, escâner, escoteiro, esnobe, esporte, estoque, filme, flerte, futebol, gol, grogue, hambúrguer, iate, jóquei, júri, lanche, lorde, nocaute, panfleto, pulôver, recital, repórter, revólver, sanduíche, surfe, túnel, turfe, uísque, vagão*. **Obs.:** São 164 palavras

- cf. *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes. (NASCENTES, 1955)
- do **italiano**: *adágio, alegre, andante, aquarela, alarme, alerta, bagatela, bancarrota, banquete, cascata, confete, cortejo, falsete, favorito, festim, fiasco, fragata, galera, gazeta, grotesco, maestro, macarrão, mozzarella⁵, piano, pastel, quarteto, salame, zíngaro*. **Obs.:** São 383 palavras – cf. *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes. (NASCENTES, 1955)
- do **alemão**: *bismuto, burgomestre, bloco, brinde, cobalto, estoque, manequim, manganês, níquel, obus, pistola, quartzo, valsa, vermute, zinco*. **Obs.:** São 69 palavras – cf. *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes. (NASCENTES, 1955)
- Os últimos exemplos colhidos no *Dicionário Etimológico* de Nascentes (NASCENTES, 1955) fazem uma linha de corte no limite mínimo de 15 palavras.
- do **hebraico** (62): *aleluia, amém, babel, belzebu, fariseu, hosana, jubileu, messias, páscoa, querubim*.
- do **sânscrito** (44): *açúcar, avatar, cânfora, caravana, chacal, jambo, safira, sândalo, suarabákti, suástica*.
- do **turco** (45): *caíque, casaca, caviar, cossaco, gaita, horda, jaleco, paxá, sandália, tártaro*.
- do **catalão** (28): *avançar, arriar, baixel, brim, cachalote, convite, estopim, faina, monge, papel*.
- do **holandês** (25): *borzeguim, dique, doca, droga, escora, espuma, lastro, orca, polaca, quermesse*.
- do **quíchua** (18): *alpaca, coca, condor, inca, lhama, mate, pampa, puma, quina, vicunha*.
- do **russo** (17): *bolchevique, czar, czarina, escorbuto, estepe, rublo, soviète, vodca*.

PORTUGUÊS NAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Fonseca (1985, p.257-281) dedica o último capítulo de seu livro *O Português entre as Línguas do Mundo* ao tema que nos interessa como uma espécie de reverso da medalha do que tratamos neste item até aqui. Afinal, a língua portuguesa também contribuiu e continua contribuindo para o léxico de outras línguas.

No japonês, por exemplo, há um número expressivo de vocábulos incorporados por conta da presença lusitana, embora muitos tenham passado, é claro – por adaptações ao sistema fonológico do idioma nipônico.

Eis alguns casos⁶: arufabetto < alfabeto // arukuru < álcool // biduru < vidro // biroodo < veludo // bisukettu < biscoito // botan < botão // furasuco < frasco // jiban ou juban (= roupa que se veste sob o quimono) < gibão // kappa < capa (de chuva) // karuta < carta (de baralho) // kirisuto < Cristo // koppu < copo // marumeru < marmelo // orugan < órgão (instrumento musical) // pan < pão // pisutoru < pistola // retteru < letreiro // rozariu < rosário // shabon < sabão // tabako < tabaco // yooroppa < Europa.

Fonseca (1985, p. 266-267) explica que “numerosos povos europeus receberam, por nosso intermédio, vocábulos de proveniências diversas, africanos, americanos e, sobretudo, asiáticos, além de alguns propriamente portugueses”. O autor enumera muitos exemplos dessa influência do português. Transcrevemos alguns:

- NO ESPANHOL: albino, arisco, bambú, cariño, chapa, coco, conchabar, fado, follaje, garruja, jangada, malagueta, marimba, mermelada, monzón.

⁵ O termo, em italiano, é *mozzarella*. O VOLP registra três grafias: mozzarella, muçarela e muzarela. O DH só registra as duas primeiras. Já o italianismo *pizza* tem aporuguesamento “piza” no DH, mas não no VOLP.

⁶ A relação de exemplos no japonês é a mesma que cito no meu livro *Morfologia* (2014, p. 148).

- NO FRANCÊS: abricot, baroque, bayadère, caravelle, caste, commando, crêole, fetiche, marmelade, moéda, nègre, palabre, parage, récif, vigie.
- NO ITALIANO: bambù, banana, caravella, cocco, mandarino, marmellata, piranha, samba, veranda.
- NO INGLÊS: albatross, baroque, batata, buffalo, caste, cobra, fetish, flamingo, guarana, jacaranda, jaguar, macaco, port, tank, zebra.
- NO ALEMÃO: albino, bambus, banane, fetisch, kommando, mandarin, massage, marmelade, massieren (“massagear”), tomate.
- NO HOLANDÊS: adjude, alfandigo, conquesteeren, golpho, intrageeren, mosquyt, resgatto, seguro, treidor, valianton.

N. do Autor: No livro *Palavras sem Fronteiras* (2000), Sérgio Corrêa da Costa registra 16 mil exemplos citados de palavras comuns a vários idiomas do mundo. O francês está em primeiro lugar [192 pp. de exemplos e abonações], seguido do inglês [172 pp.] e do latim (que não incluiu as expressões jurídicas) [92 pp.]. O português ocupa 5 páginas e lista 16 palavras: *auto-da-fê, azulejo, barroco, bossa-nova, cerrado, chapada, coco, fado, favela, macumba, mandarim, manga, samba, saudade, sertão e varanda*.



FIGURA 2: Chargista explora a internacionalização do português.
IMAGEM: arquivo particular.

Faltou dizer que entre os empréstimos estão muitas palavras do próprio latim. O processo, que se chama RELATINIZAÇÃO, ocorreu no período renascentista, que em Portugal tem início efetivamente no século XVI, embora algumas ações nessa direção (contramão evolutiva?) já tivessem registro na época medieval.

Esse movimento se realizou sob duas perspectivas:

(i) **introdução** de vocábulos novos, como vemos nas palavras negritadas destes versos de *Os Lusíadas*⁷:

Pelas **argênteas** ondas Neptuninas (Canto I)
 Mas de tuba **canora** e **belicosa** (Canto I)
 Com a fronte **cornígera** inclinada (Canto I)
 Do claro Assento **etéreo**, o grão Tebano (Canto I)
 Que o **malévolo** Baco lhe ensinara (Canto I)
 A **plúmbea** péla mata, o brado espanta (Canto I)
 Não queres que padeçam **vitupério** (Canto I)
 Que produz o **aurífero** levante (Canto II)
 De áspero som, **horrissono** ao ouvido (Canto II)
 Apareceu no **rúbido** Horizonte (Canto II)
 Estoira o pó **sulfúreo** escondido (Canto II)
 Mas o inimigo **aspérrimo** afugenta (Canto III)

⁷ Registradas no *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, de Antônio Geraldo da Cunha (1980).

Na **fatídica** nau, que ousou primeira (Canto IV)
 A barba **hirsuta**, **intonsa**, mas comprida (Canto IV)
 Ao **estridor** do fogo que se ateia (Canto V)
 Vence toda **grandiloqua** escritura (Canto V)
 Vimos a parte menos **rutilante** (Canto V)
 No animal Nemeio **truculento** (Canto V)
Vociferando estava, quando abrimos (Canto V)
 Já as damas têm por si, **fulgente** e armado (Canto VI)
 Quando dá a grande e súbita **procela** (Canto VI)
 Ou das gentes **belígeras** de Espanha (Canto VII)
 Tantos muros **aspérrimos** quebranta (Canto VIII)
 Lavrando nele o **férvido** veneno (Canto VIII)
Refocilar a lassa humanidade (Canto IX)
 Num globo vão, **diáfano**, **rotundo** (Canto X)
 Tantos Cães não **imbeles profligados** (Canto X)
 Da fera multidão **quadrupedante** (Canto X)
 A quentes regiões, a **plagas** frias (Canto X)
 Abaixando-lhe a **túmida** ousadia. (Canto X)

(ii) **recuperação** dos modelos latinos para vocábulos em uso:

A PALAVRA JÁ ROMANIZADA...	SE RELATINIZA E VOLTA A SER...
amizade (séc. XIII)	← amicitia (séc. XVI)
avondança (séc. XIII)	← abundância (séc. XIV)
cadeira (séc. 882)	← cátedra (séc. XIV)
dedo (séc. XIII)	← dígito (1532)
deesa (séc. XIV)	← deia (1572)
fiiz (séc. XIII)	← felice (séc. XIV)
fremoso (séc. XIII)	← formoso (séc. XIV)
frio (séc. XII)	← frígido (1542)
frol (séc. XIV)	← flor (séc. XV)
logro (séc. XV)	← lucro (1607)
marteiro (séc. XIII)	← martírio (séc. XV)
obridar (séc. XIII)	← olvidar (séc. XIV)
paço (séc. XIII)	← palácio (séc. XIV)
seenço (séc. XIV)	← silêncio (séc. XIV)
selo (1280)	← sigilo (1561)

Interessa também comentar algumas diferenças, no âmbito da estilística lexical, entre o LC e o LV. Algumas já foram mencionadas anteriormente em tópicos variados, mas precisamos revê-las em conjunto para fazermos um quadro com as características que derivaram até o português.

Como mostra Maurer Jr. (1959, p. 231), o léxico do LV se distingue em relação ao do LC por quatro peculiaridades, pois o vocabulário popular

- (i) abrange grande número de termos diferentes;
- (ii) inclui certo número de termos exóticos, tomados por empréstimo direto das línguas com as quais esteve em contato, enquanto o LC os evita ou desconhece de todo;
- (iii) tem muitas palavras com significação desconhecida do LC;

(iv) é mais simples na formação de palavras derivadas e compostas.

Sobre essas peculiaridades, pode-se afirmar que o LV empregava termos desconhecidos ou muito pouco usados no LC (*bellus* e não *pulcher*; *capsa* e não *arca*; *grandis* e não *magis*; *casa* e não *domus*), que eram escassos os termos abstratos e genéricos, além dos culturais, elaborados sob o influxo do helenismo.

No LV inaugura-se a preferência pelo uso dos diminutivos com valores afetivos: é de *apicula*, diminutivo de *apis*, que se origina “abelha”; é de *auricula*, diminutivo de *auris*, que se origina “orelha”; é de *clavicula*, diminutivo de *clavis*, que se origina “clavícula”.

Cícero utilizava nas suas cartas expressões diminutivas típicas do LV, como em *mi vetule* (= meu velhinho), *febricula* (= febrezinha) e *nauseola* (= pequena náusea) – cf. Machado, B. J. (2012, p. 37 – com adaptações)

Registram-se também atestações de *amiculum* (= amiguinho), diminutivo de *amicu* // *asellus* (= burrico), diminutivo de *asellu* // *basiolum* (= beijinho), diminutivo de *basio* // *cenulam* (= almocinho), diminutivo de *cena* // *dulciolum* (= docinho), diminutivo de *dulce* – entre muitos outros.

A pejoratividade no uso de sufixos é também uma característica do LV. Ela pode, porém, se desviar para a afetividade, o que é um traço que persiste no português. Eis alguns exemplos: *canalha*, diminutivo de *cane* (= cão), para designar crianças pequenas // *sucosus*, *inspeciosus*, *dignitosus*, *linguosus*, adjetivos com o sufixo *-osus*, que sugere defeito ou vício, empregados com abundância por Petrônio em *Satyricon* // **barbutus*, **capillutus*, *cornutus*, *nasutus*, adjetivos com o sufixo *-utus*, que indica abundância, eram mais produtivos no LV.

O LV, mais do que o LC, incorpora palavras estrangeiras por empréstimo, mesmo no caso de não designarem conceitos novos ou técnicos. Ademais, valida formas itálicas ou dialetais, célticas, ibéricas e germânicas, além das palavras trazidas por forasteiros gregos depois da formação da Magna Grécia. Os exemplos, que são muitos, ficam aqui limitados aos seguintes:

- NOMES: *bufalus* // *chorda (funis)* // *teganum* (“frigideira”) // *tegella* (“tigela”) // *tufer (trufa)* // *tumba*.
- VERBOS: *grunnire (grundire, “grunhir”)* // *masticare* // *sifilare (sibilare)* // *tribulare*.

Muitas palavras assumiram no LV significado diferente. “Não raro se trata de um sentido metafórico especial, frequentemente mais concreto ou material”, diz Maurer Jr. (1959, p. 237). Vejamos dez exemplos:

- *bucca* (“bochecha”) passa a sinônimo de *os* (“boca”)
- *campus* (“campina”) substitui *ager* (“campo”)
- *casa* (“choupana”) equivale a *domus* (“casa”)
- *caulis* (“haste de planta”) substitui *brassica* (“couve”)
- *coxa* (“anca”) substitui *femur* (“coxa”)
- *focus* (“lareira”) substitui *ignis* (fogo)
- *fructum* (“proveito”) substitui *pomum* (“fruto”)
- *rostrum* (“focinho”) substitui *facie* (“rosto”)
- *tabula* (“tábua”) equivale a *mensa* (“mesa”)
- *testa* (“casca”) substitui *cranium*

Na formação de palavras compostas e derivadas, o LV não tem grande produtividade. O que há de mais usual é um número pequeno de sintagmas nominais

bimembres que acabaram por petrificar-se como item lexical, como nas composições *auripigmentum*, *biscoctum*, *lunaedies*, *rosmarinum*. Na prefixação e na sufixação, o LV empregava os mesmos morfemas do LC, mas com produtividade restrita:

- NOMES: *arenale* (“areal”), *bibitor* (“bebedor”), *carbonarius* (“carvoeiro”), *credentia* (“crença”), *materiamen* (“madeirame”).

- VERBOS: *addormire* (“adormecer”), *caballicare* (“cavalgar”), *dormitare* (“dormitar”), *suffundare* (“chafurdar”), *tremulare*.

FORMAS DIVERGENTES & FORMAS CONVERGENTES

Vamos expandir esse assunto acrescentando agora que, no fluxo das mudanças linguísticas, quando uma palavra de qualquer sincronia gera duas ou mais palavras de uma sincronia seguinte, diz-se que foram criadas FORMAS DIVERGENTES.

O exemplo pode ser do latim *macula*, que deu “mácula”, “mancha”, “mágoa” e até “malha” (esta via francês) no português, mas pode ser de qualquer segmento evolutivo da língua. O adjetivo “média”, que em Portugal tem como uma de suas acepções a redução da expressão inglesa *mass media*, compete com a forma adotada no Brasil, “mídia”, com o mesmo significado: “imprensa”. Temos aí um caminho de divergência que começa no latim, passa ao inglês e expande-se num sintagma que, ao ser adotado na língua portuguesa, tomou duas soluções, “média” (que é um retorno formal mas não conceitual à palavra original latina) e “mídia” (que adapta a ortografia à pronúncia do inglês). Duas formas divergentes para o sintagma abreviado do inglês.

De outro modo, quando duas palavras de qualquer sincronia geram adiante formas lexicais homônimas, diz-se que foram criadas FORMAS CONVERGENTES. A coincidência fonética, a rigor, é a única causa que concorre para a formação das palavras convergentes. E sua consequência é sempre ortográfica.

O exemplo também pode ser do latim, com as palavras *rideo* e *rivu*, que dão “rio” em português, com a homonímia entre a P1 do verbo “rir” e o substantivo que significa “curso d’água”. Pode, porém, ser de qualquer outro momento evolutivo da língua, pode até envolver línguas diferentes, desde que exista a convergência a partir de duas ou mais formas precedentes. O exemplo agora é o da palavra “coca”, verbete múltiplo de vários significados e procedências. Seguindo o que diz o Dicionário Houaiss (DH) (HOUAISS, 2009), há nove entradas para a palavra “coca”, das quais eliminaremos duas, por redundância etimológica:

(i) Certa embarcação ligeira, usada do séc. XIII ao XV na Europa. A procedência é o italiano *cocca*, que a trouxe do latim *caudex* (“tronco de árvore”);

(ii) Arbusto frondoso, com folhas elípticas ou ovadas, pequenas flores brancas, de tom marfim ou amarelado, aromáticas, e drupas vermelhas. A procedência é do quíchua *kuka*, por meio do espanhol *coca* (“arbusto da América do Sul de cujas folhas se extrai a substância cocaína”);

(iii) Pancada com a cabeça; pequena cabeçada – é um regionalismo do Minho. A procedência é a palavra “coco”;

(iv) Cada uma das unidades que constituem um fruto capsular esquizocárpico. A procedência é a palavra “coco”, com alteração de gênero.

(v) Abreviação do refrigerante *Coca-Cola*, marca

registrada;

(vi) Cada uma das voltas que dá um cabo novo, no sentido contrário ao da torcedura. A procedência provável é uma adaptação do francês *coque* (“cacho de cabelo enrolado em nó”);

(vii) Saco de malhas usado na pesca de peixes e camarões – é um regionalismo do RS. A procedência é obscura, talvez do espanhol platino *coco* (“fruto do coqueiro”), atribuído, em regiões da Espanha e da América do Sul, à “tela tecida com fibras daquele fruto”.

Dessas sete “cocas”, uma vem do latim, via italiano; outra vem do quíchua, via espanhol; duas outras (talvez três) vêm da palavra “coco”; uma vem da marca multinacional. Quatro origens diferentes, que convergiram para a forma “coca” e seus quatro homônimos.

Sobre as formas divergentes, os livros de história da língua colocam todo o foco da exemplificação em casos oriundos do latim, formados por via erudita, por via popular ou por via indireta (através de outro idioma). Eis alguns deles, colhidos na bibliografia especializada⁸:

DO LATIM...	AO PORTUGUÊS...
adversu >	avesso, adverso
alienare >	alhear, alienar,
arbitriu >	arbitrio, alvitre, alvedrio
arena >	arena, areia
articulu >	artigo, artelho
atriu >	átrio, adro
auscultare >	auscultar, escutar
capellu >	capelo, chapéu
capitale >	capital, cabedal, caudal
captare >	captar, catar
capu >	cabo, chefe ^{Fra}
cathedra >	cátedra, cadeira
caveola >	gaiola, jaula ^{Fra}
clamare >	clamar, chamar
clavicula >	clavícula, cravelha, chavela
coagulare >	coagular, coalhar
computare >	computar, contar
corona >	corona, coroa, coronha.
crypta >	cripta, gruta, grot ^{lta}
delicatu >	delicado, delgado
despoliare >	despojar, desbulhar, debulhar
domina >	dona, dama ^{Fra}
duplu >	duplo, dobro
examen >	exame, enxame
feria >	féria, feira
generale >	geral, general ^{Fra}
hospitale >	hospital, hotel, hostal ^{Esp}

⁸ Ismael Coutinho (1976, pp. 203-6) enumera mais de 120 exemplos de formas divergentes que confrontam a via popular e a via erudita a partir de uma palavra latina.

insula >	ínsula, ilha
integru >	íntegro, inteiro
legale >	legal, leal
legitimu >	legítimo, lídimo, lindo
masticare >	mastigar, mascar
materia >	matéria, madeira
medicina >	medicina, mezinha (“medicamento caseiro”)
mediu >	médio, meio, mídia ^{Ing}
officina >	oficina, usina ^{Ita}
opera >	obra, ópera ^{Ita}
parabola >	parábola, palavra
plāga (ext. de terra) >	plaga, praia
plāga (golpe, pancada) >	praga, chaga
planu >	plano, porão, chão, lhano ^{Esp} , piano ^{Ita}
plenu >	pleno, cheio
plumbu >	plúmbeo, prumo, chumbo
pulletru >	poldro, potro
ratione >	ração, razão
regula >	régua, regra, relha
solitariu >	solitário, solteiro
teneru >	tenro, terno
tractu >	trato, trecho ^{Esp}
vinculu >	vinco, brinco

A exemplificação de palavras que configuram a existência de formas convergentes do português não varia muito nos livros de história da língua. A seleção dos casos de homonímia perfeita não costuma gerar uma quantidade muito expressiva e se corre o risco de utilizar casos em que o mesmo verbo tem formas iguais entre si ou com seus parônimos (correr → infinitivo x fut. subj. iguais: correr // descer/descender → gerúndio x P1 iguais: descendo // polir/pular → P1 do pres. ind. iguais: eu pulo //). Parece mais um exercício de memorização do que propriamente de pesquisa linguística... Eis então os exemplos colhidos na bibliografia especializada:

ESCREVE-SE	... MAS OS ÉTIMOS SÃO...
capão	como “mato ralo” é de origem tupi; como nome referente aos galos, vem do latim <i>cappone</i> .
como	a conjunção ou advérbio deriva de <i>quomodo</i> ; o verbo, de <i>comedo</i> .
dom	como forma de tratamento provém de <i>dominu</i> ; com o significado de “dádiva”, provém de <i>donu</i> .
fiar	como verbo derivado de <i>filare</i> (“tecer”) ou como verbo derivado de <i>fidare</i> (“confiar”).
manga	como nome derivado de <i>manica</i> é “parte do vestuário”; como empréstimo do malaio é uma fruta.
para	como flexão do verbo “parar” provém de <i>parat</i> ; como preposição provém de <i>per+ad</i> .
real	como substantivo derivado de “rei” provém de <i>regale</i> ; como adjetivo provém de <i>reale</i> .

são	o adjetivo provém de <i>sanu</i> (“saudável”) e de <i>sanctu</i> (“santo”); a forma verbal deriva de <i>sunt</i> .
vão	o adjetivo tem por étimo <i>vanu</i> (“inútil”); a forma do verbo “vir” provém de <i>vadunt</i> .
vendo	como flexão de “vender” (< <i>vendere</i>) ou de “vendar” (< <i>vendare</i>).

ARCAÍSMOS & NEOLOGISMOS⁹

No samba “Idioma Esquisito”, Nélson Sargento nos mostra com muita engenhosidade uma série de palavras proparoxítonas cuja pretensão poderia ser resumida na discussão do seguinte *slogan*: “se beber, não componha”:

Fui fazer meu samba na mesa de um botequim,
Depois de umas e outras, o samba ficou assim:
Estrambonático, palipopético, cibalenítico, estapafúrdico,
Protopológico, antropopágico, presolopépico,
atroverático,
Batunitétrico, pratorfinândolo, calotolético,
carambolâmbolu,
Posolométrico, pratofilônico, protopolágico,
canecalônico.

(cd *Nélson Sargento 80 Anos*, 2005)

Os adjetivos que descrevem o samba feito “depois de umas e outras” se associam ao estado de embriaguez do enunciador. Alguns ainda conservam um vestígio de “lucidez vernacular”: antropopágico (<antropo + ??), cibalenítico (<cibalena, um comprimido para dor de cabeça), atroverático (<atroverã, remédio para enjoo). Outros parecem pedaços cambaleantes de palavras: estrambonático (<estrambólico? + lunático?), posolométrico (<?? + métrico), protopolágico (<proto? + ??), palipopético e presolopépico (<?? + ??).

Se não deixam pistas morfológicas nem fonológicas nem semânticas, NEOLOGISMOS viram palavras perdidas, como se fossem “os *gratifonísticos* e os *pseudoferilídicos* que se *tengam* com *frédios* de *antimalefania*” – segmento inventado para este trecho do artigo... É compreensível então que o enunciador do samba de Nélson Sargento, ao final daquela estrofe, confesse: É isso aí, é isso aí / Ninguém entendeu nada / Eu também não entendi / (Eu então vou repetir)...

Os NEOLOGISMOS são palavras ou expressões novas ou ainda significados novos que são criados a qualquer tempo na história da língua. Não há critério perfeito para identificar um neologismo, mas seu reconhecimento pode ser feito objetivamente mediante o cotejo com obras de referência da sincronia em que foi criado. As razões da imperfeição se sustentam em duas lacunas incontornáveis: há palavras e significados neológicos que são restritos, datados ou efêmeros e há neologismos tão específicos a certas áreas de conhecimento que só um dicionário especializado poderia incluí-los.

No poema “Neologismo”, escrito em 1947, Manuel Bandeira “inventa o verbo *teadorar*, intransitivo.

⁹ Aproveito neste item alguns trechos e exemplos do item 9.2 do meu livro *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica* (2014, pp.142-59).

Beijo pouco, falo menos ainda.
Mas invento palavras
Que traduzem a ternura mais funda
E mais cotidiana.
Inventei, por exemplo, o verbo **teadorar**.
Intransitivo:
Teodoro, Teodora.

(*Poesia e Prosa*, v. 1, “Belo Belo”, p. 350)

Passados setenta anos, o neologismo lexical “teadorar” continua como tal. Não foi – e nunca será – incorporado a um dicionário geral, porque está restrito a esse poema¹⁰ e não tem uso.

Na notícia de um jornal que fala em “talibanização da economia”, o neologismo lexical “talibanização” (< talibã) fica confinado ao ambiente noticioso, até porque a palavra “talibã” só foi incluída na versão de 2009 do DH, que registra a datação de “década de 1990” para o termo. Apesar disso, ainda não está no Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), nem no Dicionário Michaelis (MICHAELIS, 1998), nem no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (ACADEMIA, 2009). Cabe a pergunta: “talibã” é um neologismo ou é uma palavra recente? Qual o critério de etiquetagem? A resposta oficial, com validade apenas para o território brasileiro, é o VOLP. Mas haverá controvérsias...

Os neologismos lexicais são formados a partir de critérios muito variados, admitindo-se num extremo a própria invenção de uma palavra, sem nenhuma lógica linguística aparente a não ser a simples junção de sons ou de letras. É o caso denominado “neologismo fonológico” por Alves (1990, p. 11). Ele consiste na criação de um item lexical cujo significante é produzido sem tomar como base nenhuma palavra pré-existente.

Podemos entretanto afirmar que os neologismos lexicais, na maior parte das vezes, são palavras que têm nítida inspiração em outra (s), como vemos nestes quatro casos:

- (i) “aborrescente”, que faz par com “adolescente”, aproveita a coincidência fonética entre “ecer” de “aborrecer” e “escer” de “adolescer” para criar por analogia o adjetivo;
- (ii) “bebemorar”, que faz par com “comemorar”, associa as ideias de “beber” e “comer”, embora a segunda não faça parte da estrutura do verbo, que é “co+memorar”;
- (iii) “paitrocínio” se baseia na aproximação fonética com a primeira sílaba da palavra “patrocínio”;
- (iv) “pralamentar” faz uma metátese com a primeira sílaba de “parlamentar” (derivada de “parlar”) e subverte a estrutura, derivando-se de “lamentar”.

Caracteriza-se assim o que Alves (1990, p. 14) chama de “neologismos sintáticos”, ou seja, palavras criadas a partir da combinação de elementos já existentes no idioma.

O neologismo é, em suma, uma presença inevitável na língua viva. Enquanto

¹⁰ O neologismo de M. Bandeira está impregnado do poema em que brotou. Caso apareça hoje em algum texto, inexoravelmente será associado à criação do poeta fluminense.

alguns são resultado de “pura inventividade popular”, como nos casos de “imexível”, “apoioamento”, “pesquisismo”, outros decorrem de “inspiração literária”, como na frase “A gente vive, eu acho, é mesmo pra se desiludir e desmisturar”, de Guimarães Rosa, ou revelam inegável conhecimento linguístico, que aqui se exemplifica com as palavras “meta-Casablanca” e “bingólatra”, usadas em matérias jornalísticas¹¹.

O mesmo se pode dizer dos neologismos semânticos, onde se incorporam significados novos a vocábulos já existentes, dando-lhes acepções também não dicionarizadas (ou recém-dicionarizadas). Os limites de identificação de valores semânticos novos como neológicos podem esbarrar com o do reconhecimento de valores metafóricos também novos.

O neologismo semântico “rato” praticado em Portugal não foi adotado no Brasil, que preferiu incorporar o estrangeirismo *mouse*. É evidente aqui que a palavra “rato”, ainda que por uma relação metafórica, representa um novo significado, uma peça usada em computadores. Entretanto, a notícia de jornal que lamenta a existência de inúmeros ratos na política nacional serve também como exemplo de neologismo semântico? A datação desse significado não é nova, mas não é isso apenas que exclui a resposta afirmativa, pois existe uma fronteira nem sempre muito demarcada entre neologismo semântico e metáfora conceitual.

Interessa ainda chamar a atenção para o caso dos “neologismos aparentes”, aqui comentado a partir do trecho de Manoel de Barros.

As coisas tinham para nós uma **desutilidade** poética.
Nos fundos do quintal era riquíssimo o nosso **dessaber**.
A gente inventou um truque pra fabricar brinquedos com
palavras.
O truque era só virar bocó.
Como dizer: Eu pendurei um bentevi no sol...

(*Livro sobre o Nada*: 1999, p. 76)

Desutilidade...dessaber... Palavras que Manoel de Barros criou em seu poema, para falar que a poesia usa as palavras como se brincasse com elas? Não. A reinvenção do poeta pode estar até no resgate, mas não na criação dessas duas palavras, que existem, estão dicionarizadas há tempos, e, no máximo, podem parecer neologismos. Muitas vezes, palavras como essas são, na verdade, ARCAÍSMOS, formas em desuso, recuperadas consciente ou inconscientemente pelo usuário da língua.

Entenda-se então o ARCAÍSMO como a palavra ou expressão que, embora usada numa determinada época, acabou substituída por outra de sentido idêntico ou perdeu o seu campo de referência em virtude das transformações que se foram operando ao longo do tempo no contexto científico-tecnológico, na organização social, nas ideologias. Coutinho (1976, p. 212) aponta cinco causas como as responsáveis por esse “sumiço” lexical:

- (i) o desaparecimento de instituições e a mudança de costumes ou de objetos tornaram fora de uso os termos correspondentes: *bucelário* / *catapulta* / *guarvaia* / *suserano*.
- (ii) a substituição de termos por outros de significado idêntico consagrados pelo uso: *arteirice* por “astúcia” / *asinha* por “depressa” /

¹¹ As duas palavras foram usadas, respectivamente, em O Globo (18/07/2002) e Jornal do Brasil (25/03/2002). As frases foram: “O meta-Casablanca de Woody Allen” e “As bingólatras são mulheres com mais de 50 anos que veem no bingo um ponto de diversão bonito e seguro”.

detença, por “demora” / *pulcra*, por “bela” / *punçante* por “pungente”.

(iii) o eufemismo ou a degradação de sentido restringem o uso ou eliminam a palavra: *concubina*, por “amiga (= amante)” / *drudo*, por “amante” / *feder*, por “não exalar bem” / *parir*, por “dar à luz” / *tratante* por “negociante”.

(iv) o sentido especial dado a certos vocábulos “esvazia” o emprego de uma palavra naquela acepção: *físico*, por “médico” / *lente*, por “professor universitário” / *manha*, por “dote de espírito”.

(v) a homonímia responde pelo apagamento de uma forma que concorre com outra: *ca* (= porque) x *cá* (advérbio) / *u* ou *uh* (= onde) x *u* (a vogal, ou a pronúncia do artigo masculino) / *pera* (prep. arcaica) x *pera* (= fruta) / *pulo* (P1 do verbo “polir”) x *pulo* (P1 do verbo “pular”).

Tanto o neologismo como o arcaísmo figuram numa área sombria dos estudos linguísticos, os vícios de linguagem. Como muitos dessa lista de “condenados”, somente o bom-senso e a amplitude de observação do pesquisador dirá se há ou não uma justificativa para o uso de cada um deles. Sendo expressivo, necessário ou criativo, nada poderá danificar seu emprego.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Global, 2009.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

AZEREDO, José Carlos S. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2018.

CARDOSO, Wilson & CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica; português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

COSTA, Sérgio Correa da. *Palavras sem Fronteiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTINHO, Ismael de L. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*. 3 vol. Rio de Janeiro: INL, 1966.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio – versão 7.0*. Curitiba: Positivo, 2010. CD-ROM.

FONSECA, Fernando Peixoto. *O Português entre as Línguas do Mundo*. Coimbra: Livr. Almedina, 1985.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Geo-História do Português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2006 e 2009 – CD-rom.

MACHADO, José Barbosa. *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesa*. Braga: Ed. Vercial, 2012.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do Latim Vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa* –versão 1.0. Rio de Janeiro: DTS Software do Brasil, 1998.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1955.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1969.

AS VOGAIS ÁTONAS NO *DICTIONARIUM* DE JERÔNIMO CARDOSO: PARA A RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA FONOLÓGICO DO PORTUGUÊS EUROPEU DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

Mário Eduardo VIARO
Universidade de São Paulo (USP)
maeviaro@usp.br

RESUMO: A primeira edição do *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (publicada em Lisboa, entre 1562-1563), de Jerônimo Cardoso (c1508-1569), traz uma série de informações preciosas para os estudos etimológicos, entre as quais se encontram variantes gráficas, que apontam também para uma variação lexical de palavras muitas vezes consideradas como o primeiro testemunho na língua portuguesa. No entanto, um estudo mais minucioso dos aspectos fonéticos e fonológicos reconstruíveis na sincronia pretérita em que essa obra foi impressa, a saber, a segunda metade do século XVI, pode trazer à luz considerações importantes não só para a lexicologia, mas também para a lexicografia. Investigam-se alguns desses fenômenos fonéticos reconstruídos a partir do registro gráfico, dando maior destaque à variação vocálica das vogais átonas, tanto pretônicas, quanto postônicas, tanto iniciais, quanto finais. A principal observação que se nota é que a descrição, mesmo que seja de um único texto de um único autor, situado numa época muito específica, pode trazer grande fundamentação ao entendimento da mobilidade e variabilidade linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Jerônimo Cardoso; Lexicografia; Lexicologia; Fonética Histórica; Sincronia Pretérita.

O CORPUS E SUA HISTÓRIA

Jerônimo Cardoso (em latim *Hieronymus Cardosus*) viveu no final da dinastia portuguesa de Avis, entre os reinados de D. Manuel I e os dois primeiros anos do governo de D. Sebastião I. Sua obra é anterior à publicação dos *Lusíadas* (1572), à gramática de Gândavo (1574) e à Ortografia de Nunes de Leão (1576).

Quando nascera, em cerca de 1508, fazia mais de uma década que haviam sido publicados os dicionários de Nebrija, tanto o latim-espanhol (1492) quanto o espanhol-latim (1495). Pouco depois de seu nascimento publicaram-se os *Vocabula* de John Stanbridge (1510). A obra do inglês, contudo, não deve ter tido influência sobre seu *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem* (1562-1563), publicado por volta de seus 55 anos. Sete anos depois, em 1569, Cardoso faleceria, deixando uma obra póstuma ainda mais vasta, publicada entre 1569-1570 sob o título de *Dictionarium latinolusitanicum et vice versa Lusitanico latinũ*, que teria demorado 36 anos para ser elaborada, segundo relata a sua esposa, Felipa Cardosa, na autorização do rei à guisa de prefácio. Isso nos faz pensar que, se Cardoso tivesse concluído essa segunda obra exatamente no ano de seu falecimento, ele a teria iniciado por volta dos 25 anos, de modo que o mais provável é que a iniciara ainda mais jovem. Mais ou menos com essa idade, em 1530, oito anos após o falecimento de Nebrija, Jerônimo Cardoso teria terminado os estudos em Salamanca e retornava a Portugal. Com menos de 30 anos, vê-

se Cardoso em um discurso proferido na Universidade de Lisboa, no mesmo ano em que saía a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira.

Entre esse período e a publicação do primeiro dicionário português-latim de Cardoso publicam-se também as obras de João de Barros (*A cartinha*, de 1539 e a *Grammatica da lingua portuguesa*, de 1540) e o *Dictionnaire françois-latin* de Robert Estienne (1539) e, mais tarde, o seu *Dictionariolum puerorum latino-gallicum* (1550). Também entre 1551-1563, durante o reinado de D. João III e da regência de Catarina da Áustria, publicam-se obras importantes, como os oito volumes da *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, e os três primeiros volumes das *Decadas*, de João de Barros. Da mesma época há a notícia da existência de um *Dictionnarium Lusitanum et Latinum*, elaborado por Francisco Sanches de Castilho, pronto no ano de sua morte (1558), hoje desaparecido.

Na falta de maiores informações sobre Castilho, é sobre os vocabulários de Cardoso que tanto um etimólogo quanto um lexicógrafo devem debruçar-se para estabelecer não só a sincronia pretérita da expressão cardosiana, mas também para entender os assuntos presentes no *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*, publicado em Lisboa. Todas as demais obras de Cardoso foram publicadas em Coimbra.

A língua portuguesa quinhentista que se encontra no dicionário de 1562-1563 talvez tenham os elementos lameções da origem de Jerônimo Cardoso, mesclados com elementos de outras regiões portuguesas, dada a trajetória biográfica do autor, ainda um tanto obscura. Sobretudo a variante lisboeta deve refletir-se mais nela do que na obra de 1569-1570, que muito provavelmente passou por uma padronização ortográfica mais apurada em Coimbra. É possível também admitir parte da variação que lá se encontra talvez se deva também à influência de elementos linguísticos alheios à expressão de Cardoso, procedentes dos que trabalhavam na tipografia real de João Álvaro. Em menor escala, o espanhol salmaticense, dada a importância de Nebrija nesse contexto lexicográfico, deve ter tido também alguma influência linguística na expressão cardosiana de sua primeira obra. Cumpre ainda lembrar que Jerônimo Cardoso tinha contatos com pessoas cultas de diversas origens, como o eborense André de Resende, o alenquerense Damião de Góis, entre outros, cuja diversidade de expressão ainda estava longe de padronizar-se. De qualquer forma, ainda que a segunda edição ampliada de 1569-1570 tenha diferenças significativas do ponto de vista linguístico em relação à primeira edição, as quais revelam algum tipo de intervenção alheia, observa-se que há nela, em grande medida, uma padronização menor, se comparada com seu dicionário latim-português. Isso tudo possibilita a indagação acerca das outras mãos que certamente alteraram seus textos originais.

Focando as variantes presentes nas duas edições da obra de menor extensão (sobretudo na primeira), a saber o dicionário português-latim, sem comparar com as soluções da obra maior, póstuma, o dicionário latim-português, observam-se vários elementos gráficos que permitem uma reconstrução fonológica desse português da segunda metade do século XVI, como será visto adiante.

O SISTEMA CONSONANTAL PORTUGUÊS DA 2ª METADE DO SÉCULO XVI

Chama à atenção nas escritas antigas a existência de algumas manutenções gráficas. Postula-se que a falta de confusão entre <ss> e <ç> em cantigas medievais, sobretudo de autores que provêm de regiões mais setentrionais é a prova de uma distinção fonológica hoje rara, se ainda existente. José Leite de Vasconcelos (1928, 1985) descobre, em seus inquéritos, a existência da oposição entre duas fricativas surdas

no início do século XX, a saber, um “s côncavo” (apicoalveolar) que se distingue (hoje diríamos “fonologicamente”) de um “ç convexo” (laminoalveolar) em muitas localidades. O principal motivo dessas distinções seria etimológico, à semelhança do que faz o galego e o castelhano setentrional, com relação ao <s> apicoalveolar e o <z> ou <c+e,i> interdental. Em zona maior, na chamada área do “s beirão”, houve perda da oposição, prevalecendo apenas o som apicoalveolar, ao passo que uma neutralização similar, contudo pendente para o som dorsoalveolar, predominaria no centro-sul. Essa segunda neutralização acabou tornando-se, ao longo do tempo, modelo para a pronúncia padrão do português, tanto na Europa, quanto em suas ex-colônias. Igualmente, no castelhano meridional e no espanhol americano, o som dorsoalveolar do <s> neutralizando a oposição do espanhol padrão madrilenho se tornou frequente ou preponderante, havendo ou não hoje nessas áreas meridionais a oposição original, quando não hipercorreções. Na linguagem popular da aldeia de Parada do Monte, no alto Minho, o *s* distinguia-se do *ç*, na época de Vasconcelos, “como em toda a raia do Norte e na Beira, por exemplo: *çinco*, *seis*, o que, como é sabido, está de acôrdo com a ortografia antiga”. Afirmacões parecidas de Vasconcelos existem para a fala de Aguiar da Beira, Alfândega da Fé, Algodres, Almeida, Avelanoso, Bragada, Bragança, Campo de Vóboras, Canas de Senhorim, Carção, Carragosa, Carrazeda de Ansiães, Carregal do Sal, Carvalhais, Carvalhal, Castorigo, Castro de Avelãs, Celorico da Beira, Chãs de Tavares, Chaves, Conlelas, Curopos, Deilão, Figueira de Castelo Rodrigo, Izeda, Lajeosa, Lamas, Laviados, Lebução, Macedo de Cavaleiros, Mangualde, Matança, Matela, Meda, Melgaço, Moimenta, Monção, Montalegre, Montezinho, Moreira de Rei, Murça, Murtosa, Nave de Haver, Paredes de Coura, Pedras Salgadas, Quinta da Ponte, Ribeira da Pena, Rio Frio, S. Joanico, Sacoias, Salselas, Santa Comba, Santulhão, Sarapicos, Seia, Sezures, Soutelo, Telões, Tondela, Torre de D. Chama, Vale de Nogueira, Valença, Valpaços, Vargem, Vila Verde de Chaves, Vilar Formoso, Vilar Seco e Vimioso. Também o -s- e o -z- intervocálicos, fricativas sonoras, (como em “casa” e em “doze” respectivamente) são dois sons distintos na maioria dos lugares acima pesquisados, ou seja, o <s> intervocálico seria apicoalveolar e o <z>, laminoalveolar. Hgualmente havia a distinção entre a fricativa <x> e a africada <ch>.

Se era assim a situação do português europeu no início do século XX de Vasconcelos, como não imaginar que a oposição fosse mais intensa no século XVI de Cardoso? De fato, pensando nos grafemas utilizados pelo lexicógrafo do Renascimento, observamos que, em suas palavras, não se usa a grafia <ch> onde hoje temos <x>, nem *vice-versa*. Isso nos induz a postular que a oposição entre a africada *[tʃ] representada por <ch>, tal como vemos no galego ainda hoje, distinguia-se de uma fricativa *[ʃ]. Essa talvez seja a interpretação mais acertada da falta de confusão entre esses grafemas, muito embora seja possível alegar que, mesmo na ausência de dicionários e gramáticas normativas anteriores, haveria uma *tradição gráfica*, o que lança a oposição para sincronias anteriores à da época de Jerônimo Cardoso, que só a teria conservado, mas que não fazia essa diferença fonológica. Nesse caso, pensaríamos que Cardoso, como a pessoa culta que era, estaria fazendo a oposição grafemática <ch> ~ <x> simplesmente por tradicionalismo e que essa distinção já não existia em sua época ou no seu modo de falar.

Há, todavia, vários indícios para pensarmos que Cardoso não era cegamente afeito à grafia tradicional, que seria tão arduamente defendida mais tarde por Nunes de Leão. Como Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros, a grafia de Cardoso buscava algum distanciamento entre a escrita portuguesa e a latina. Esses dados depõem a favor de uma distinção fonológica entre <ch> e <x> em Cardoso. Por exemplo, na primeira edição vemos *acusação* [5r] e não *accusação*, como na segunda edição [3r],

que teria sofrido padronizações, como vimos. Por outro lado, é também possível argumentar que o inverso também se encontra, como *afirmação* [8r] na primeira edição, que aparece como *afirmação* [5r], na segunda. Esse segundo caso, porém, é bem menos frequente.

Cardoso tampouco se influencia pela pronúncia latina: por exemplo, não corrige a grafia portuguesa *enuentairo* pela tradução latina, que vem a seguir, a saber, *inuentarium* [55v], como farão os dicionaristas do século seguinte. Mesmo uma palavra tão suscetível a latinizações, como *Deos* [28v, 74v, 85r e na segunda edição outras três vezes, nos fólhos 14r, 73r], sempre era grafada à maneira como Oliveira preconizava que deveriam ser as semivogais, em vez da forma latina *Deus*. Por meio de muitíssimos exemplos, é fácil perceber a predileção de Cardoso pela grafia fonética, sobretudo na primeira edição, e não pela grafia ortográfica.

Desse modo, com base em todo o *corpus* de vocábulos, é possível afirmar algumas peculiaridades fonológicas presentes em Cardoso, deduzidas de sua grafia, tais como:

- 1) A existência de uma distinção entre <ch> ~ <x>;
- 2) Oposição <s> ~ <ç> no início da palavra e uma situação de instabilidade em outras posições;
- 3) Impossibilidade de afirmação de que havia instabilidade entre <am> e <ão> na posição átona final;
- 4) Sobretudo na segunda edição observa-se a marcação de vogais longas em monossílabos terminados em <r>.

Iniciemos a exposição por algumas peculiaridades consonantais, para em seguida detalharmos o estudo das vogais átonas em Cardoso.

É possível a reconstrução do seguinte sistema consonantal da segunda metade do século XVI, baseado no IPA:

	bilabiais		labiodentais		dentais		alveolares		Palatais		velares	
			s									
plosivas	*p	*b			*t	*d					*k	*g
fricativas			*f	*v			*s	*z	*ʃ	*ʒ		
							*ʂ	*ʐ				
africadas									*tʃ			
nasais	*m					*n				*ɲ		
laterais						*l				*ʎ		
vibrante						*r						
simples												
vibrante												
múltipla												

Obviamente, tais formas refletem uma espécie de média articulatória: a distinção entre sons dentais e alveolares numa *narrow transcription* não é possível, de modo que se representa no quadro mais propriamente o número de fonemas consonantais em suas articulações mais frequentes. Passemos agora ao exame de algumas dessas consoantes, que apresentam uma distância maior do português atual, a saber, o sistema de fricativas, que se simplificou no português moderno, a distinção entre labiais e labiodentais, sobretudo na oposição das sonoras /b:/v/ e a indistinção entre laterais e vibrantes no contexto de segundo elemento do ataque silábico. Posteriormente, passa-se a um exame mais detalhado das vogais átonas.

A situação do <ç> era peculiar e digna de um estudo mais minucioso. Alerte-se que, na primeira edição, há vários exemplos de troca pelo grafema <c> muito provavelmente causado por um problema editorial de indisponibilidade de tipos: *cabeca* [41r], *cabecão* [27v], *canico* [29v], *citacão* [39r], *compensacão* [33r], *consagração* [34v], *consolacão* [34v], *constituicão* [34v], *composicam* [33v], *confeicoar* [34r], *cõsultacão* [34v], *declaracam* [41r], *declaracão* [41r], *dolenca* [61r], *obrigacão* [79r], *tercans* [72r], *toutico* [100r]. Também há, obviamente, várias palavras grafadas com <ç> em que hoje teríamos <c>, uma vez que a normativização do emprego do <ç> ainda não se havia fixado: *alfaçe* [11v], *alfaçinha* [11v], *caçeragem* [28r], *caçere* [28r], *caçereiro* [28r], *caçis* [28r], *defoçinhos* [41v], *desembraueçer* [45r], *destorçer* [47v], *doçe* [49r], *doçemente* [49r], *eçeição* [50r], *emmagreçer* [51r], *emmanqueçer* [51r], *entonces* [54v], *golodiçes* [65v], *lamaçenta* [68v], *poçeiro* [85v]. No entanto, para além dessas questões meramente gráficas, aparentemente <ç> e <s> não se confundem ou começam a se confundir em situações específicas. Por exemplo, é comum encontrarmos o grafema <c> para casos em que hoje temos <s> ou <ss>. Isso ocorre quando seguido de <e> e <i>: *ceda* [21r], *Cerdenha* [38v], *cerralhas* [38v], *necicidade* [42v], *sobrecelente* [46v], *erguerce* [56r], *falcidade* [60v]. Essas palavras também aparecem grafadas com <s> tanto em outras ocorrências na primeira edição, como *seda* em [26r, 35v, 62v, 71v, 95r] ou *sedas* [28v, 95r], quanto na passagem equivalente na segunda edição [14v], além de *necessidade* [32r], *erguerse* [42v], *falsidade* [46v]. Outras continuam sendo grafadas com <c> na segunda edição, como *Cerdenha* [29r], *cerralhas* [28v], *sobrecelente* [35r].

O inverso também é observável: temos <s(s)> no lugar de <c> em palavras com a mesma situação fonotática: *alicerse* [12r], *basteser* [24v], *pareser* [26r], *couses* [26v], *sinco* [28r], *crusificar* [38r], *sedro* [38r], *enmagreser* [41v], *desagradeser* [43v], *desagradesido* [43v], *desagradesimento* [43v], *desapareser* [43v], *desaperseuido* [43v], *desapreseuer* [43v], *desagardesido* [44v], *consertado* [44v], *desconhesimêto* [44v], *descõsertar* [44r-44v], *desconsertar* [44v], *des dentonses* [44v], *siencia* [48r], *disingida* [48v], *disingir* [48v], *doudise* [49v], *garridisse* [64v], *sercar* [77v], *romanse* [93v], *sirugião* [98v], *tousinho* [100r], *trapassento* [100v]. A oscilação gráfica em contextos tão específicos pode produzir a tese de que, uma vez que <se> ≈ <ce> e <si> ≈ <ci>, havia uma indistinção na pronúncia nessas combinações, de modo que não se distinguia, nesses casos, uma pronúncia apicoalveolar *[s̟], tradicionalmente grafada <s(s)e> ou <s(s)i> de uma pronúncia laminoalveolar *[s], grafada <ci> ou <ce>, ou seja, só teríamos um único fonema nesse caso. No entanto, há de considerar-se o seguinte:

(a) Encontra-se, por vezes, <ça> no lugar de <sa> após sílabas com coda: *embalçamado* [50v], *embalçamar* [50v], *estençamente* [59r], *falça* [86r], *recompençar* [90v], *repreção* [91v]. O mesmo ocorre, mais raramente com <ço>, grafado <so>: *falço* [20r]. O inverso, todavia, também se encontra, pois vemos <sa> ou <so> onde há o moderno <ça> ou <ço>: na edição de 1563-1564: *compreisam* [33v], *desauensa* [44r], *descalsar* [44r], *descalso* [44r], *desenferensada* [45v], *desenferensar* [45v], *desengrasadamêto* [45v]. Na edição de 1569-1570, porém, tais palavras são corrigidas para <ç>: *desauença* [33r], *descalçar* [33r], *descalço* [33r], *desenferêçada* [34v], *desenferençar* [34v], *desengraçadamente* [34v]. Tudo indica que nesses casos, portanto, que podemos falar de indistinção entre a pronúncia apicoalveolar e laminoalveolar, ou seja, um único fonema poderia ocupar essa posição;

(b) Complementando o caso acima, é possível ainda encontrar outros exemplos em que <ç> (ou, mais raramente <c>) intervocálico ocorre no lugar de <ss> entre duas vogais <a> ou entre um <e> e um <a> tônico: *argamaça* [18r], *argamaçar* [18r], *conficam* [34r], *deuaça* [47v], *deuaçada* [47v], *engeçar* [53v], *entereçar* [54v],

paçaros [103v], *soaçar* [96v]. Mesmo que muitas dessas formas tenham sido corrigidas na segunda edição, esses dados nos levam a imaginar que a proximidade de uma vogal *[a] ou *[ã] tônica acarreta uma preferência pela pronúncia laminoalveolar *[s] nesse contexto, grafada <ç>, que não se vê na direção inversa, em posição intervocálica. Dito de outro modo, palavras tradicionalmente grafadas com <ss> são grafadas com <ç> em Cardoso, nessas circunstâncias, mas palavras tradicionalmente grafadas com <ç> não são grafadas com <ss> neste mesmo contexto específico;

(c) A prática inversa, ou seja, a grafia <s> ou <ss> no lugar de <c> ou <ç> é mais raro no contexto intervocálico, no entanto, observe-se que ocorre com outras vogais tônicas diferentes de <a> ou quando ambas são átonas: *dasuquere* [11v], *dobradissa* [28v], *assor* [30r], *preso* [33v], *debrussos* [41r], *descorasoado* [44v], *descorosoamento* [44v], *entrepesso* [55r], *macisso* [71v]. Nesse novo contexto, não se encontram casos em que <c> ou <ç> se usam no lugar de tradicionais formas com <s> ou <ss>. Tais dados nos fazem entender que a pronúncia apicoalveolar *[ʃ] era preferida. Uma exceção seria *cansasso* [29v];

(d) Também vemos palavras grafadas consistentemente com <ç-> inicial. Na edição de 1563-1564 vemos *çafada* [38r], *çafar* [38r], *çafira* [38r], *çafões* [28r], *çafra* [28r], *çamarra* [38r], *çambarquo* [38r], *çapata* [38r], *çapatada* [38r], *çapataria* [38r], *çapatear* [38r], *çapateiro* [38r, 70r], *çapateta* [38r], *çapato* [38r], *çaragoça* [50r], *çarrafar* [38r], *çocos* [39r], *çorça* [39r], *çugidade* [39r], *çuja* [39r], *çujamente* [39r], *çujar* [38r], *çumagre* [39r], *çumarenta* [39r], *çumo* [39r], *çurrador* [39r], *çurrão* [39r], *çurrar* [39r]. Todas essas formas mantidas na edição de 1569-1570, que ainda acrescenta *çaramago* [28v]. Derivadas dessas palavras, mas não em posição inicial absoluta, encontram-se *açugentada* [6r], *açugentamento* [6r], *ençumagrar* [52v]. O uso de <ç> nesses casos é, na maioria das vezes, etimologicamente justificável, por representarem a distinção árabe entre <س> e <ص>. Muitas vezes, contudo, parecem ser o resultado da neutralização da distinção */s:/s/, pronunciada sempre *[s] por ser iniciais, seguida por <a>, <o> ou <u>;

(e) Por fim, algumas vezes encontra-se o grafema <x> para o tradicional <z> na posição de coda, sobretudo em final de palavras monossílabas ou oxítonas: *atrox* [22r], *auestrux* [22v], *nox* [66r], mas também em *Lixboa* [70r]. Em outras situações de coda, aparecem formas com <z> em palavras de origem árabe, como no espanhol, onde hoje se encontra um <s>: *amezquinhar-se* [14r], *mezquindade* [75r], *mezquinho* [75r], *mezquita* [75r].

Em suma, podemos afirmar que:

- havia um fonema */s/ que se distinguia de um fonema */ʃ/, mas isso não estava mais atrelado à grafia das palavras, exceto em situação de ataque silábico, no início absoluto do vocábulo, onde a distinção parecia ainda existir e ser mais sensível aos falantes, como mostra a oposição consistente entre *çapato* [38r] e *sapo* [94v];
- na posição intervocálica, há neutralização em um único fonema (ou arquifonema, se nos valermos da nomenclatura estruturalista) e, aparentemente, a pronúncia é condicionada pela vogal que se segue, sendo *[s] a forma preferida antes de vogais centrais e posteriores, como *deuaça* [47v] corrigida na segunda edição para *deuassa* [36r] e *[ʃ] antes de vogais anteriores, como *pareser* [26r] ~ *parecer* [44v], ambos como *parecer* na segunda edição [19r, 33v];
- em posição de ataque silábico após sílaba com coda também houve neutralização e a pronúncia *[s] se impunha, como em *falço* [20r] ~ *falso* [20r], ambos como *falso* na segunda edição [14r];
- embora mais difícil de provar, supõe-se que, em posição de coda, a pronúncia *[ʃ] se impunha, como provará o desenvolvimento mais tardio em [ʃ] no

português europeu e em alguns contextos fônicos do português brasileiro, sobretudo antes de [t]; a ampla difusão de [s] em coda, contudo, no território brasileiro, é prova de que a oposição */s/:*/s̃/ nunca existiu nessa posição (exceto talvez em final absoluta), tendo iniciado o processo de neutralização exatamente nesse contexto.

Além desses casos, são muito raros os exemplos de <sc> seguidos de <e> ou <i>, quase sempre grafados como <c>: *acensam* [5v], *acrecentar* [4r], *acrecentador* [4r], *acrecentamento* [5r], *apacentar* [15v], *conciencia* [33v, 44r], *condicipolo* [34r], *crecer* [37v], *crescimento* [37v], *cricimento* [37v], *decendentes* [41r], *decendimento* [41r], *decer* [41r], *decida* [41r], *denascimento* [42v], *dicipula* [48r], *dicipulo* [48r], *diciplina* [48r], *diciprina* [48r], *diciprinante* [48r], *diciprinar* [48r], *nacente* [78r], *nacem* [90v], *nacer* [78r], *nacida* [78r], *nacido* [78r], *nascimento* [78r], *pacer* [81r], *recrecer* [90v], *recrecimento* [90v], *resucitador* [92r], *resucitar* [92r]. O mesmo vale para <xc>: *eçeição* [50r]. A única exceção - provavelmente com grafia etimológica - é *discipulo* [40v]. Isso talvez mostre a inexistência de um possível encontro ★[s̃s], que formaria o atual encontro [fs] no português europeu. Em Cardoso, contudo, acena-se para um *[s], tal como ainda se ouve no português brasileiro. Mais raramente, como resultado da neutralização do par */s/:*/s̃/ encontra-se <s>: *disingida* [48v], *disingir* [48v], com a predominância do <s> do prefixo *des-*.

A grafia <s> para onde há hoje um <x> etimológico também aponta para um *[s̃] na posição de coda: *escramaçam* [56v], *escramar* [56v], *esperiencia* [58r], *esprementado* [58r], *esprementar* [58r], *estençamente* [59r], *estremada* [59r], *estremadamente* [59r], *sesta* [96r].

Em muitos casos, contudo, <s>, e não <ss>, é a representação de um som surdo *[s̃]: *asentado* [59r], *así* [21v, 53r, 54v, 70v, 83r, 83v, 85r, 92r, 93r], *asim* [33r, 57r, 58r, 60r, 63v, 82v, 83r, 89r], *asouios* [26v], *asy* [54v], *atalalhado* [21v], *atalhar* [21v], *aueso* [30v], *basoura* [24v], *bisexto* [15v, 25v], *comisairo* [33r], *comisam* [33r], *compasar* [33r], *condesa* [34r], *confesor* [34r], *dea sedar* [95r], *desasesegar* [44r], *desatrauesar* [44r], *des compasada* [44r], *desecar* [45r], *desemelhança* [45r], *dezaseis* [48r], *dezasete* [48r], *disimulaçam* [48v], *disimulada* [48v], *disimuladamente* [48v], *disimulado* [48v], *disimular* [48v], *ensoso* [54v], *entresachar* [55r], *escasamête* [56v], *escasamente* [56v], *escaseza* [56v], *escaso* [56v], *fosar* [62v], *groso* [61r], *imposiuel* [68r], *impossibilidade* [68r], *madre silua* [71v], *malasadas* [72v], *malasombrado* [72v], *pasada* [104r], *pasar* [41v], *pasaro* [20r, 39v], *pesego* [84v], *pesegueiro* [84v], *pesoa* [34r, 84v], *pintasirguo* [85r], *resucitador* [92r], *resucitar* [92r], *resurgir* [92r], *sesenta* [96r], *sobresalto* [4r, 46v], *tornasol* [100r], *tosegoso* [100r], *traueseiro* [100v], *traueso* [100v], *trespaso* [101r], *vosa* [75r]. O inverso é bem mais raro, mas a grafia <ss> para um *[z̃] sonoro se encontra, porém, em: *enuessadamente* [55v], *enuessado* [55v], *pobressa* [75v].

No tocante à distinção entre um fonema */z/ e um */z̃/, os indícios gráficos são ainda mais tênues. Em estágios mais antigos, a pronúncia laminoalveolar *[z̃] seria representada sempre pelo grafema <z>, ao passo que a forma apicoalveolar *[z] seria a pronúncia do grafema <s> intervocálico. No entanto, <s> é a representação de palavras que hoje seriam grafadas com <z>: *abalisar* [2r], *abalizador* [2r], *acupaçõesinha* [5r], *alcaçus* [91r], *alcatrus* [10v], *algos* [94r], *arrasoadamente* [18v], *arrasoadado* [18v], *arrasoamento* [18v], *arresoado* [19v], *arresoar* [19v], *atemorisado* [21v], *atemorisamento* [21v], *atemorizar* [21v], *atenasado* [21v], *atenasar* [21v], *balisa* [23v], *balisar* [23v], *autorisadamente* [22v], *autorisado* [22v], *autorisar* [22v], *boutisar* [26v], *cantarsinho* [30r], *chafaris* [39r], *codornis* [32v], *derrais* [43r], *desmaselada* [46v], *desmaseladamente* [46v], *despresarse* [47r], *despresiuel* [47r], *emperatris* [51v], *enxadres* [55v, 67r], *fas* [26r], *ferosamente* [62r], *firmesa* [62v], *fiusa* [62v], *gagues*

[64v], *ganis* [64v], *gis* [65v], *mascara* [74r], *riquesa* [22v], *juiso* [17r, 41r], *ju.so* [42r], *larguesa* [69v], *lingoaras* [70r], *lingoarasmente* [70r], *mulhersinha* [76v], *praines* [87r], *prelasia* [87v], *presar* [88r], *prestesa* [87v], *primaas* [88r], *prioris* [88r], *profetisar* [88r], *puresa* [87r], *ragalis* [91r], *rais* [89v], *rapas* [90r], *rapasia* [103r], *relosir* [91r], *rijesa* [92v], *tamalaues* [98r], *torpesa* [100r], *verniz* [102v], *viuesa* [104r].

Na direção contrária, <z> é a grafia para palavras hoje grafadas com <s>: *alferez* [11v], *Aragoez* [17v], *arnez* [18v], *azinha* [20v], *conuez* [35r], *cortez* [36v], *cozer* [70v], *defeza* [99v], *demazia* [42r], *demaziada* [42r], *demaziado* [93r], *derreuez* [43r], *despeza* [47r], *despezo* [47r], *detraz* [47v], *endemazia* [53r], *escandaloza* [56v], *escuzar* [57r], *ezcarlata* [60r], *fuzo* [72r], *genouez* [65r], *gracioso* [49r], *lizo* [15r], *maluazia* [72v], *marquez* [73v], *marqueza* [73v], *meza* [73r, 96v], *neruozo* [78v], *nonez* [82r], *oriuez* [80v], *ouriuez* [97v], *palrrezia* [99v], *perigozo* [93r], *peza* [84v], *pomez* [83r], *prezos* [101v], *princeza* [88r], *priguiçozo* [88r], *reprezar* [91v], *reuoltozo* [92v], *rezina* [92v], *rezinado* [92v], *riscozo* [93r], *rouinhozo* [93v], *salamanquez* [94r], *sarnozo* [69r], *simpres* [96r], *simpresmente* [96r], *tinhozo* [99r], *trauez* [47v], *traz* [15r], *tunez* [100r], *vezugo* [103r].

Essas duas situações mostram que não havia, aparentemente distinção fonológica entre os dois fonemas, sendo indistintamente pronunciados *[z] ou *[ʒ] em todas as posições que aparecessem. Da mesma forma, não é possível provar que <g> e <j> seguidos de <e> ou <i> representavam fonemas distintos, sendo provavelmente pronunciados sempre como *[ʒ] e não *[dʒ]: *açugentada* [6r]; *açugentamento* [6r], *alfange* [11v], *alforge* [11v], *alogear* [12v], *ameigea* [14r], *anginho* [15r], *azambugeiro* [23r], *beringela* [25r], *cereigeira* [38v], *çugidade* [39r], *doutrogeito* [49v], *engeitado* [53v], *engeitar* [53v], *geira* [65r], *geito* [20v, 65r], *geitosa* [65r], *gesmim* [65r], *gêto* [27v], *ginga* [65v], *gingeira* [65v], *logia* [70v], *magestade* [72r], *sogeitamento* [96v], *sogeitar* [96v], *sogeito* [96v], *sugigada* [97v], *sugigr* [97v], *tigolo* [99r], *zambugeiro* [104v] ao lado de *chantajem* [39v], *grumetajem* [66v], *jeço* [53v], *jenelosia* [66v], *lingoajem* [70r], *linguajem* [54r], *menagem* [74v], *mensajeiro* [74v], *mensajem* [74v], *penujem* [84r], *portajeiro* [86r], *portajem* [86r], *potaje* [86v], *saluajem* [94v], *tanjedor* [98r], *tanjer* [94r, 98r], *vantajem* [69v], *viajem* [103r].

O português é a única língua da Península Ibérica que conservou a distinção /b/: /v/. Em Jerônimo Cardoso, contudo, vê-se alguma oscilação entre algumas formas. São grafadas com formas como: *abespa* [2v], *abespam* [2v], *abespinha* [2v], *arrebear* [19v], *barredeira* [90v], *barrer* [24r], *barruga* [24v], *barruguento* [24v], *barruguinha* [24v], *basoura* [24v], *basouro* [24v], *bespara* [25v], *bespera* [2v, 25v], *bibora* [25v], *bisconde* [25v], *biscondessa* [25v], *bolta* [26r], *bolteador* [26r], *boltear* [26r], *boluer* [26r], *carboeira* [31r], *carboeiro* [31r], *desacobardar* [43r], *desemboltamente* [45r], *desemboluerse* [45r], *emboltouro* [51r], *resbalar* [92r], *sobaco* [96v]. Inversamente, grafam-se com <v> as formas: *auelhas* [104v], *desaperseuido* [43v], *desapreseuer* [43v], *en seuar* [54v], *liura* [70v, 74r, 96v], *retauolo* [92r], *seuo* [96r], *tauo* [98r], *tauada* [98v], *tauado* [98v], *tauoinha* [98v], *tauola* [98v], *tauoleiro* [98v], *tauo.eiro* [98v], *voda* [104r], *vure* [104v], *zaravatana* [104v]. No entanto, é difícil postular uma indistinção dos dois fonemas, embora se veja, como fruto de uma possível neutralização, uma predileção de *[b] em início da palavra ou após sílaba com coda.

Também foi cara à normatividade do português quinhentista, sobretudo posterior ao período de Jerônimo Cardoso (por exemplo, com Nunes de Leão), a preferência de formas com encontros consonantais com <r>, correspondentes às formas atuais com <l> na atual norma culta. Exemplifiquem-se: *acrarada* [4v], *acrarar* [4v], *afamar* [8v], *afrição* [8v], *afrigidamente* [8v], *afrigido* [8v], *afrigir* [8v], *apracado* [17r], *apracar* [17r], *aprainar* [17r], *compreisam* [33v], *concruir* [34r], *concrusam* [34r], *concruso*

[34r], *corchete* [35r], *cramar* [37r], *crara* [9r, 37v], *desemprastar* [45r], *diciprina* [48r], *diciprinante* [48r], *diciprinar* [48r], *emprastar* [52r], *emprasto* [52r], *empubrico* [52r], *encrinação* [53r], *encrinado* [53r], *encrinar* [53r], *encrinarse* [53r], *enframaçam* [53v], *enframado* [53v], *enframar* [53v], *enframengo* [53v], *Frâdes* [27r], *enfruir* [53v], *escramaçam* [56v], *escramar* [56v], *escrarecer* [56v], *escrarecido* [56v], *frama* [63v], *framenga* [63v], *framengo* [63v], *Frandes* [27r, 55v, 63v], *frauta* [64r], *frecha* [64r], *frecheiro* [64r], *freima* [64r], *freimatico* [64r], *fror* [64r], *frorecer* [64r], *frorida* [64r], *froridamente* [64r], *grosa* [66v], *grosador* [66v], *grosar* [66v], *grotão* [66v], *incrinação* [67v], *incrinada* [67v], *incrinar* [67v], *ingraterra* [68r], *Ingres* [50v, 68r], *malencrinado* [72v], *negrigencia* [78v], *negrigente* [78v], *negrigentemente* [78v], *pintasirguo* [85r], *praina* [87r], *praines* [87r], *praino* [87r], *praneta* [60v, 71r, 87r], *pranta* [87r], *prantada* [87r], *prantar* [87r], *pubrica* [88r], *pubricamête* [86v], *pubricar* [20v, 86v], *pubrico* [68v, 79v, 86v], *recramação* [90r], *recramar* [90r], *recramo* [90r], *reprica* [91v], *repricar* [91v], *repubrica* [91v], *simprez* [96r], *simpreza* [96r], *simprezmente* [96r]. O rotacismo em coda vocálica, comum em dialetos europeus e no português brasileiro, contudo, não se testemunha em Jerônimo.

O SISTEMA VOCÁLICO PORTUGUÊS DA 2ª METADE DO SÉCULO XVI

É possível postular um sistema vocálico para o final do século XVI equivalente a:

	anteriores	centrais	Posteriores
fechadas	*[i] *[ĩ]		*[u] *[ũ]
semifechadas	*[e] *[ẽ]		*[u] *[ũ]
semiabertas	*[ɛ]		*[ɔ]
abertas		*[a] *[ã]	

Embora as vogais nasais, conhecidas como *escuras* por Fernão de Oliveira (1536), já sejam testemunhadas no período quinhentista, não é possível saber, com certeza se o grau de abertura de *[ã] seja semiaberto. Grafias como a de *maar* [73v, 86r] mostram a presença de vogais longas em determinados contextos fônicos, a saber, em monossílabos terminados em <r>. Casos como esse são mais bem representados na edição de 1569-1570, uma vez que aparentemente marcam, por meio de diacríticos, um alongamento da vogal tônica por causa da coda em <r> final, resultado de crases: *côr* [19v], *côr* [26v], *cór* [37r], *têr* [53r], *têr* [79r], *tér* [79r] etc. Nessa edição também se encontram grafias *mâr* [69r], *már* [56v]. Se, por um lado, a ocorrência de vogais longas é praticamente certa no âmbito fonético, por outro, a existência de uma possível oposição fonológica entre */a/ e */a:/, */e/ e */e:/, */o/ e */o:/ deveria ser investigada com mais atenção.

Aparentemente, a pronúncia *[ãw] em sílabas finais, tônicas ou átonas, é grafada indistintamente como <am> ou como <ão> em Cardoso. A maior prova disso são frequentes oscilações de palavras de origem latina variada, isto é, terminadas em -ANEM, -ONEM, -ANUM e -UDINEM e também as de origem não latina. Exemplos: *aleijam* [11r] ~ *aleijão* [57r], *cam* [13r, 77r] ~ *cão* [30r, 30v, 32v], *capitam* [30v] ~ *capitão* [7r], *caram* [30v] ~ *acarão* [4r], *cham* [39v] ~ *chão* [30r, 75r], *condiçam* [34r, 42r] ~ *côdição* [42r], *coraçam* [49r, 72r] ~ *coração* [35v, 49v, 73v, 98v], *declaracam* [41r] ~ *declaração* [41r], *escriuam* [56v, 60v, 61v] ~ *descriuão* [31r], *desobrigaçam* [46v] ~ *obrigação*

[79r], *desposiçam* [72v] ~ *desposição* [47r], *feičam* [47v, 49v, 61v] ~ *feição* [33r, 42r, 47v], *geraçam* [37v] ~ *geração* [65r, 101v] ~ *geração* [88r], *guarniçam* [65r] ~ *guarnição* [65r], *liçam* [70r] ~ *lição* [40r], *mam* [56r] ~ *mão* [3v, 13v, 40r, 81v, 82v, 93r, 101v] ~ *mãos* [2r, 9r, 11r, 23v, 40r, 52r, 54r, 57v, 58v, 60r, 69r, 99v] ~ *maõs* [65v], *melam* [74v] ~ *melão* [28v], *nam* [31v, 37v, 52r, 77v] ~ *não* [8r, 52r, 61r, 69r, 95r, 102r] ~ *nãotem* [103v], *oraçam* [61r] ~ *oração* [37v], *pam* [11r, 41r, 58r, 69v, 81r] ~ *pão* [17v, 18r, 20v, 52v, 75r, 76v, 79r, 81v, 85v, 92v, 97v, 98v] ~ *depão* [89v], *pinham* [85r] ~ *pinhao* [66r], *pregam* [87v] ~ *pregão* [68v], *prisam* [88r] ~ *prisão* [38r], *regiam* [26v, 27r] ~ *região* [91r], *sabam* [51v] ~ *sabão* [14r, 94r], *sam* [62v, 94v] ~ *são* [63v], *viraçam* [61r] ~ *viração* [103r]. Por outro lado, a palavra para “mãe” é constantemente grafada sem til: *mai* [99r] ~ *may* [72r, 80v, 81r], o que faz lembrar formas atuais como *nai* em galego.

Grafa-se com <am> final: *abegam* [2v]; *abespam* [2v], *Abram* [3v], *abusam* [3v], *açafram* [5r], *acensam* [5v], *Adam* [6v], *Aguiam* [9v], *aguilham* [9v], *alacram* [10r], *alam* [10r], *alcatram* [10v], *alegaçam* [11r], *algodam* [11v], *aluiam* [13r], *amarelidam* [13r] entre muitas outras. Por outro lado, algumas palavras grafadas com <am> ou <an> refletem a vogal nasal hoje grafada como <ã> e não um ditongo: *afam* [7v], *albaram* [38r], *aminhã* [48r], *menham* [42v]; *gran* [66r, 99r], *quartans* [72r, 89r], *tercans* [72r]. Por fim, grafam-se com <ão>: *abelhão* [2v, 30r], *abitação* [3r], *aceição* [5v], *aceitação* [5v], *acupação* [5r], *acupaçãozinha* [5r], *acusação* [5r], *administração* [7r], *admiração* [7r], *adoração* [7r], *afeição* [7v], *afirmação* [8r], *afrição* [8v], *apelação* [9v], entre muitas outras. Isso vale para os poucos verbos conjugados que também existem no *corpus*, como *andão* [36r], *iulgão* [91r], mas *lauam* [69r]. Raramente, temos <ao> ou <áo>: <ão>: *enuao* [55r], *pinhao* [66r], *temporáo* [98v].

A semivogal *[w] é grafada como <o>, como se vê acima e também em outras representações de ditongos como <ao>, em vez de <au>. Exemplos: *argao* [18r], *calhao* [29r], *grao* [23r, 66r], *balandrao* [23v], *carapao* [30v], *degrao* [41v, 41r, 56r], *denao* [85v], *mao* [15r, 42r, 73v], *nao* [10v, 26v, 28r, 62v, 69r, 71r, 77v, 84r, 95r, 102r, 103r], *naos* [18r, 24r, 35r], *pao* [66r, 81v, 102r], *rango mao* [98r], *vao* [82v, 102r], *varapao* [102r] e também em ditongos crescentes: *acentoador* [5v]; *agoa* [7r, 9r, 23v, 25v, 56v, 99v]; *agoacento* [9r], *agoada* [9r], *agoadeiro* [9r], *agoadilha* [9r], *agoar* [9r], *agoas* [102v], *dagoa* [78v, 89r, 100v], *destroida* [47v], *destroidor* [47v], *destroidora* [47v], *destruir* [47v], *egoa* [50r], *ensangoentado* [54v], *ensangoentar* [54v], *escoadram* [56v], *escoadrinhador* [56v], *escoadrinhar* [56v], *espadoa* [57v], *fragoa* [63v], *igoaria* [81r], *ingoento* [68r], *legoa* [69r], *lingoa* [61r, 70r, 83v], *lingoado* [70r], *lingoajem* [70r], *lingoaras* [70r], *lingoarasmente* [70r], *lingoeta* [70v], *lingoiça* [70v], *mingoa* [75v], *mingoadada* [75v], *mingoar* [2v, 75v], *redomoinhodagoa* [90v], *regoa* [91r], *regoadada* [91r]; *tregoas* [101r].

No caso da grafia <eo> há etimologicamente pelo menos três interpretações:

- hiatos *[eo], *[eo] (assim como *[ea], *[ea] para <ea>), uma vez a grande maioria dos casos assim interpretados terá uma epêntese de um <i> em sincronias subsequentes: *açotea* [6r], *alcatea* [10v], *aldea* [11r], *alhea* [11v], *amea* [14r], *area* [18r], *arreceo* [19r], *arrees* [19v], *asseo* [20v], *auea* [22v], *balea* [23v], *cadea* [28v, 88r], *cãdea* [58r], *candea* [29v, 102r], *cea* [38r], *centeo* [38r, 81v], *centopea* [38r], *chea* [3r, 39v, 62r, 71r, 73v, 78v, 83v, 85v, 86v, 89v], *cheo* [76r, 79v], *colmea* [32v], *colmeas* [37v, 104v], *correa* [36r], *correo* [32r, 36r], *crarea* [37v], *esteos* [59r], *estrea* [59r], *fea* [61r], *feo* [7v], *freo* [64r], *garrotea* [32r], *manchea* [72v], *mea* [29v, 50r, 70v, 74r, 80r], *meas* [40v], *meneo* [74v], *meo* [12v, 18v, 42r, 74r, 74v, 75r, 81v, 83r], *morea* [77r], *obrea* [79r], *paseo* [82v], *recheo* [90v], *rodeo* [93r], *rodeos* [93r], *semea* [95v], *seo* [75r], *serea* [95v], *tea* [98v], *vea* [102r], *veas* [9r];

- Ditongo *[ew] em *deos* [28v, 74v, 85r], *deoses* [24v], *leo* [70r];
- Ditongo *[ɛw] em *boleo* [48r], *Bordeos* [26v], *ceo* [38r], *chapeo* [39v]; *curucho* [37r], *doceo* [72v, 76v], *encreo* [53r], *fugareo* [63r], *increo* [67v], *lebreo* [69r], *manteo* [73r], *sobreceo* [96v], *veo* [102r].

Em alguns casos é possível imaginar que grafias como <mm> representam, de fato, uma vogal nasal seguida de uma consoante nasal: *emmadeiramento* [51r], *emmadeirar* [51r], *emmagrecer* [51r], *emmagreçer* [51r], *emmanqueçer* [51r], *emmastear* [51r], *emmenda* [51r], *emmendadamente* [51r], *emmendado* [51r], *emmendador* [51r], *emmendar* [51], *emmeninicer* [51r], *emmentar* [51r], *emmudecer* [51r], *emmunta* [51r]. Desse modo, *imm-* de *immizade* [67v] representaria *[ĩm], ao passo que *imagem* [67v] representaria *[im], no entanto, não é possível fazer oposições consistentes neste *corpus* para provar essa tese.

Há também uma série de vogais duplas, consistentes com a etimologia, de modo que aparentemente havia ainda conservação de sua pronúncia de ambas ou indicavam uma vogal longa: *aa* [20v], *aas* [2v], *auoo* [22v, 23r, 99r], *beilhoo* [25r], *chiminee* [39v], *cismanafee* [39r], *deloo* [81v], *doo* [49r, 103r], *door* [84v], *eiroom* [50r], *eixoo* [50r], *fee* [3r, 61v], *filhoo* [62r], *ichoo* [67v], *ilhoo* [67v], *iornee* [67r], *laar* [69r], *maa* [7v, 33v, 70r, 71v, 72r, 72v, 80r], *moor* [65r], *desempeegar* [45r], *galee* [64v], *lee* [69r], *leedor* [69r], *noo* [78v], *paa* [81r], *paada* [81r], *pee* [9r, 62r, 65r, 75r, 82v, 83r, 85r], *pees* [9r, 65v, 66r, 69r, 83r], *polee* [85v], *poo* [85v], *poor* [74v], *preegar* [87v], *soo* [56r, 104v], *vagaa* [101v], *veedor* [102r]. O mesmo se vê em: *aldeaã* [11r], *aldeaãmente* [11r], *amenhaã* [14r], *anaã* [14v], *auelaã* [22v], *barbacaã* [24r], *caãs* [27v], *campaã* [29v], *cidad.ã* [38v], *comarcaã* [32v], *cortesaãmente* [36v], *irmaã* [74r], *laã* [30v, 68v], *maçaã* [71v], *manhaã* [73r], *marraã* [73v], *meaãmente* [74r], *menhaã* [13r, 13v, 73r], *orfaã* [80v], *ortelaã* [80v], *quintaã* [89v], *raã* [30r, 89v], *raãzinha* [89v], *romaã* [93v], *vaã* [77r, 101v], *vaã gloria* [77r], *yrmaã* [74r]; *grãa* [66r], *irmãa* [68r, 88r, 99r], *irmãas* [88r], *lãa* [102r], *louçãa* [71r], *louçãamente* [71r], *pretidãa* [87v], *terçãa* [99r], *vãa gloria* [101v], *vilãa* [103r]; *anciaam* [15r], *chaam* [39v], *laam* [68v], *saam* [94v]. Contudo, em outros casos, a grafia dupla é simplesmente uma marcação de tonicidade em monossílabos e oxítonos: *estaa* [20r], *laa* [68r], *manaa* [72v], *primaas* [88r].

AS VOGAIS ÁTONAS EM JERÔNIMO CARDOSO

Certo é que em obras impressas antigas há uma série de problemas tipográficos, os quais muitas vezes as edições críticas se apressam para corrigir. Na primeira edição de Cardoso, muito mais do que na segunda, eles são abundantes: *acampilhador* para *acepilhador* [5r], *ajnda* para *ajuda* [10r], *alboqaorque* para *albocorque* [10v], *alembrauça* para *alembança* [11r], *aprtar* para *apartar* [48v], *patte* para *parte* [23r], *camiho* para *caminho* [47r], *cicoenta* para *cincoenta* [39r], *cnsinado* para *ensinado* [72r], *contrarpeso* para *contrapeso* [35r], *cu* para *ou* [100v], *disunguida* para *disjungido* [49r], *dsterro* para *desterro* [47r], *earaute* para *faraute* [61r], *emporcado* para *emborcado* [51r], *filsar* para *falsar* [60v], *fobeija* para *sobeija* [96v], *iornoda* para *jornada* [67r], *mortciro* para *morteiro* [77r], *naue* para *ave* [60v], *n orgado* para *morgado* [77r], *nuniio* para *núncio* [79r], *paçca* para *peça* [83r], *paincipiado* para *princiipiado* [88r], *pegaba* para *pegada* [83r], *pioadoso* para *piadoso* [85r], *pragunta* para *pregunta* [87v], *propiaedade* para *propiedade* [88v], *rango mao* para *tangomau* [98r], *temperauça* para *temperança* [98v], *tasmudar* para *trasmudar* [100v], *vczes* para *vezes* [96r].

No entanto, alguns outros casos precisariam ser observados com mais atenção, pois não se tratam de erros, mas de testemunhos da variação de uma sincronia pretérita. Por exemplo, prefixos distintos dos atuais podem ser usados e, nesse caso, trata-se de problemas de ordem morfológica e não fonética: *acurtar* [5r] para o atual *encurtar*, *acurtamento* [5r] para o atual *encurtamento*, *afeitada* [7v] para o atual *enfeitada*, *afeitar* [7v] para o atual *enfeitar*, *afeite* [7v] para o atual *enfeite*, *aframar* [8v] para o atual *inflamar*, *agabar* [8v] para o atual *gabar*, *agotar* [9r] para o atual *esgotar*, *airado* [9v] para o atual *irado*; *ayrarse* [9v] para o atual *irar-se*; *atupido* [22r] para o atual *entupido*; *atupir* [22r], para o atual; *entupir*, *estreuarse* [59v], para o atual *atrever-se*; *estreuída* [59v] para o atual *atrevida*; *estreuidamente* [59v], para o atual *atrevidamente*; *estreuimêto* [59v] para o atual *atrevimento*; *estriboir* [59v], para o atual *distribuir*; *estribuição* [59v], para o atual *distribuição*; *estribuidor* [59v], para o atual *atribuidor*; *estroço* [59v], para o atual *destroço*; *estroição* [60r], para o atual *destruição*; *estroidor* [60r], para o atual *destruidor*; *estroir* [60r], para o atual *destruir*; *estromento* [60r], para o atual *instrumento* etc.

No que diz respeito à variação das vogais átonas, há um vasto número de fenômenos a ser observado. A centralização é um desses fenômenos, como se verá amplamente testemunhada em sincronias posteriores, dado o surgimento de alofones vocálicos centrais como [ɐ] [ə] e [i] no português europeu. Essa centralização se vê sobretudo na ocorrência de grafemas <a> em palavras que competiram com formas hoje representadas com <e>:

- na posição pretônica inicial: *alifante* [12r, 101v], *aliuador* [12r], *aliuamento* [12r], *aliuar* [12r], *auangelho* [37v];
- na posição pretônica não-inicial: *altaradamente* [13r], *arrabalde* [18v], *arrabanhar* [19r], *arrabatada* [19r], *arrabatado* [19r], *arrabatadora* [19r], *arrabatamento* [19r], *arrabiquada* [18v], *arrabique* [18v], *arrabol* [18v], *arraganhada* [19r], *arraganharse* [19r], *arramatação* [19r], *arramatada* [19r], *arramatador* [19r], *barruga* [24v], *barruguento* [24v], *barruguinha* [24v], *batarda* [24v], *bateria* [24v], *contrariadade* [35r], *couardamente* [37r], *desdanhar* [44v], *dezanove* [48r], *dezaseis* [48r], *dezasete* [48r], *entramentos* [55r], *farnesis* [61r], *galantaria* [64v], *frascamente* [64r], *grauamente* [66r], *lazeira* [69r], *lazerado* [69r], *manjadoura* [73r], *manjarona* [73r], *parçaria* [82r], *paccado* [83r], *piadade* [85r], *piadosamente* [85r], *saluajem* [94v], *tramoço* [100v];
- na posição postônica não-final citem-se: *bespara* [25v], *nespara* [78v];
- na posição postônica final, citem-se *alfaça* [11r]; *especia* [58r], *ezcarlata* [60r], *lagia* [68v].

O grau de abertura desse <a> é discutível: seria ele de fato aberto ou semiaberto? Dito de outra forma, a grafia <a> pode tratar-se além de uma centralização para um schwa [ə], também de um rebaixamento [ɐ].

O mesmo ocorre com a variação */ẽ/ ~ */ã/ em posição pretônica inicial: *anteada* [15v], *anteado* [15v], *auantal* [22r]. O movimento de centralização ocorre em menor escala com a variação */i/ ~ */a/ em posição pretônica não-inicial: *basalisco* [24v], *labarinto* [68r] e também com a variação */o/ ~ */a/ na posição pretônica inicial: *acupar* [5r], *acupado* [5r], *acupação* [5r], *acupaçãosinha* [5r], *argulhoso* [18r], donde também o derivado *desacupar* [43r] e *desacupada* [43r]; na posição pretônica não-inicial *cauacada* [32r], *cauacar* [31v], *deuaçam* [47v], *rodauelho* [93r] e na posição postônica não-final: *astrolago* [21r], *azemala* [23r], *estamago* [25v]. Em várias situações é difícil postular qual forma é mais antiga, pois se trata de variação sincrônica (portanto, diatópica, diafásica ou diastrática).

A respeito de fenômenos de centralização e de descentralização, é notória a inexistência da variação entre */u/ e */a/. Contrário ao movimento de centralização e rebaixamento vocálica é a transformação na direção oposta, de anteriorização e alçamento. Particularmente interessantes são formas com <e> onde se esperaria um <a> no português contemporâneo. No entanto, só podemos falar de anteriorização se entendermos que <e> representa um *[e] e não um *[ə]:

- na posição pretônica inicial: *ermoles* [56r];
- na posição pretônica não-inicial: *almoxerifado* [12v], *amenhaã* [14r], *arresoado* [19v], *arresoar* [19v], *auãtejar* [22r], *auantejadamente* [22r], *auantejado* [22r], *Cerdenha* [38v], *rezam* [34r], *cristeleira* [37v], *desestrada* [44r], *desestradamente* [44r], *fantasia* [53v, 60v], *fantesioso* [60v], *frieldade* [64r], *gesmim* [65r];
- na posição postônica não-final: *alemo* [11r], *almisquere* [12v], *açquere* [29v, 81v];
- na posição postônica final: *alpargates* [12r], *Bruxeles* [27r], *quorente*.

Observa-se o mesmo processo com */ẽ/ ~ */ã/ em posição pretônica inicial: *entraz* [55r], *enzol* [55v], *enzoleiro* [55v] e não-inicial: *desemparada* [45r], *desẽparar* [45r], *desemparo* [45r], *desencorar* [45v], *mortẽdade* [59v], *resplẽdecer* [92r], *ventagem* [40v, 48r]. A descentralização ainda se vê num único caso de variação */ĩ/ ~ */ã/ em posição pretônica não-inicial: *alinterna* [12r]

A descentralização com posteriorização, fenômeno oposto à anteriorização, é comum em */o/ ~ */a/, quando promove também um desarredondamento dos lábios, tanto em pretônicas não-finais: *Arogonia* [17v], *contia* [35r], *coresma* [36r], *coroço* [36r], *descorasoado* [44v], *descoroçoar* [44v], *descorosoamento* [44v], *desmormoreado* [46v], *soudação* [97v], *quorenta* [43r, 89r], *quoresma* [89r], quanto em postônicas não finais como: *aboboda* [3r] e seus derivados *abobodado* [3r], *abobodar* [3r]. A presença da assimilação parcial motivada por sons não-coronais adjacentes é marcante nesse último caso.

Um passo anterior à centralização de */e/ em [ə] tal como visto no português europeu moderno é o rebaixamento das vogais fechadas, continuação do movimento promovido desde o latim vulgar, em que *[u] > *[o] > *[ɔ] e *[i] > *[ɪ] > *[e] são extremamente comuns na posição postônica final em toda a România e nas tônicas, sobretudo na porção ocidental do Império Romano. A letra representada como <e> mostra um trânsito progressivo da centralização do som, a saber, *[i] > *[ɪ] > *[ẽ] > [ə] em variantes do português europeu (Gonçalves Viana, 1883), deriva da qual não participou o português brasileiro, que continuou como [i].

Entre as vogais originalmente fechadas, encontra-se o rebaixamento do *[i], grafado como <e> em diversas palavras, entre elas, algumas aceitas pela norma culta atual, como *menino* [39v, 67r], criada por dissimilação, que substituiu, na escrita, formas mais antigas como *minino* [51r, 75v], plenamente atestada na Idade Média e padrão do português brasileiro. Enumerem-se abaixo casos de rebaixamento encontrados na primeira edição de Jerônimo Cardoso, os quais não foram aceitos na grafia atual:

- na posição pretônica inicial: *estoria* [59v], *estoriador* [59v], *estoriar* [59v];
- na posição pretônica não-inicial: *adeuinha* [7r], *adeuinhar* [7r], *adeuinho* [7r], *artelharia* [20r], *certeficar* [38v], *defamatorio* [70r], *deferença* [41r, 48r], *deferençar* [41r], *deferentemente* [41r], *dereita* [13v, 43r], *dereitamente* [43r], *dereitas* [20r], *dereiteza* [43r], *dereito* [43r], *descorrer* [44v], *descrepar* [44v], *descreto* [44v], *descretamente* [44v], *desforme* [46r], *desformemente* [46r], *desformidade* [46r], *despensaçam* [47r], *despensar* [47r], *despor* [38r], *despoer* [47r], *desposiçam* [72v],

desposição [47r], *desposto* [25r], *destribuidor* [47v], *destribuir* [47v], *deuino* [73r], *deuisa* [48r], *deuisão* [48r], *deuisar* [48r], *edeficador* [50r], *edeficar* [50r], *edefício* [46v, 50r], *escreptura* [78v], *escretura* [56v], *escreuaninha* [56v, 81r], *esgremidor* [57v], *esgremir* [57v], *esprementado* [58r], *esprementar* [58r], *femenina* [61v], *Guadalqueuri* [65r], *ipocresia* [68r], *leceça* [69r], *lececeado* [69r], *maldesposto* [72v], *mester* [22v], *mestura* [42r, 75r], *mesturar* [75r], *necedade* [78r], *omeziado* [79v], *omezio* [79v], *pauelhão* [83r], *pestelença* [84v], *refregério* [91r], *resedir* [92r], *retenir* [92r], *sesudo* [83r, 96r], *temão* [98v], *trebutairo* [101r], *trebuta* [82r], *tropesia* [101v], *veçoso* [103r], *verseficador* [102v], *virtude* [33v, 102v], *virtuosa* [33v], *virtuosamente* [102v], *virtuoso* [102v], *vestedura* [26r], *vezinho* [103v];

- na posição postônica não-final: *lidemo* [70r], *pulpeto* [86v], *rispedo* [93r], *vmedo* [104r].

Cite-se ainda a situação pretônica fronteira a vogais tônicas, que apontam para uma oscilação entre */e/ ~ */j/ : *canaueal* [29v], *ceumes* [38v], *lececeado* [69r], *licenceado* [70r], *meudo* [24v], *negoceada* [78r] e no derivado de participial *negoceador* [78r], *negocear* [78r], e também em postônicas, na mesma situação: *escarneo* [56v], *litigeo* [70v], *neceo* [78r] e seu derivado *neceamente* [78r], *restea* [92r].

No caso de vogais nasais, encontra-se a variação */ẽ/ ~ */ĩ/ na posição pretônica inicial, sobretudo em prefixos: *emperador* [51v], *emperatris* [51v], *empetrar* [51v], *empidido* [51v], *empidimento* [51v], *empidir* [51v], *empidosa* [51v], *empigem* [51v], *empor* [51v], *emporante* [51v], *emportar* [51v], *emporunaçam* [51v], *emporuno* [51v], *emprensam* [52r], *emprimidor* [52r], *emprimir* [52r], *encençairo* [52v], *encençar* [52v], *encenço* [52v], *encorporar* [52v], *encorrer* [52v], *encreo* [53r], *encrinação* [53r], *encrinado* [53r], *encrinar* [53r], *encrinarse* [53r] e seu derivado *malencrinado* [72v], *encriuel* [53r], *encriuelmente* [53r], *encuberta* [52v], *encubertamente* [52v], *enculca* [52v], *enculcar* [52v], *endereitar* [53r], *endereito* [53r], *enderençar* [53r], *endeuidado* [52r], *endeuidar* [53r], *endeuidarse* [53r], *endiuida* [53r], *endiuidamente* [53r], *endustria* [53r], *endustioso* [53r], *enduzir* [53r], *enduzidor* [53r], *enfiel* [53v], *enemigo* [54r], *enfielidade* [53v], *enfinda* [53v], *enfirir* [53v], *enformar* [53v], *enframaçam* [53v], *enframado* [53v], *enframar* [53v], *enfruir* [53v], *engurria* [54r], *enjuriador* [54r], *enjuriar* [54r], *enjurosa* [54r], *ennouação* [54r], *ennouada* [54r], *ennouar* [54r], *ennuuiar* [54r], *enqueredor* [54r], *enquerer* [54r], *enqueriçam* [54r], *enrrestar* [54r], *ensistir* [54v], *ensoportauel* [54v], *ensordecir* [54v, 60r], *ensoso* [54v], *entençam* [54v], *enterceder* [55r], *entercessor* [55r], *entercessora* [55r], *entereçar* [54v], *enteresse* [54v], [55r], *enuejada* [55v], *enuejosamente* [55v], *enuejoso* [55v], *enuençam* [55v], *enuentairo* [55v], *enuentar* [55v], *enuentor* [55v], *enuernar* [55v], *enuestir* [55v], *enuocar* [55v], além de derivados como *desenquieitar* [45v]. Com menos frequência, a mesma variação também ocorre em posição não-inicial: *carpentaria* [31r], *carpenteiro* [91r], *carpentejar* [31r], *tentoreira* [99r], *vendima* [38v],

Rebaixamentos são frequentes, ainda, em testemunhos grafados com <o> quando hoje temos um <u> sobretudo na posição pretônica não-inicial: *astoriano* [21r], *bozina* [26r], *cortida* [36v], *cortidor* [36v], *cortidura* [36v], *cortir* [36v], *cospinho* [36v], *dozentas* [49v], *dozentos* [49v], *ensoportauel* [54v], *ensordecir* [54v, 60r], *estromento* [60r], *foram* [63r], *golodices* [65v], *goloso* [65v], *grovão* [66v], *molher* [6v, 7r, 10r, 11r, 14r, 16v, 18r, 23r, 26v, 37r, 49v, 65r, 76v], *molherengo* [76v], *mulheres* [14r, 29r], *redoziado* [90v], *redoziar* [90v], *relisir* [91r], *sobornar* [96v], *soborno* [96v], *soceder* [96v], *socedimento* [96v], *socessor* [96v], *socessor* [96v], *socessores* [96v], *sogeitamento* [96v], *sogeitar* [96v], *sogeito* [96v], *soldão* [96v], *someter* [97r], *soportar* [97r], *sospeição* [97r], *sospeita* [97r], *sospeitar* [97r], *sospeito* [97r], *sospeitoso* [97r], *sostentação* [97r], *sostentar* [97r], *soster* [97r], *sostida* [97r], *sotil* [49r, 97r], *sotilmêto*

[97v], *sovertedor* [97v], *soverter* [97v], *tintoreiro* [99r]. Também observado na postônica não-inicial: *capitolo* [30v], *cedola* [38r], *condicipolo* [34r], *escrupolo* [57r], *maniacolo* [73r], *retauolo* [92r], *rotolo* [93r], *titolo* [99v], todos anteceditos de um <l>. Esse fenômeno é mais raro na posição pretônica inicial, abonado em: *orina* [80v], *orinar* [80v], *orinol* [80v], *ortiga* [80v], *ortigua* [80v], *ortiguar* [80v].

O mesmo rebaixamento se observa na oscilação *[õ] ~*[ũ] em pretônicas não-iniciais: *bondança* [3r], *abondar* [3r], *abondosamente* [3r], *abondosa* [3r], *compridor* [33v], *comprir* [33v], *comprimêto* [33v], *retombada* [92v], *retombar* [92v]. Também oscila-se entre *[w] ~ *[ɔ] na posição pretônica não-inicial: *boeiro* [26r], *estriboir* [59v], *estroição* [60r], *estroidor* [60r], *estroir* [60r].

Inversamente, tão frequente quanto o rebaixamento do */i/ em *[ẽ] ocorre o fenômeno do alçamento do */e/ em *[i]:

- na posição pretônica não-inicial: *alicrim* [12r], *aliuador* [12r], *aliuamento* [12r], *aliuar* [12r], *anticipação* [15r], *anticipado* [15r], *anticipar* [15r], *aparicimento* [16r], *apilidar* [16v], *apitito* [16v], *apititosamente* [16v], *apitoso* [16v], *arripiado* [19v], *arripiamento* [19v], *arripiarse* [19v], *atisourar* [5r, 21v], *biliscar* [25v], *bilisco* [25v], *bisouro* [25v], *bixigoso* [25v], *caristia* [30v], *cileiro* [38v], *cinoura* [39r], *cirol* [39r], *ciroulas* [39r], *conhicimêto* [33v], *cõuiniêto* [37r], *cricimento* [37v], *necicidade* [42v], *desmericismo* [46v], *despidida* [47r], *despidimento* [47r], *despidir* [47r], *despidirse* [47r], *didal* [48v], *difiniçam* [48v], *digistão* [48v], *digistir* [48v], *dilido* [48v], *dilir* [48v], *disigual* [48v], *disigualdade* [48v], *disigualmente* [48v], *disinçada* [48v], *disinçar* [48v], *disingida* [48v], *disingir* [48v], *disjunguir* [49r], *distrincadamente* [48v], *distrincar* [48v], *disunguida* [49r], *empidido* [51v], *empidimento* [51v], *empidir* [51v], *empidosa* [51v], *enfirir* [53v], *escuricer* [57r], *escuricerse* [57r], *espriguiçamêto* [58v], *espriguiçarse* [58v], *firido* [62v], *firimento* [62r], *firir* [62r], *freiguisia* [64r], *garridisse* [64v], *gimido* [65v], *girgilada* [65v], *girgilim* [65v], *ligume* [61v], *marisia* [73v], *midida* [75v], *mididamêto* [75v], *mididor* [75v], *midina* [75v], *midir* [75v], *milhor* [40v, 42r, 75v], *milhorar* [75v], *milhoria* [75v], *minina* [75v], *minineira* [75v], *minineiro* [75v], *minino* [51r, 75v], *mouidiça* [77r], *pididor* [85r], *piquena* [60v, 73v, 82r, 85r, 85v, 87r, 96r, 102r], *piqueno* [35v, 58v, 66r, 78v, 79v, 80v, 81v, 82r, 98v], *pirante* [84r], *pitição* [85r], *pitições* [81v], *piuide* [85r], *piuidoso* [85r], *piuirada* [85r], *priguiça* [88r], *priguiçosamêto* [88r], *priguiçoso* [88r], *priguiçozo* [88r], *rifram* [92v], *resplâdicêtemêto* [92r], *rigueifa* [92v], *rimidor* [92r], *rimir* [92r], *testimunha* [99r], *testimunhar* [99r], *testimunho* [99r], *tisoura* [99v], *tisoureiro* [99v], *tisouro* [68v, 99v], *vilida* [103r], *vistidura* [24r], *viuidouro* [104r].

Cite-se ainda a situação pretônica fronteira a vogais tônicas, que apontam para um hiato ou para uma oscilação entre */e/ ~ */j/ em pretônicas: *biatilha* [25v], *lião* [27r], *camalião* [29r], *candieiro* [29v], *colmieiro* [32v], *deslialmente* [46r], *merciaria* [75r], *mercieira* [75r], *mialheiro* [75v], *pião* [85r], *rechiada* [90v], *rechiar* [90v]. Tal fenômeno é mais comum do que em postônicas: *guauia* [65r]. Aliás, na posição postônica, tanto final quanto não-final, não há ocorrências no *corpus*, muito embora o alçamento tenha ocorrido no português brasileiro, como em: *elefante* [ele'fẽtɨ]. Também não há testemunhos de alçamento na pretônica inicial, embora seja comum no português europeu moderno mudanças como *elefante* [ilə'fẽntə]. Em Jerônimo Cardoso, a forma documentada é *alifante* [12r, 101v].

Com relação às nasais, a variação */ẽ/ ~ */ĩ/, nesse caso, é sensivelmente direfente da situação do rebaixamento, que mostra ser mais comum que o alçamento: *gingibre* [65v], *mintir* [75v], *mintira* [42r, 75v], *mintirosa* [75v], *mintirosamêto* [75v], *pindurada* [104r], *servintia* [95v], *vincedor* [103r].

O alçamento de <o> em <u>, comum na língua portuguesa europeia atual também é atestado e, como no alçamento da vogal anterior, é perceptível a influência de sons como *[k] e *[b], encabeçando a sílaba ou a presença de assimilações regressivas harmônicas com outras vogais fechadas mais antigas, quando o fenômeno ocorre: *acugular* [5r], *acugulado* [5r], *acuguladura* [5r], *acustumar* [5r], *burbulha* [27v], *burriifar* [27v], *burrifo* [27v], *bustela* [27v], *busteloso* [27v], *butica* [49v], *cuberta* [37r], *cubertamente* [37r], *cupricama* [37r], *cucuruta* [37r], *culhudo* [32v], *curucheo* [37r], *curuja* [30r, 37r], *descuberta* [44r], *descubertamente* [44r], *descuberto* [44r], *descubrir* [43r], *encuberta* [52v], *encubertamente* [52v], *engulir* [54r], *entrelucutor* [55r], *fucinhos* [59r], *fugareiro* [63r], *fugareo* [63r], *guela* [65v], *gurgulho* [65r], *jugar* [26r, 33r, 39v, 67r, 71v, 85r], *pulpuda* [86v], *pumar* [64r, 86v], *pumareiro* [86v], *riguridade* [92v], *riguroso* [93v], *sabiduria* [94r], *sufrimento* [97v], *sufrir* [97v], *tredurice* [102r]. Não se veem, nesses exemplos, exemplos além dos casos em pretônicas não-iniciais, além de *abaixu* [41r], *adubus* [98v], *giru* [65v].

O desarredondamento de vogais posteriores rumo a uma centralização ou a uma anteriorização também é, como vimos, documentado na primeira edição de Jerônimo Cardoso, como resquícios de sincronias anteriores: temos um <e> onde hoje se esperaria um <o> em posição pretônica não-inicial em *desasesegar* [44r], *fremosa* [64r], *fremosamente* [64r], *fremosinho* [64r], *fremosura* [64r], *preposito* [15v, 42v] e na posição postônica final em *reste* [43r, 92r], além da variação */ɛ/ ~ */o/ em *ameigea* [14r]. O mesmo vale para o <e> onde hoje temos um <u> na posição pretônica não-inicial de *refiam* [90v], *refiar* [90v] e na variação */ẽ/ ~ */ũ/ na posição pretônica inicial de *embiguo* [50v]. O desarredondamento e anteriorização do <u> em <i> é raro, mas também abonado: *sugigada* [97v], *sugigar* [97v], *titor* [99v], *titoria* [99v].

O movimento contrário, de arredondamento, se vê, como <o> na posição pretônica não inicial de *formento* [63r], *porçolana* [86r], *porçovejo* [86r], *redomoinho* [90v], *somana* [28r, 97r] e na posição postônica final de *açouto* [48r], *ameudo* [27v], *amiudo* [14v], *apitito* [16v]. Como <u>, o arredondamento é mais raro, mas também documentado, como em *purgaminho* [87r]. Em tais transformações, observa-se talvez também uma centralização intermediária, de modo que, ao longo das tolerâncias permitidas para a articulação de uma vogal átona, desenvolveu-se progressivamente *[o] > *[ɤ] > *[ə] > *[ɐ] > [e] no desarredondamento ou, inversamente, *[e] > *[ɐ] > *[ə] > *[ɤ] > [o] ou *[e] > *[ɐ] > *[ə] > *[ɔ] > [u] no arredondamento. Não se descartam assimilações parciais aceleradas por atuações analógicas nesses processos infrequentes. Exceto em palavras herdadas, tais fenômenos não existiram no português brasileiro.

Nasalizações e desnasalizações, assim como ditongações são raras, mas também não são ausentes de exemplos. Vogais encontram-se nasalizadas em *emprensam* [52r], *enderençar* [53r], *enleger* [54r], *enlegido* [54r], *enleçam* [54r], *enxecuçam* [55v], *enxecutador* [55v], *enxecutar* [55v], *somrirse* [97r], *desmiunçar* [46v] e, ao contrário, ainda se encontram desnasalizadas em *empigem* [51v], atualmente com assimilação na forma *impingem*. Por outro lado, *costranger* [36v], *costrangimêto* [36v] e outros casos, parecem ter sofrido desnasalação por dissimilação. Ditonga-se em *cereigeira* [38v], *correiçam* [36r], *correitor* [36r], *eçeição* [50r], *freigues* [64r], *freiguisia* [64r], *leigal* [69v], *leigalmente* [69v].

CONCLUSÃO

Um vocabulário do século XVI traz ao pesquisador um acervo inesgotável de dados. No entanto, para caracterizarmos bem uma sincronia pretérita, é preciso tomar

muitos cuidados. Não basta encontrarmos lá problemas interessantes para a lexicologia, em particular à etimologia, citando palavras hoje desusadas ou estranhas, seja na forma, seja no significado, como: *abarrisco* [2r]; *abarolecer* [2r]; *abusam* [3v]; *acarão* [4r]; *arreo* [19v]; *bandouva* [23v]; *citara* [6r]; *anime* [15v], *galasia* [64v], *mayostinho* [72r], *primidiça* [88r], *tepes* [98v], entre muitas outras.

O problema é ainda mais sutil, pois poderíamos indagar: trata-se de fato de um problema puramente fonético a observação de pequenas diferenças entre formas quando se trata da primeira ocorrência de um item lexical? Por exemplo, seria *abondança* [3r] uma boa abonação para a primeira ocorrência da palavra “abundância”? Ou seria, pelo contrário, outro item lexical, com outra história? O mesmo se poderia pensar para *alicornio* [12r] com relação a “unicórnio” ou a *almario* [12r] para “armário” e para tantos outros casos: *alembança* [96r], *amistade* [61v], *boroa* [26v], *borolento* [81r], *Briuia* [27r], *bufaro* [27r], *cachadada* [28r], *calidade* [29r], *cancere* [29v], *cantidade* [30r], *celebro* [38r], *cirne* [30r, 39r], *cirugia* [39r], *cirugião* [39r], *coronica* [36r], *desmariado* [46v], *escaseza* [56v], *escrauelho* [56v], *estrouo* [60r], *facultade* [60v], *falsairo* [5r, 60v], *freima* [64r], *freimatico* [64r], *fruta* [64r], *giolho* [65v], *graixa* [66r], *maginaçam* [72r], *maginar* [72r], *maginatiuo* [72r], *malaitas* [72r], *malencunizado* [72r], *nuue* [79r], *offrecer* [79v], *ouregão* [81r], *outonho* [81r], *pação* [81r], *padar* [81r], *palrrezia* [99v], *pauto* [83r], *paxão* [95v], *peis* [26v], *peleija* [83v], *peleijar* [83v], *pentem* [84r], *praines* [87v], *preceitor* [87v], *preguntar* [87v], *prioressa* [88r], *propia* [88v], *quiçais* [89r], *reixa* [91r], *repota* [91v], *reprender* [91v], *roixinol* [93r], *roixo* [93r, 93v], *rouxo* [73v], *sambixuga* [94v], *supeto* [97v], *supetamente* [97v], *suxa* [97v], *taixa* [86r, 97v], *taixar* [97v], *tartaraneto* [98r], *telha* [98v], *tredor* [101r], *tredurice* [102r], *treição* [100v], *tromêto* [83v], *tropesia* [101v], *trosquiar* [101v], *truita* [101v], *vsso* [104v], etc.

Entre tantos outros exemplos que nos convidam quer a hipóteses sincrônicas, quer a análises comparativas de filologia românica, quer a explicações diacrônicas, o limite entre variante lexical e unidade lexical para o estabelecimento de uma lexicografia etimológica é ainda muito tênue. A rigor, cada forma que não se compõe das mesmas unidades fonológicas seria um item lexical diferente, com uma etimologia distinta, de acordo com a variação linguística sincrônica ou diacrônica em questão: a história dos alicórnios não é a mesma dos unicórnios, a despeito de ambas as palavras terem, numa situação ideal, o mesmo referente.

O fato de isso ser compreendido pela moderna linguística, mas nem sempre empregado na prática lexicográfica dos estudos etimológicos, é um dos motivos para a dificuldade na determinação do *terminus a quo* (Viaro 2019). Também é a razão de tantas simplificações nas análises como dizer que em *caçeragem* [28r], *caçere* [28r], *caçereiro* [28r] exista uma “síncope do -r-” no século XVI, sem que haja investigação suficiente para verificar se esse fenômeno é anterior (e se for, nesse caso, seria uma conservação).

Da mesma forma, estudos sincrônicos postulam dedutivamente regras de alçamento, entre outras, tais como restrições de aplicação (quando não recursividades) de regras que ocorreriam sequencialmente em ambiente cognitivo, ou seja, como algo que ocorreria numa *langue* socialmente demarcada de forma clara, ou, mais concretamente ainda, armazenada no cérebro do falante, adquirida pelo intercurso dialógico de falantes que compartilhariam as “mesmas” experiências sociais desde sempre. Emoldurados metodologicamente, os dados em estudos sincrônicos amiúde excluem o fenômeno da herança, embora se verifique facilmente que numa comunidade linguística haja pessoas de faixas etárias distintas, portanto, com aquisições da linguagem em épocas distintas.

Como visto acima, alçamentos há na obra de Jerônimo Cardoso, contudo, nem mesmo no século XVI, por meio do estudo de sincronia pretérita que empreendemos, poderíamos descartar o problema da herança. Que dizer, então, de formas presentes meio milênio depois, quando estudamos as formas veiculadas hoje, como se não devessem nada aos sistemas pretéritos? Ignorar deliberadamente isso não seria uma forma de falsear dados, como aquele que se pusesse a fazer generalizações etológicas, morfológicas e evolutivas sobre os mamíferos, pautando-se apenas em seus animais de estimação?

O *corpus* é o primeiro passo para o entendimento de fenômenos, independentemente se trabalhamos com um autor antigo ou com exemplos gravados da língua falada moderna. O entendimento dos fenômenos fonológicos pretéritos é de essencial importância para a compreensão das unidades lexicais, sobre seu surgimento, sucesso de dispersão, especialização de sentido e eventual desaparecimento. Conservação e mudança nunca são forças absolutas e nessa visão da língua em movimento todo saber linguístico deveria se concentrar, independentemente de se tratar de um estudo sincrônico e diacrônico. Abstrair o movimento da língua é algo provisório por ser metodológico e imprescindível para que possamos ter descrições, mas não pode haver, nem mesmo de forma subentendida, a falácia de que esse mesmo movimento não importa, a não ser para quem esteja exclusivamente concentrado no fenômeno psicológico da comunicação imediata.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Jerônimo. *Dictionarium latinolusitanicum & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione: Ecclesiasticorum etiam vocabulorum interpretatione. Item de monetis, ponderibus & mensuris, ad præsentem vsum accomodatis. Nouè omnia per Hieronymũ Cardosum Lusitanum congesta. Recognita vero omnia per Sebast. Stokhamerum Germanum. Qui libellum etiam de propijs nominibus regionũ, populorum, illustrium virorum, fluviorum, montium, ac alliorum complurium nominum & rerum scitu dignarum, historijs & fabulis poëticis refertum, in vsum & gratiam Lusitanicæ pubis concinnauit & ex integrò adiecit. Cũ sanctæ Inquisitionis Magistratus approbatione*. Coimbra: Ioan. Barrerius, 1569-1570.
- CARDOSO, Jerônimo. *Hieronymi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. Lisboa: Ex officina Ioannis Aluari typographi Regij, 1562-1563.
- GONÇALVES VIANA, Aniceto R. Éssai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. *Romania* 12:29-98, 1883.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa. Germão Galharde, 1536 [Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000⁶, disponível em <http://purl.pt/120/3/>].
- VASCONCELOS, José Leite de. *Opusculos*. v2. *Dialectologia (parte 1)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Opusculos*. v6. *Dialectologia (parte 2)*. Coimbra: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.
- VIAIRO, Mário Eduardo. Vocabulário biológico na obra de Jerônimo Cardoso: subsídios para a etimologia do português. In: Carlos E. M. Moraes; Ricardo M. Bulhões

(org). *Capítulos lusoamericanos (história, filologia, literatura e linguística)*. São Paulo: UNESP – Campus de Assis, 2019. p. 49-74.
https://www.assis.unesp.br/Home/pesquisa/publicacoes/capitulos-lusoamericanos-versao-21_05.pdf

FORMAS CORRELATAS ENTRE LÍNGUAS DE MATRIZ GALEGO-PORTUGUESA A PARTIR DE CORPUS LITERÁRIO BRASILEIRO

Valéria Gil CONDE
Universidade de São Paulo (USP)
vgconde@usp.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de fornecer uma visão comparativa acerca do estudo do léxico histórico de línguas que partilham a mesma origem no panorama iberorromânico, a saber o galego-português, tendo como cenário principal o português brasileiro, classificado no panorama românico como a România Nova. Este estudo está embasado nos conceitos filológicos da história interna na qual se observa uma palavra numa determinada cultura, privilegiando-se aspectos linguísticos fonéticos, morfológicos, semânticos. Não deixamos de olhar também para a outra face filológica, relacionada à história externa na qual os fatores socio-históricos corroboraram para a manutenção ou desaparecimento de uma palavra ou para a sua transplantação para outros sistemas linguísticos em espaços geográficos alheios ao seu local de nascimento. Servirão de apoio a geografia linguística, com destaque especial para o seu produto; os atlas linguísticos, os quais nos fornecem dados linguísticos para serem interpretados no âmbito diacrônico-linguístico; os estudos dialetológicos que se contrapõem à base de comparação com a língua *standard*. Com base nessa proposta, a partir de alguns exemplos colhidos no léxico da obra de Rosa (1976) *Sagarana*, procuraremos ampliar os estudos da filologia românica privilegiando as formas correlatas.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico Literário; História Interna; História Externa; Palavras Correlatas, Galego-Português.

INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos relacionados à Iberromânia demonstram que há um léxico compartilhado com toda a Península, entretanto há áreas que possuem mais afinidades umas do que outras, devido a questões socio-históricas importantes. É o caso do noroeste da península, precisamente na região no norte de Portugal, entre o Douro e o Minho, e a Galiza. Ambas possuem um passado histórico em comum, a *Gallaecia*, região administrativa, que compreendia os *conventus bracarensis, lucensis, asturicensis* e *cluniensis*. A língua romance denominada galego-portuguesa é, portanto, proveniente de uma fatia territorial do noroeste da Península Ibérica, que compreende aproximadamente, na atualidade, parte de Portugal, o Minho, Trás-os-Montes; e, na Espanha, Galiza, Astúrias e Leão. Há, entretanto, uma estreita relação entre algumas províncias galegas e regiões do Minho e Douro litoral, apresentando, dessa forma, uma certa unidade linguística deste léxico, que as distingue dos outros territórios pertencentes tanto a Portugal quanto à Espanha, outorgadas por razões socio-históricas. Dentre elas, cita-se o reino suevo que dominou o noroeste peninsular a partir da fragmentação do império romano, entre 409 e 585 d.C, instalando-se principalmente em torno das cidades de *Bracara Augusta, Portus Cale, Lucus Augusta, Asturica* as quais correspondem às atuais cidades de Braga, Porto, Lugo e Astorga. Outro fator histórico

relevante diz respeito a um enclave entre a fronteira da província de Ourense, na Galiza, e Montalegre, antiga província de Trás-os-Montes e Alto-Douro, que, entre os séculos X e XIX, foi considerado um micro-estado independente. Denominava-se Couto Misto e não estava sob o domínio legal nem da Coroa de Espanha e nem de Portugal. Os habitantes tinham plena liberdade para se auto declarar pertencentes à Galiza ou a Portugal.

CONTATO POR EMIGRAÇÃO

Além dos fatores históricos anteriormente mencionados, há que se considerar o contato por emigração, pois sabemos que esse processo também faz parte da história tanto da Galiza quanto da de Portugal. Em relação à emigração galega na primeira metade do século XVIII, Villares (2015, p. 187) nos dá uma estimativa do número e escolha dos lugares mais frequentes escolhidos pelos galegos. Quantificada em 350.000 pessoas, as migrações frequentes ou definitivas para Portugal tinham como destino as cidades do Porto e Lisboa e, para a Espanha, Madri.

No que se refere à România Nova, particularmente no que concerne ao *corpus* escolhido para esta pesquisa, foi realizado um estudo preliminar em Condé (2017), no qual aliam-se estudos históricos aos estudos linguísticos relacionados aos processos migratórios no Estado de Minas Gerais. Verificamos que já se encontram bem adiantados os estudos históricos a respeito da forte presença dos portugueses, provenientes do Norte de Portugal, em Minas Gerais no período aurífero. Dentre esses estudos, cita-se Ramos (2008, p.134) que evoca as relações sociais e familiares vigentes em Minas Gerais, em Vila Rica - à época capital de Minas Gerais -, um núcleo urbano importante para a Capitania e que guarda estreitas relações com os núcleos familiares da região do Minho:

O elo entre o Norte de Portugal e Minas Gerais nasceu da convergência de valores e instituições sociais, não num sentido vago de ‘herança cultural’, mas no fluir constante de colonizadores portugueses para o Brasil e, com bastante frequência de sua volta a Portugal. Graças a isso, no final do século XVIII, a configuração social da família de Minas Gerais era muito semelhante à daquela região portuguesa.

Feitas as considerações sociais e históricas, passemos à abordagem linguística com base no *corpus* da obra *Sagarana*, de Rosa (1976).

CORRELAÇÃO LEXICAL ENTRE AS LÍNGUAS EM ESTUDO

Para realizar estudos léxicos, a geografia linguística pode auxiliar para se determinar a dimensão geográfica na qual a palavra se encontra. A geografia linguística nos fornece informações a respeito dessa dimensão, entretanto não nos oferece dados sobre a arqueologia da palavra. Assim, valemo-nos da história das línguas através da Filologia. Na atualidade, alguns atlas sugerem o estrato social ao qual a palavra pertence, mas muitas vezes essa investigação se dá posteriormente. A partir da interpretação das cartas lexicais buscamos complementar a história da palavra em dicionários etimológicos e gramáticas históricas. Nesse aspecto a tarefa é creditada aos estudos da Filologia. O diálogo entre esses estudos permeará a análise que faremos do léxico colhido em Rosa (1976), nos exemplos que se seguem.

• Baldroca

Com base no registro nos dicionários de português, variantes europeia e brasileira, temos as seguintes acepções:

Houaiss e Vilela (2001) classificam este verbete no que diz respeito ao nível de uso, como linguagem informal com as seguintes acepções: “1. Engano fraudulento, trapaça, logro. 2. BA (São Francisco): transferência mútua e simultânea de coisas entre seus respectivos donos, troca, escambo”.

Borba (2002) classifica as unidades léxicas como mesma entrada: **baldroca/baldroga** sem determinar o nível de uso e com as seguintes acepções: “trapaça, fraude”. Interessante informar que este dicionário se propôs a selecionar entradas da língua escrita em prosa do português apenas do Brasil e da segunda metade do século XX.

Com base nos exemplos colhidos em Rosa (1976), na obra *Sagarana*, **baldroca**, pelo contexto, significa um engano fraudulento, uma trapaça, um logro, com valor avaliativo negativo:

- a) “A marca-de-ferro – um coração no quarto dianteiro – estava meio apagada: lembrança dos ciganos, que o tinham raptado e disfarçado, ovantes, para a primeira **baldroca** de estrada” (p.4).
- b) “_Pois olha: eu, afora o papo, tenho muita saúde, graças a Deus. Mas, o tal...Correndo assim por essas brenhas, quero ver! Ele barganha de cavalo, troca, troca, que nem cigano, mas não pode bater **baldroca** com o coração, lá dele, que não regula direito!” (p. 149).
- c) “_Ah, isso era só ter jeito de roubar, que estava roubado mesmo! E, ao depois, trabalhavam com os animais, p’ra botar eles bonitos, que nem cavalgadura de lei... Até pintar, p’ra ficar de cor diferente, eles pintavam...Muita vez nem o dono não era capaz de reconhecer o bicho!... Pegavam num pangaré pelado, mexiam com ele daqui p’ra ali, repassavam, acertavam no freio, e depois era só chegar p’ra o ganjão e passar a perna nele, na barganha... E volta boa, em dinheiro, porque cigano só faz **baldroca** recebendo volta... Senão, também, como é que eles haviam de viver? Como é?!... (p. 268).

Ao consultarmos o *Corpus Lexicográfico do Português* (2019) no *Vocabulário* (1712-1728), encontramos abonada **baldrocas**, **baldrôcas** classificada como termo chulo (que, para não incorremos em anacronismo, entendemos significar *popular* nos dias de hoje). O autor nos dá como significado **trocar**. Em outra abonação **trocas baldrocas**, informa tratar-se de termo chulo (popular) e explicita: “1. trocar drogas umas por outras” (para o autor são insumos de medicamentos ou especiarias). “2. cambiar trastes de pouca importância”. Em consulta ao *Dicionário da Língua Portuguesa Porto* (2020), para **baldroca** temos a acepção de “engano, trapaça, fraude”, classificado como popular.

Em galego moderno encontramos ocorrências no *Gran dicionario Xerais da lingua* (2009) de **baldroga** com acepção de *trampón* (trapaceiro) além de “pessoa suja e descuidada no seu aspecto pessoal”. Esta última acepção encontra-se no *Dicionário da RAG* (2020). Importante observar o valor avaliativo negativo em todas essas acepções.

Em consulta a Álvarez (2019), coordenadora do projeto intitulado *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, encontramos as seguintes variantes em

galego: **baldrogas**, **baldragas**, **baldregas**, **baldroas**, nas respectivas acepções semânticas: “desalinhado, que tem pouco cuidado com tudo; que não gosta de trabalhar (*vago*); despersonalizado; pessoa suja e descuidada; homem desalinhado; mulher porca em todos os sentidos, asquerosa; preguiçoso; que não gosta de trabalhar”, todos com valores avaliativos negativos.

Ao realizar este estudo linguístico comparado, podemos depreender que as correlações léxicas de línguas de mesma origem permitem-nos dimensionar o alcance geográfico da lexia em estudo. A respeito das variantes fônicas identificadas, na sonorização da oclusiva velar surda [k] para a sua homorgânica sonora [g], como em **baldroca** > **baldroga** trata-se de um fenômeno fonético recorrente nas línguas em estudo, devido a sua origem galego-portuguesa. Em um sentido mais abrangente, este fenômeno integra também o grupo das línguas do ramo da România Ocidental. A síncope da oclusiva velar sonora em **baldroga** > **baldroa** também está prevista na evolução das línguas de origem galego-portuguesas e em sentido mais amplo ocorre no ramo da România Ocidental. Do ponto de vista semântico, os valores encontrados são o negativo e o depreciativo.

• Arco-da-velha

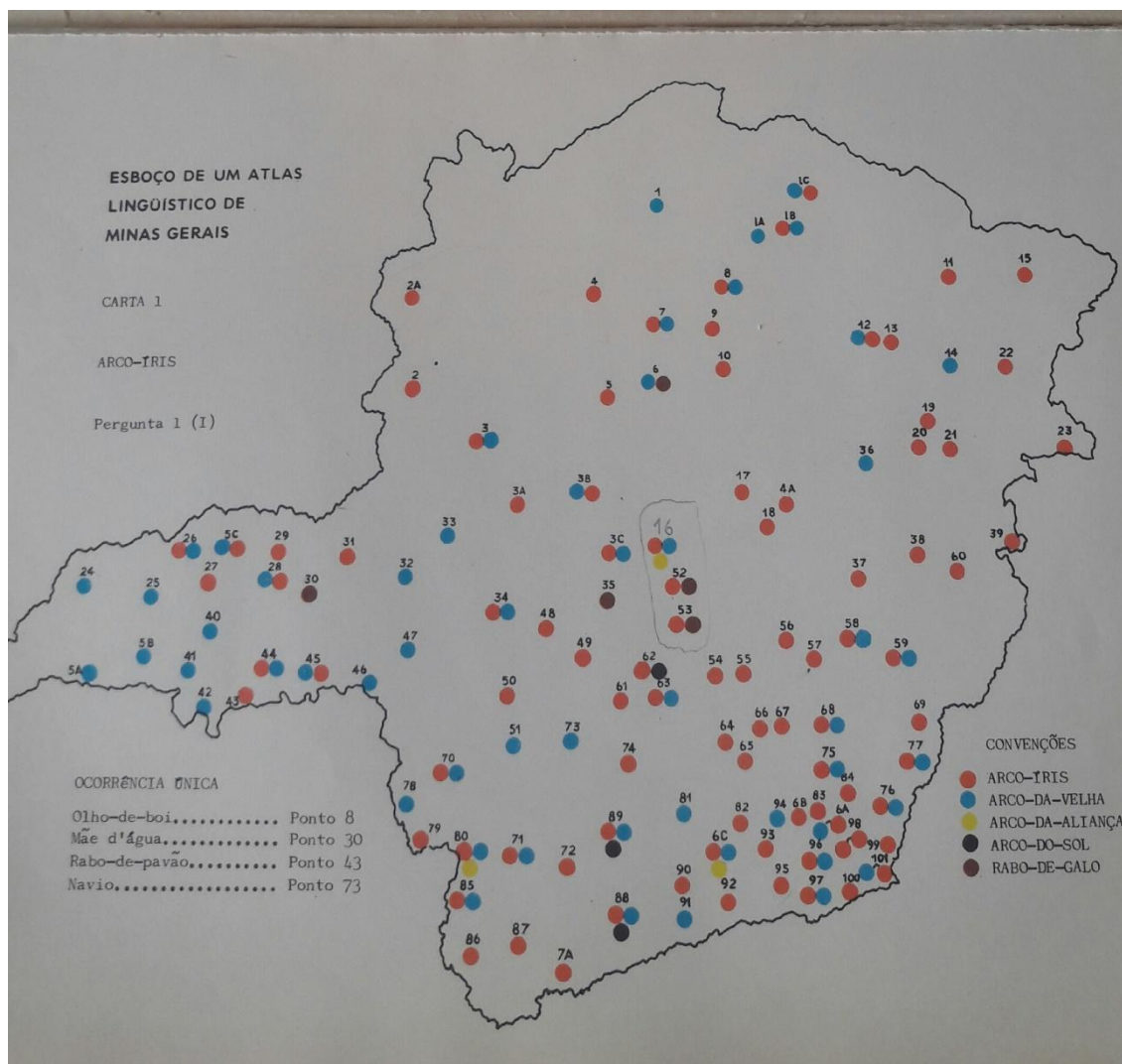
O registro nos dicionários de português e do português do Brasil da língua portuguesa apresenta as seguintes acepções:

No dicionário de Borba (2002) encontram-se abonadas separadamente: **arco-íris**, **arco-da-velha** e **arco-da-aliança**, definidas como sinônimas de **arco-íris**; em Houaiss e Vilela (2001), as abonações estão descritas separadamente como sinônimas de **arco-íris**, dessa forma, temos: **arco-celeste**, **arco-da-aliança**, **arco-da-chuva**. Em **arco-da-velha**, descrita como sinônima de **arco-íris**, definida como informal, o mesmo ocorre em **arco-de-deus**.

No *corpus*, encontramos a ocorrência de **arco-da-velha**:

“houve o **arco-da-velha** no céu, num abrir de sol, mostrando as cores, com um pilar no mato e o outro no monte” (ROSA, 1976, p.201).

Sobre o uso de **arco-íris** e **arco-da-velha**, buscamos informações no *Atlas Linguístico de Minas Gerais*, idealizado por Ribeiro (1977). Das várias acepções descritas na carta léxica número 1, **arco-íris** é a forma majoritária, seguida por **arco-da-velha** (ver o mapa abaixo). A distribuição que se dá por todo o estado é bem homogênea para uma e outra denominação, havendo concorrência entre as lexias em muitos dos municípios que compõem a carta. Na cidade de G. Rosa, Cordisburgo (ponto 52 do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais - ver abaixo) as ocorrências encontradas foram **arco-íris** e **rabo-de-galo**. A título de curiosidade, relacionando a paisagem de criação literária de Rosa (1976) com a região que integra a extensa bacia hidrográfica do rio das Velhas, temos as cidades de Cordisburgo (ponto 52) e Sete Lagoas (ponto 53) e em ambas são encontradas lexias concorrentes, a saber, **arco-íris** e **rabo-de-galo**. Em Curvelo, cidade limítrofe com Cordisburgo (ponto 16), **arco-íris** e **arco-da-velha** (para maior clareza, os três pontos foram demarcados no centro Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais).



Fonte: reprodução feita a partir do EALMG, Ribeiro (1977), carta 1, arco-íris.

Um estudo atualizado entre as lexias **arco-íris** e **arco-velha** realizado por Ferreira e Cardoso (1999) considera **arco-íris** a forma de uso generalizado no Brasil a partir da sua análise comparativa entre os atlas linguísticos da Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Para **arco-da-velha**, Ferreira e Cardoso (1999, p.21-22) registram a não ocorrência na Paraíba, duas ocorrências em Sergipe, 14 na Bahia, 57 em Minas Gerais e 44 no Paraná. Já para a lexia **arco-íris**, 17 na Paraíba, 13 em Sergipe, 43 na Bahia, 89 em Minas Gerais. A partir dessa pesquisa, as autoras concluíram que **arco-íris** é a forma mais usada em detrimento de **arco-da-velha**.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Porto* (2020), não se encontra registrada **arco-da-velha**, somente **arco-íris**. Já no *Dicionário Regional de Barros* (2006) sobre o falar de Trás-os-Montes e Alto Douro, encontramos apenas **arco-da-velha**, definida como sinônima de **arco-íris**. Como se trata de um dicionário regional, o autor realiza somente o inventário de palavras que pertencem às variedades linguísticas das regiões estudadas; indica a localidade ou fonte onde as recolheu, mas não exclui a possibilidade de ocorrência em outras localidades das citadas regiões. Dessa forma, abona **arco-da-velha**, acusando o seu registro nas localidades de Vila Real e Freixo de Espada à Cinta; e D'abeilha, localidade de Pinelo-Vimioso.

Sobre a distribuição de **arco-íris** na Iberromânia há que se observar que a sua vinculação se dá via espanhol que suplantou tanto **arco-da-velha** quanto **arco-da-**

aliança no português europeu, sendo depois transplantado para o Brasil, como vimos anteriormente.

Resulta muito interessante observar a língua galega na qual a forma preponderante é **arco da vella**. O dicionário de Quintas Rivas (2015), por exemplo, abona somente **arco da vella**, indicando como sinónimo de **arco-íris**, e discorre a respeito da sua ocorrência tanto no asturiano ocidental, **arco da veia**, quanto no português, **arco-da-velha**. Os dicionários *Rag* (2020) e *Gran Dicionario Xerais da Língua* (2009) apresentam como sinónimas **arco-da-vella** e **arco-iris**. Em ambos os dicionários **arco-da-vella** e **arco-iris** encontram-se abonadas no verbete **arco**.

Nas outras línguas da Península Ibérica, onde há também regiões em situação de línguas em cooficialidade entre o castelhano e outra língua iberorromânica, **arco-iris**, é considerada um castelhanismo. Esta forma irradiou para o catalão e o valenciano, **arc íris**, mas o mais usual é **arc de sant Martí**. Corominas (1991) registra em castelhano **arco iris**, **arco del cielo**, **celeste** ou **celestial** e observa que **arco del san Martín** é também usual em Múrcia, mas a sua origem é creditada ao catalão. Entretanto, na atualidade, devido a uma política de promoção linguística no que diz respeito às línguas regionais autóctones, há uma postura em demarcar a identidade linguística, acentuando, dessa forma, o diferencialismo. As outras formas concorrentes com **arco-iris** têm ganhado força.

Sobre a presença do uso de **arco-íris** pelos falantes na Galiza, podemos inferir (i) que o falante é de origem galega, mas monolíngue em castelhano, (ii) emigrado de região de fala castelhana, ou (iii) galego, mas não alfabetizado na língua autóctone, (iv) falante de galego, com interferências do castelhano, pois foi, após a década de oitenta do século passado, que o Estatuto de Autonomia conferiu *status* de cooficialidade às línguas regionais e a língua passou a ser normalizada em todos os espaços sociais.

Ao observarmos o *Atlas Lingüístico Galego* (2003), *ALGa*, carta 91, na qual figura a lexia **arco da vella** (pergunta 644 ‘**arco da vella**’ no questionário), chegamos a conclusões interessantes a respeito da incursão de **arco-íris** *versus* **arco-da-velha**. A forma mais disseminada é **arco da vella**. Ao todo são 152 pontos distribuídos nas quatro províncias da Galiza, além de mais alguns pontos em regiões de fronteira, onde também se fala galego, a saber, Astúrias, León e Zamora. Ao observar os pontos cujas formas apresentam como única a lexia **arco-iris** ou onde apresentam ambas, a saber, **arco iris** e **arco da vella**, fica bem evidente que a forma única **arco-iris** é preponderante nas regiões de fronteira com Portugal ou em regiões fronteiriças de fala castelhana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da escolha de um *corpus* de um escritor regional aliamos estudos literários e culturais ao linguístico. A comprovação das ocorrências em atlas linguísticos e em bases de dados lexicais permitem-nos identificar as ocorrências e consonâncias, mas, para interpretá-las, o linguista deve se valer de outros métodos históricos, como a linguística ou a gramática. Sobre o alcance geográfico das palavras em estudo, ficou demonstrado que, por razões sociohistóricas, o português brasileiro, considerado România Nova, está inscrito numa relação de contiguidade com a Península Ibérica, devido ao processo emigratório de culturas em contato.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, R. (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em <[http:// ilg.usc.es/Tesouro](http://ilg.usc.es/Tesouro) > . Acesso em 20 de novembro de 2019.

ALVAREZ BLANCO, R. Fernández Rei, Francisco. González González, Manuel. *Atlas Lingüístico Galego. Léxico. Tempo atmosférico e cronolóxico*. Vol.4. García, Constantino, SANTAMARINA, Antón. (Dir.). ACoruña: Fundación Barrié de la Maza, v. 4, 2003.

BARROS, Vítor Fernando. *Dicionário do falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa: Editora Colibri, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1ª. ed. 2002.

CINTRA, Lindley. *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2ª ed., 1995.

CONDÉ, Valéria G. *Convergência do léxico por contato entre o português brasileiro e o galego modernos*. Rio de Janeiro: Labor Histórico, v.3, p.97-107, 2017.

CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS. Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em <<http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

COROMINAS, Joan. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispano*. Madrid: Gredos, v.6, 1991

COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

FERREIRA, Carlota da Silveira. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Arco-íris no Brasil: um estudo linguístico antropológico a partir dos atlas regionais. In: *Revista do Gelne*, ano 1, nº2, p.21-24, 1999.

GRAN DICCIONARIO XERAIS DA LINGUA. Vigo: Edicións Xerais de Galicia S.A., 2009.

HOUAISS, Antônio. VILELA, Mário de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1ª. ed., 2001.

PAZ-ANDRADE, Valentin. *A galeguidade na obra de Guimarães Rosa*. São Paulo: Difel, 1983.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA PORTO EDITORA. <<https://www.portoeditora.pt/lingua-portuguesa/mobile-apps>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

RAG. *Dicionário da Real Academia Galega*. Disponível em <<https://academia.gal/dicionário/rag>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, nº.1, janeiro / junho, p. 131-153, 2008.

RIBEIRO, José. ZAGARI, Mário Roberto Lobuglio. PASSINI, José. GAIO, Antônio Pereira. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Fundação Casa de Rui Barbosa / Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RIVAS QUINTAS, Eligio C. M. *Diccionario Etimolóxico da Lingua Galega*. Léxico rural do noroeste hispano. 1ª. Edição. Santiago de Compostela: Tórculo Comunicación Gráfica, 2015.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, v.1, 1976.

VILLARES, Ramón. *História da Galiza. Uma memória dos avós europeus*. Bahia: Mar Maior Editorial Galaxia, 2015.

“MATAR” E “MORRER” EM TEXTOS LATINOS E PORTUGUESES

Renata Cazarini de FREITAS
Universidade Federal Fluminense (UFF)
renatacdef@gmail.com

RESUMO: O desafio da tradução para o português do Brasil do poema dramático “Édipo”, escrito em latim no século I d.C. por Sêneca, motivou tanto um levantamento dos verbos latinos referentes ao campo semântico de “matar” e “morrer”, muito frequentes nos 1.061 versos da peça, como, posteriormente, uma tentativa de acompanhamento de sua transmissão até nossa língua por meio da análise de uma série de documentos latinos e portugueses. Adotando-se o conceito de sincronias pretéritas de Mário Eduardo Viaro (2015, p.94-145), buscou-se uma documentação representativa de diferentes estágios do processo de transmissão, estabelecendo correlações pertinentes e progressivas desde o texto senequiano até a sincronia atual, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades. A constatação mais imediata é a da amplitude do repertório latino exibida no texto senequiano frente à baixa diversidade lexical dos demais documentos analisados, que, embora de natureza genérica distinta (na maioria, jurídico-administrativos), convergem tematicamente. Esta é a segunda chance de pesquisa em que, tendo sido definidos certos momentos no processo de transição do latim clássico ao português, a análise diacrônica permite constatar uma retração no repertório lexical.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Histórica; Filologia Românica; Etimologia; Lexicologia; Língua Portuguesa

INTRODUÇÃO

*Quia justum est ut
qui [injuste] novit occidere,
discat [juste] morire.*

O desafio da tradução para o português do Brasil do poema dramático “Édipo”¹², escrito em latim no século I d.C. por *Lucius Annaeus Seneca*, (c. 4 a.C.-65 d.C.), ou simplesmente Sêneca, motivou, num primeiro momento, o levantamento do repertório lexical no campo semântico da morte, porque é tema fundamental ao longo dos 1.061 versos da peça. O repertório foi organizado nas seguintes classes de palavras: verbos, substantivos, adjetivos (dentre estes, os particípios). Fez-se, então, uma seleção dos vocábulos latinos rastreáveis até o português atual, com o objetivo de elaborar um repertório tentativo em nosso idioma para uma tradução do poema que preservasse traços etimológicos. O que se constatou, no entanto, foi que o repertório lexical em português é bastante mais limitado se a proposta for a de evitar estranhamentos desnecessários no texto final da tradução.

Neste artigo será apresentada uma breve discussão sobre a etimologia dos verbos “matar” e “morrer”, que apresentam desafios maiores ao pesquisador. Adotando-se o

¹² Tradução metrificada ainda não publicada, realizada como parte do doutoramento em Letras Clássicas na Universidade de São Paulo (USP). Tese aprovada em setembro de 2019 com recomendação para publicação em vista da qualidade do trabalho crítico e tradutório.

conceito de sincronias pretéritas de Mário Eduardo Viaro (2015, p.94-145)¹³, buscou-se documentação representativa de diferentes estágios do processo de transmissão tanto morfológica como semântica, mas não a ingente tarefa de propor primeiras atestações, estabelecendo correlações pertinentes e progressivas desde o texto senequiano até a sincronia atual, sem a pretensão – é claro – de esgotar todas as possibilidades. A escolha dos textos priorizou registros dos verbos selecionados, tema que levou a que se sobressaíssem exemplos jurídico-administrativos, mas se recolheu também um religioso e outro literário. Uma regra de aferição das representações dos lexemas foi confrontar, sempre que possível, os seus registros nas reproduções de documentos em arquivos *on-line* reputados confiáveis a fim de evitar o falseamento da análise decorrente da transcrição imprópria da grafia dos termos investigados, da qual se traz um exemplo.

CORPORA

Sêneca foi um prolífico autor, além de importante homem político no período Júlio-claudiano em Roma, particularmente durante o império de Nero (54-68 d.C.), do qual foi tutor e com o qual rompeu a ponto de ser levado pelo imperador a cometer o suicídio honroso, por vezes praticado pelos estoicos, sob a suspeita de ter participado de uma conjuração. De sua extensa obra, foram-se os discursos políticos e alguns textos monotemáticos, mas nos restaram uma importante coleção de cartas, tratados de filosofia estoica, um texto de pretensões científicas, uma sátira e também um *corpus* dramático: dez peças trágicas, sendo oito delas atualmente reconhecidas como de sua autoria pela quase totalidade dos estudiosos de letras clássicas.

O *Édipo* de Sêneca é centrado no conhecido mito do filho, epônimo da peça, que herda o trono da cidade grega de Tebas após ter matado o seu pai e rei Laio, sem sabê-lo, e desposado a mãe, Jocasta, com quem tem filhos. A trama senequiana se desenrola em meio à investigação conduzida por Édipo para desbaratar o mal que assola Tebas: a peste. Descobrendo-se culpado – involuntário, seja dito – de tudo, Édipo se cega.

O repertório lexical elencado no quadro abaixo está distribuído ao longo da peça. A constatação mais imediata é a da amplitude do repertório latino apresentado no texto senequiano. Ainda que os demais documentos analisados sejam de natureza genérica distinta, convergem tematicamente, mas não revelam tal diversidade, feita a ressalva de que têm menor extensão. Além do latim clássico do século I d.C., foram analisados exemplos dos séculos VI (*De correctione rusticorum*, *Decretio Childeberti regis*), VIII (*Charta Lorbansis in Lusitania*), XII (*Foral de Freixo de Espada à Cinta*), XIII (*Testamento de D. Afonso II*, *Testamento definitivo de D. Afonso II* [latim], *Cantiga de Rui Pais de Ribela*), XVI (*Novo Foral de Freixo de Espada à Cinta*, *Compilação das Leis Extravagantes*), XVIII (*Elucidário das palavras, termos e frases*).

	ano	texto	verbo ¹⁴	substantivo	adjetivo
S ¹	séc. I d.C.	<i>Oedipus</i>	<i>emōrī</i> <i>interimēre</i>	<i>caedes</i> <i>clades</i>	<i>caesus</i> <i>defunctus</i>

¹³ Foram balizadores deste procedimento de pesquisa etimológica dois cursos ministrados pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro entre 2015 e 2016 na USP: “Curso de Etimologia para a formação do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DelPo)” e “Etimologia da Língua Portuguesa”, respectivamente. A ele devo agradecimentos pela orientação e assumo total responsabilidade por incongruências na pesquisa.

¹⁴ Optou-se por apresentar os verbos no infinitivo, pois são referidos assim nos dicionários de latim medieval e nos etimológicos, muito embora, nos de latim clássico, sejam introduzidos pela forma da 1ª pessoa do singular. Ao longo do texto há oscilação entre ambas as formas nas referências aos verbos.

			<i>mactāre</i> <i>mōrī</i> <i>obīre</i> <i>occīdēre</i> <i>perīre</i> <i>perimēre</i>	<i>exitium</i> <i>funus</i> <i>letum</i> <i>mors</i> <i>nex</i> <i>peremptor</i> <i>strages</i>	<i>depositus</i> <i>feralis</i> <i>functus</i> <i>funestus</i> <i>letal</i> <i>mortifer</i> <i>sepultus</i>
S ²	c.572	<i>De</i> <i>Correctione</i> <i>Rusticorum</i>	<i>defungī</i> <i>mōrī</i>	<i>homicidium</i> <i>mors</i> <i>mortuus</i>	<i>positus</i> <i>depositus</i> <i>sepultus</i>
S ²	c.595	<i>Decretio</i> <i>Childeberti</i> <i>Regis</i>	<i>morīre</i> <i>occīdēre</i>	<i>homicidium</i> <i>mors</i>	
S ²	734?	<i>Charta</i> <i>Lorbansis in</i> <i>Lusitania</i>	<i>matare</i> <i>mōrī</i>		
S ³	1152	Foral de Freixo de Espada à Cinta	<i>mactāre</i> <i>matare</i> <i>morir</i> <i>morrer</i> <i>obīre</i> <i>occīdēre</i>	<i>homicidium</i> <i>mors</i> <i>matador</i>	
S ³	1214	Testamento de D. Afonso II	<i>morrer</i>	<i>morte</i>	<i>morto</i>
S ¹	1221	Testamento definitivo de D. Afonso II (latim)	<i>mōrī</i>	<i>mors</i> <i>obitus</i>	<i>mortuus</i>
S ³	1225 - 1275	Cantiga (de Rui Pais de Ribela)	<i>matar</i> <i>morrer</i>		
S ⁴	1512	Foral de Freixo de Espada à Cinta	<i>matar</i> <i>morrer</i>		
S ⁴	1557	Compilação das Leis Extravagantes	<i>matar</i> <i>morrer</i>	<i>morte</i>	
S ⁵	1799	Elucidário das palavras, termos e frases, vol.2	<i>mattar</i>		

De correctione rusticorum (c.572) é um opúsculo de 19 parágrafos, redigido como se uma carta-resposta de instrução pastoral ao bispo de Astorga, Polémio, por Martinho, religioso possivelmente de origem húngara, que se instalara por volta de 550 em Dume, arredores de Braga, a antiga *Bracara Augusta*, hoje Portugal. Em 558, teria convertido ao catolicismo Teodomiro, rei dos suevos de 561 a 570. Em 569, tornou-se bispo da Sé de Braga e presidiu o Concílio de Braga em 572, após o qual teria composto a obra de disseminação dos rituais católicos contra as práticas pagãs do chamado

“Priscilianismo” no noroeste da Península Ibérica. O autor propõe-se a escrever em *rustico sermone*, ou seja, numa “fala simples”, já que está exemplificando uma pregação ao povo, e, por certo, conforme corroboram estudiosos, não se trata de “latim vulgar”.

De acordo com as anotações ao texto estabelecido e editado por Aires A. Nascimento, a intenção didática do bispo Martinho de Braga (c.520-579) se confirma no registro da língua, embora a tradição textual a partir de onze manuscritos remanescentes não seja “nem clara nem líquida” (BRAGA, 1997, p.84), portanto, “difícilmente permite remontar a um uso de autor” (ibidem, p.85). Notam-se, no entanto, algumas tendências: 1) baixo grau de coerência no uso de ablativo e acusativo na regência de proposição *in*, 2) prevalência do acusativo mesmo em verbos com regência distinta, 3) eliminação parcial da voz depoente de certos verbos, 4) oscilação de gêneros dos substantivos, 5) infração às regras da *consecutio temporum* e 6) oscilação na conjugação verbal de *morior* e *credo*. Para Nascimento, a ausência de rigidez, a variabilidade que se constata torna o texto de Martinho “representativo de seu tempo” (BRAGA, 1997, p.86).

O *Decretio Childeberti Regis* (c.595) é um documento que integra a seção intitulada *Capitularia Merowingica* da coleção *Capitularia Regum Francorum*. O conjunto de apenas nove textos, escritos originalmente entre 511 e 614 e editados no final do século XIX por Alfredus Borétius na série *Monumenta Germaniae Historica*, é praticamente o que restou dos editos da monarquia franca do século VI, segundo especialistas (SILVA; MAZZETTO JR., 2006, p.105). Não se trata, portanto, de um documento originado na área de ação da língua portuguesa. O sétimo desses textos é um decreto do ano 595 ou 596, de Childebertus II (570-596), da dinastia merovíngia, rei da Austrásia desde os seus cinco anos e que, nos três últimos anos de sua curta vida, reinou também sobre a Borgonha. Ele é conhecido por ter completado a lei sálica por meio deste decreto de 15 parágrafos. A lei sálica é a compilação atribuída, com controvérsias, a Clóvis I (c.466-511), rei da dinastia merovíngia convertido ao catolicismo.

O *Decretio Childeberti Regis* é rigoroso quanto às punições aos criminosos, restringindo a prática comum de compensações financeiras e admitindo a pena de morte para os que cometeram homicídio “*sine causa*”. Numa comparação com as legislações dos visigodos e dos burgúndios, afirma-se que a dos francos é a menos romanizada e a mais germânica das três (DREW, 1991, p.29). Consta do quinto parágrafo desse documento, no qual se fala dos homicídios completamente inesperados, a frase em epígrafe neste artigo: *quia justum est ut qui [injuste] novit occidere, discat [juste] morire* (porque é justo que quem sabe matar [sem justiça] venha a conhecer como é morrer [com justiça]). Importa manter os colchetes pela divergência na edição do texto.

Apesar da bela construção de uma máxima latina de caráter retórico e valor moral, o destaque para esse documento deve-se ao uso do verbo na forma ativa “*morire*” substituindo o infinitivo clássico depoente “*mōri*”, como vem salientado à página 521 do volume 5 do *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, de Du Cange. O latim utilizado na legislação formalizada no século VI apresenta um repertório lexical que se pode reconhecer também em documentos materiais, como as placas de maldição (*tabellae defixionum*), sugerindo um substrato comum, advindo da Antiguidade Tardia, no âmbito do discurso *quasi* jurídico (FREITAS, 2015, p.73).

A *Charta Lorbansis in Lusitania* (734?) é supostamente um documento latino do século VIII, mas cuja autoridade é questionada porque não se tem o manuscrito, apenas sua alegada transcrição na obra *Monarchia Lusytana* (1609), de autoria do frei Bernardo de Britto (1569-1617), com tradução em português, e consequente reprodução com pequenas variações em obras de outros autores, incluindo as *Historias de Idacio obispo, que escreveu pouco antes que Espanha se perdesse* (1615), do bispo de Pamplona e cronista a serviço da monarquia frei Prudencio de Sandoval (1553-1620), que o intitulou

“Escritura del Rey Moro de Coimbra, Era 772”, às páginas 87 a 90, em latim e com uma versão em espanhol. A datação de 772 segue a “era hispánica”, cronologia adotada no reino visigodo de Toledo, tendo início em 38 a.C., daí a diferença para o ano de 734.

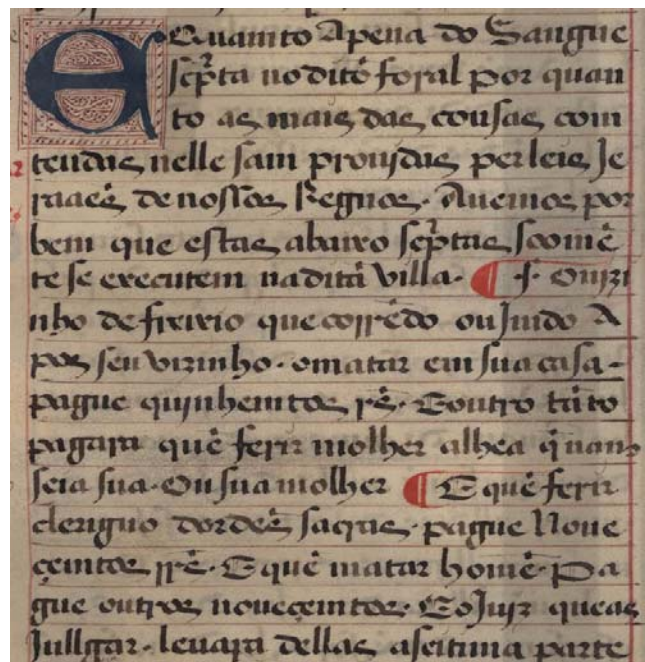
O mencionado *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis* menciona, na página 302 do volume 5, a *Charta Lorbansis in Lusitania an.734 apud Sandovallium in Favila* como fonte para o registro do verbo “*matare*” sem o encontro -ct- do latim clássico, trazendo a acepção hoje corrente de “matar”. De fato, há seis ocorrências no texto do referido verbo: *matabunt* (2 vezes), *matet* (1 vez), *matent* (3 vezes). A transcrição adotada é a do frei Britto (1609), que antecede a do frei Sandoval (1615), sendo que há sutis diferenças entre ambas.

A polêmica em torno da autenticidade do documento, de sua existência propriamente, surgiu no século XVIII, com o erudito e precursor dos estudos de diplomática em Portugal João Pedro Ribeiro (1758-1839). Em 1798, ele afirmou jamais ter existido a carta que asseguraria a isenção de tributos ao Mosteiro de Lorvão, concedida por Alboacém, rei sarraceno de Coimbra, conforme consta da página 83 das *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza*. Contudo, o frei Britto afirma à página 287 da *Monarchia Lusytana*: “por antigo, & digno de consideração, porei de maneira que está no Cartório do mosteiro, goardando a ortographia, & latim errado que tem”. Cadafalsos da história.

Em 2012, Freixo de Espada à Cinta, localidade com menos de 4 mil habitantes no norte de Portugal, distrito de Bragança, celebrou os 500 anos do novo foral (1512), reformando o anterior (1152), que havia sido confirmado em 1273. Forais, concedidos antes mesmo do início da monarquia em Portugal, são documentos normativos do convívio nas cidades. O *Foral de Freixo de Espada à Cinta*, na sua primeira versão, pode ser tomado como um documento de transição, visto que traz verbos em latim e seus equivalentes em um – arrisque-se – protoportuguês. Constam, por exemplo, tanto a grafia do latim clássico “*mactare*” como a variante “*matare*”, portanto, sem o encontro consonantal. Na sua nova versão, em língua portuguesa, a grafia estabilizada é “matar”.

A primeira redação desse foral está preservada nos *Portugaliae Monumenta Historica*, série organizada no século XIX pelo escritor Alexandre Herculano (1810-1877) para a Academia Real de Ciências de Lisboa. Herculano faz um julgamento do latim notarial: *nulla scribenti lex, nec norma, nec ratio erat*, ou seja, “não havia regra para o escrevente, nem norma, nem lógica”. Mesmo assim, segundo António Emiliano, da Universidade Nova de Lisboa, Herculano transcreveu os documentos “de forma fidedigna, acrescentando um ocasional *sic*” (EMILIANO, 2010, p.111). Esse latim, muitas vezes chamado “bárbaro” (EMILIANO, 2010, *passim*), permite entrever um “idioma de transição”, isto é, como ia se configurando o português no século XII, antes da estabilização que se constata no início do século seguinte (EMILIANO, 2005, p.17). O foral de 1512 consta de um pergaminho iluminado, do século XVI, intitulado *Livro dos Forais Novos de Trás-os-Montes*, depositado na Torre do Tombo (excerto abaixo)¹⁵.

¹⁵ Transcrição interpretativa: “Quanto à pena do sangue escrita no dito foral, porquanto as mais das coisas contidas nele são providas por leis gerais de nossos reinos. Havemos por bem que estas abaixo escritas somente se executem na dita vila. A saber: o vizinho de Freixo, que correndo ou indo após seu vizinho o matar em sua casa, pague 500 reais. E outro tanto pagará quem ferir mulher alheia que não seja sua ou a sua mulher. E quem ferir clérigo d’ordens sacras pague 900 reais. E quem matar homem pague outros 900. E o juiz que as julgar levará delas a sétima parte”.



O *Testamento de Dom Afonso II*, o terceiro rei de Portugal (1211-1223), é o mais antigo documento claramente redigido em língua portuguesa com informações de local e data seguras: Coimbra, 27 de junho de 1214. Como esclarece Santalha (2015, p.3, n.2), outros dois testamentos de Dom Afonso II, de 1218 e de 1221, o definitivo, foram redigidos em latim (portanto, S¹, ver abaixo), mantendo substancial semelhança com a formulação do primeiro. Também em latim está o testamento real imediatamente anterior ao de 1214, de Dom Sancho I, pai de Afonso II, de 1210. Do *Testamento de Dom Afonso II* em português, são dois os manuscritos preservados, sendo que um se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e outro, no Arquivo da Catedral de Toledo, Espanha. Sua importância é destacada no *site* da Academia Galega da Língua Portuguesa, que o coloca como patrimônio comum da Lusofonia e afirma constar ali o primeiro registro da forma genuína do topônimo “Galiza”.

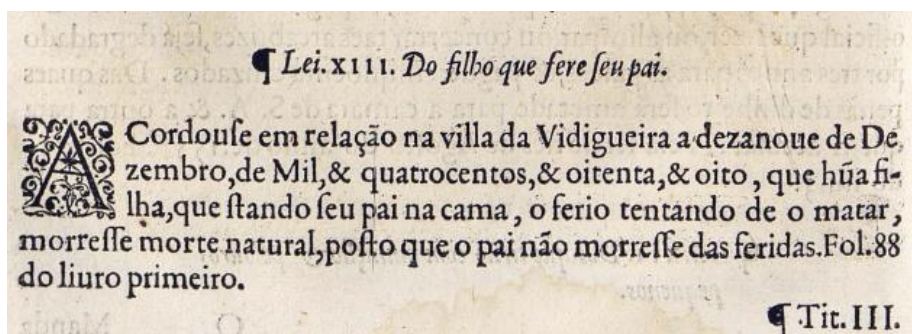
[O testamento] foi outorgado e redigido em Coimbra e podemos supor que o redator seria português, mas um texto exatamente idêntico podia ter-se escrito igualmente em Santiago de Compostela – que o rei Dom Afonso visitaria uns anos depois – por um escriba galego.

No único documento literário em português do repertório da pesquisa, a cantiga “*Os que mui gram pesar virom, assi*”, de Rui Pais de Ribela, em atividade entre 1225 e 1275, corrobora a estabilização do verbo “morrer” na manifestação artística, como já ocorria na linguagem da chancelaria, como comprova o Testamento de Dom Afonso II (SANTALHA, 2015, p.25)¹⁶. Dois manuscritos conservaram a cantiga de amor: o A-196 do Cancioneiro da Ajuda e o B-347 do Cancioneiro da Biblioteca Nacional. O manuscrito da Ajuda, coevo dos trovadores, apresenta cinco flexões distintas do mesmo verbo “morrer” e uma ocorrência do infinitivo “matar”, conforme se pode consultar no *site* Cantigas Medievais Galego-Portuguesas, da Universidade Nova de Lisboa.

No campo jurídico, o linguista e historiador, também desembargador da Casa de Suplicação, Duarte Nunes de Leão (1540-1608) finalizou em 1566, sob a regência do

¹⁶ Em cada um dos dois documentos, verifica-se uma só ocorrência de aparente metátese que pressupõe resquício de flexão do concorrente verbo “morir” (Testamento: que eu moira; Cantiga: como non moiro).

cardeal D. Henrique durante o reinado de D. Sebastião (1557-1578), uma criança ainda, a compilação das *Leis Extravagantes*, um levantamento da legislação que não havia sido incluída nas ordenações régias. O trabalho, revisado por Lourenço da Silva e aprovado em 1569, atesta a codificação ortográfica de “matar” e “morrer” (LEÃO, 1569, p.119v).



Por fim, com a intenção de exemplificar a artificialidade de alguns registros, que não têm valor de comprovação documental para a pesquisa etimológica, foi incluído o *Elucidário das palavras, termos e frases*, dos estertores do século XVIII, no qual aparece registrado (VITERBO, 1799, p.211), no verbete “pena de sangue”, o verbo “mattar” (com -tt-). O que o autor faz é um arremedo de reprodução de um excerto do *Foral de Freixo de Espada à Cinta*, parafraseando o texto de 1512 e simulando grafia antiga que não ocorre no manuscrito, conforme as linhas 9 e 14 da primeira imagem.

ANÁLISE

Viaro (2015, p.94) propõe organizar os fenômenos fonéticos que constituem a história da Língua Portuguesa em seis sincronias pretéritas da Península Ibérica, com ênfase nas variantes românicas faladas no Noroeste. As seis sincronias são organizadas como segue (VIARO, 2015, p.99): S⁰ - do latim comum à formação da *koiné* latina (entre o século I a.C. e o século V d.C.); S¹ - do latim arcaico à formação do ibero-românico (entre o século III a. C. e o século V d.C.); S² - do ibero-românico à formação do ibero-românico do Noroeste Peninsular (entre os séculos VI e IX); S³ - do ibero-românico do Noroeste Peninsular à formação do galego-português (entre o século X e o século XIII); S⁴ - do galego-português à formação do português antigo (entre os séculos XIV e XVII); S⁵ - do português antigo à formação do português moderno (entre o século XVIII e o XXI). Adota-se nesta pesquisa essa proposta para organizar por aproximação os documentos selecionados, sem verificar sua efetiva validade. Importa ainda observar como Viaro (2015, p.96) delimita uma sincronia atual: “poderia definir-se como o período de tempo transcorrido entre a data de nascimento do falante mais idoso de uma língua até o dia de hoje”. Ele também estabelece uma relação sincrônica entre S⁰ e S¹ (VIARO, 2015, p.102): “podemos imaginar um sistema representado pela sincronia-zero (S⁰) que se sobrepõe a outro sistema, um pouco mais antigo, denominado aqui de S¹, base para a formação das línguas ibero-românicas”.

Conforme o quadro de classes de palavras, na S¹, tem-se em latim clássico para a ação de matar dois verbos compostos a partir de *emō*, *emēre* > *interimō*, *interimēre*, *interemptum* (destruir, tirar a vida, matar) ≈ *perimō*, *perimēre*, *peremptum* (destruir, aniquilar, matar), além do verbo que, supostamente, chegou ao português atual: *mactō*, *mactāre*, *mactatum* (honrar com sacrifícios, oferecer aos deuses, imolar, matar). Na

reconstrução que se pode extrair do programa Metaplasma¹⁷, ferramenta *online* que aplica as leis fonéticas nas diversas sincronias, se obtém, entre outras possibilidades, a seguinte: $S^0 *[\text{mak}'\text{ta:re}] \approx *[\text{maj}'\text{tare}] > S^1 *[\text{ma}'\text{tare}] > S^2 *[\text{ma}'\text{tar}] > S^3 *[\text{ma}'\text{tar}] > S^4 *[\text{ma}'\text{tar}] > S^5 *[\text{ma}'\text{tar}]$.

Para a ação de morrer, na S^1 , há dois verbos em latim clássico compostos a partir de *eō*, *īre* > *obeō*, *obīre*, *obitum* (acabar, morrer) $\approx$ *pereō*, *perīre*, *peritum* (desaparecer, perecer, morrer), além de *occīdō*, *occīdēre*, *occasum* (sucumbir, morrer). E, por fim, o verbo depoente que, numa forma ativa irregular, chegou ao português: *morīor*, *mōrī*, *mortuus* (morrer) e seu composto *emorīor*, *emōrī*, *emortuus* (esvair-se, morrer). Note-se que as formas depoentes enfrentaram a concorrência das formas ativas dos verbos na expressão mais cotidiana e menos literária do latim. Assim, na tentativa de reconstrução pelo programa Metaplasma¹⁷, o mais apropriado é inserir uma forma ativa conjectural: $S^0 *[\text{'morere}] \approx *[\text{'mōre}] > S^1 *[\text{'mōre}] > S^2 *[\text{'mōre}] > S^3 *[\text{'mōre}] > S^4 *[\text{'mōre}] > S^5 *[\text{'mōre}]$. Mas o resultado fica aquém, pois não há registro do /-R-/ da grafia atual.

Antes da investigação das controvérsias quanto à etimologia de dois verbos de uso tão corrente como “matar” e “morrer”, veja-se a sua frequência na peça de Sêneca:

Matar		morrer	
<i>perimō</i> , <i>perimēre</i> , <i>peremptum</i>	8	<i>morīor</i> , <i>mōrī</i> , <i>mortuus</i>	8
<i>interimō</i> , <i>interimēre</i> , <i>interemptum</i>	2	<i>occīdō</i> , <i>occīdēre</i> , <i>occasum</i>	5
<i>mactō</i> , <i>mactāre</i> , <i>mactatum</i>	2	<i>pereō</i> , <i>perīre</i> , <i>peritum</i>	4
		<i>obeō</i> , <i>obīre</i> , <i>obitum</i>	1
		<i>emorīor</i> , <i>emōrī</i> , <i>emortuus</i>	1

Pode-se ressaltar que, no campo semântico de “levar à morte”, os compostos *interimō* e *perimō*, com frequente uso do participio, predominam sobre *mactō*, termo que apresentava, ao menos literariamente, acepção mais restrita, relacionada a práticas religiosas. Cabe salientar que há em latim os verbos *interficiō*, *interficēre*, *interfectum* e *necō*, *necāre*, *necatūm*, recorrentes na literatura, mas não usados por Sêneca na peça *Édipo*. Também é preciso destacar o verbo *occīdō*, *occīdēre*, *occisum*, formado por *ob* + *caedō*, enquanto o similar, mas não igual, *occīdō*, *occīdēre*, *occasum* resulta de *ob* + *cadō*. Se este significa morrer, o anterior é seu antônimo e ocorre por vezes nos documentos analisados, bem como é base para os verbos italiano *uccidere* e romeno *ucide*. No campo de “receber a morte”, o verbo predominante é o depoente *morīor*, enquanto *occīdō*, bem frequente, concorre em pé de igualdade com *obeō* e *pereō* somados.

A etimologia de “matar” – verbo encontrado no português, no espanhol, no catalão e no galego (ao passo que, no francês, “*tuer*”) – não é isenta de controvérsia. O *Dictionnaire étymologique de la langue latine* (ERNOUT; MEILLET, 2001, p.376) introduz o verbo “*mactō*” no verbete “*mactus*”, ao lado de “*macte*”, fórmulas da linguagem religiosa usadas em cerimônias de oferenda ou sacrifício, como aparecem no *De agri cultura* 134, de Cato (2016, p.134), e compostas, muito provavelmente, de *magis* + *auctus*, participio do verbo *augēō*, *augēre*, *auctum*, que significa “aumentar”.

A *mactus* se rattache aussi le dénominatif: *mactō*, *-ās* (opt. *mactassint*, Enn.): 1° honorer [les dieux]; 2° immoler [une victim], sacrifier, d'ou: mettre à mort. Les étymologistes modernes y voient deux verbes

¹⁷ Como esclarece Viaro (2015, p.99, n.3), para testar a regularidade das transformações fonéticas do latim ao português, dado um determinado *input* latino, foi desenvolvido o programa Metaplasma¹⁷, concluído por Marcelo Li Koga em 2015. Disponível no site do projeto Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: <<https://delpo.prp.usp.br/~delpo/programas/metaplasma.php>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

différents, le premier, “honorer”, étant le dénominatif de *mactus*; le second se rattachant à une racine qui aurait fourni got. *mekeis*, v. h. a. *māki* “épée”. Mais il est vraisemblable que le sens de “immoler” est issu secondairement du sens de “honorer les dieux”. De “honorer par un sacrifice” à “offrir un sacrifice”, le passage est facile. (...) À l’époque impériale, le verbe ne se rencontre plus guère que dans la l. poétique, avec le sens de “sacrifier, immoler”; et plus généralement “tuer, détruire”. (ERNOUT; MEILLET, 2001, p.376)

Portanto, em tal abordagem, é considerado verossímil que o campo semântico do verbo denominal *mactō*, *mactāre*, *mactatum* tenha se ampliado de “honrar os deuses” para “imolar” e, então, “matar”, ainda que etimólogos modernos possam identificar dois verbos distintos: o denominal, com o sentido de “honrar”, e outro, com raiz que teria resultado, por exemplo, no termo gótico “*mekeis*”, que significa “espada”. Afirmase também que, na época imperial, o verbo ocorria quase sempre na linguagem poética com o sentido especializado de executar um sacrifício e, genericamente, de matar ou destruir. Com relação às duas ocorrências no poema de Sêneca, ambas falas de Édipo, o contexto permitiu explorar na tradução os sentidos ampliado e especializado: *Est maius aliquod patre mactato nefas?* (verso 18: Matar o pai: algo é pior e mais nefasto?) e *mactate telis* (hemistíquio do verso 872: Com dardos, imolai-me.).

A projeção de Sêneca como autor muito representativo da Roma imperial é incontestável. Ernout e Meillet (2001, p.376) citam no referido verbete, entre os raros deverbais, o substantivo “*mactator*”, cuja ocorrência única é a da tragédia *As troianas* (SÊNECA, 1997, p.116): *Perge, mactator senum* (hemistíquio do verso 1002: Avança, matador de velhos!, na tradução de Zélia de Almeida Cardoso). Menção semelhante acontece no *Oxford Latin Dictionary* (GLARE *et al.*, 2016, p.1165), onde o autor latino é referido também no verbete “*peremptor*” (ibidem, p.1471), substantivo derivado do verbo *perimō*, *perimēre*, *peremptum*, atestado no *Édipo senequiano*: *Et quis peremptor incluti regis fuit?* (verso 221: E quem causou a morte do afamado rei?). Ambos os lexemas marcados pelo sufixo latino de agente *-tor*, significam “matador”, mas – como se sabe – apenas o primeiro chegou à língua portuguesa.

Sobre o verbo *interimō*, *interimēre*, *interemptum*, Ernout e Meillet (2001, p.195) observam que são raras as atestações no latim clássico e que elas aparentemente deixam de existir depois de Quintiliano, ou seja, a partir do século II d.C.. De fato, pode-se constatar numa consulta ao dicionário *Mediae Latinitatis Lexicon Minus* as ocorrências apenas dos substantivos “*peremptio*” (NIERMEYER, 1976, p.787) e “*interemptio*” (ibidem, p.550), significando, respectivamente, “aniquilação” e “homicídio”, mas sem atestações. Nesse mesmo dicionário (NIERMEYER, 1976, p.660), na entrada do verbo latino do medievo “*matare*”, com a acepção de “matar”, há referência ao *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, que traz citação da *Charta Lorbansis in Lusitania* como atestação (DU CANGE, 1885, p.302).

Como já foi dito, a origem do verbo “matar” é controversa. Corominas aponta como etimologia provável do espanhol “matar” um suposto verbo do chamado “latim vulgar” (COROMINAS, 1984, p.878): “*probablemente de un verbo lat. vg. *MATTARE, derivado de MATTUS ‘estúpido, embrutecido’, que ya se documenta en la época imperial, pero a su vez es de origen incierto*”. No longo verbete em que defende essa origem como uma “expressão eufemística”, ele refuta “*mactāre*” como étimo e sequer alude ao termo “*mactus*” apresentado por Ernout e Meillet:

Otras etimologías propuestas pueden eliminarse sin escrúpulos. MACTARE, ‘sacrificar’, palabra no transmitida al romance, es

absolutamente imposible desde el punto de vista fonético (aunque todavía transijan con él Bourciez, *Élem. de Ling. Rom.*, § 183, y Entwistle, *Sp. Lang*, p.68). El gót. MAITAN, ‘cortar’ (según la idea citada por M.P., *Cid*, s. v.), en rigor sería posible desde el punto de vista fonético, pero es inconciliable con las formas latinas, francesas e italianas. (COROMINAS, 1984, p.879)

Acerca da carga semântica, Corominas (1984, p.878) afirma que desde os mais antigos documentos na Espanha (século XI), em Portugal (século XII) e na Catalunha (século XII) se constata o sentido comum atual. Há, porém, atestações de uma acepção arcaica especializada de “ferir sem matar” (COROMINAS, 1984, p.878). Numa nota de rodapé, o filólogo faz referência à atestação da *Charta Lorbansis in Lusitania*, citada por Du Cange (1885, p.302), e a um segundo documento – que, na verdade, é o mesmo – citado no *Lexique Roman* (RAYNOUARD, 1844, p.166), comentando que “*ambos necesitan comprobación*” (COROMINAS, 1984, p.880).

Já a etimologia de “morrer”, se não é polêmica, não é, no entanto, linear. Como observam Ernout e Meillet, há desde o latim arcaico formas verbais ativas que acabaram por substituir o verbo depoente:

A coté de *morior*, *-eris* il y a des traces d’une flexion en *-ī-*; on trouve des scansions telles que *morīmur* (Enn.), un infinitif *morīrī* à l’époque archaïque. Cette dualité de conjugaison s’est maintenue dans les langues romanes, qui attestent à la fois **morere* et **morīre* (ce dernier type étant le plus fréquent). (ERNOUT; MEILLET, 2001, p.414).

O que se observa é que há vestígios de uma flexão do verbo com vogal temática “i” longa (-ī-) a par do depoente de ampla frequência *morior*, *mōrī*, *mortuus*. Por exemplo, o infinitivo “*emorīrī*” pode ser atestado na peça *Pseudolos*, de Plauto, século III a.C., a par de “*morior*” um verso antes: *Iam morior*, *Simo* (verso 1221: Estou morrendo, Simo.); *Hercle, te hau sinam emoriri* (verso 1222: Por Hércules, não te deixarei morrer). Outras atestações revelam formas ativas em duplicidade. Corominas situa o espanhol “*morir*” como decorrente de “*morīre*”, do chamado “latim vulgar”, e observa que o português “morrer” decorre de outra variante:

Junto al clásico MORI, deponente de la 3ª conjugación, conoció el latín arcaico y vulgar una variante *moriri*, documentada en Ennio, Plauto, Ovidio y otros, y una forma activa *morire*, que aparece en capitulares francas y en Venancio Fortunato (vid. Georges, *Lexikon d. Lat. Wortformen*, s. v.). De ahí proceden todas las formas romances, desde el rumano hasta el español; solamente proceden de un MORĒRE, más semejante a la forma clásica, el logud, *morrere*, alguna forma dialectal italiana, y el port. *morrer* (probablemente refacción de un arcaico *morre* < *mórere*). (COROMINAS, 1985, p.149)

Além do português, o galego mantém a forma “morrer”, enquanto o espanhol e o catalão, “*morir*”; o romento, “*muri*”; o italiano, “*morire*”; o francês, “*mourir*”. De fato, no documento do século VI do reino dos francos *Decretio Childeberti Regis*, está claramente colocada a forma infinitiva latina ativa *morīre* em oposição a *occīdēre*, na máxima que serve de epígrafe, como já foi falado.

Ainda sobre o léxico latino de Sêneca, falta comentar substantivos e adjetivos. A frequência do substantivo “*mors*, *mortis*” é relevante (11 vezes), assim como a de

“*caedes, caedis*” (8 vezes). Enquanto o primeiro termo tinha o significado que se mantém em português, ou seja, “a morte”, o segundo, mais especializado, seria “a morte violenta” – e não deixou um substantivo correspondente em nossa língua. A par com “*mors*”, o autor latino utilizou o termo já então arcaico “*letum, leti*” e o adjetivo “*letalis, -e*”, característico do período imperial (ERNOUT; MEILLET, 2001, p.352). Noutros documentos do repertório, o substantivo “*mors*” é muito frequente em latim e, também, nos demais registros, entre o ibero-românico e o português, termo morfológicamente muito estável ($S^0 *['mortem] \approx *['morte] > S^1 *['morte] > S^2 *['morte] > S^3 *['morte] > S^4 *['morte] > S^5 *['mortə]$). Em alguns documentos há a recorrência de “*homicidium*”, porém não na poesia de Sêneca, provavelmente pelo caráter especializado do termo.

Muito frequente também no *Édipo* senequiano são o singular “*funus*” e o plural “*funera*”, além do adjetivo “*funestus*” (10 ocorrências), ecoando, por exemplo, nas palavras “funeral” e “funesto” em português. Em latim, no entanto, “*funus*” abrangia não apenas a cerimônia fúnebre, mas também o enterro, o cadáver, o assassinato, a destruição, o flagelo, a morte – abrangente o bastante para assegurar o uso frequente.

Por fim, a respeito dos participípios “*depositus*” e “*sepultus*”, que reaparecem no texto latino religioso do século VI de autoria de Martinho de Braga, eles correspondem em Sêneca aos substantivos “moribundos” e “mortos”, respectivamente. No texto *De correctione rusticorum*, as ocorrências “*depositus de cruce, positus est in sepulchro*” (13.14) e “*crucifixus et sepultus [est]*” (15.16, da oração *Credo*) são formas verbais transparentes para o falante do português: “deposto da cruz, foi posto no sepulcro” e “foi crucificado e sepultado”. É pertinente comentar a forma participial “*mortuus*”, do verbo depoente “*morior, mōrī*”, empregada no latim também como substantivo, que não apenas resultou em português no substantivo e no adjetivo de alta frequência, mas que substituiu “*mactatus*”, o participípio passado – portanto, passivo – de “*mactō, mactāre*”. Quem, afinal, diz em português “foi matado”? Como afirma Corominas (1985, p.149) sem esclarecer muito, a substituição aconteceu nas línguas românicas “*por un caso de supletivismo antiguo y general*”.

CONCLUSÕES

As práticas normativas dos monarcas portugueses têm um início “relativamente precoce” (HOMEM, 1999, p.177), na Cúria de Coimbra, com 26 atos de Dom Afonso II, em 1211. Armando Luís de Carvalho Homem, da Universidade do Porto, estabelece, para o intervalo que vai dessa data ao ano 1521, ciclos não contínuos da produção normativa do reino: ciclo fundador, com Dom Afonso II (1211); refundação, com Dom Afonso III (1250-1279); primeira maturidade (1280-1366); remate da fase anterior (1369-1380); ensaios de compilação legislativa (1395-1433); primeira compilação: Ordenações Afonsinas (1446-1514); nova codificação: Ordenações Manuelinas (1514-1521), na era da imprensa. Essa atividade legisladora é normativa também para a língua.

Pesquisador da produção textual que precede a normatização, Emiliano (2003, p.205) destaca o “elevado grau de estabilização scriptográfica” que se encontra no testamento português de D. Afonso II. Antes disso, no entanto, os documentos notariais são atestações scriptográficas do “latino-português”, que foi, como diz Emiliano (2010, p.118), “o único sistema de escrita disponível durante um intervalo de diversos séculos que antedata o surgimento de uma escrita portuguesa autônoma e deslatinizada”. Ele valoriza o aspecto “inovador” desse *corpus*, que se pode delimitar a partir de seu modo de produção, e refuta a qualificação ainda muito corrente de “latim bárbaro”.

Adotando tal ponto de vista, é possível, então, reconhecer a complexidade do processo de produção dessa escrita, que teria início com uma minuta submetida à edição

das grafias e formas gráficas romanceadas, alterações que seriam – às vezes mais, às vezes menos – consistentes com o latim ao chegar na sua versão final. Emiliano (2003, passim) exemplifica o processo com o Testamento de Pedro Fafes, documento notarial de 1210, do qual há dois testemunhos, um mais romanceado, outro mais latinizado.

No caso do Testamento de D. Afonso II, também há mais de um testemunho e é possível aferir como as duas versões latinas posteriores, próximas, mas não idênticas ao documento português no seu conteúdo, quanto à forma tendem à mesma retração lexical, reproduzindo sistematicamente a repetição do substantivo “morte” (13 vezes) nas adequadas flexões latinas. É certo que um testamento é marcado por construções formulares, como “*timens diem mortis meae*” (temendo o dia de minha morte), que consta em latim em ambos os testemunhos de Pedro Fafes e nos dois textos latinos de D. Afonso II. No entanto, a expressão “*post obitum meum*” (depois de meu falecimento) aparece apenas uma vez nas versões latinas do testamento do rei, na mesma posição em que aparecia no de seu pai, reafirmando a solução formular desse gênero de documento.

Não é isso que se constata no Foral de Freixo de Espada à Cinta, transcrito e datado de 1152 por Herculano. Formas gráficas latinas e romanceadas convivem nesse texto em que viceja também um repertório lexical especializado e localizado. A seguir, um trecho brevíssimo que espelha frase da imagem do manuscrito de 1512 reproduzida mais acima e transcrita em nota: “*Et qui uicino occiderit et in sua casa fugierit et post illum intrauerit et ibi mactauerit pectet ccc solidos*” (E quem matar um vizinho e correr para sua casa e depois dele entrar e ali o matar pague 300 soldos.).

Nesse exemplo, a seleção de verbos e sua morfologia flexional se ajustam ao latim clássico, exceto por “*pectet*”, do lexema medieval “*pectare*” (NIERMEYER, 1976, p.779). Por outro lado, não há marca da flexão nominal acusativa -m em “*uicino*” nem em “*sua casa*”, apenas em “*illum*”. Mais ainda, a sintaxe da frase evoca uma estrutura familiar ao falante do português: marcadamente oral pela coordenação sindética aditiva, numa simplificação extrema das relações temporais.

Outra frase do foral de 1152, no parágrafo que trata da isenção de impostos a alguns habitantes de Freixo de Espada à Cinta, é exemplar: “*Caualeiro que suo caualo de cела morir aut mulier obierit aut aliam adduxerit non faciat postea nec fazendeira usque ad anno*” (Cavaleiro, que seu cavalo de sela morrer ou a mulher falecer ou se casar com outra, não faça a postea nem a fazendeira até o ano seguinte.). No manuscrito de 1512, parte da ideia é preservada no português antigo: “E assy osejam pello dito foral as pessoas que tiverem cavallo de marca e de sella no tempo queo tiverem e depois huun anno selhe morrer”.

Interessa, mais que tudo, salientar como “*morir*” no primeiro foral tem no novo foral o equivalente “morrer”. A par de “*morir*”, sem morfologia flexional aparente, o texto apresenta o verbo clássico “*obeō, obīre, obitum*”, sinônimo, flexionado normalmente. Mais uma vez, é irregular o uso da marca da flexão nominal acusativa -m. Vale comentar também o léxico especializado dos tributos “*postea*” – talvez melhor, “*posta*” – relacionado a albergagem (VITERBO, 1799, p. 234) e “*fazendeira*”, pago ao dono das terras exploradas por outrem (idem, 1798, p.438). Por fim, não soa nada estranha ao falante do português a estrutura sintática: sujeito, verbo e predicados, com coordenação sindética alternativa numa oração relativa intercalada, iniciada por um pronome “*que*”.

Neste caso, a partir da análise comparativa dessas e de outras ocorrências nos dois documentos, pode-se sustentar que: os verbos “*occīdō*” e “*māctō*” eram usados indiferentemente, sem qualquer acepção religiosa; o verbo latino “*obeō*” e a forma transicional “*morir*” eram equivalentes; havia oscilação na grafia de “*māctō*”, com farta exemplificação da forma “*mato*”; a forma infinitiva transicional “*morir*” convivia com o verbo finito com -rr- (“*morreo*”).

A análise diacrônica possibilita verificar como vai-se limitando o repertório lexical no campo semântico da morte na transição do latim para o português como língua de registro. Textos latinos apresentavam uma variedade que não se pode atestar nos documentos portugueses, ainda que sejam de natureza genérica diversa. Esta é a segunda oportunidade de pesquisa em que, tendo definido certos momentos no processo de transição do latim clássico ao português, a análise diacrônica permite constatar tal retração. Na pesquisa anterior, estudou-se o campo semântico do roubo (FREITAS, 2015). A metodologia adotada, de seleção criteriosa e análise minuciosa dos *corpora*, tem-se mostrado produtiva para a finalidade modesta de dar suporte à tarefa tradutória de textos latinos – e não exatamente de contribuir para a história da língua portuguesa. Ainda assim, do ponto de vista da reconstrução etimológica dos lexemas “matar” e “morrer”, pode-se dizer que é, ao menos, provável que tenha ocorrido a supressão de /-k-/ no encontro consonantal -ct- de “*mactāre*”. Também, que o aumento da frequência de uso de “matar” se deve ao alargamento do seu valor semântico, antes especializado no campo religioso. Pode-se afirmar, com segurança, que a estabilização da grafia de “matar” ocorreu antes que se codificasse graficamente a forma portuguesa “morrer”.

REFERÊNCIAS

- [ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA] *Apresentada a edição crítica do testamento de Afonso II (1214)*, preparada por José-Martinho Montero Santalha. 08/05/2015. Disponível em: <<https://academiagalega.org/academia/eventos/1425-apresentada-a-edicao-critica-do-testamento-de-afonso-ii-1214-preparada-por-jose-martinho-montero-santalha.html>>. Acesso em: 12 abr.2020.
- BALUZE, Etienne; CHINIAU, Pierre de (Eds.). *Capitularia Regum Francorum: Additae sunt Marculfi Monachi & aliorum Formulae veteres & Notae doctissimorum Virorum*. Paris: Quillau, 1780. Disponível em: <http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs3/object/display/bsb10489966_00107.html?zoom=0.75000000000000000000>. Acesso em: 10 abr.2020.
- BORETIUS, Alfredus; KRAUSE, Victor (Eds.). *Capitularia regum Francorum: denuo ediderunt Alfredus Boretius et Victor Krause*. Hannoverae, 1883. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k952388/f28.item.r=discat.texteImage>>. Acesso em 10 abr.2020. (*Monumenta Germaniae Historica*)
- BRAGA, Martinho de. *Instrução pastoral sobre superstições populares*. Edição, tradução, introdução e comentários de Aires A. Nascimento, com a colaboração de Maria João V. Branco. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. (Coleção Medievalia)
- BRITTO, Bernardo de. *Segunda parte da Monarchia Lusytana: Em que se continão as historias de Portugal desde o nacimiento de nosso Salvador IESV Christo, ate ser dado em dote ao Conde dom Henrique*. Lisboa: impressor Pedro Crasbeeck, 1609.
- CATÃO. *Da agricultura*. Tradução, apresentação e notas de Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Vol. 3 (G-MA). Madri: Editorial Gredos, 1984.
- _____. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Vol. 4 (ME-RE). Madri: Editorial Gredos, 1985.
- DREW, Katherine Fischer. *The laws of the Salian Franks*. Filadelfia, EUA: University of Pennsylvania Press, 1991.
- DU CANGE, Charles, et al. *Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*. Vol. 5 (L-N). Niort: Léopold Favre, 1885 (1678). Busca online: <http://ducange.enc.sorbonne.fr/>

EMILIANO, António. Representational models vs. Operational models of literacy in Latin-Romance legal documents (with special reference to Latin-Portuguese texts). In: WRIGHT, Roger; RICKETTS, Peter (Eds.). *Studies in Romance Languages*. Dedicated to Ralph Penny. Newark: Juan de la Cuesta Monographs (Hispanic Monographs, Estudios Linguísticos n. 7, Homenajes n. 24), 2005. p. 17-58.

_____. O conceito de ‘latim bárbaro’ na tradição filológica portuguesa. *Revista de Direito Imobiliário* (Instituto de Registro Imobiliário do Brasil). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol. 68, p. 103-137, 2010.

_____. Observações sobre a ‘produção primitiva portuguesa’ a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fafes de 1210. *Verba*. Anuario Galego de Filoloxia, vol. 30, p. 203-236, 2003.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire de mots*. 4e édition augmentée d’additions et de corrections par Jacques André [1985]. Paris: Klincksieck, 2001 [1932].

FREITAS, Renata Cazarini de. Roubar é um negócio de palavra: léxico do furto e do roubo em documentos latinos e portugueses. In: FARGETTI, Cristina Martins; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz, (Orgs.). *Léxico e Cultura*. Araraquara, São Paulo: Letraria, 2015. p. 73-83.

GLARE, Peter G. W., et al. (Eds.) *Oxford Latin Dictionary*. 2a ed. com correções [2012] Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2016 [1982].

HERCULANO, Alexandre. *Portugalia monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*. Leges et Consuetudines. Vol. I. Fasc. III. Lisboa: Typis Academicis, 1863. Disponível em: <http://purl.pt/12270/3/cg-2698-a-8/cg-2698-a-8_item3/index.html#/50>. Acesso em: 10 abr.2020.

HOMEM, Armando L. de Carvalho. Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa. *En la España Medieval*, UCM, v. 22, p. 177-185, 1999. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM9999110177A>>. Acesso em: 13 abr.2020.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. Busca online não gratuita: <https://houaiss.uol.com.br>

LEÃO, Duarte Nunes de. *Leis Extravagantes* collegidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunez do Liam. Lisboa: impressor Antonio Gonçalvez, 1569.

LIVRO DOS FORAIS NOVOS DE TRÁS-OS-MONTES (pergaminho iluminado), 15?? Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4223235>>. Acesso em: 10 abr.2020. [designação das matrizes digitais do Foral de Freixo de Espada à Cinta depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT-TT-LN-44_m0025.tif, PT-TT-LN-44_m0026.tif, PT-TT-LN-44_m0027.tif]

NIERMEYER, J. F. *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*. Lexique Latin Médiéval-Français/Anglais. Leiden: Brill, 1976.

RAYNOUARD, François Just Marie. *Lexique Roman ou Dictionnaire de la Langue des Troubadours comparée avec les autres langues de l’Europe latine*. Tomo 4, L-P. Paris: Silvestre Libraire, 1844.

RIBEIRO, João Pedro. *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1798.

RIBELA, Rui Pais de. *Os que mui gram pesar virom, assi*. Transcrição de manuscrito. Disponível em: <<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=311&tr=4&pv=sim>>. Acesso em: 12 abr.2020.

SANDOVAL, Prudencio de. *Historias de Idacio Obispo, que escrivio poco antes que España se perdiere*. Pamplona: impresso por Nicolas de Aiayn, 1615. Disponível em: <

<https://archive.org/stream/historiasdeidaci00sand#page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTALHA, José Martinho Montero. *O texto do testamento de 1214 de Dom Afonso II, rei de Portugal*. Edições filológica, crítica e paleográfica. Santiago de Compostela: Academia Galega da Língua Portuguesa, 2015.

SENECA. *Seneca's Oedipus*. Edited with introduction, translation and commentary by Anthony J. Boyle. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SÊNECA. *As Troianas*. Introdução, tradução e notas de Zélia de Almeida Cardoso. Edição bilingue. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Marcelo Cândido da; MAZETTO JR., Milton. A realeza nas fontes do período merovíngio (séculos VI-VIII). *História Revista*, Goiânia, UFG, v. 11 n. 1, p. 89-119, jan/jun 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10070>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

VIARO, Mário Eduardo. Reconstrução fonético-fonológica de seis sincronias do latim ao português. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, UFBA, n. 52, p. 94-145, ago-dez 2015.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*. Tomo 1, A-F. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

_____. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*. Tomo 2, G-Z. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1799.

A PREFIXAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E OS CRITÉRIOS DE PREFIXIDADE: UMA ANÁLISE DE UNIDADES LEXICAIS NEOLÓGICAS DERIVADAS COM O PREFIXO *EX-*

João Henrique Lara GANANÇA
Universidade de São Paulo (USP) - Doutorando
jgananca@usp.br

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo reavivar, sob novas bases, a antiga polêmica sobre o status da prefixação: se processo composicional ou derivacional. Para tanto, embasando-nos na proposta de categorização por protótipos, desenvolvida por Rosch (1973, 1975) e Geeraerts (2006), levantaremos possíveis critérios para a construção de um protótipo prefixal, o qual será comparado a unidades lexicais neológicas de nossa língua formadas com o prefixo *ex-*, de modo a verificar em que medida esse formante prefixal se afasta ou se aproxima do protótipo, sendo, portanto, mais ou menos derivacional. Os neologismos com os quais trabalharemos no presente estudo foram coletados em oitenta e nove blogues jornalísticos ligados a veículos de comunicação da *mainstream media* (cf. relação completa em GANANÇA, 2017) e a atribuição do caráter neológico a essas unidades lexicais seguiu a metodologia dos *corpora* de exclusão, proposta por Boulanger (1979). Espera-se, com este trabalho, compreender melhor o funcionamento dos prefixos do português, sobretudo quanto à sua diversidade de comportamentos morfossintáticos e lexicais.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; Morfologia; Neologia; Prefixação; Protótipos.

INTRODUÇÃO

Os mais produtivos processos autóctones de criação lexical no português, segundo Alves (1990) são a derivação (prefixal e sufixal) e a composição. A diferença entre eles reside no fato de ser a primeira uma associação entre um morfema afixal (prefixo ou sufixo), ou seja, uma unidade gramatical, e uma unidade do Léxico, também chamada de base lexical. A composição, por sua vez, é definida como a adjunção entre dois ou mais itens (ou bases) lexicais.

A prefixação, contemporaneamente, tem sido entendida, de modo geral, pelos gramáticos e linguistas do português como fenômeno derivacional (BECHARA, 1999; CUNHA & CINTRA, 1985; ALVES, 1990; SANDMANN, 1992, entre outros), uma vez que os prefixos, por sua semelhança com os sufixos, são a eles associados naturalmente, diferenciando-se apenas pela posição anterior em relação à base léxica a que se adjungem. Apesar disso, a tradição dos estudos gramaticais e linguísticos do português revela que a categorização da prefixação como derivação não é ponto pacífico, já que o comportamento morfolexical dos prefixos não é, nem de longe, homogêneo e em alguns pontos afasta-se dos sufixos e aproxima-se das palavras.

Pretendemos, neste trabalho, revisitar essa antiga polêmica e lançar-lhe novas luzes teóricas, esboçando alguns possíveis critérios para a construção de um modelo prefixal idealizado. Além disso, analisaremos o comportamento do prefixo *ex-* em unidades lexicais neológicas, de modo a verificar como se comporta, à vista do modelo

prefixal prototípico, este formante sobre o qual nenhuma obra gramatical jamais colocou em dúvida a natureza prefixal.

CORPUS DE ANÁLISE E METODOLOGIA DE TRABALHO COM NEOLOGISMOS

Para este estudo, selecionamos uma amostragem de textos publicados, originalmente, no ano de 2014, em oitenta e nove blogues, de assuntos diversos, veiculados pela revista *Veja*, pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pelo portal *UOL* (Universo Online), todos meios de comunicação de grande alcance de público no Brasil. A lista completa de blogues pode ser verificada em Ganança (2017).

Como metodologia de conferência do caráter neológico às unidades lexicais, seguimos de perto a proposta de Boulanger (1979), já clássica na área de estudos da Neologia, de se trabalhar com *corpora* de exclusão. Para tanto, no presente estudo, empregamos, como *corpus* de exclusão principal, a ferramenta computacional “Extrator de Neologismos”, fruto da parceria entre o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional da USP de São Carlos e o Projeto TermNeo (FFLCH-USP), criado e coordenado por Ieda Maria Alves. Basicamente, o “Extrator”, de modo automático, comparou os *corpora* de análise (textos dos blogues) com um conjunto amplo de léxicos informatizados e selecionou, dos blogues, as palavras não encontradas nesses léxicos, gerando, portanto, uma lista de possíveis candidatos a neologismos. Em seguida, verificamos a existência ou não desses itens lexicais em três dos mais importantes dicionários da língua portuguesa do Brasil: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010) e *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (versão online atualizada), que serviram, portanto, como *corpora* de exclusão lexicográficos adicionais.

Como resultado desse processo, coletamos 245 ocorrências neológicas diferentes com *ex-*, o que representa 17% do total de 1451 neologismos prefixais coletados. Isso faz deste o formante mais produtivo para a criação lexical no português brasileiro contemporâneo.

PREFIXOS: UNIDADES DO LÉXICO OU DA GRAMÁTICA?

A maioria dos estudos mais antigos sobre o português compreendem a prefixação como subtipo da composição. Câmara Jr (1975), por exemplo, advoga que os prefixos do português derivam das preposições do latim, razão por que não podem ser entendidos como morfemas derivacionais. Por outro lado, Said Ali (1964) argumenta que, sincronicamente, alguns elementos de emprego prefixal só podem exercer função afíxal, como *dis-*, *re-* e *in-*, que, além de serem apenas prefixos no português contemporâneo, não se tem notícia de seu emprego como advérbios ou preposições nem em latim nem em qualquer outra língua indo-europeia.

Diante disso, podemos nos perguntar: como encarar os prefixos: unidades lexicais ou morfemas gramaticais? Como definir a prefixação: processo de natureza derivacional ou composicional?

Assumir qualquer um dos dois lados implica, necessariamente, em perdas. Há bons argumentos tanto para considerar os prefixos como formantes derivacionais quanto como formantes composicionais. Há prefixos análogos a preposições (*sobre-*, *contra-*); há prefixos facilmente lexicalizáveis (“o *vice* assumiu a chefia da empresa”), ou seja, de emprego lexical evidente; e há, por outro lado, prefixos mais próximos do que se espera de um morfema, não lexicalizáveis, como *in-*, *des-*, *re-*, entre outros. Estudar os

prefixos, portanto, nos leva obrigatoriamente a assumir uma postura que considere e evidencie a diversidade inerente a esta classe da língua. Classificações rígidas e definitivas não dão conta de apreender o universo prefixal, pois sob o nome de “prefixos” são abarcados formantes de naturezas e comportamentos morfolexicais muito discrepantes entre si.

Diante do exposto, optamos, em nossa dissertação de Mestrado (GANANÇA, 2017) e neste estudo, por trabalhar com o conceito teórico de protótipo (ROSCH, 1973, 1975; GEERAERTS, 2006), desenvolvido no âmbito da Linguística Cognitiva, a fim de entendermos o funcionamento da prefixação em unidades lexicais do português brasileiro contemporâneo, aqui, especificamente, daquelas formadas com *ex-*.

Segundo essa ideia, grosso modo, os elementos (linguísticos e não linguísticos) formam um *continuum* a partir de sua maior ou menor aproximação a um elemento prototípico, ou seja, a um elemento que sirva de modelo ideal de determinada classe, reunindo atributos e características esperados para aquela classe.

(...) o exemplo prototípico de uma categoria X é aquele que idealmente reúne os atributos esperados para aquela categoria. O elemento que deixa de apresentar, em maior ou menor grau, características da categoria, vai, conseqüentemente, se afastando, também em maior ou menor grau, do protótipo, podendo até, em alguns casos, se aproximar de outra categoria (GONÇALVES, 2012, p. 161).

No caso específico dos prefixos, pode-se dizer que o protótipo é o elemento que deve reunir em si as características definidoras da classe dos formantes afixais. Quanto mais próximo do protótipo estiver um prefixo, mais gramatical, mais afixal, por assim dizer, ele será; por outro lado, quanto mais afastado estiver ele do modelo, mais lexical, menos afixal ele será. A seguir, apresentaremos os critérios que esboçamos para a construção desse modelo ideal e seu embasamento a partir da literatura disponível sobre os prefixos.

CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROTÓTIPO PREFIXAL

Como se começa a pensar em um modelo prefixal idealizado? Como construí-lo? Para realizar esta tarefa, recorreremos à literatura linguística mais importante que tem sido desenvolvida, no Brasil, desde algumas décadas, sobre o tema. Chegamos a seis critérios, os quais serão apresentados a seguir, que devem ser preenchidos pelo prefixo prototípico. Por se tratar de um exercício exploratório, não se conferiu pesos diferentes a cada critério, optando-se por colocá-los em pé de igualdade. Adiantamos, ainda, que estes não são critérios definitivos, visto que o desenvolvimento dos estudos sobre o tema certamente virá a acrescentar novas informações, novas visões e, é claro, modificar os critérios aqui estabelecidos.

CRITÉRIO DA RECORRÊNCIA EM FUNÇÃO PREFIXAL

Para Alves (1990), Basilio (1989) e Sandmann (1992), a estrutura da prefixação diferencia-se da composição, pois os prefixos, diferentemente das bases lexicais, apresentam recorrência na mesma posição/função prefixal. Enquanto uma base normalmente aparece esporadicamente e em qualquer posição na estrutura composicional, o prefixo, por sua vez, aparece recorrentemente na mesma posição à esquerda da base. Daí entenderem esses autores ser, a prefixação, fenômeno

derivacional e não composicional. Nesse sentido, dizem, os prefixos assemelham-se aos sufixos, que são também recorrentes em formações em série e aparecem como uma lista prévia disponível para o falante. Se, portanto, queremos que o prefixo prototípico seja afixo (morfema), é necessário, portanto, que o critério da recorrência em função prefixal seja respeitado.

Importa, contudo, não confundir recorrência na função/posição prefixal com produtividade para criação neológica. Recorrência na função/posição, como o dissemos acima, é fenômeno de natureza morfossintática e produtividade diz respeito à quantificação das ocorrências. Um elemento como *in-*, por exemplo, ainda que pouco produtivo para a criação lexical, é recorrente na mesma função/posição prefixal, como o atestam palavras consagradas da língua, como *indispensável*, *indiscreto*, *indecente* etc.

CRITÉRIO FONOLÓGICO DO ACENTO

Schwindt (2001) reaviva a polêmica em torno da diversidade dos prefixos ao analisar o problema do ponto de vista fonológico. Grosso modo, diz-nos ele, há prefixos que são átonos e há os tônicos. Os átonos, considerados por ele prefixos legítimos, comportam-se como sílabas que se agregam a unidades lexicais. São, portanto, morfemas. É o caso de *in-*, *re-*, *des-*, entre outros. Os tônicos, a seu turno, têm estatuto prosódico de palavras, sendo mais composicional que derivacional seu processo de adjunção a outros itens lexicais. É o caso de *super-*, *anti-*, *pré-* etc., denominados, pelo autor, prefixos composicionais. Ora, o formante prefixal prototípico, se é morfema derivacional conforme estamos afirmando, deve ser, pois, átono.

CRITÉRIO DA POSSIBILIDADE DE LEXICALIZAÇÃO

Os estudos desenvolvidos por Alves (1990; 2000, 2015) têm mostrado que vários prefixos podem ser, em determinados contextos, lexicalizados, isto é, empregados como formas livres em frases. Ora, se estudiosos importantes de nossa tradição gramatical e linguística, como Bechara (1999), Cunha & Cintra (1985) e Monteiro (2002), têm entendido o prefixo como forma presa, é natural supor que o protótipo prefixal assim o seja, por se tratar de um morfema. Nesse sentido, alguns prefixos consagrados pelas gramáticas como *vice-* são, sem dúvida, menos prefixais, por poderem ser fartamente lexicalizados.

CRITÉRIO DA EXISTÊNCIA DE UMA FORMA LIVRE CORRESPONDENTE

De modo geral, as gramáticas tradicionais do português mencionam o inegável paralelo existente entre prefixos e preposições. Para Monteiro (2002), elementos que podem ser empregados livremente como preposições ou advérbios não são prefixos. Câmara Jr. (1975) lembra-nos de que o paralelo prefixo-preposição é consequência do fato de ter havido, em latim, um sistema prefixal cujos elementos eram análogos às preposições. Rocha (2008), diante disso, prefere considerar que prefixos e preposições, apesar de ostentarem a mesma forma em alguns casos, são elementos, em essência, diferentes. Isso parece ser confirmado por Gonçalves (2012), que nos ensina que a mesma forma atualiza sentidos diferentes enquanto preposição e enquanto prefixo. Ademais, pelos estudos de Alves (2010), parece-nos que prefixos têm se mostrado uma classe mais aberta ao novo que as preposições.

Todavia, mesmo se considerarmos que as duas classes de elementos estão se distanciando ou mesmo que já são diferentes semanticamente, o fato de alguns

ostentarem, ainda hoje, a mesma forma, continua atestando a estreita relação entre eles. Além disso, não podemos ignorar que há prefixos que não apresentam forma livre correspondente (*re-*, *des-*, *in-*, *a-*, dentre outros). Desse modo, para a construção do elemento prefixal prototípico, consideramos que o modelo prefixal não pode coexistir com qualquer forma livre análoga.

CRITÉRIO DA SEMÂNTICA PREFIXAL

Tratar em profundidade da semântica dos prefixos é algo sempre complexo, cujo escopo, certamente, ultrapassaria o deste trabalho. Apesar de muito se falar em “semântica lexical” e “semântica gramatical”, base da incerteza a respeito da natureza mais ou menos derivacional da prefixação, estes conceitos ainda precisam ser melhor explicados. No entanto, se nosso objetivo é percorrer a literatura mais importante a respeito dos prefixos, não se pode deixar de lado algumas questões acerca dos significados que eles podem veicular.

Rocha (2008) nos lembra que o prefixo, especificamente, pode apenas atualizar semântica típica de preposições ou de advérbios (espaço, tempo, negação etc.). Sandmann (1992), por sua vez, entende que as partículas que veiculam semântica adjetival, quando esta for mais “geral” (ideias de “grande”, “pequeno”, “falso” etc.), podem também ser consideradas prefixais (*mega-*, *mini-*, *pseudo-* etc.), visão reiterada por Gonçalves (2012, p. 150), para quem, além de advérbios, preposições e adjetivos gerais, os prefixos podem, ainda, ser compatíveis à ideia de quantificação, típica de numerais e demais partículas quantificadoras (2016, p. 50).

Diante disso, só nos resta considerar, neste estudo, como mais prefixais, isto é, mais prototípicas, as partículas que veiculam significados circunstanciais próprios de preposições e advérbios; significados qualificadores próprios de adjetivos “gerais” (*pós-*, *pré-*, *não-*, *anti-*, *super-*, *mega-* etc.) e significados quantificadores, próprios de numerais (*multi-*, *bi-*, *poli-*), o que torna, na contramão, menos prefixais elementos semanticamente mais ligados a substantivos ou adjetivos menos “gerais” (*narco-* [drogas], *tele-* [telecomunicações], *eco-* [ecologia e meio ambiente], *bio-* [vida e natureza] etc.).

CRITÉRIO DO ESCOPO SOBRE UMA OU MAIS UNIDADES

Recorrendo à literatura linguística, verificamos que Lehmann (1995 [1982] *apud* Leite Gonçalves; Lima-Hernandes & Casseb-Galvão, 2007, p. 70-8), importante estudioso do fenômeno da gramaticalização, fala-nos acerca do conceito teórico do escopo ou peso sintagmático. Segundo ele, grosso modo, quanto mais gramaticalizado estiver um item, menor será o seu escopo ou peso sintagmático, ou seja, menor será o número de elementos com os quais ele manterá relação. O prefixo prototípico, se é morfema, não deve, portanto, ter o seu escopo ampliado.

ANÁLISE DO FORMANTE EX- À LUZ DOS CRITÉRIOS DE PREFIXIDADE

Segundo nos informa o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2010, p. 277), o elemento prefixal *ex-* deriva da preposição latina *ex*, a qual, por sua vez, tem sua origem no grego *eks-*, que indicava movimento “para fora de”. As obras lexicográficas de nossa língua, em geral, também registram, como significados para *ex-*, “afastamento”, “movimento repetitivo”, “separação, privação ou extração”,

entre outros. Em formações lexicais mais antigas, o prefixo pode assumir grafia diferente, como em *estender*, *esfaquear* etc.

Contemporaneamente, contudo, conforme atesta Câmara Jr. (1975, p. 231), *ex*-tem atualizado, em criações lexicais do português brasileiro, apenas a ideia “o que deixou de ser”: *ex-marido* (o que deixou de ser marido), *ex-presidente* (o que deixou de ser presidente) etc. Graficamente, o formante tem sido adjungido às bases lexicais substantivas ou em função substantival às quais selecionou por meio, somente, do hífen, não apresentando formas alomórficas.

Importa destacar que, dada sua origem clássica como preposição latina, nenhuma obra gramatical ou lexicográfica do português entende *ex*- como algo diferente de um prefixo, ainda que, como o vimos, as mesmas obras nem sempre concordem quanto à natureza derivacional ou composicional do processo de prefixação. Se o analisarmos à luz dos critérios de prefixidade que elencamos, porém, percebe-se que *ex*- preenche, satisfatoriamente, apenas dois. Vejamos.

A princípio, percebe-se que este formante é recorrente em função prefixal. Não há ocorrências de *ex*- atuando como preposição, conjunção ou advérbio. O formante preenche, portanto, o primeiro critério. Contudo, conforme verificamos em nosso *corpus* de análise, este formante é facilmente lexicalizável em contextos que tratam de indivíduos que deixaram de ser maridos, namorados, namoradas ou esposas de alguém. Nesses casos, percebe-se a ocorrência da truncação da palavra derivada resultando na perda da base lexical, cujo significado é transmitido, contextualmente, ao prefixo. Trazemos abaixo um exemplo retirado do *corpus*.

“Após a separação, minha <ex> pôs meus filhos contra mim” (Regina Navarro, 30/01/2014).

Além de não preencher, portanto, em absoluto, o terceiro critério, a grande recorrência de *ex*- atuando como forma livre substantiva, tanto na fala quanto na escrita em contextos de *ex*-relacionamentos, sugere que este formante já caminha para possuir, na língua portuguesa, forma livre correspondente, ainda que os dicionários e gramáticas não o reconheçam até o momento. Eis a razão por que consideramos que *ex*- não preenche, satisfatoriamente, o quarto critério.

Fonologicamente, verifica-se que o prefixo em questão é partícula tônica, tendo, portanto, *status* prosódico de palavra e não de morfema: *ex*-terrorista, *ex*-juiz, *ex*-amor etc. O segundo critério, também, não é preenchido por *ex*-.

Semanticamente, em todos os neologismos recolhidos por nós, o formante atualizou o significado “o que deixou de ser ou existir”, em contextos que expressam o deixar de exercer determinada função, de apresentar determinada característica física ou comportamental, de professar determinada convicção ideológica, de deixar de pertencer a determinado extrato social, grupo artístico, seleção de futebol, partido político etc. Seguem algumas unidades lexicais ilustrativas em seus contextos:

A Colômbia, país imerso em virtual guerra civil há mais de meio século — e cujas forças da ordem, felizmente, vêm esmagando aos poucos os narcoguerrilheiros das chamadas “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (Farc) — seguiu pelo mesmo caminho, obtendo grande êxito e desencadeando operações extremamente bem sucedidas graças a <ex-terroristas> que mudaram de lado e passaram a municiar o governo com informações. (Ricardo Setti, 16/09/2014).

O que o <ex-guarda-costas> revela em detalhes é a existência de uma ilha ao sul de Cuba onde Fidel Castro fica boa parte do seu tempo livre desde a década de 60. (Ricardo Setti, 10/12/2014).

Sim, segundo lavrou na sua ata o garçom Ceará II, Romildo, um sócia do Hugo Carvana, <ex-brizolista>, agora é Eduardo Jorge e é o único que não tem enfrentado rejeição sexual até o momento. (Xico Sá, 23/09/2014)

O significado “o que deixou de ser ou existir” é de natureza circunstancial, metaforização, segundo nosso entendimento, do significado etimológico original, uma vez que “o que deixou de ser” foi posto, abstrata e mentalmente, “para fora” de determinado grupo. Sendo assim, consideramos que *ex-* preenche o quinto critério.

Finalmente, quanto ao sexto critério, verificou-se que o formante não o preenche totalmente, pois, em algumas ocorrências e contextos, consegue estender seu escopo para além da palavra base a que está adjungido, assemelhando-se, nesse aspecto, aos advérbios. Vejamos, a esse propósito, o curioso caso do neologismo *ex-Corinthians*:

A chance para a reserva agora será dada para Dodô, 22, <ex-Corinthians> e hoje na Inter de Milão (ITA). (Blog da Seleção, 17/09/2014)

Percebe-se, aqui, que *ex-Corinthians* não designa o clássico time de futebol que tenha, por acaso, deixado de se chamar Corinthians, mas sim o jogador Dodô, este sim, que não mais atua profissionalmente nesse time. O neologismo mostra-se, portanto, uma espécie de redução da possível forma completa *ex-jogador do Corinthians*. A ocultação da base “jogador”, imediatamente associada a *ex-* e recuperada contextualmente, só é possível porque o prefixo escopa, além da base, as outras palavras no entorno.

Isso, certamente, conforme verificamos, não é característica de elementos gramaticais, mas sim lexicais. Compare-se, por exemplo, *ex-jogador do Corinthians* com *narcoguerrilheiro das Farc*, outra unidade lexical neológica coletada em nosso corpus. No primeiro, se retirarmos “jogador”, a palavra resultante ainda tem sentido recuperado contextualmente: *ex-Corinthians*; no segundo, se retirarmos “guerrilheiro”, a palavra não tem mais sentido, mesmo em situação real de uso: **narcodas Farc*. Isso revela que, apesar de os dois formantes adjungirem-se a bases sintagmáticas, *ex-* é, neste ponto, mais lexical que *narco-*.

Segue abaixo, para melhor visualização e finalização desta seção, uma tabela com os critérios preenchidos pelo formante:

Tabela 1 – O elemento *ex-* e os critérios de prefixidade:

Crítérios de prefixidade	Preenchimento do critério
Recorrência	X
não-acento	
não-lexicalização	
sem forma livre	
significados prefixais prototípicos	X
escopo limitado a uma base simples	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste trabalho, revisitar a antiga polêmica nos estudos morfológicos e lexicais sobre a natureza do processo de prefixação. Para tanto, embasados na proposta de categorização via protótipos (ROSCH, 1973, 1975; GEERAERTS, 2006) e

apoiados na literatura mais significativa produzida sobre a prefixação na língua portuguesa, construímos um modelo prefixal prototípico e o comparamos ao formante *ex-*, altamente produtivo para a criação de neologismos no português brasileiro (GANANÇA, 2017).

O que descobrimos, de certo modo, nos surpreendeu, uma vez que, sobre *ex-*, jamais pairaram dúvidas, na tradição gramatical, acerca de sua natureza afixal. Contudo, verificamos que o prefixo, além de possuir *status* prosódico de palavra por ser tônico, lexicaliza-se com bastante facilidade, sendo empregado largamente como substantivo. Além disso, em alguns contextos, *ex-* consegue estender seu escopo para além da base lexical imediatamente a ele associada, assemelhando-se, neste ponto específico, aos advérbios.

De seis, apenas dois foram, portanto, os critérios de prefixidade plenamente preenchidos por *ex-*, o que o aloca, num possível *continuum* entre lexicalidade e gramaticalidade, mais próximo da lexicalidade, conforme ilustramos abaixo:

[+ lex] gram]	EX-	[+]
------------------	-----	-----

Com isso, não queremos afirmar categoricamente que *ex-* não é um prefixo, mas apenas atentar para a diversidade de comportamentos morfolexicais própria dos elementos que formam o subsistema prefixal do português. Mesmo um elemento como *ex-*, sobre o qual ninguém jamais colocou em dúvida a natureza prefixal, pode apresentar surpresas, como vimos acima. Essa constatação auxilia a alargar as possibilidades de análise da morfologia e do léxico do português, evidenciando que muito ainda há para ser dito e estudado, afinal, a língua, jamais nos esqueçamos, é um universo sempre novo e sempre aberto ao olhar dos linguistas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. Derivação prefixal. In: ALVES, I. M. & RODRIGUES, A. (Org.). *A construção morfológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 17-56.
- _____. A neologia do português brasileiro de 1990 a 2009: tradição e mudança. In: ALVES, I. M. (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010, p. 63-82.
- _____. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. Tese (Livre Docência em Lexicologia e Terminologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. *Neologismo. Criação lexical*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BASILIO, M. Prefixos: a controvérsia derivação/composição. *Cadernos de Linguística e Língua Portuguesa*. v. 1, p. 3-13, 1989.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BOULANGER, J. C. Problématique d'une méthodologie dynamique d'identification des néologismes en terminologie. In: R. Adda (et. al.). *Néologie et lexicologie. Hommage à Louis Guilbert*. Paris: Larousse Université, p. 36-46, 1979.
- CÂMARA Jr., J. M. Ampliação e renovação lexical. In: *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975, p. 213-234.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.
- GANANÇA, J. H. L. *Um estudo da prefixação em unidades lexicais neológicas coletadas de blogs da internet*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GEERAERTS, D. Prospects and problems of prototype theory. In: GEERAERTS, D. (Org.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2006, p. 141-165.
- GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma antiga polêmica. *Matraga*. v. 19, n. 30, p. 142-167. Rio de Janeiro, jan/jun 2012.
- HOUAISS, A. & VILLAR, M. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEITE GONÇALVES, S. C. & CARVALHO, C. S. Critérios de gramaticalização. In: LEITE GONÇALVES, S. C. et. Al (Org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 67-90.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 4ª ed. Campinas: Pontes. 2002.
- ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ROSCH, E. Cognitive reference points. *Cognitive Psychology*. v. 7. 532-547, 1975.
- _____. Natural categories. *Cognitive Psychology*. v. 4. p. 328-350, 1973.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto 1992.
- SCHWINDT, L. C. O prefixo no português brasileiro: análise prosódica e lexical. *Delta*. v. 17, n. 2, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502001000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 02 jul. 2017.
- WEISZFLOG, W. MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. Versão online. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 01 fev. 2017.

RECURSOS LEXICAIS E EFEITOS DE SENTIDO

Norma Seltzer GOLDSTEIN
Universidade de São Paulo (USP)
ngolds@uol.com.br

Outras palavras
Para dizer certas coisas
são precisas
palavras outras
novas palavras
nunca ditas antes
ou nunca
antes
postas lado a lado.
São precisas
palavras que inventaram
seu percurso
e cantam sobre a língua.
Para dizer certas coisas
são precisas palavras
que amanhecem.
Marina Colasanti¹⁸

INTRODUÇÃO

A língua é dinâmica, passa por constantes inovações. Como diz Marina Colasanti, “*são precisas / palavras outras / novas palavras*”. Ora se criam termos novos, ora os antigos são empregados de modo surpreendente, ora as combinações de vocábulos produzem sentidos inusitados. Neste ensaio, comento alguns exemplos desses empregos.

Gostaria de tecer algumas considerações prévias, para melhor situar o eixo condutor destas reflexões. É sabido que, ao se ler e interpretar um texto, deve-se levar em conta seus diferentes aspectos: o gramatical, o textual e o discursivo. Os recursos gramaticais – sintáticos e morfológicos – contribuem para produzir efeitos de sentido específicos, além de garantir a clareza de linguagem (Castilho, 2010). Muitos efeitos decorrem do modo de organização do texto, de seu desenvolvimento ou coerência, assim como da coesão que estabelece elos entre as suas partes (Koch, 1997). Os aspectos discursivos remetem à situação de comunicação, à relação entre os interlocutores que, representados no discurso, podem compartilhar conteúdos, crenças e valores, mas também colocá-los em disputa (Pêcheux, 1990; 1997).

Não se pode esquecer, ainda, de que cada enunciado retoma outro que o antecede – no mesmo texto ou em outros textos – e será replicado por um seguinte mais adiante, compondo uma espécie de cadeia marcada pela intertextualidade. Também é preciso considerar que os enunciados se materializam em gêneros do discurso, o que

¹⁸ COLASANTI, M. In *Fino Sangue*, 2005, Ed. Record.

sugere observar o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional (Bakhtin, 2003).

Sem perder de vista essa complexidade, analiso textos nos quais os recursos lexicais assumem papel marcante.

Gostaria, ainda, de tecer outra consideração. O ensino deve sempre ocorrer em situações contextualizadas. As amostras, aqui, estão desligadas de contexto, com a finalidade de ilustrar um procedimento de análise. Em situação escolar, conviria inserir a proposta num projeto didático.

ANÁLISES

O primeiro texto é do cientista Marcus Piveta. Detenho-me num excerto.

A floresta da chuva
(...)

A umidade que chega à imensa bacia amazônica é trazida por ventos que sopram do oceano Atlântico tropical em direção ao continente. Esse vapor d'água gera chuva sobre a floresta. Em um primeiro momento, a vegetação e o solo absorvem a água. Em um segundo, ocorre o fenômeno conhecido como **evapotranspiração**: parte da chuva evapora dos solos e as plantas transpiram. Essas ações devolvem uma grande fração de umidade sobre a mata.(..) (PIVETA, 2019)

Trata-se de matéria de divulgação científica sobre a floresta amazônica. O termo destacado é um composto que retoma dois outros: “evaporar” e “transpiração”. Seu significado soma o daqueles dois vocábulos e vem explicado logo em seguida. O interlocutor a quem Marcus Piveta se dirige é o leitor da revista, pessoa interessada em conhecer resultados de pesquisas científicas, tanto quanto o autor em divulgá-las. Por essa razão, além da clareza, da coesão, da coerência do trecho, é preciso considerar o papel do neologismo. Graças a ele, o leitor é informado sobre dois fenômenos: um associado ao solo (evaporação), outro associado às plantas (transpiração). Nesse sentido, esse termo exerce um papel na significação do trecho: destaca-se como termo novo para o leitor e enfatiza a importância dos fenômenos que designa para a umidade da floresta.

Valeria destacar, ainda, que a relação entre o texto e o leitor é marcada, discursivamente, pelo momento histórico em que o texto foi produzido e submetido à circulação por uma revista de divulgação científica. Além do aspecto didático da menção aos dois fenômenos, o trecho faz parte de um texto que dialoga com o (des)conhecimento que parece nortear as políticas de preservação da floresta no Brasil. Portanto, ao dialogar didaticamente com o leitor previsto da revista, há, também, diferentes estatutos atribuídos ao interlocutor, os quais variam de acordo com o modo com que ele é representado na leitura: pelo grau de (des) conhecimento a ele atribuído e pelas suas prerrogativas quanto a assumir para si responsabilidades e ações práticas no sentido da preservação.

Passo a um excerto da jornalista Claudia Tajes.

Sofrência, neologismo da língua portuguesa – esse tesouro que nunca para de se enriquecer com novas palavras. Consta que surgiu pela

enumerações em todos os versos. O primeiro termo é um substantivo, seguido de caracterizadores, em quase todos os versos com ritmo alongado, variando de 10 a 13 sílabas poéticas. Os dois versos curtos, com quatro sílabas poéticas, trazem apenas um substantivo, sem nenhum caracterizador: Esses dois termos apresentam rima consoante: *papela***RIAS** / *conversa***RIAS**. O aspecto fônico e a organização espacial – que os destaca visualmente dos demais versos da estrofe – associam-se ao efeito do neologismo “conversarias”, sugerindo o acúmulo de vozes, saudações e diálogos ali cultivados, enquanto o hotel funcionava. Ressalte-se que, à convergência de vozes, soma-se a alusão à palavra “verso” – pela presença do radical “_vers_” na palavra “con**vers**arias” –, modo, talvez, de qualificar o ponto de encontro como produtor de diálogos também do ponto de vista da convergência poética.

Agora é a vez do neologismo criado por Cassiano Ricardo no poema “A esponja”, do qual seguem as três estrofes finais, com o termo novo em destaque na última delas:

[...]

Ah, se eu pudesse algum dia,
na tarde em que estou pintado
apagar minha figura
com esta esponja dolorosa...

Apertem-na contra a areia,
façam-na destilar tudo
os que pela praia vão.
Velho objeto do meu uso.

Suave esponja da **imemória**:
verão como a infeliz chora
por todos os olhos, suas,
as minhas lágrimas de homem.
(RICARDO, 1957)

A esponja do título percorre o poema, revelando-se sensível e humanizada. Aqui, o decorrer dos tempos teria sido marcado por mágoas e sofrimentos, daí o desejo de tudo apagar. Como? Por meio da esponja da “imemória”, neologismo que sugere o oposto da memória. Talvez devido à inusitada função de nada guardar, a “imemória” se humaniza e compartilha a tristeza do poeta: *a infeliz chora/ por todos os olhos, suas, / as minhas lágrimas de homem*. O desejo de apagar as mágoas da lembrança ganha o reforço particularmente expressivo do novo derivado (*in* + *memória*), como se esse ente personificado fosse dotado do poder de verter lágrimas para trazer o esquecimento de lembranças amargas.

Muito conhecido por seus poemas, Olavo Bilac também produziu outros gêneros. Dentre eles, crônicas publicadas em jornais cariocas no final do século XIX. Numa delas, o título e uma passagem irônica trazem um neologismo criado por ele para criticar atitudes de políticos da época: “*Vossa insolência*”. Vale lembrar que o texto foi publicado na Gazeta de Notícias carioca, em 11 de julho de 1897.

[...]

Que Câmara! Já dous deputados, muito amigos, apostaram um almoço, a ver qual dos dous seria o primeiro a dizer ao outro uma graça pesada. A cousa veio a público, contada por um jornal... Um representante da nação, num acesso de sinceridade irreprimível, exclamou já, com aplauso das galerias: “Isso é uma praça de touros!”.

E já a mesa da Câmara pensa em substituir o tratamento oficial de Vossa Excelência pelo tratamento de Vossa Insolência, mais de acordo com a verdade. [...] (BILAC apud DIMAS, 1996)

O cronista parodia o pronome de tratamento empregado por deputados, criando outro com o qual ele rima. Provavelmente não se trate de ideia da “mesa da Câmara”, mas a do próprio poeta. A expressão apresenta um contraste irônico e provocativo entre a semelhança sonora e a oposição de significado. Caberia a pergunta: o neologismo pronominal bilaquiano poderia ser usado ainda em nossos dias?

Marina Colasanti cria poemas, narrativas ficcionais e atua como jornalista. Uma de suas criações em versos retoma o mito de Sísifo para ilustrar a condição feminina. Composto por dois tercetos, “*Sem que se diga*” tem o título retomado no penúltimo verso, ali complementado pelo complemento “*maldição*”. No verso final, o emprego do prefixo em destaque sugere a leitores e leitoras uma interpretação aberta.

Sem que se diga

Sísifo empurrava sua pedra
Morro acima. E chegando no alto
A pedra rolava, a pedra rolava.

Semelhante é o destino das mulheres.
Sem que se diga ‘maldição’
Refazem camas.

(COLASANTI, 2009)

O paralelo entre o destino do mito e o das mulheres, expresso pelo termo “semelhante”, no início do segundo terceto, tem seu significado ampliado por outros recursos: a reiteração do próprio título e a aliteração do som “s”, ora grafado “s”, ora grafado ‘c’: Sem- Se- Sísifo- Sua – aCima – Semelhante – deStino – daS – mulhereS – Sem – maldiCção – camaS.

No último verso, o prefixo “*re-*” anteposto ao verbo fazer, resulta em neologismo por derivação, seguido de complemento: “*refazem camas*”. O verso aponta tanto a repetição quanto a longa duração da função doméstica feminina. Gostaria de me deter no complemento “camas”: seria apenas a indicação da tarefa cotidiana, do rearranjo do leito, após o despertar? Ou, além desse sentido, haveria também uma alusão à mulher-objeto? Deixo às leitoras e aos leitores a escolha de uma das leituras ou da associação de ambas.

Manuel Bandeira criou um poema particularmente sugestivo para se observar o efeito dos recursos lexicais. O convite é motivador a partir do título: “*Neologismo*”. O contato com esse texto leva o leitor a refletir sobre o efeito de sentido dos vocábulos, em função do processo pelo qual foram formados. Trata-se de poema com uma única estrofe de 7 versos.

Neologismo

Beijo pouco, falo menos ainda.
Mas invento palavras
Que traduzem a ternura mais funda
E mais cotidiana.
Inventei, por exemplo, o verbo teadorar.
Intransitivo:

O leitor logo percebe que os verbos estão na primeira pessoa do singular: “*beijo; falo; invento; inventei*”. Nos dois primeiros versos, é apresentado o tímido perfil de quem fala. Os verbos “beijar” e “falar” são empregados como intransitivos, acompanhados apenas de adjuntos adverbiais [“*pouco*”; “*menos ainda*”] e sem complementos. Os terceiro e quarto versos indicam a característica dessa pessoa: “*invento palavras que traduzem a ternura mais funda*”. Os verbos inventar e traduzir, transitivos, são complementados por objetos diretos: “*palavras*” e “*ternura*”. O título começa a ser explicitado: inventar palavras, criar neologismos é o talento da figura que enuncia os versos.

O segundo verso anuncia “*invento palavras*” e o termo novo aparece nos versos finais: o verbo “*teadorar*”. Esses fatos levam o leitor a pensar no modo como surgem as palavras na língua. São vários os processos de formação, sendo dois os de maior frequência: derivação e composição. Cada um deles resulta num tipo específico de neologismo.

A derivação parte de uma base à qual são acrescentados afixos, seja no início – prefixos – seja no final – sufixos. Geralmente o sentido do vocábulo derivado não se afasta muito daquele da base que foi ponto de partida. O novo derivado costuma ter um sentido generalizante. (Basílio, 1987). O vocábulo do título ilustra esse processo: *ne(o)*- + *log(o)* + *-ismo*. Ele é generalizante, pode ser usado para indicar todos os termos novos da língua.

A composição é um processo que permite categorizações particularizadas. O termo novo, por vezes, tem significado distanciado daquele das bases que o compõem, como, por exemplo, o nome do pássaro presente na poética de Manuel Bandeira: “*quero-quero*”. Esse composto retoma sonoramente o canto da ave e aplica-se apenas a essa espécie.

O verbo inventado pelo poeta é o composto “*teadorar*” que sugere ao leitor diferentes hipóteses para seu modo de composição:

- a) Te (pronome pessoal) + adorar;
- b) Tea (deusa) + do(u)ro/ do(u)rar;
- c) Tea (deusa) + adorar;
- d) Teodora (nome próprio) + adorar.

Desnecessário optar por uma única forma. Por que não ficar com a associação de todas elas? A escolha múltipla amplia a figura feminina e o sentimento que ela desperta. Trata-se de vocábulo com forte particularização, pois se aplica a uma única mulher, *Teodora*.

O penúltimo verso classifica o neologismo verbal como “*intransitivo*”. Nessa condição, ele não tem complemento, ou seja: não transita, não chega ao objeto da adoração. Não teria sido declarado? Não teria sido ouvido? Teodora seria inatingível? Teodora seria uma mulher, uma deusa ou um ser imaginário?

A interpretação do poema é aberta, plurissignificante, o que decorre de todos os seus aspectos e, particularmente, do hábil emprego do termo derivado no título e do verbo formado por composição, ambigualmente intransitivo, no verso final.

O conjunto dos recursos lexicais apresentado neste trabalho ilustra a importância da análise do aspecto lexical na leitura e interpretação de textos, importância não restrita a textos de natureza poética, sendo aplicável aos dos mais diversos gêneros. A

contribuição dos recursos lexicais para a criação de efeitos de sentido nos textos deve sempre ser levada em conta, de modo associado aos demais aspectos e, também, à situação de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *A bola e o goleiro*. São Paulo: Cia.das Letras, 2010.
- ANDRADE, C.D. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964.
- BAHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BANDEIRA, M.. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- COLASANTI, M. *Fino Sangue*: Ed. Record, 2005.
- _____. M. *Passageira em trânsito*. São Paulo: Record, 2009
- DIMAS, A. (org). *Crônicas*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MARTINS, N. S. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T.A. Queiroz / EDUSP, (Biblioteca universitária de língua e lingüística v. 8), 1989.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1990.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas (SP): Pontes, 1997; São Paulo: Ed. Original, 1983.
- PIVETA, M. A floresta da chuva. *Revista Fapesp*, São Paulo, ano 20, n. 285, p. 18-23, nov. 2019., São Paulo.
- RICARDO, C. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- TAJES, C. Sofrência 2019. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 dez. 2019, Caderno C, p. C5.

DO PROSAICO AO POÉTICO: OS NEOLOGISMOS NA CANÇÃO POPULAR BRASILEIRA

Álvaro Antônio CARETTA
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
alcaretta@yahoo.com.br

RESUMO: Os neologismos, compreendidos discursivamente, remetem a um posicionamento discursivo do enunciador que se manifesta por meio de suas escolhas lexicais na produção do enunciado. Na composição de canções, esse posicionamento é determinado, entre outros fatores, pelas relações dialógicas entre o discurso prosaico e o poético. Neste capítulo, pretende-se verificar os processos dialógico-discursivos de construção de canções em que os neologismos são elementos significativos na produção discursiva. A observação de casos de ocorrência de neologismos será orientada pelo estudo dialógico do gênero canção popular, proposta elaborada por nós a partir do conceito bakhtiniano de dialogismo. Por um lado, tendo em vista que a canção é um gênero artístico, a produção da letra é orientada pelo dialogismo com o discurso poético. Essa relação dialógico-discursiva abre a possibilidade de o compositor, ao criar neologismos, enfatizar aspectos da sua criatividade e de sua originalidade. Por outro lado, o dialogismo com o discurso prosaico é um dos pressupostos da letra da canção. Essa relação dialógica com a língua prosaica e cotidiana permite ao compositor utilizar os neologismos próprios da língua oral.

PALAVRAS-CHAVE: Neologismos; Canção popular, Dialogismo, Estilo

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Segundo as propostas dialógicas, a linguagem se manifesta sob a forma de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo da atividade humana. Uma esfera de comunicação, concebida como um conjunto de relações entre enunciados, parte do pressuposto de que esses enunciados se constituem dialogicamente.

Segundo Grillo (2006, p. 147),

[...] a noção de campo/ esfera está presente em toda a obra do Círculo de Bakhtin. Ela se constitui em importante alternativa para pensar as especificidades das produções ideológicas (obras literárias, artigos científicos, reportagens de jornal, livro didático, etc.), sem cair na visão imanente da obra de arte do formalismo nem no determinismo do marxismo ortodoxo. As esferas dão conta da realidade plural da atividade humana. Essa diversidade é condicionadora do modo de apreensão e transmissão do discurso alheio, bem como da caracterização dos enunciados e de seus gêneros.

O conceito de esferas discursivas é fundamental para o estudo do enunciado e dos gêneros, pois os elementos que constituem o enunciado são determinados pelas características de sua esfera. As teorias dialógicas da linguagem compreendem que cada

gênero tem a sua esfera de atuação, em relação à qual é insubstituível; mas também que cada novo gênero ou a sua renovação estética supre uma lacuna na comunicação social e supera os recursos e limitações de gêneros anteriores. Esse processo dinâmico contribui para o enriquecimento do gênero e para a ampliação de sua influência social.

Um dos pontos fundamentais da teoria sobre os gêneros apresentada por Bakhtin é o conceito de gêneros primários e secundários e os processos de interação entre ambos:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gênero do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003 [1951-1953], p.262).

Frente a essa diversidade dos gêneros discursivos, o teórico russo propõe que, para se definir a natureza geral do enunciado, devem ser observadas as diferenças e as relações entre os gêneros primários (simples), que fazem parte da comunicação cotidiana, e os secundários (complexos), que dizem respeito à comunicação exercida por meio de códigos culturais artísticos e ideológicos elaborados. Os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, mas nessa operação os primários adquirem caráter especial por perderem o vínculo com a realidade. Os exemplos que Bakhtin cita são a carta e a réplica do diálogo que, no romance, adquirem caráter artístico-literário.

A respeito da importância dos estudos sobre o gênero, Bakhtin (2003 [1951-1953], p. 264) é bastante enfático: "Achamos que em qualquer corrente especial faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciado (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso".

Compreende-se, então, que para estudar um gênero discursivo secundário, devem ser observadas as suas relações dialógicas com os gêneros primários que ele assimila, além do seu processo histórico de constituição como gênero em determinada esfera da comunicação social; pois, segundo Bakhtin (2003[1951-1953], p.263), "...no processo de sua formação, eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata".

Os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana. Nas palavras de Bakhtin (2003 [1951-1953], p.266),

Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis.

A CONSTITUIÇÃO DIALÓGICA DA CANÇÃO POPULAR

Para estudarmos essas relações dialógicas na canção popular, partiremos do princípio de que elas podem ocorrer entre enunciados de mesmo gênero dentro da própria esfera ou entre enunciados de gêneros e esferas distintas (CARETTA, 2011). Assim, observaremos como a canção popular dialoga não só com outras canções, mas também com enunciados de outras esferas coatuantes no processo da comunicação

social. Às relações dialógicas entre as canções dentro da esfera musical, propomos chamar de intradialogismo e às relações entre a canção e gêneros de outras esferas, interdialogismo. O dialogismo na canção popular é, ao mesmo tempo, constitutivo, visto que o discurso da canção se constitui na relação com outras canções, e constituinte, na medida em que alimenta a cadeia enunciativa da própria esfera e estimula a produção de enunciados em outras esferas relacionadas à canção, como o teatro de revista, o cinema e a esfera do cotidiano. Concebidos na dinâmica dialógica dos códigos culturais, os enunciados, por um lado, mantêm relações interdialogicas com enunciados e gêneros de outras esferas da comunicação social; e, por outro, relações intradialógicas, com enunciados de sua própria esfera.

Compreendemos como interdialogismo as relações dialógicas que o discurso da canção estabelece com discursos de outras esferas, constituindo-se e constituindo-os ao mesmo tempo. No primeiro caso, o discurso da canção apropria-se de enunciados de outras esferas; no segundo, empresta-lhes.

As relações interdialogicas do discurso da canção com a esfera do cotidiano são bastante produtivas, pois é nela que, muitas vezes, os compositores buscam os elementos para a produção dos enunciados - temas, expressões lexicais, entonações etc.

No caso da canção popular, esse interdialogismo se apresenta na relação com a esfera do cotidiano fundamentalmente. Como gênero secundário, a canção tem no léxico, nas expressões e nos gêneros primários da língua prosaica a fonte que a abastece. Dentro de sua esfera, a canção estabelece relações dialógicas com outras canções; esse intradialogismo é tão importante na constituição do discurso da canção quanto o interdialogismo, no qual a canção estabelece relações dialógicas com outras esferas afins. Aquele promove a constituição da esfera discursiva, este, sua expansão. A relação interdialogica com a esfera poética também é fundamental na constituição dialógica da canção. É preciso acrescentar também que o interdialogismo não ocorre apenas pelo empréstimo de formas da língua prosaica, pois a canção também pode contribuir para essa esfera, como nas citações de letras de canções nas conversas do dia-a-dia.

Os gêneros secundários, como a canção, são fruto de um convívio cultural complexo, desenvolvido e organizado. Uma característica importante dos gêneros discursivos é que eles estão em constante dialogismo. Na canção, os gêneros primários da esfera do cotidiano têm sua forma, significado e tom adaptados. Para compreendermos a canção como gênero secundário, é fundamental reconhecer o gênero primário que a constitui, particularmente o seu “tom”, reproduzido pelo “modo de dizer” do cancionista, ou seja, no acabamento melódico dado ao elemento linguístico oral. A integração letra e melodia, fundamental na constituição do gênero canção, insere os elementos advindos da comunicação cotidiana na esfera artística, poética e musical. Nas palavras do poeta Augusto de Campos:

Esses cruzamentos da linguagem popular e impopular, que rompem fronteiras estilísticas, sinalizam o que se poderia chamar de poetização da canção – o momento em que a letra da música, por vezes banal ou vulgar, sem qualquer valor intrínseco, mas eficaz porque perfeitamente aderente à melodia, ou valorizada pela interpretação, se sobreleva e atinge o plano da letra-arte: poesia. [...] Noel e Lamartine Babo, Assis Valente, Orestes Barbosa, no passado, estão entre os que mais sofisticaram a linguagem coloquial de nossa canção [...] (RENNÓ, 1991, p.31).

A canção é um gênero discursivo em que a fala, advinda da esfera discursiva prosaica, associa-se à melodia, um elemento musical, para inserir-se, então, na esfera

artística da comunicação. A letra, elemento fundamental para a canção, só encontrou o ajuste melódico quando os compositores, no começo do século XX, valorizaram o seu aspecto prosaico e produziram um modo de dizer mais próximo da fala cotidiana.

Baseados no pressuposto de que a canção é um gênero secundário da esfera musical, que reelabora gêneros primários da esfera do cotidiano, compreendemos que o caráter de oralidade inerente à canção é resultado das influências dos gêneros da fala no seu processo constitutivo.

Toda canção possui uma letra e toda letra apresenta uma situação de locução, em que alguém está falando algo para alguém, pois a canção não pode prescindir do seu ato de fala original. É muito comum letras de canções apresentarem gêneros da fala. Tatit (2004, p.77) comenta a respeito da composição de canções na década de 30:

Com inflexões similares às da linguagem oral cotidiana, essas melodias geralmente conduziam “letras de situação”, aquelas que simulam que alguém está falando com alguém em tom de recado, desafio, saudação, ironia, lamentação, revelação etc.

O ESTILO NA CANÇÃO POPULAR: DO PROSAICO AO POÉTICO

Para se compreender a palavra em sua plenitude, é preciso tomá-la na relação com as outras palavras. Para isso, é imprescindível observá-la não só no interior do enunciado, mas também na cadeia da comunicação verbal. Da mesma forma, o estilo deve ser compreendido nas relações do enunciado com outros enunciados, já que ele também se constitui dialogicamente:

O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (BAKHTIN, 2003 [1951-1953], p. 298).

O estilo diz respeito às possibilidades de utilização dos recursos linguísticos permitidas pelo gênero conforme a sua esfera de atuação. Bakhtin pensa o estilo relacionado ao conteúdo temático e à forma composicional na constituição do gênero:

O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção de conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc. O estilo integra a unidade do gênero do enunciado como seu elemento (BAKHTIN, 2003 [1951-1953], p. 266).

Nessa concepção, o estilo está relacionado às formas típicas de enunciado, os gêneros discursivos, pertencentes a uma determinada esfera discursiva, e às funções comunicativas que eles exercem dentro de sua esfera. Há gêneros, como os artísticos, que permitem a impressão de um estilo individual e a utilização de uma diversidade de estilos, porém existem outros gêneros que trabalham menos com a criatividade e a

originalidade, pois são padronizados, reduzindo a marca do estilo pessoal. Percebe-se, então, que a um determinado gênero corresponde determinado estilo.

O estilo é estabelecido pela esfera e pelo gênero; porém, quando pensamos em estilo individual, segundo as propostas dialógicas, vemos que ele se constitui sempre de forma dialógica:

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para o outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou (BAKHTIN, 2005, p.203).

A canção apresenta uma situação de locução da fala, no entanto sempre relacionada com o fazer poético, visto que pertence à esfera artística. Tezza (2006, p.202) defende que a relação do discurso literário com a heteroglossia deve ser compreendida como um *continuum* da prosa absoluta até a poesia absoluta, sendo que todo enunciado encontra-se em algum ponto desse *continuum*. Na poesia predomina o poético, sempre; entretanto, pode haver uma gradação do poético para o prosaico.

O extremo poético caracteriza-se pela centralização linguística por meio de recursos como o verso, a métrica e a rima, e pelo isolamento semântico-ideológico, como voz única e soberana. Esses recursos característicos do estilo poético isolam a sua linguagem das outras, demarcando e delimitando seu território na heteroglossia.

Nos gêneros poéticos inferiores como as sátiras e as comédias, há espaço para o plurilinguismo, mesmo que apenas representado, reificado e não verdadeiramente como consciência linguística do mundo. As diversas linguagens trabalhadas nos gêneros "baixos", na maioria das vezes, são totalmente alteradas em sua entonação e ritmo de acordo com a linguagem do autor e do estilo do gênero.

Para reelaborar o material linguístico do plurilinguismo com que está em constante dialogismo, o discurso poético precisa suprimir as marcas discursivas da vida ordinária. Um dos recursos mais importantes para isso é o ritmo dos versos que caracteriza o estilo poético. O metro é uma força milenar da poesia, ponto de contato com o canto, que se afasta da linguagem comum e da fala cotidiana; “cantar é um ato que transforma o outro imediatamente em ouvinte passivo ou, no máximo, em eco da voz que canta, repetindo-lhe o refrão” (TEZZA, 2006, p.208).

Na perspectiva bakhtiniana, o discurso poético não se caracteriza apenas pela beleza das palavras, pela forma em versos, pela polissemia linguística, pela poeticidade do tema, mas principalmente pelo lugar que a linguagem do “outro” ocupa na linguagem do autor. No estilo poético, a palavra do poeta é soberana. Ela diferencia-se da voz do “outro” através de recursos estilísticos próprios, deixando claro que a voz que fala no poema é a voz do poeta, única, sem a interferência da voz do “outro”, do prosaico.

No caso do gênero canção popular, ainda que uma letra possa utilizar palavras, expressões e gêneros da língua ordinária, esses elementos são retrabalhados pelo letrista que lhes dará outra forma, outra entonação e outro ritmo poéticos.

NEOLOGISMOS NA CANÇÃO POPULAR

O uso de neologismos em letras de canção é um recurso estilístico que promove o interdialogismo da canção popular com as esferas do prosaico e do poético.

A marcha carnavalesca “Sassaricando”, de Luiz Antônio, Zé Mário e Oldemar Magalhães, de 1952, é um exemplo de interdialogismo entre o discurso da canção e o discurso prosaico. O enorme sucesso alcançado por essa canção divulgou, à época, o neologismo *sassarico*.

A marcha “Sassaricando” é originária do teatro de revista, logo uma outra relação interdialogica, agora entre a esfera da canção e do teatro. Apresentada em 1952 na revista “Eu quero sassaricá”, de Freire Júnior e Luiz Iglesias, foi gravada pela vedete Virgínia Lane. Segundo Tinhorão (1972, p. 28), esse é comprovadamente o último caso de uma canção composta para o teatro a tornar-se um sucesso carnavalesco.

Sassassaricando

Todo mundo leva a vida no arame

Sassassaricando

A viúva o brotinho e a madame

O velho na porta da Colombo

É um assombro

Sassaricando

Quem não tem seu **sassarico**

Sassarica mesmo só

Porque sem **sassaricar**

Essa vida é um nó

Esse neologismo da época – hoje já dicionarizado - esteve na boca dos falantes em situações prosaicas do cotidiano, pois tornou-se uma gíria. Usado como forma verbal ou ainda como substantivo, representava uma ousadia frente aos costumes mais conservadores da sociedade. Presente em uma marcha carnavalesca, um gênero bastante popular, está inserido em uma narrativa de cenas cotidianas da vida social carioca da época.

A prática de inserir neologismos da língua falada em canções é um recurso muito usado pelos compositores, pois promovem a originalidade e a identificação da canção com o prosaico. O interdialogismo se efetua quando o neologismo nasce na língua falada e migra para a canção ou seu uso na canção ultrapassa as fronteiras da esfera musical e passa para a esfera do cotidiano. Entretanto, muitas vezes não é possível identificar o verdadeiro percurso do neologismo.

Outro gênero bastante popular que trabalha com o discurso prosaico é o funk, que traz em sua formação o uso de gírias do cotidiano que ganham uma força expressiva na canção e ao mesmo tempo passam a ser mais faladas no dia-a-dia das pessoas.

Um exemplo é a canção “Piriguete”, de MC PAPO, de 2006:

Quando ela me vê
ela mexe
piri pipiri pipiri piriguete
rebola devagar
depois desce
piri pipiri pipiri piriguete

Vemos que o enunciador explora a sonoridade do neologismo que está associado ao ritmo da dança do funk. O tema é bastante prosaico, já que trata de uma situação de um baile funk. O substantivo *piriguete*, formado pelo radical *perig-* acrescido do sufixo

-ete é uma gíria que designa a mulher provocadora, sensual, que atrai a atenção dos rapazes e, conseqüentemente, de forma pejorativa, representa um perigo para as namoradas. Esse neologismo foi durante muito tempo utilizado nas conversas cotidianas e esteve presente nos mais variados meios de comunicação. Com o passar do tempo, como toda gíria, perdeu a sua força expressiva e caiu em desuso.

Entretanto, a sua formação serviu como modelo para outros neologismos de sucesso à época, como na canção “Vida de Empreguete”, advinda da telenovela “Cheia de charme” (2012), promovendo um interdialogismo entre a mídia televisiva e a canção popular. Neste caso, o substantivo *emprego* que remete a *empregada doméstica*, recebe também o sufixo -ete, definindo um tipo social prosaico.

Levo vida de **empreguete**, eu pego às sete
Fim de semana é salto alto e ver no que vai dar
Um dia compro apartamento e viro socialite
Toda boa, vou com meu ficante viajar

Na mesma linha, comprovando a força produtiva desses neologismos prosaicos, foi lançada a canção “Vida de patroete”, cujo título apresenta o substantivo *patroete* (*patroa* + -ete). Interessante notar a força discursiva desses neologismos, visto que representam discursos sociais que de certa forma se opõem no interdiscurso, a saber, o discurso das empregadas em oposição ao das patroas.

Além do intenso interdialogismo com o discurso prosaico em que expressões populares migram da fala cotidiana para as canções e vice-versa, há o interdialogismo com a esfera poética. Em princípio, a canção popular funda-se nesse dialogismo, visto que o prosaico para se estabelecer na canção passa por um processo de adaptação ao poético. Isso pode ser visto (ou ouvido) nas rimas, na métrica, nas estrofes, nas figuras de estilo. No entanto, o uso de neologismos poéticos - aqueles criados para uma determinada canção - são um recurso estilístico utilizado em situações específicas, particularmente presentes nas letras de compositores vinculados a movimentos estéticos da esfera literária.

É o caso das composições tropicalistas que mantiveram um dialogismo intenso com as propostas das vanguardas poéticas, como a poesia concreta dos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari, que deram suporte teórico ao projeto estético tropicalista (SEVERIANO, 2008, p. 383).

Segue a canção “Alfomega”, de Gilberto Gil, gravada por Caetano Veloso em 1969:

O analfomegabetismo
Somatopsicopneumático
O analfomegabetismo
Somatopsicopneumático
Que também significa
Que eu não sei de nada sobre a morte
Que também significa
Tanto faz no sul como no norte
Justamente
Que também significa
Deus é quem decide minha sorte

Após apresentar dois neologismos criados por ele - *analfomegabatismo* e *somatopsicopneumático* – o compositor, partindo do pressuposto de que o significado de ambos seria incompreensível, apresenta elementos que também são incompreensíveis, como a morte e a sorte. Assim, esses neologismos são representações linguísticas do sentido textual, exposto no elemento estilístico em dialogismo com o discurso poético.

Gilberto Gil, agora em parceria com Caetano Veloso, na canção “Batmacumba”, de 1968, não só cria um neologismo como também elabora a letra inspirado nas propostas concretistas que trabalhava a relação da linguagem verbal com a visual - e também com a sonora, em uma experiência verbovocovisual.

O neologismo *Batmacumba*, um cruzamento vocabular dos elementos *batman* e *macumba* traz ainda o sentido rítmico do verbo “bater”. No plano semântico, esse neologismo, ao cruzar palavras do inglês (Batman) e do português (macumba), advindo da cultura africana, lexicaliza a proposta estética da antropofagia cultural proposta pelo tropicalismo. Importante também é notar o formato visual da canção que imita uma asa de morcego. Esses elementos estabelecem o interdialogismo entre o discurso da canção e o discurso poético, particularmente a poesia concreta.

batmacumbaieiê batmacumbaobá
batmacumbaieiê batmacumbao
batmacumbaieiê batmacumba
batmacumbaieiê batmacum
batmacumbaieiê batman
batmacumbaieiê bat
batmacumbaieiê ba
batmacumbaieiê
batmacumbaie
batmacumba
batmacum
batman
bat
ba
bat
batman
batmacum
Batmacumba
batmacumbaie
batmacumbaieiê
batmacumbaieiê ba
batmacumbaieiê bat
batmacumbaieiê batman
batmacumbaieiê batmacum
batmacumbaieiê batmacumba
batmacumbaieiê batmacumbao

Na obra de Gilberto Gil, a criação de neologismos pode ser observada também na canção “Parabolicamará”, de 1992. O elemento lexical *Parabolicamará* é um amálgama formado por *parabólica*, de antena parabólica, e *camará*, expressão usada no jogo de capoeira para designar o parceiro, camarada. Interessante notar que essa canção é executada em ritmo de capoeira.

Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena parabólicamará
Ê, volta do mundo, camará
Ê, ê, mundo dá volta, camará

Caetano Veloso, em várias outras composições suas, também faz uso de neologismos, como em “Língua”, de 1984:

A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero frátria

A partir do substantivo *pátria*, o compositor cria *mátria*, subentendendo o radical “pater” e substituindo-o por “mater”. A seguir, dando continuidade ao seu raciocínio, cria o neologismo *frátria*, substituindo o radical por “frater”.

Em “Um abraço”, de 2012, o compositor cria o neologismo *abraçoço* acrescentando ao substantivo *abraço* o sufixo *-çoço*, criando a ideia de superlativo. “Ei! Hoje eu mando um abraçoço / Um amasso, um beijaço ...”.

O projeto estético dos compositores tropicalistas de dialogar com o discurso poético está bem representado na canção “Esteticar”, de Tom Zé, Carlos Rennó e Vicente Barreto, de 1999. Nela o compositor cria os seguintes neologismos: *esteticar*, derivação sufixal de *estetic+ar*; *blacktaiando*, forma nominal derivada do substantivo *black tie*, que traz o significado de tornar-se formal; *smoka-se*, forma verbal pronominal derivada de *smoking*; e *ca esteti ca estetu*, um jogo sonoro que brinca com diversos significados.

Pense que eu sou um caboclo tolo boboca
Um tipo de mico cabeça-oca
Raquítico típico jeca-tatu
Um mero número zero um zé à esquerda
Pateta patético lesma lerda
Autômato pato panaca jacu
Penso dispenso a mula da sua ótica
Ora vá me lambar tradução interssemiótica
Se segura milord aí que o mulato baião
(tá se blacktaiando)
Smoka-se todo na estética do arrastão
Ca esteti ca estetu
Ca esteti ca estetu
Ca esteti ca estetu
Ca esteti ca estetu
Ca estética do plágio-iê

Tendo em vista essa explanação teórica e os exemplos apresentados, percebemos que os neologismos são um recurso estilístico de grande efeito nas canções populares. Seja no diálogo com o prosaico ou com o poético, esse interdialogismo é um elemento

constituente de canções. Além disso, observamos que essa prática dos compositores de usar neologismos determinam um posicionamento discursivo frente ao interdiscurso sócio-artístico-cultural.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1951-1953], p. 261-306.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CARETTA, A. A. *Estudo dialógico discursivo da canção popular brasileira*. Annablume; FAPESP, 2013.
- GRILLO, S. V. de C. “Campo e esfera”. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p.133-160.
- RENNÓ, C. *Cole Porter: canções, versões*. São Paulo: Pauliceia, 1991.
- SEVERIANO, J. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- TATIT, L. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- TEZZA, C. Poesia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p.195-218.
- TINHORÃO, J. R. *Cultura popular: Temas e questões*. São Paulo: Editora 34, 2006.

DISCOGRAFIA

- Alfomega. Gilberto Gil. *Caetano Veloso*. Philips, 1968.
- Batmacumba. Gilberto Gil e Caetano Veloso. *Tropicalia ou Panis et Circencis*. Philips, 1968.
- Esteticar. Tom Zé, Carlos Rennó, Vicente Barreto. *Com Defeito De Fabricação*. Trama, 1999.
- Parabolicamará. Gilberto Gil. *Parabolicamará*. Warner Music, 1992.
- Língua. Caetano Veloso. *Velô*. Philips, 1984.
- Piriguete. MC Papo. *Futuro ex-pobre*. Independente. 2006
- Vida de Empreguete. Quito Ribeiro. *Os Grandes Sucessos Musicais da Novela Cheias de Charme*. Globo, 2012. DVD.
- Sassaricando. Luís Antonio, Jota Júnior e Oldemar Magalhães. *Carnaval de ontem e de hoje*. Todamérica, 1978.

A NEOLOGIA SEMÂNTICA E OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DA METÁFORA ROSA

Elis de Almeida CARDOSO
Universidade de São Paulo (USP)
elisdacar@usp.br

RESUMO: A transformação semântica operada numa unidade léxica enseja a criação de um novo elemento: o neologismo conceitual ou semântico. Rey (1976) evidencia o fato de os neologismos semânticos apresentarem novidade semântica, mas destaca que qualquer neologismo que apresente uma novidade formal pode apresentar simultaneamente novidade semântica. Tratada por Guilbert (1975) como outra forma de neologia, a neologia semântica distingue-se dos demais tipos, uma vez que não trata propriamente do surgimento, na língua, de uma nova unidade neológica, mas pelo fato de um significante assumir um novo significado. Por meio da metáfora, um significado novo é dado a uma palavra. São elas as responsáveis mais usuais para a formação de neologismos semânticos. A metáfora é largamente utilizada em textos literários, na atribuição de juízos de valor, desempenhando papel fundamental na expressão dos sentimentos. As metáforas podem ser facilmente encontradas na poesia, uma vez que têm o poder de apresentar ideias de forma concreta e sintética. Neste capítulo, como exemplificação da metáfora literária e criação do neologismo semântico, pretende-se analisar quais os vários significados que a palavra *rosa* assume em diferentes textos poéticos.

PALAVRAS-CHAVE: Neologia semântica; metáfora; polissemia; rosa

INTRODUÇÃO

A neologia semântica reflete uma atividade consciente do usuário da língua que, ao dar a uma palavra um novo significado, altera sua estrutura semântica, enriquecendo, dessa forma, o universo lexical. Utilizando o sistema linguístico, o usuário encontra meios diferentes para dizer a mesma coisa. Trata-se da escolha que pode fazer entre várias unidades lexicais ou, ainda, entre maneiras diferentes de construir o enunciado. Um autor de texto literário pode redistribuir os elementos do sistema linguístico e também reformulá-lo.

A transposição metafórica ou a generalização, característica da sinédoque, podem gerar criações lexicais. A remotivação por substituição ou alargamento da forma também é um processo utilizado para a mutação semântica. Uma palavra que pertença a um universo de discurso específico pode ser utilizada na língua geral e vice-versa.

A mudança semântica é inerente aos sistemas linguísticos de maneira geral. Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora é onipresente na linguagem cotidiana e também no pensamento e na ação. Objetiva-se, pois, estudar os significados surgidos a partir principalmente de uma metáfora e já fixados na norma da língua - seja na língua comum ou nas línguas de especialidade - para se observar, no discurso literário, como e por que ocorre a formação do neologismo semântico.

A NEOLOGIA SEMÂNTICA

Tratada por Guilbert (1975) como outra forma de neologia, a neologia semântica distingue-se dos demais tipos, uma vez que não trata propriamente do surgimento, na língua, de uma nova unidade neológica, mas pelo fato de um significante assumir um novo significado. Dessa forma, surgindo uma significação nova para uma unidade lexical já existente, tem-se um neologismo semântico.

Se a língua é um instrumento vivo que se adapta às necessidades de seus usuários, é inevitável, diz Barbosa, que as lexias sofram modificações, conforme sua atualização em contextos diferentes.

As neologias semânticas aparecem, quando se empregam signos já existentes no código, em combinatórias inesperadas ou inéditas com outros signos do enunciado. O neologismo surge, então, como resultado de uma combinação sêmica (1981, p.203).

Para a autora (1981, p.206), “o processo de enriquecimento de semas continuará, à medida que a lexia for sendo atualizada em novos contextos”. Uma mesma lexia, paulatinamente, vai adquirindo novos traços e, de maneira quase imperceptível, chega-se a um neologismo semântico.

A ruptura de regras para a construção da nova lexia ou a remotivação de modelos, se aceitas pelo usuário da língua, podem incorporar-se a ela. As criações lexicais de um autor, entretanto, podem restringir-se apenas ao seu universo. Segundo Turazza (1996, p.82), a originalidade das combinações pode ocorrer dentro do universo lexical, isto é, das normas vocabulares, implicando variações estilísticas; fora do inventário lexical, porém dentro das virtualidades do sistema ou fora das potencialidades previstas pelo sistema.

Processos diferentes podem gerar um neologismo semântico. O neologismo semântico mais comum ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto de semas referentes a uma unidade léxica. Segundo Alves (1990, p.62): “Por meio dos processos estilísticos da metáfora, da metonímia, da sinédoque..., vários significados podem ser atribuídos a uma base formal e transformam-na em novos itens lexicais”.

Se a neologia semântica é responsável por novas acepções dadas a um item léxico, está provado que o léxico tem um caráter polissêmico. Se uma lexia, no momento de sua criação (por outro processo que não o semântico), tem um caráter monossêmico, num momento posterior — ao entrar em circulação — pode ganhar novas significações.

A POLISSEMIA

De todos os elementos que compõem o código linguístico, diz Barbosa (1981, p.244), “o significado é o que está mais sujeito a mudanças”. Uma lexia pode adquirir um significado novo sem, entretanto, perder o seu significado original. Se algumas dessas inovações são acidentais e de duração efêmera, outras se transformam em fato de língua e estarão em contínua mudança. Assim, conclui a autora, “a polissemia é a regra, e a monosssemia, a exceção”.

O significado das palavras lexicais relaciona-se com tudo aquilo que elas representam, seja no universo referencial (objetos, entidades, propriedades, situações, etc.), seja no universo das representações mentais. Duas dimensões complementares, uma entre o plano dos sentidos e outra no plano dos referentes, a *intensional* e a

extensional, destacam-se na significação de uma unidade lexical. Enquanto suas propriedades semânticas perfazem sua intensão, as classes de referentes ligam-se à sua extensão.

A polissemia situa-se no plano intensional dos sentidos, uma vez que parte do plano formal da unidade lexical, ou seja, do significante, para os sentidos e referentes que se associam a essa forma ou unidade lexical.

A polissemia pode ser dimensionada qualitativamente, quando se pretende compreender “os vários sentidos que uma palavra pode ter e as diferentes relações que podem unir esses sentidos, designadamente a metáfora, a metonímia, a generalização e a especialização de sentido” (SILVA, 2006, p.13), e quantitativamente quando se pretende verificar “as diferenças de saliência ou efeitos de prototipicidade entre os vários sentidos de uma palavra” (SILVA, 2006, p.13). Os estudos da polissemia também consistem em analisar como os diferentes sentidos de uma palavra estruturam-se, verificando-se que uns são mais centrais (prototípicos) do que outros.

Em fins do século 19, a polissemia passa a ser estudada por Bréal não só como um fenômeno de mudança linguística, mas também como um fenômeno de uso, de aquisição e de progresso da linguagem, do pensamento e da sociedade (SILVA, 2006, p.21). Para Bréal,

À medida que uma significação nova é dada à palavra, esta parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, similares na forma, mas diferentes quanto ao valor. A este fenômeno de multiplicação damos o nome de polissemia (1924, p. 143-4).

Segundo o autor, a polissemia, resultado da inovação semântica (por ampliação ou restrição do significado, por metáfora ou por uso de diferentes grupos sociais), só existe diacronicamente ao se perceber que o significado novo e o antigo coexistem. Do ponto de vista discursivo, a palavra atualizada apresenta geralmente um único significado, o que não confunde os usuários da língua.

A MUDANÇA SEMÂNTICA

A mudança semântica é inerente aos sistemas linguísticos de maneira geral. Seja pela economia linguística, seja porque a língua passa sempre por constantes transformações, o fato é que os usuários têm necessidades expressivas e comunicativas. Para Ullmann (1973) as principais causas da mudança semântica são linguísticas, históricas, sociais e psicológicas.

O autor apresenta um quadro, estabelecendo uma classificação dos principais mecanismos da mudança semântica. Ullmann distingue mudanças por conservantismo linguístico (quando ocorrem mudanças no referente da palavra e não ocorrem mudanças no nome da palavra) e por inovação linguística (quando a rede de associações de uma palavra influencia o seu desenvolvimento a ponto de surgirem novos significados ou novos nomes). Nesse último caso, pode haver transferência de significante baseada em relações associativas entre significados (metáfora, por similaridade e metonímia, por contiguidade) ou transferência de significado baseada em relações associativas entre significantes (etimologia popular, elipse). O autor menciona ainda as transferências compostas, ou seja, de significantes e significados simultaneamente.

As principais modificações no significado são analisadas, segundo Guilbert (1975, p.69), pelas “figuras de linguagem” que se associam a operações fundamentais do pensamento. Por meio da metáfora, da metonímia e da sinédoque, um significado

novo, que não é precisamente o significado próprio, é dado a uma palavra. São elas as responsáveis mais usuais para a formação de neologismos semânticos.

A partir dos anos 80, com a publicação do trabalho de Lakoff e Johnson (*Metaphors We Live By*), a metáfora e a metonímia, vistas até então como figuras de estilo ou de retórica, passam a ser compreendidas como fenômenos conceituais, modos naturais de pensar ou falar.

Segundo Silva,

metáfora e metonímia são fenômenos conceituais por natureza, processos e modelos cognitivos, constitutivos do nosso sistema conceitual, modos naturais de pensar e de falar, tanto na linguagem corrente como no discurso científico, radicados na experiência humana e responsáveis quer pela estruturação do pensamento, da linguagem e da ação, quer pela inovação conceitual (2006, p. 111).

Para Lakoff e Johnson (2002), a metáfora é onipresente na linguagem cotidiana e também no pensamento e na ação. O nosso sistema conceitual comum é essencialmente metafórico, afirmam os autores.

Essa afirmação evidencia-se na língua comum em expressões extremamente banais como “um doce de pessoa” ou “passe-me a água”. Justamente por serem extremamente comuns, a metáfora e a metonímia acabam sendo responsáveis, na grande maioria das vezes, pelo caráter polissêmico da língua.

Para Correia (2004, p.11), a metáfora é muito mais do que um recurso estilístico. É, pois, um mecanismo semântico que contribui para a economia linguística. Segundo a autora,

A criação de denominações com recurso a metáforas é um mecanismo altamente disponível em qualquer língua e revela-se bastante eficaz, na medida em que permite, nomeadamente, falar de entidades sobre as quais temos um conhecimento mais vago (por serem abstractas, distantes ou não apreensíveis pelos sentidos sem recurso a aparelhagem adequada) em termos de entidades das quais temos melhor conhecimento. Torna-se compreensível o porquê de serem muitas das palavras mais simples, mais frequentes, designando entidades concretas mais próximas do falante aquelas que são mais polissêmicas (atente-se na polissemia de palavras como casa, mãe, olho, boca, chave, para referir apenas algumas).

A respeito da metáfora, expressa-se Guilbert: “La métaphore définit le changement par l’application du nom spécifique d’une chose à une l’autre chose en vertu d’un caractère commun qui permet de les évoquer l’une par l’autre” (1975, p.70).

Para o autor, esse tipo de relação pode-se estabelecer entre dois objetos materiais, entre duas ações, uma abstrata e uma concreta, entre uma realidade material e uma abstrata. Pode-se dizer que o procedimento de criação da metáfora na língua cotidiana e na literária é o mesmo. Os resultados, portanto, dos usos metafóricos podem ser considerados distintos. Uma metáfora utilizada na língua comum ou nas línguas de especialidade pode mais rapidamente perder suas características de figura de linguagem, e o significado metafórico passar a compor simplesmente o rol de significados de determinada lexia.

Segundo Ricoeur (1975) não há, portanto, distinção entre uso figurado e polissemia uma vez que o processo semântico e o retórico se encontram na idéia de uma tensão entre os significados. Para o autor, só há figura se, na mudança de sentido,

subsiste uma tensão, uma distância entre os dois sememas, o primeiro deles segue estando presente, ainda que só seja implicitamente.

Aí é que deve intervir necessariamente o fator sintagmático, o contexto. O discurso é, pois, fundamental para a descrição da metáfora. Não é possível descrever a reorganização do semema de uma unidade lexical sem se levar em conta o contexto em que essa aparece.

De acordo com Guiraud (1980), o significado consta sempre de um sentido de base e de um sentido contextual. Os vários sentidos de uma palavra são sempre virtuais e somente um deles se atualiza em um determinado contexto. Segundo o autor, o sentido de base é composto pela totalidade dos elementos nocionais da palavra, é puramente denotativo, enquanto o contextual não é senão a atualização desse sentido de base. Ambos os sentidos não se sobrepõem, pois há sempre um único sentido em uma situação dada: o sentido contextual.

Cabe chamar atenção para o que Guiraud (1980) denomina associações extranocionais, responsáveis por dar um certo colorido ao novo conceito sem alterá-lo. Essas associações, que atribuem valores ao novo conceito, são associações extrasemânticas e, por isso, objeto de estudo da estilística.

Para o autor, existem dois tipos de valores: os valores expressivos e os valores sociais ou sociocontextuais. Os valores expressivos, associados às metáforas, refletem não só a criatividade, mas também a expressão de algum tipo de sentimento. É muito comum o valor expressivo de uma metáfora debilitar-se ao entrar na área da norma da língua, adquirindo um sentido convencional.

Os valores socioculturais também são associações extra-semânticas de origem natural e se caracterizam por evocar a imagem das pessoas que comumente as empregam e das situações nas quais são aplicadas. Na linguagem gíria, por exemplo, muitas metáforas são utilizadas para que se obtenha uma espécie de código linguístico.

A metonímia, por sua vez, estabelece uma aproximação entre palavras que apresentam uma relação de contiguidade. Muitos são os exemplos retirados da poesia drummondiana, em que o autor prefere a parte ao todo. Pernas, olhos, bocas e mãos substituem, devido à sua importância no contexto, as pessoas donas dessas partes do corpo. No poema “A mão” (2002, p. 481), Drummond utiliza a unidade lexical *mão* para se referir a Cândido Portinari. Por meio dessa metonímia, o poeta menciona aspectos da vida do pintor: “A mão cresce e pinta”, “A mão está sempre compondo”, “A mão sabe a cor da cor”, “a mão decide”, “(a mão) bruscamente se cala”. A presença de Portinari é sugerida por traços semânticos de contiguidade, utilizados ao longo do poema. Dessa forma, *mão* pode ser considerado um neologismo semântico, responsável pelo caráter metonímico do texto: a mão infinita, a mão-de-olhos-azuis de Cândido Portinari.

Pode-se dizer que os procedimentos de criação da metáfora e da metonímia são os mesmos na língua comum e na língua literária. Se a diferença não está no processo de criação, está, sem dúvida, no uso dessas criações, no sentido e na expressividade que elas despertam no contexto em que são utilizadas.

É no plano da realização linguística, portanto, que se pode fazer uma distinção entre metáforas e metonímias cotidianas ou convencionais e metáforas e metonímias criativas ou literárias. Cumpre lembrar que, segundo Lakoff & Turner (1989), metáforas e metonímias literárias são extensões de metáforas e metonímias convencionais.

Em seus estudos, Bally (1965) afirma que cabe à Estilística estudar as relações recíprocas entre a linguagem afetiva e a linguagem intelectual, examinando em que proporção elas se aliam, ou seja, trabalhando com a relação expressividade-sentido. Para Ullmann (1973), a relação entre expressividade e sentido é o resultado da concordância

entre a representação imaginativa e o sentido emotivo do pensamento. Para o autor, a linguagem intelectual só consegue traduzir a emoção através de um jogo de associações implícitas entre a impressão sensorial produzida pelo significante e a representação imaginativa efetuada pelo significado. A expressividade será tanto maior quanto maior for a harmonia entre, por um lado, a impressão sensorial e/ou representação imaginativa e, por outro, o sentido emotivo do pensamento.

Se na vida cotidiana essa característica do uso das metáforas pode ser limitadora para uma compreensão mais integral do mundo, na literatura ela pode ser muito proveitosa, justamente por esse mesmo motivo.

A metáfora é largamente utilizada em textos literários, na atribuição de juízos de valor, desempenhando papel fundamental na expressão dos sentimentos. As metáforas podem ser facilmente encontradas na poesia, uma vez que têm, segundo Martins (1997, p. 102), “o poder de apresentar as idéias concreta e sinteticamente, podendo não só intensificar como dissimular os fatos”.

Neste capítulo, como exemplificação da metáfora literária e criação do neologismo semântico, pretende-se analisar quais os vários significados que a palavra *rosa* assume em diferentes textos poéticos. A escolha por essa metáfora específica se deu justamente para se verificar os diferentes significados que uma palavra pode ter em diferentes textos poéticos.

OS MUITOS SIGNIFICADOS DA UNIDADE LEXICAL ROSA

A rosa, uma das flores mais populares do mundo, é um símbolo universal poético e místico. Estampada em escudos e capacetes dos heróis gregos e troianos Aquiles, Heitor e Eneias, e nos escudos dos cavaleiros medievais, a rosa era na Antiguidade associada ao amor e à sensualidade. Relacionada às deusas Afrodite e Ísis na mitologia grega e egípcia, a rosa, na tradição cristã, representa Maria, a Rosa Mística, ou ainda Maria Madalena, e está presente nas rosáceas dos vitrais e pisos de muitas igrejas e catedrais.

Considerada uma das flores mais perfeitas, a rosa tem um delicado perfume e pétalas suaves ao toque. Abre suas pétalas desabrochando até morrer, por isso pode simbolizar tanto a vida quanto a morte. Simboliza também o segredo guardado, uma vez que se fecha sobre o seu coração. Para se chegar à rosa há que se vencer os seus espinhos que podem ferir.

A rosa é símbolo da perfeição, da pureza, da beleza, da sensualidade, do renascimento e também do feminino. Conforme sua cor pode ter um diferente significado, representando a lua (branca), o sol (amarela) ou o fogo (vermelha). Símbolo do amor, a rosa pode estar relacionada tanto à fertilidade, quanto à pureza.

A rosa, cultivada em diferentes épocas e lugares, tem propriedades medicinais, é usada na culinária e na confecção de perfumes.

Com diferentes acepções atestadas pelos dicionários, *rosa*, do latim *rosa*, é a flor da roseira, da família das rosáceas, “nativas de regiões temperadas do hemisfério norte e de áreas tropicais montanhosas, são mundialmente cultivadas, com milhares de híbridos e variedades, como ornamentais e para o comércio de flores, para extração de óleos essenciais” (Houaiss). Metaforicamente, a rosa é a mulher bela e formosa, a mancha em cada uma das faces ou no corpo, provocada por picada de inseto, ou ainda o ânus (Houaiss).

A *rosa* é reforçada como um símbolo positivo em expressões como *nem tudo são rosas* (expressão que sugere a dificuldade) e *ver a vida rosa* (“*la vie en rose*”).

Na literatura, a metáfora *rosa* aparece em diversas obras, com significados bem diferentes. Antes de procedermos às análises na poesia brasileira moderna e contemporânea, apresentam-se como exemplo os significados à palavra *rosa* estabelecidos por Camões e Fernando Pessoa.

Em Camões (1982, p. 200), a *rosa* aparece como metáfora para o rosto/face da mulher amada; a mulher perfeita, bela e nobre, seguindo o ideal petrarquista. A mulher ausente é descrita metaforicamente por seus atributos físicos (cabelos = fios de ouro, dentes = perlas, lábios= corais). As rosas são seu rosto ou face.

Ondados fios de ouro reluzente,
Que, agora da mão bela recolhidos,
Agora sobre as rosas estendidos,
Fazeis que a sua beleza se acrescente;

Olhos, que vos moveis tão docemente,
Em mil divinos raios encendidos,
Se de cá me levais alma e sentidos,
Que fora, se de vós não fora ausente?

Honesto riso, que entre a mor fineza
De perlas e corais nasce e parece,
Se na alma em doces ecos não o ouvisse!...

Se, imaginando só tanta beleza,
De si em nova glória a alma se esquece,
Que será quando a vir?... Ah! Quem a visse...

Em *Mensagem* (1983, p. 19), Fernando Pessoa se refere à metáfora da rosa em “O Encoberto”, poema dedicado ao rei D. Sebastião.

Que símbolo fecundo
Vem na aurora ansiosa?
Na Cruz Morta do Mundo
A Vida, que é a Rosa.

Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa que é o Cristo.

Que símbolo final
Mostra o sol já desperto?
Na Cruz morta e fatal
A Rosa do Encoberto.

A rosa é o símbolo do renascimento místico e em uma gradação, o poeta diz que a rosa é vida, a rosa é Cristo e a rosa é o Encoberto, logo Fernando Pessoa compara D. Sebastião (o Encoberto) com Cristo, em sua missão de vida e morte, pela metáfora da rosa.

Para análise da metáfora *rosa* na poesia brasileira, selecionamos textos de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Mário Quintana, Vinícius de Moraes e Cecília Meireles.

De Manuel Bandeira, foram selecionados dois poemas cujo tema central é a rosa: “A rosa” (1986, p.52) e “Eu vi uma rosa” (1986, p.163).

No poema “A rosa” (*Carnaval*), Bandeira relembra a tristeza de Pierrot, ao ser desprezado por sua Colombina.

A vista incerta,
Os ombros languens,
Pierrot aperta
As mãos exangues
De encontro ao peito.

Alguma cousa
O punge ali
Que ele não ousa
Lançar de si,
O pobre doido!

Uma sombria
Rosa escarlata
Em agonia
Faz que lhe bata
O coração...

Sangrenta rosa
Que evoca a louca,
A voluptosa,
Volúvel boca
De sua amada...

Ah, com que mágoa,
Com que desgosto
Dois fios de água
Lavam-lhe o rosto
De faces lívidas!

Da veste branca
A larga túnica
Por fim arranca
A rosa púnica
Em um soluço.

E parecia,
Jogando ao chão
A flor sombria,
Que o coração
Ele arrancara!...

Vagando e remoendo sua tristeza. Pierrot avista uma rosa escarlata, sombria, sangrenta, em agonia, que para ele representa a boca, louca, voluptuosa e volúvel de sua amada. Bandeira dá à rosa vermelha um significado de sensualidade, aproximando-a da paixão e da loucura. Ao arrancar a rosa púnica em soluço, Pierrot parece arrancar o próprio coração. A rosa vermelha representa, então, não só a volúpia do amor ardente como também o coração desesperado de quem não tem seu amor correspondido.

No poema “Eu vi uma rosa” (*Lira dos cinquent’anos*), Manuel Bandeira destaca a rosa como uma metáfora da poesia que percorre o mundo real e o mundo espiritual, indo do terreno ao sublime.

Eu vi um rosa
- Uma rosa branca -
Sozinha no galho.
No galho? Sozinha
No jardim, na rua.

Sozinha no mundo.

Em torno, no entanto,
Ao sol de meio-dia,
Toda a natureza
Em formas e cores
E sons esplendia.

Tudo isso era excesso.

A graça essencial,
Mistério inefável
- Sobrenatural -
Da vida e do mundo,
Estava ali na rosa
Sozinha no galho.

Sozinha no tempo.

Tão pura e modesta,
Tão perto do chão,
Tão longe na glória,
Da mística altura,
Dir-se-ia que ouvisse
Do arcanjo invisível
As palavras santas
De outra Anunciação.

Escrito em 1945, ano do fim da II Guerra Mundial, o poema destaca a rosa branca, símbolo da paz e da pureza e, na concepção do poeta, a mais pura representação da poesia. A rosa branca ascende pouco a pouco: do galho para o jardim, do jardim para a rua, da rua para o mundo, do mundo para o tempo. Todo o entorno é considerado excesso pelo poeta. Apenas a rosa mantém sua graça essencial, sobrenatural. Essa rosa que não é rosa, ao mesmo tempo mística, ao mesmo tempo simples e delicada, pura e modesta é a própria poesia de Bandeira. O poeta vai desconstruindo a imagem concreta da rosa à medida que vai afastando-a do galho e lançando-a no mundo e no tempo. É essa abstração que aproxima a rosa da poesia e vai transformando-a em algo abstrato, sem a perda da simplicidade, da beleza e do sublime.

Escrito entre 1943 e 1945, o livro *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade (2002, p.113-228) tem no título a metáfora *rosa* também como símbolo da poesia. A rosa drummondiana simboliza o desabrochar de uma nova realidade, de um mundo novo em que o povo pode mostrar que tem voz e que pode ter também acesso à poesia. Dentre os cinquenta e cinco poemas que integram a coletânea, destaca-se o

“Anúncio da rosa” (2002, p. 149), poema metalinguístico em que a metáfora novamente representa a poesia e o fazer poético.

Imenso trabalho nos custa a flor.
Por menos de oito contos vendê-la? Nunca.
Primavera não há mais doce, rosa tão meiga
onde abrirá? Não, cavalheiros, sede permeáveis.

Uma só pétala resume auroras e pontilhismos,
sugere estâncias, diz que te amam, beijai a rosa,
ela é sete flores, qual mais fragrante, todas exóticas,
todas histórias, todas catárticas, todas patéticas.

Vêde o caule,
traço indeciso.

Autor da rosa, não me revelo, sou eu, quem sou?
Deus me ajudara, mas ele é neutro, e mesmo duvido
que em outro mundo alguém se curve, filtre a paisagem,
pense uma rosa na pura ausência, no amplo vazio.

Vinde, vinde,
olhai o cálice.

Por preço tão vil mas peça, como direi, aurilavrada,
não, é cruel existir em tempo assim filaucioso,
Injusto padecer exílio, pequenas cólicas cotidianas,
oferecer-vos alta mercância estelar e sofrer vossa irrisão.

Rosa na roda,
rosa na máquina,
apenas rósea.

Selarei, venda murcha, meu comércio incompreendido,
pois jamais virão pedir-me, eu sei, o que de melhor se compôs na
noite,
e não há oito contos. Já não vejo amadores de rosa.
Ó fim do parnasiano, começo da era difícil, a burguesia apodrece.

Aproveitem. A última
rosa desfolha-se.

O poema reflete uma postura engajada do poeta que valoriza o trabalho e combate, com a poesia, o capitalismo. A rosa figurativizada representa o fazer poético, mas termina por desfolhar-se, manifestando a dificuldade de a poesia ter um lugar reconhecido como trabalho social. Como fruto desse trabalho, a rosa tem um valor econômico, é comercializada, anunciada, mas mesmo tendo um alto valor, segundo o poeta, acaba por ser rebaixada pelos cavalheiros que oferecem por ela um preço vil. Ao se desfolhar perderá de vez todo o seu valor, mas mesmo assim o desfalecimento da rosa é preferível à sua incompreensão pela burguesia que apodrece.

Em outras obras poéticas, a *rosa* para Drummond passa a ter diferentes significados. Como já foi mencionado em capítulo anterior, em *Amor natural* (2002, p. 1363-1390), a rosa é escolhida várias vezes como metáfora para a vulva feminina:

*pulcra rosa preta*²⁰, *nívea rosa preta*²¹, *rosa crispada*²², *pétalas vermelhas da rosa pluriaberta*²³.

No soneto “Essa infanta” (1997, p.502), Jorge de Lima aborda um de seus temas preferidos: a morte. A infanta-defunta é a musa amada, ungida pela noturna pavana de Ravel²⁴.

A metáfora da rosa aparece no primeiro verso do segundo quarteto e refere-se ao distante frescor juvenil da moça-menina que morreu.

Essa infanta boreal era a defunta
em noturna pavana sempre ungida,
colorida de galos silenciosos,
extrema-ungida de óleos renovados.

Hoje é rosa distante renunciada,
cujos cabelos de Altair são dela;
dela é a visão dos homens subterrâneos,
consolo como chuva desejada.

Tendo-a a insônia dos tempos despertado,
ontem houve enforcados, hoje guerras,
amanhã surgirão campos mais mortos.

Ó antípodas, ó pólos, somos trégua,
reconciliemo-nos na noite dessa
eterna infanta para sempre amada.

A rosa associada à beleza infantil é retomada metaforicamente por Mário Quintana, em “Motivo da rosa” (2007, p. 105):

A rosa, bela Infanta das sete saias
e cuja estirpe não lhe rouba, entanto,
o ar de menina, o recatado encanto
da mais humilde de suas aias,
a rosa, essa presença feminina,
que é toda feita de perfume e alma,
que tanto excita como tanto acalma,
a rosa... é como estar junto da gente
um corpo cuja posse se demora
- brutal que o tenhas nesta mesma hora,
em sua virgindade inexperiente...
Rosa, á fiel promessa de ventura
em flor..., rosa paciente, ardente, pura!

A rosa representa não só o recato da menina e sua presença perfumada como também a volúpia e o desejo ardente de uma virgem pura.

Em “Soneto da rosa” (1987, p.230) e “Soneto da rosa tardia” (1987, p.358), Vinícius de Moraes se utiliza da metáfora *rosa* também em referência à mulher, ao amor

²⁰ “A moça mostrava a coxa” (ANDRADE, 2002, p.1369)

²¹ “A moça mostrava a coxa” (ANDRADE, 2002, p.1369)

²² “Era manhã de setembro” (ANDRADE, 2002, p.1367)

²³ “A língua lambe” (ANDRADE, 2002, p.1375)

²⁴ *Pavane pour une infante défunte* é uma composição de Ravel, inspirada pela lenda da morte da Princesa Polignac.

carnal, à paixão. O perfume/fragrância da mulher-rosa adquire nos poemas uma conotação sexual e a rosa em haste, comovida, molhada, está pronta para ser amada.

SONETO DA ROSA

Mais um ano na estrada percorrida
Vem, como o astro matinal, que a adora
Molhar de puras lágrimas de aurora
A morna rosa escura e apetecida.

E da fragrante tepidez sonora
No recesso, como ávida ferida
Guardar o plasma múltiplo da vida
Que a faz materna e plácida, e agora

Rosa geral de sonho e plenitude
Transforma em novas rosas de beleza
Em novas rosas de carnal virtude

Para que o sonho viva da certeza
Para que o tempo da paixão não mude
Para que se una o verbo à natureza.

SONETO DA ROSA TARDIA

Como uma jovem rosa, a minha amada...
Morena, linda, esgalga, penumbrosa
Parece a flor colhida, ainda orvalhada
Justo no instante de tornar-se rosa.

Ah, porque não a deixas intocada
Poeta, tu que és pai, na misteriosa
Fragrância do seu ser, feito de cada
Coisa tão frágil que perfaz a rosa...

Mas (diz-me a Voz) por que deixá-la em haste
Agora que ela é rosa comovida
De ser na tua vida o que buscaste

Tão dolorosamente pela vida ?
Ela é rosa, poeta... assim se chama...
Sente bem seu perfume... Ela te ama...

É, entretanto, em “A rosa de Hiroxima” (1987, p. 265) que Vinícius, de forma absolutamente poética, descreve um dos maiores horrores da história da humanidade: o lançamento da bomba atômica pelos americanos sobre a cidade japonesa de Hiroxima, em 1945, marcando o fim da Segunda Guerra Mundial.

Pensem nas crianças
Mudas telepáticas
Pensem nas meninas
Cegas inexatas
Pensem nas mulheres
Rotas alteradas
Pensem nas feridas
Como rosas cálidas

Mas, oh, não se esqueçam
Da rosa da rosa
Da rosa de Hiroxima
A rosa hereditária
A rosa radioativa
Estúpida e inválida
A rosa com cirrose
A anti-rosa atômica
Sem cor sem perfume
Sem rosa, sem nada

O formato que a bomba atômica ganhou ao explodir é associado ao cogumelo e, por semelhança, à rosa. Quando metaforizada, a rosa geralmente é associada à beleza, à delicadeza, ao amor. No poema, a rosa-bomba transforma-se em *anti-rosa* e ganha qualificações negativas: *hereditária, radioativa, estúpida, inválida, com cirrose, sem cor, sem perfume, sem rosa, sem nada*.

A *rosa de Hiroxima* cala as crianças e cega as meninas. Altera a rota das mulheres, não só porque modifica seu percurso de vida, como também porque provoca mutações genéticas.

Toda a sensualidade da rosa, seu perfume, sua beleza dão lugar, nesse poema, a um cenário de catástrofe, destruição e dor.

Arnaldo Antunes também dedica um poema à rosa (1991, p. 34):

A rosa se rosa
A rosa rosa
Arroz

Com ares concretistas e semelhanças com o haicai, o poema de Antunes pode ser analisado como um intertexto em diálogo direto com “A rosa de Hiroxima”, de Vinícius.

Antunes cria o verbo *rosar* e diz que a rosa se rosa. Sonoramente *se rosa* pode remeter à *cirrose*, ficando os versos de Antunes (*A rosa se rosa*) e o de Vinícius (*A rosa com cirrose*) bem próximos. O verbo *rosar-se* pode estar associado à explosão da rosa (cogumelo atômico). A repetição de *rosa* no segundo verso pode dar margem a diferentes interpretações. A segunda *rosa* pode estar adjetivando a primeira ou intensificando-a, ou ainda dando a ela características da rosa, que podem ser todas as características negativas da bomba. O poema termina com a palavra *arroz*, fonicamente semelhante a *rosa* e o principal alimento dos japoneses.

Em seu livro *Mar absoluto*, Cecília Meireles (1967, p. 253-358) dedica cinco poemas à rosa: “1º, 2º, 3º, 4º e 5º Motivo da rosa”. Em todos os poemas, a rosa é metaforizada, revelando não só a rica expressão imaginativa da poeta, como também a visão clara da transitoriedade, fragilidade e efemeridade da vida. A frágil rosa tem uma beleza efêmera, mas pode ser transmutada em tempo, aroma e verso. O desfolhar da rosa deixa lembranças, assim como a vida. Se ela acaba, o perfume fica. Por isso, para a poeta, o paradoxo transitoriedade/ eternidade pode ser entendido, e a vida pode ser vivida.

1º MOTIVO DA ROSA

Vejo-te em seda e nácar,
e tão de orvalho trêmula,
que penso ver, efêmera,

toda a Beleza em lágrimas
por ser bela e ser frágil.

Meus olhos te ofereço:
espelho para face
que terás, no meu verso,
quando, depois que passes,
jamais ninguém te esqueça.

Então, de seda e nácar,
toda de orvalho trêmula, serás eterna.
E efêmero o rosto meu, nas lágrimas
do teu orvalho... E frágil.

2º MOTIVO DA ROSA

(a Mário de Andrade)

Por mais que te celebre, não me escutas,
embora em forma e nácar te assemelhes
à concha soante, à musical orelha
que grava o mar nas íntimas volutas.

Deponho-te em cristal, defronte a espelhos,
sem eco de cisternas ou de grutas...
Ausências e cegueiras absolutas
ofereces às vespas e às abelhas.

E a quem te adora, ò surda e silenciosa,
e cega e bela e interminável rosa,
que em tempo e aroma e verso te transmutas!

Sem terra nem estrelas brilhas, presa
a meu sonho, insensível à beleza
que és e não sabes, porque não me escutas...

3º MOTIVO DA ROSA

Se Omar chegasse
esta manhã,
como veria a tua face

Omar Khayyam,
tu, que és de vinho
e de romã,
e, por orvalho e por espinho,
aço de espada e Aldebarã?

Se Omar te visse
esta manhã,
talvez sorvesse com meiguice
teu cheiro de mel e maçã.
Talvez em suas mãos morenas
te tomasse, e dissesse apenas:
"É curta a vida, minha irmã".

Mas por onde anda a sombra antiga
do âmagô astrônomo do Irã?

Por isso, deixo esta cantiga
- tempo de mim, asa de abelha -
na tua carne eterna e vã,
rosa vermelha!

Para que vivas, porque és linda,
e contigo respire ainda
Omar Khayyam.

4º MOTIVO DA ROSA

Não te aflijas com a pétala que voa:
também é ser, deixar de ser assim.
Rosas verá, só de cinzas franzida,
mortas, intactas pelo teu jardim.
Eu deixo aroma até nos meus espinhos
ao longe, o vento vai falando de mim.
E por perder-me é que vão me lembrando,
por desfolhar-me é que não tenho fim.

5º MOTIVO DA ROSA

Antes do teu olhar, não era,
nem será depois, - primavera.
Pois vivemos do que perdura,

não do que fomos. Desse acaso
do que fôï visto e amado:- o prazo
do Criador na criatura...

Não sou eu, mas sim o perfume
que em ti me conserva e resume
o resto, que as horas consomem.

Mas não chores, que no meu dia,
há mais sonho e sabedoria
que nos vagos séculos do homem.

No “1º Motivo”, a frágil rosa trêmula e orvalhada, comparada ao brilho da seda e do nácar, ao mesmo tempo é efêmera e eterna, representando a passagem do tempo e a fragilidade da vida. O “2º Motivo”, dedicado a Mário de Andrade, apresenta uma rosa surda, silenciosa, cega e bela, uma rosa interminável transformada pelo tempo em aroma e verso. A rosa de vinho e de romã aparece no “3º Motivo”, avisando que a vida é curta. No “4º Motivo”, a pétala da rosa vai espalhando seu perfume e por isso mesmo com o desfolhar não há um fim. A rosa morre, mas seu perfume fica, o que é reafirmado no “5º Motivo”.

Os exemplos mencionados mostram que, por meio da exploração do significado metafórico, palavras adquirem significados diferentes. Se as metáforas, por um lado, são recursos linguísticos conscientemente utilizados “para dar mais cor e força” à fala e à escrita (SARDINHA, 2007, p.13), por outro são recursos linguísticos econômicos já que apresentam inúmeros significados. Por meio das metáforas que não são aprendidas, mas adquiridas, é possível mostrar novas visões de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo o que foi apresentado, chega-se finalmente a algumas considerações que são tidas como relevantes para o estudo do léxico no discurso literário.

O fazer artístico hoje depende das escolhas feitas por um escritor e de seus modelos. Os autores, geralmente, fazem modelos passados reviver, mas de modo ressemantizado e reciclado. É o que se pode ver com os jogos lexicais de Paulo Leminski e José Paulo Paes, com as desconstruções e reconstruções dos irmãos Campos e de Arnaldo Antunes, com os neologismos discursivos de Drummond e Manoel de Barros que apontam para questões humanas e sociais.

As escolhas lexicais revelam posicionamentos críticos em relação à sociedade e a questões existencialistas. Por trás do poema e das palavras estão escritores preocupados com o contexto em que se inserem; poetas que querem mostrar ao público sua ideologia e sua visão de mundo.

Se, como diz Sardinha (2007, p.11), a metáfora “é para a gente como a água é para os peixes” uma vez que está em toda parte do nosso habitat natural, no discurso literário poético, gênero que admite toda e qualquer forma de criatividade, ela é um importante recurso estilístico utilizado pelos poetas.

A mutação semântica operada por meio da metáfora gera unidades neológicas, uma vez que novos significados são atribuídos a unidades lexicais existentes e atestadas. A metáfora surge como expressão do pensamento e é responsável por mostrar a visão crítico-ideológica do poeta. Ao se analisar o sentido metafórico no contexto, é possível perceber que os significados advêm do uso e não são nem fixos, nem estáveis e nem previsíveis.

Enfim, chega-se à conclusão de que o trabalho com o léxico no discurso literário poético é um campo enorme a se explorar, uma vez que as palavras, reservadas, proibidas, simples, sagradas, especiais, estrangeiras, grotescas, eróticas, inventadas ou re-inventadas, devem ser pronunciadas porque é com elas e por elas que o mundo é lido em forma de poesia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I.M. *Neologismo - Criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ANDRADE, C.D. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ANTUNES, A. *Psia*. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris: Francke Berne, 1965.
- BANDEIRA, M. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.
- BARBOSA, M.A. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global, 1981.
- BRÉAL, M. *Essai de sémantique. Science des significations*. Paris: Gérard Monfort, Brinton, Laurel & Elizabeth Closs Traugott, 1924.
- CAMÕES, L. *Lírica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.
- CORREIA, M. Terminologia e morfologia: marcas morfológicas da gênese do vocabulário da Náutica em português In: *La terminología en el siglo XXI – Actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología*. Barcelona: IULA, 2004.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris, Larousse, 1975.
- GUIRAUD, P. *Semântica*. São Paulo: Difel, 1980.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

- LAKOFF, G. e TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- LAKOFF, G., JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- MARTINS, N.S. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997.
- MEIRELES, C. *Obra poética*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1967.
- MORAES, V. de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.
- PESSOA, F. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- QUINTANA, M. *Nova antologia poética*. São Paulo: Globo, 2007.
- RICOEUR, P. *La métaphore vive*. Paris: Seuil, 1975.
- SARDINHA, T.B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.
- SILVA, A.S. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- TURAZZA, J.S. *Léxico e criatividade*. São Paulo: Plêiade, 1996.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.

CRIAÇÕES ESTILÍSTICAS DE CORPO E ESPAÇO: LEITURAS NEOBARROCAS DE *ET EU TU*, DE ARNALDO ANTUNES

Sandra Mina TAKAKURA
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
sandramita@hotmail.com

RESUMO: A obra *Et Eu Tu* (2003) é composta por poemas escritos em versos livres e poemas em prosa de autoria de Arnaldo Antunes e fotografias assinadas por Márcia Xavier. A relação intermediática recorrente na obra é a *combinação* de diferentes mídias. Produzida no contexto das mídias artísticas e literárias convergentes, a obra é considerada neobarroquista, resultante dos processos de saturação das mídias, no campo das artes. A artista plástica Márcia Xavier vale-se do meio fotográfico para expressar sentimentos, emoções e ações, por meio de imagens de espaços, corpos e objetos. Já Arnaldo Antunes explora a poesia, predominantemente estruturada em versos livres, assumindo um lirismo, pautado na escolha por unidades lexicais com sentido concreto que sugestionam sensações, ações e estados de alma. A obra em questão sugestiona uma viagem realizada pelo enunciador em busca de um ser feminino, realizada percorrendo-se espaços aéreos e, ironicamente, pelo próprio corpo feminino e suas sinuosidades. O poeta em seu processo de construção do poema vale-se de sua criatividade metafórica, assim como de recursos formais de criação de palavras com sentidos renovados. Este artigo visa apresentar os resultados de um estudo acerca da viagem e do corpo, mapeando seu estilo neobarroquista de excessos linguísticos e erotismo explícito, traçados por Severo Sarduy (1974) na literatura, assim como os fenômenos intermediáticos, explanados por Haroldo de Campos (1977), Arlindo Machado (2008), Claus Clüver (2006; 2007), na arte e na mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Neobarroco; Arnaldo Antunes; Stéphane Mallarmé; Corpo; Viagem.

INTRODUÇÃO

O neobarroco, enquanto estética da transgressão, representa o rompimento de padrões estéticos e modelos cristalizados das formas poéticas, figuras e imagens, que se observam nas poéticas nacionais desde Gregório de Matos Guerra, sendo identificado posteriormente na contemporaneidade, nas experimentações de poetas concretos como Haroldo de Campos.

O movimento concreto traduz-se por processos canibalísticos de apropriações de linguagens poéticas de variados movimentos no cenário internacional e nacional, dentre os quais se destacam as experimentações em sintaxe visual e ritmo visual e sonoro estruturante, na obra *Un Coup de Dés* (1897), de autoria de Stéphane Mallarmé (CAMPOS, 2011). Alessandra Ferreira Ignez (2012, p. 60) atesta a combinação entre as construções concretistas e neobarroquistas na obra *Galáxias*, de Haroldo de Campos (1977), norteadas pelo tratamento da sugestão mallarmeana da materialidade da palavra e dos enigmas a serem decifrados.

O poeta, ao se referir aos versos, prefere falar em objetos e imagens que suscitam a experiência sensorial como a musicalidade. Para produzir esse efeito expressivo, aponta o ocultamento do referente e a construção do poema, de modo a sugerir e sugestionar, engajando, dessa forma, o leitor em seu processo de busca pela chave do enigma. O poeta continua a se debruçar no mistério do objeto que se revela pouco a pouco na poesia: “É o uso perfeito desse mistério que constitui o simbolismo: evocar pouco a pouco um objeto para mostrar um estado de alma, ou inversamente escolher um objeto e liberar um estado de alma em uma série de decifrações” (MALLARMÉ, 1891, p. 2). O poeta francês, em seu processo composicional, realiza escolhas por palavras e as combina com o propósito expressivo, levando a suscitar certas emoções. Tais palavras suscitam objetos concretos, sejam pelos seus sentidos ou devido a sua materialidade, passando a ser vistas como enigmas, levando o leitor a se engajar em certos processos expressivos e interpretativos. Em ambos os casos, a expressão se sustenta nas imagens que delas surgem ou nas materialidades sonoras e visuais que conferem a musicalidade e o ritmo à obra.

A rapidez e a velocidade propostas pela sugestão na poesia concreta podem ser explicadas pela predileção por substantivos concretos, concisão sintática e economia de adjetivos, resultando, portanto, em efeitos expressivos mais diretos, ao passo que no neobarroquismo nota-se o excesso de adornos, que resultam em criações consideradas opacas, que demandam decifrações por parte do leitor, assevera Ignez (2012).

Na contemporaneidade, Arnaldo Antunes desenvolve o seu próprio estilo neoconcreto, aliando-o à estética neobarroca literária de excessos da linguagem opaca e do erotismo explícito, descritos por Sarduy (1988 [1974]). O poeta pauta sua expressividade em dois processos que se distinguem como *criação*, explicada por meio dos processos formais, como a derivação, a composição e o cruzamento lexical; e a *criatividade*, observada na combinação de unidades lexicais conhecidas que resultaram em efeitos (TAKAKURA, 2019). No contexto de uma determinada obra, o estilo se relaciona com o “conteúdo temático” e a “construção composicional”, forjando o próprio gênero discursivo (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p.12). O estilo é composto pela “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” realizada pelo próprio poeta (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p.11-12). Por meio do estudo do estilo, “é possível mergulhar mais profundamente nos muitos recursos linguísticos, compreendendo de que forma os diversos usos são construídos e como são responsáveis pelos sentidos do texto” (CARDOSO, 2018, p. 27).

O neobarroco ainda indica a convergência de linguagens na arte, em estudos realizados por Arlindo Machado (2008), a partir de Severo Sarduy (1974). Arnaldo Antunes realiza inúmeras experimentações e projetos colaborativos com diferentes artistas, na obra *Et Eu Tu* (ANTUNES; XAVIER, 2003), lança mão do verbo para estabelecer um diálogo com as fotografias de Márcia Xavier.

Arnaldo Antunes vale-se de imagens contemporâneas de viagens aéreas e aterrissa em um corpo feminino, em um cotidiano sugestionado por meio palavras com sentidos concretos sugestionando uma jornada. Este artigo visa aprofundar a leitura das metáforas de viagem e de corpo feminino na obra de Arnaldo Antunes e Márcia Xavier (2003), *Et Eu Tu*, mapeando os estilos neobarroquista, centrando-se nas sugestões decorrentes dos recursos expressivos adotados pelo poeta.

NEOBARROQUISMO LITERATURA E NA ARTE E MÍDIA

Haroldo de Campos (1977, p. 15-16) em “Ruptura dos Gêneros na Literatura Latino-Americana” aponta a quebra do padrão normativo dos gêneros no campo

literário, que gradativamente se confunde com o hibridismo das mídias observado na imprensa escrita. Nesse contexto, há ocorrências de usos de linguagens multimodais, que congregam a fala e a escrita, além da interação, abordagens de temas diversos, que se valem da organização espacial, recursos tipográficos e figuras. Esta riqueza de linguagens, por sua vez, passa a exigir dos leitores uma nova habilidade em “ler” variadas linguagens simultaneamente:

O “hibridismo dos gêneros”, no contexto da Revolução industrial que se inicia na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, mas que atinge o seu auge, com o nascimento da grande indústria, na segunda metade do século XIX, passa a se confundir também com o hibridismo de media, e a se alimentar dele. A emergência da grande imprensa desempenha um papel fundamental nos rumos da literatura. A linguagem descontínua e alternativa, característica da conversação, vai encontrar na simultaneidade e no fragmentarismo do jornal, seu desaguadouro natural. (CAMPOS, 1977, p. 15-16)

Esses aspectos, segundo Haroldo de Campos (1977, p. 16), são observados em Mallarmé, que encontra inspiração “nas técnicas de espacialização visual e titulação da imprensa cotidiana, assim como nas partituras musicais, para a arquitetura de seu poema constelar *Un Coup des Dés* (1897)”.

Os poetas concretos Noigrandes valem-se das inovações mallarmeanas para constituir a sua quase obstinação dogmática por um modelo estético. Por outro lado, verifica-se que o próprio movimento teve os seus desdobramentos observados na obra experimental *Galáxias*, de autoria do poeta Haroldo de Campos (1984), que se desenvolve em estilo neobarroco no campo da literatura. Acerca da obra, Haroldo de Campos comenta à *Folha de S. Paulo*, em entrevista concedida a Carlos Rennó, publicada na *Folha Ilustrada*, em 23 de outubro de 1984:

A poesia concreta respondeu a uma das vertentes de minha personalidade, as “Galáxias” respondem a outra. Que elas tenham podido coexistir, é algo que me demonstrou a inexistência de uma oposição antagônica entre barroquismo e concretivismo. Como o demonstraram, no nível plástico, Ouro Preto e a arquitetura de Brasília. Não se teria sido possível, por outro lado, sem a experiência de rigor e controle do acaso da poesia concreta, disciplinar o turbilhão barroquizante que a escritura galáctica desencadeia. Pulsão e contenção são os dois pólos dialéticos que regem o “Livro das Galáxias”, que eu gostaria de definir meio sorrindo, como um manual de cosmonáutica textual (CAMPOS apud RENNÓ, 1984, p. 34).

Haroldo de Campos demonstra a possibilidade de coexistência entre o barroquismo e concretivismo no conjunto de sua obra, ressaltando-os em ambos os pólos em sua obra *Galáxias*. O barroquismo definido segundo Irlemar Chiampi (2010, [1998]) em *Barroco e Modernidade* trata-se de um estilo plural, que encontra variações de autor para autor, o que implica em estudos também plurais, ainda que se observe a possibilidade de identificação de certos aspectos comuns entre as distintas obras. Dito isso, evidencia-se o estilo neobarroco haroldiano que se distingue justamente pela sua bagagem concretista e experimentações nas distintas áreas das artes estabelecendo diálogos com as diferentes mídias.

O Neobarroco como um movimento da América Latina, segundo Chiampi (2010 [1998], p. 29), resulta de sua história, mestiçagem, e ruínas históricas. A obra neobarroca

“é identificada por sua autoconsciência poética, enquanto superfície que exhibe sua gramática, que se inscreve a sua pertença à literatura (a um gênero, a um tipo de discurso); é tautológica, por seus grammas sintagmáticos”. Chiampi (2010) parte das reflexões de Severo Sarduy (1974) acerca do Barroco para situá-lo enquanto estilo, nos períodos moderno e contemporâneo. Sarduy, sem dúvida, é o grande estudioso do Barroco e do Neobarroco na América Latina; seus textos são o ponto de partida de reflexões de estudos acerca do barroco literário e barroco artístico. Podemos destacar alguns pontos que guiarão as reflexões nesse estudo:

Arte da argúcia: sua sintaxe visual está organizada, em função de relações inéditas; distorções e hipérbole de um dos termos, brusca noite sobre o outro; desnudez, ornamento independente do corpo racional do edifício, adjetivo, adverbio que o retorce, voluta: todo artifício possível para argumentar, apresentar de forma autoritária, sem hesitações, sem tonalidades. Tudo para convencer (SARDUY, 1974, p. 17-18, tradução nossa).

A noção de barroco de Sarduy (1974) lança mão de termos da arquitetura como “ornamento independente do corpo racional do edifício” e “voluta” (ornamento espiralado) para descrever a construção de um texto, sustentando em combinações de palavras de forma inusitada que causam um aspecto de novidade, do exagero e distorções de sentido que tornam seus sentidos opacos, descritos como o cair da noite sobre o outro. No aspecto estrutural, o barroco apresenta outro aspecto primordial:

resíduo de significado, vestígio puramente maquinal, sem vínculo atribuível com seu referente, esvaziado; na poesia barroca, as palavras que designam os materiais canônicos da ourivesaria não funcionam como signos plenos, senão, em um sistema formalizado de oposições binárias – a antítese é a figura central do barroco - como “marcadores” atingidos por um signo positivo ou negativo, é dizer, como puras valências (SARDUY, 1974, p. 22, tradução nossa).

O teórico alerta à centralidade da antítese na construção estrutural da textura do barroco, o que implica em salientar apenas determinados aspectos e qualidades dos termos que entrariam em relações de oposição que, por sua vez, envolvem um processo de esvaziamento de significados. Tal processo pressupõe uma mudança de estado do signo pleno para o signo em seu uso particular, em determinado contexto, assumindo a qualidade de signo esvaziado, que conserva somente suas valências, frequentemente seu sentido superficial. Entrevistado por Roberto González Echevaria (1972), Sarduy (1974) explica o Barroco na modernidade como sendo um fenômeno intertextual pautado na recorrência do que ele denomina como grafismo (*grafting*) textual, que ocorre por citações, referências e principalmente por meio da paródia, na qual a imagem suscitada, explicita uma outra que a contradiz.

Esta mistura de linguagens também ocorre no campo das artes, percebida nos últimos anos como “tendência geral da arte e dos meios contemporâneos caracterizada pela recusa das formas unitárias ou sistemáticas e pela aceitação deliberada da pluridimensionalidade, da instabilidade e da mutabilidade como categorias produtivas no universo da cultura”, sendo convencionalmente referida por segundo barroco ou neobarroco (MACHADO, 2008 [2007], p. 75). Esta tendência, alerta Machado (2008 [2007]), demanda novas reflexões que expliquem seus processos de produção e apreensão. Pois, tal panorama no campo da mídia também demonstra profunda

necessidade de modificações epistemológicas, com a dissolução das “fronteiras formais e materiais entre os suportes e as linguagens”, outrora definidas pelos clássicos fotografia, cinema e música, assevera Machado (2008 [2007], p. 69). Em outras palavras, faz-se entender que o neobarroquismo caracteriza-se pela recorrência de fenômenos intermediáticos (CLUVER, 2006; 2007).

Dito isto, a linguagem barroca em si pode ser vista em paralelo ao erotismo, pois ambos anulam sua funcionalidade principal: enquanto a primeira desvia-se de sua função comunicativa da palavra devido a intensos ornamentos lingüísticos, a segunda desvia-se da função procriadora do sexo, perpetuando o desejo:

No erotismo, o artifício, o cultural manifesta-se pelo jogo com o objeto perdido, jogo em si próprio a sua finalidade, e cujo propósito não é o encaminhamento de uma mensagem – a dos elementos reprodutores, neste caso – mas o seu desperdício em função do prazer. Tal como a retórica barroca, o erotismo comporta uma ruptura total do nível denotativo, directo e natural da linguagem – somática -, não mais a perversão inerente `metáfora, à figura em geral. Não é por acaso que S. Tomás, em nome da *moral*, defendia que as figuras deveriam ser excluídas do discurso literário. (SARDUY, 1988 [1974], p. 95).

Ambos os processos buscam um objeto perdido e irrecuperável, no neobarroquismo a tentativa de comunicar encerra em si na própria busca pela comunicação de um estilo não racional ou não racionalizado que escape o pensamento linear e coerente ocidental. No erotismo, por sua vez, a busca pelo outro encerra em si, na própria busca por um outro inalcançável perpetuando um desejo não sublimável. Ambos lidam, portanto, com formas de substituições metafóricas que explicam as transgressões de suas funções.

A VIAGEM E O CORPO

Em *Et Eu Tu*, Arnaldo Antunes estabelece um diálogo entre a poesia e a fotografia. Na obra em questão, a artista plástica Márcia Xavier se vale do meio fotográfico para expressar sentimentos, emoções e ações, através de imagens de espaços, corpos e objetos. Já Arnaldo Antunes explora a poesia, assumindo um lirismo, observado na escolha de palavras concretas que sugestionam sensações, ações e estados de alma.

A viagem, na obra *Et Eu Tu* (2003), tem início em uma composição intermediática (Fig.1) que alia o poema composto em versos livres a uma imagem, em ângulo *plongé* ou câmera voltada para baixo, com foco sobre os pés femininos. O enquadramento, portanto, constrói o foco na profundidade na imagem:



Figura 1: Boia
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

O poema em versos livres estrutura-se formando uma imagem de um corpo delgado, alongado, afunilado ao centro, remetendo, portanto, à ideia de corpo feminino. O poema pode ser lido linearmente como: “um / ou dois / ou dez / pontos de apoio / boiam onde / pousam / pisam / pesam / pra suste / o resto de si / mais / acima”.

O estilo neobarroquista é percebido com a escolha de variadas palavras para se referir aos dedos dos pés que tocam o chão, em “um / ou dois / ou dez / pontos de apoio”. O corpo é referido como “o resto de si” que se apoia sobre os dedos os pés. A forma como os pés tocam o chão é mencionada por meio de uma sequência de verbos “pousam / pisam / pesam”, sendo resultantes de escolhas pautadas na semelhança sonora. A sequência dessas unidades lexicais cria uma gradação semântica, revelando um efeito de afundamento do corpo por conta de seu peso.

O corpo denotado em “pontos de apoio” e “o resto / de si” estabelece relações com a noção de um navio e suas propriedades como altura, peso e capacidade de boiar presentes. Os pés “boiam” e sustentam o corpo como um todo, projetando-o para cima. O ato de “boiar” remete ao meio líquido, remetendo, por sua vez, à navegação. O corpo funciona como um navio, marcando, dessa forma, o início da viagem em busca do outro.

A ideia do outro, por sua vez, é construída em torno do corpo da mulher, denotado na configuração do poema, que delineia uma silhueta feminina. A imagem do corpo evidencia um apagamento dos limites do corpo feminino por meio do desfocamento. A escrita em letras finas em cor clara do poema sobre um fundo escuro cria uma dificuldade no próprio ato de ler, tornando-a opaca. Dessa forma, o poeta constitui o seu estilo neobarroco, aliando o artístico, evidenciado no efeito visual, ao literário,

observado na da escrita.

A altitude é desenvolvida composição intermediária seguinte, um deslocamento



aqui
estó
o que
insta
estar
aqui
nesta
isto
mesmo
desde
o fim
até
o des
fino
que se
ex
tingue
no úl
fimo
istmo
entre
antes
e es
te ins
tante
esta
gnado
em si
gnos

poeticidade

noção de na

(Fig,2)
denotando

espacial.

Figura 2: Istmo
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

O poema a seguir alia a fotografia da asa de uma aeronave em voo, sob a perspectiva de um viajante situado no interior do avião, a um poema em versos livres. A disposição espacial do poema também espelha a ideia de altitude denotada na imagem de Xavier, estruturando, por meio de versos curtos, o ritmo do poema.

O poeta imprime, pelo formato, uma velocidade de leitura linear reduzida nos versos: “aqui / está / o que / insta / estar / aqui / neste / isto / mesmo / desde / o fim / até / o des / tino / que se / ex / tingue / no úl / timo / istmo / entre / antes / e es / te ins / tante / esta / gnado / em si / gnos”. As palavras escolhidas são desagregadas, resultando em elementos menores, com sons similares que produzem um efeito de eco. Ao mesmo tempo, os elementos desagregados são remotivados, sendo possível a atribuição de novos valores semânticos. Dessa forma, sons semelhantes contrastam com sentidos distintos, tornando a linguagem opaca.

No trecho “aqui / está / o que / insta / estar / aqui”, o autor constrói uma temporalidade marcada pela noção de espacialidade por meio do uso do advérbio de lugar “aqui”. A forma flexionada “insta”, do verbo “instar”, possui o sentido dicionarizado de “ser necessário; urgir” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.1091) e aponta a uma necessidade de realização da viagem.

A sequência “neste / isto / mesmo / desde / o fim / até / o des / tino / que se / ex / tingue / no úl / timo / istmo / entre / antes / e es / te” permite a apreensão de um trecho narrativo de uma viagem a um istmo. O sentido mais prototípico de “istmo” é uma “estreita faixa de terra que liga duas áreas maiores” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.1116). No trecho “ins / tante / esta / gnado / em si / gnos”, a ideia de permanência é apontada na noção de “signo” que remete à escrita de uma narrativa de viagem após a conclusão de um trecho.

A viagem, realizada por via aérea, destina-se ao último istmo ou estreita faixa de terra. Tal espaço é situado entre duas noções de tempo “antes” e “este instante”, portanto, o poema constrói duas temporalidades delimitadas pela noção de espaço. Tal relação se estabelece por meio da relação entre “istmo”, que se refere tanto ao espaço geográfico, quanto à ideia de viagem, e “signos”, que indica a escritura da narrativa.

Uma narrativa realiza-se no momento posterior aos atos e feitos. Dessa forma, o registro escrito de uma viagem concretiza-se após a finalização de cada etapa correspondente ao trecho percorrido. O poeta condensa o relato de viagem enquanto um registro temporal posterior e permanente em poucos elementos “ins / tante / esta / gnado / em si / gnos”. A escrita, portanto, indica a finalização da própria viagem. Têm-se, portanto, duas temporalidades: a viagem desenrola-se no tempo passado (“antes”), enquanto o relato é construído em um momento posterior, ou seja, no tempo presente (“es / te ins / tante”). O caráter efêmero do processo de deslocamento, portanto, contrasta com o aspecto permanente de seu registro.

O trecho narrativo construído pela unidade lexical “istmo” ocasiona uma instabilidade de sentidos, devido ao seu significado menos prototípico, na esfera da anatomia, explicada como: “porção estreita de tecido ou passagem que liga duas ou mais estruturas ou cavidades maiores” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.1116).

O termo “istmo” figura nas obras anatômicas que explicitam o tecido mais estreito do colo do útero. Trata-se da faixa de tecido que antecede o útero, sinalizando o caminho a ser percorrido pelo espermatozoide para o encontro com o óvulo. O trecho explica o fim da jornada no território liminar do corpo feminino por meio do coito. Dessa forma, o poeta constrói sua poética de viagem, uma jornada metafórica pelo / através do outro.

O efeito de desfoque ocorre na fotografia e na escolha por uma escrita em letras finas e escuras sobre o fundo branco do papel, o que expressa o enfraquecimento dos limites, dando prenúncio da busca do outro, com a qual o enunciador pode fundir-se tonando-se o “Et”, evidenciado no título da obra.

A composição intermediática (Fig.3) a seguir é formada pelo registro fotográfico de fileiras de carrinhos de bagagens, comumente observados em aeroportos, e pelo poema estruturado de forma longilínea. O enquadre da fotografia centra-se no longo e estreito espaço entre as fileiras e ressalta o conjunto formado pelos pegadores vermelhos que funcionam como comandos.

A disposição visual do poema alongado e estreito espelha o espaço entre as fileiras no registro fotográfico. A escrita em letras finas do poema evidencia o enfraquecimento dos limites que serão desenvolvidos ao longo da viagem e do encontro do enunciador com seres míticos em regiões longínquas.

Na obra de Mallarmé, a direção da viagem é atribuída ao enunciador, uma vez que o mestre impotente não controla mais o leme, ao passo que na obra de Arnaldo não há ninguém no controle dos pegadores vermelhos que controlam o movimento dos carrinhos nos aeroportos na chegada e na partida. Tais objetos dispostos em fileira produzem um pequeno abismo simbólico, indicando a busca pelo corpo feminino.

O poema, disposto em sequência, permite uma leitura linear: “ab / re / cha / se / ab / st / rai / sem / oq / ue / a / ob / (men) / st / rua”. A criação “abrecha” pode ser compreendida como o cruzamento lexical das unidades lexicais “abre” e “fecha”, abrecha ← abre + fecha, na qual ocorre perda de material morfofonológico (CARDOSO, 2010).

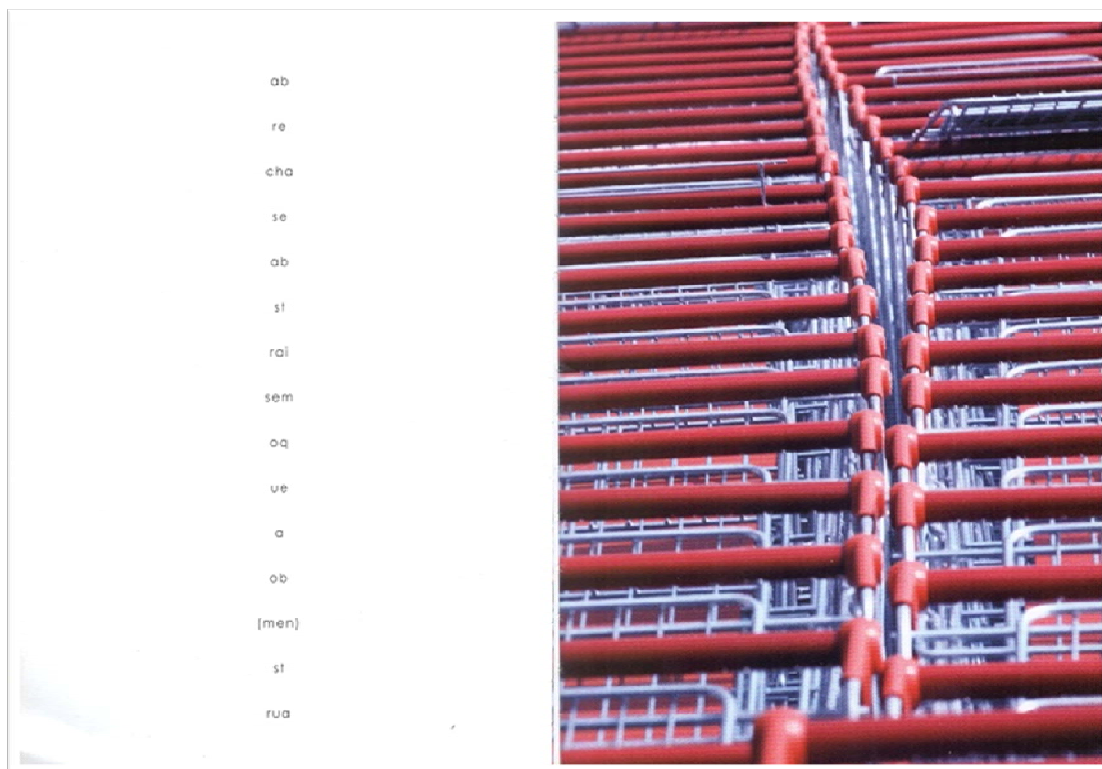


Figura 3: Objeto e corpo
Fonte: Antunes (2003/2003, não paginado)

Os elementos desagregados permitem ainda outras interpretações, “abrecha” pode ser explicada pelo cruzamento lexical abrecha ← abre + brecha, indicando “brecha aberta”. A criação “abrecha” também pode ser compreendida como decorrente do processo de derivação a partir do prefixo de negação *a-* resultando na negação de brecha, em não brecha, (*a* + brecha). Portanto, a criação “abrecha” pode indicar tanto um miniabismo que abre e fecha, fenda aberta e livre, ou ainda passagem obstruída. Tais noções são reforçadas pelo jogo lexical “abstrai” e “obstrua”, com sons que são aproximados e sentidos que estabelecem relações de contrastes, resultando em efeito expressivo.

A anatomia feminina mescla-se à ideia de viagem na fotografia de Xavier, através do formato de fenda dos pegadores vermelhos dispostos em fila. No poema, o corpo feminino, por meio de sua intimidade, é ressaltado através da criação “abrecha”. Dessa forma, o corpo da mulher é remetido na imagem da fenda entre as fileiras de carrinhos com pegadores vermelhos. A viagem indicada na imagem é em busca pelo outro feminino, sinalizado em objetos do cotidiano erotizados, que indicam a feminilidade.

A inserção de marcas gráficas cria instabilidade de sentidos em “ob / (men) / st / rua”. A unidade lexical “obstrua”, do verbo “obstruir”, conjugado no imperativo, e “menstrua”, do verbo “menstruar”, conjugado na terceira pessoa do singular, no presente do indicativo, apresentam similaridades sonoras, permitindo o processo de cruzamento lexical. O sinal gráfico condensa dois processos, criando instabilidade de sentidos: o cruzamento lexical por meio do entranhamento e a desagregação vocabular, resultando em remotivação dos elementos constituintes. Concomitantemente, “obstrua” e “menstrua” estabelecem estreita relação. A criação “ob / (men) / st / rua” mescla a anatomia feminina e o espaço a ser percorrido, remetendo metonimicamente ao corpo

feminino e à própria viagem. O processo da busca também simboliza um fim na viagem arnaldiana.

A busca do outro, dessa forma, confunde-se com o coito e os ciclos orgânicos do corpo feminino, marcados pela menstruação. A propósito, é justamente naquilo que melhor caracteriza o feminino (a menstruação) que se insere os seres masculinos, por meio da adoção do estrangeirismo da inglesa *men* (homens), endossando a afirmativa do coito: “ob / (men) / st / rua”. A cor vermelha dos pegadores, na fotografia, permite estabelecer relação de analogia com a imagem de uma vulva e à referida menstruação. É possível também identificar a unidade lexical “ob”, que nomeia a marca de absorvente interno. A menstruação do corpo feminino também pode representar uma obstrução temporária desse caminho e, portanto, da própria viagem, ao mesmo tempo que evidencia o coito decorrente do encontro entre o enunciador masculino e a mulher.

A criação poética, corroborada pelo registro de Xavier de objetos no aeroporto, relaciona-se tanto à partida como à chegada desse processo, estabelecendo relações temporais como “antes” ou “depois”, permitindo a apreensão de pequenos trechos narrativos.

Outra obra em que o autor faz uso de elementos da mitologia grega é *Pégaso azul*, composto pela imagem de um pé e por um poema minimalista (Fig.4). A fotografia do pé feminino impressa em tom azulado em fundo preto produz, através do desfocamento, o efeito de flutuação e voo. O formato do pé, por sua vez, remete à imagem de uma asa longilínea e reforça as ideias de voo e de viagem aérea. A escrita do poema em letras finas e brancas sobre um fundo escuro dificulta a leitura ocasionando a opacidade do texto. Sua disposição espacial lembra vagamente o formato do pé ilustrado por Xavier:

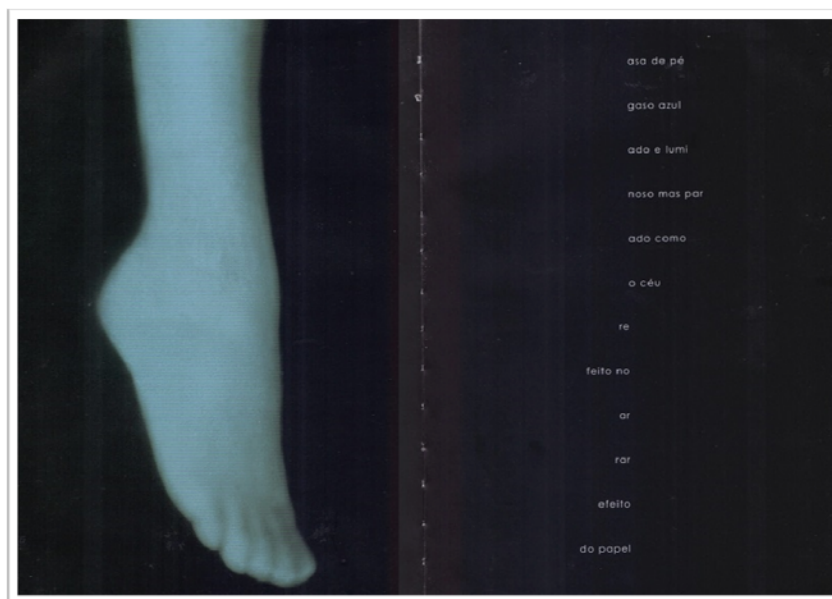


Figura 4: Pégaso azul
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

O aspecto neobarroco destaca-se no poema que acompanha a imagem, sendo predominantemente descritivo, com excesso de ornamentos: “asa de Pé/gaso azul/ado e lumi/noso mas par/ado como/o céu/re/feito no/ar/rar/efeito/do papel”.

Em “asa de Pé / gaso azul / ado e lumi / noso”, a ideia de pé é evidenciada no elemento desagregado “Pé” da unidade lexical “Pégaso”, um cavalo mitológico com asas, que nasce do sangue da Medusa, quando esta é decapitada por Perseu. Sendo

capturado por Belerofonte, o cavalo é domado, servindo de montaria ao guerreiro na luta travada contra a Quimera, um ser misto formado por variadas partes de animais, como leão, cabra e serpente. A jornada de Pégaso e Belerofonte continua rumo ao monte Olimpo. Zeus, contudo, envia uma vespa para picar o cavalo alado, que, assustado, derruba o guerreiro. Somente Pégaso é recepcionado pelos deuses e transformado em uma constelação. Tal aspecto da narrativa mitológica explica a condição de “Pégaso ser azulado e luminoso”, pois o azul remete ao céu onde a constelação de Pégaso se encontra, e o aspecto luminoso reforça seu destino em ser imortalizado na forma de uma constelação.

Pégaso associa-se à asa na imagem do pé e simboliza a liberdade, mas também a escolha do pé para representar Pégaso pode ser justificada, em português, pela presença da unidade lexical “pé” na primeira sílaba do nome do personagem [pégazo]. Devido a essa associação entre pé e asas, o poeta expressa uma relação com o mito de Hermes, cujas asas se encontravam nos calcanhares. O deus grego, entre outras atribuições, é responsável pelas iniciações xamânicas, por acompanhar as almas mortas para o mundo de Hades e pelas relações sexuais. Tais sentidos expressos na relação especular entre a fotografia e a poesia reforçam o erotismo do corpo feminino.

No poema, no entanto, Pégaso é também descrito como estático em “par / ado”, o que, a princípio, opõe-se à ideia representada pelo cavalo mítico, que denota voo e deslocamento. A ausência de movimento também está associada ao “céu”, muitas vezes referido como firmamento nas obras literárias, pois acreditava-se, na Antiguidade, que as estrelas estariam pregadas ao céu, sendo imóveis, havendo o risco de caírem ameaçando a vida dos seres humanos.

A narrativa da saga de Pégaso é uma representação compreendida como “céu refeito” na forma de escrita e de signos. Além disso, a imagem do pé feminino azulado e luminoso na fotografia recria a saga do cavalo mítico por meio do registro estático do corpo feminino. O “ar rarefeito do papel” refere-se ao voo realizado nas grandes altitudes, implicando uma representação da própria jornada que se revela reflexiva, pelo mundo abstrato das ideias. Trata-se de uma metapoética resultante da relação estabelecida entre a narrativa da viagem do ser mítico e a viagem do enunciador, estruturada pela fotografia e pelo poema. E a jornada pelos ares segue para o enunciador através de céus estáticos recriados nas fotografias, remetendo também ao encontro com o outro feminino.

O poeta constrói, por meio do diálogo com o registro do espaço aéreo, realizado por Xavier, a ideia de viagem enquanto deslocamento aéreo, observada na imagem (Fig.5) a seguir. A fotografia, como se vê, retrata um cenário sobre as nuvens, enquadrado sob a perspectiva da janela de uma aeronave em pleno voo. O enquadre demonstra que o registro foi realizado por meio da janela fosca de uma aeronave, o que agregou um efeito de desfocamento estético. O poeta, por sua vez, vale-se da materialidade da palavra, desmembrando-a em elementos menores, estruturando-a por meio de uma escrita em letras finas que resulta no efeito de opacidade de sentidos. A fotografia e a escrita poética somam seus efeitos estéticos, dificultando o processo de apreensão, demandando, dessa forma, a decifração ideogrâmica.

A altitude observada na imagem é também evidenciada por meio do formato alongado da poesia, constituída pelas unidades lexicais desagregadas em elementos menores. O alinhamento à esquerda ressalta a desigualdade na métrica dos versos do poema, espelhando a irregularidade do formato das nuvens, observada nas fotografias de Márcia Xavier. A fotografia, portanto, estabelece uma relação especular com o poema.

A poesia disposta linearmente permite a leitura de um cenário: “o tapete é macio, / vol / átil, / ao / sol / amal / gama o / frio, / anál / ogo ao / al / godão ou / al / go as / sim mas não / sol / ta fel / pas”. A metáfora “tapete” possui o sentido contextual de “nuvem”. Tal associação é possível uma vez que as nuvens e o algodão possuem o aspecto comum da textura denotada pela unidade lexical “macio”. Portanto, “nuvem” representa o “tapete”, sendo que a qualidade maciez é frequentemente atribuída ao “algodão”, material que compõe usualmente o tapete. Contudo, a metáfora do “tapete”, composto por nuvens, mantém a característica “volátil” das partículas de água. Aspecto reforçado na capacidade em envolver e isolar as massas frias, deslocando-as de região para região, ressaltada em “ao sol amalgama o frio”.



Figura 5: Acima das nuvens
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

A metáfora “tapete” pode ser apreendida por meio da intertextualidade com *As mil e uma noites* (GALLAND, 2001), em que a personagem Sherazade casa-se com o rei da Pérsia Shariyah, que, após ser traído por sua primeira esposa, passa a cultivar o costume de matar, após a noite de núpcias, as mulheres com as quais se casa. Ela, então, solicita ao rei que a irmã entre nos aposentos para escutá-la contar uma narrativa, já que ao amanhecer estaria morta. O rei, mesmo contrariado, permite, e após a irmã da nova esposa cair no sono, ordena que a narradora continue a contar a história. Ela assim o faz por mil e uma noites, livrando-se de um destino que resultaria em funeral no dia subsequente. Uma dessas histórias narra as viagens do lendário tapete mágico ou tapete voador que leva indivíduos a outros mundos. Dessa forma, o tapete associa-se, metonimicamente, à ideia de viagens e narrativas criativas que cativam a atenção dos interlocutores.

O algodão faz parte do uso cotidiano do indivíduo civilizado, constando em roupas de cama, além das vestimentas que cobrem o corpo, deixando traços materiais no ambiente, onde se faz uso. Diferentemente, a nuvem, mesmo compondo um tapete sobre o qual o viajante acomoda-se para realizar sua viagem, “não solta felpas” ou vestígios. As nuvens são descritas na fotografia, no formato do poema e no tema do tapete alado que não deixa vestígios. Essa repetição expressiva permite, por sua vez, vislumbrar a

visitação aérea em busca de outros mundos e a construção de narrativa. O poeta dessa forma inova em seu processo produzindo uma metapoética acerca de uma viagem.

Na composição intermediática (Fig.6) observada na página a seguir tem-se o registro fotográfico de parte de uma perna feminina, impressa em tom azulado sobre o fundo escuro, e a poesia, disposta de maneira alongada. O poeta faz uso de parênteses, inserindo palavras e expressões em cinco trechos, provocando a instabilidade de sentidos.

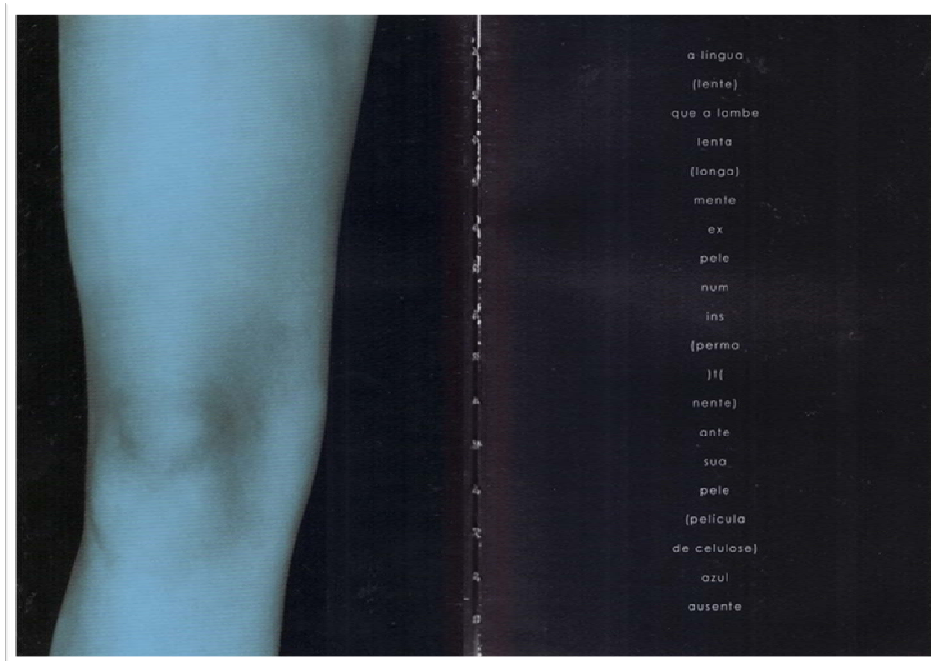


Figura 6: Pele película
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

No poema, o enunciador apropria-se da perspectiva da lente da câmera fotográfica para descrever o corpo feminino: “a língua / (lente) / que a lambe / lenta / (longa) / mente / ex / pele / num / ins / (perma /) t (/ mente) / ante / sua / pele / (película / de celulose) / azul / ausente”.

As palavras com sons aproximados “língua” e “lente” estabelecem relações de contraste semântico e estruturam ritmicamente o poema. Por meio da inserção da unidade lexical “lente” entre parênteses, o poeta ocasiona a mescla conceitual com “língua”, parte do corpo humano ao qual se atribui o paladar e o tato, constituindo também área erógena. A “lente” e a “língua” sugestionam uma relação íntima, estabelecida entre o corpo do enunciador representado pela língua e o corpo feminino, mediado pela “lente” da câmera. A ação de mover a lente da câmera sobre o corpo feminino relaciona-se ao ato erotizado de deslizar a língua sobre o corpo feminino em “língua / (lente) / que a lambe”, constituindo uma metáfora.

A pele da amada, por sua vez, estabelece uma relação estreita com a película de celulose em “sua / pele / (película / de celulose)”, observada pela marcação gráfica dos parênteses. Os conceitos de “pele” e de “película” resultam em um de corpo registro, que ganha vida por meio da representação. O corpo feminino e a película de celulose fundem-se na representação da fotografia. E o registro do corpo passa a representar o próprio corpo.

O poeta explora duas temporalidades na poesia, no momento do registro, a pele é real, ao passo que, no momento posterior, no registro permanente em si, a pele passa a ser película de celulose, sendo retratada em tom azulado. O registro da intimidade

pressupõe uma intimidade real entre o corpo do enunciador e o corpo da figura feminina, mediada pela lente da câmera, que se situa no passado.

O ato íntimo possui uma duração breve, sendo fugaz, ao passo que o registro fotográfico torna permanente o instante efêmero. O poeta funde duas temporalidades em “ex / pele / num / ins / (perma /) t (/ mente) / ante”. As unidades lexicais “instante” e “permanente” sofrem fusão vocabular por meio do entranhamento. O processo de criação resulta da inserção de sinais gráficos que desagregam as unidades lexicais sem respeitar os limites das sílabas. Tal processo ocasiona a instabilidade de sentidos.

No interior da criação, o elemento desagregado sofre remotivação em “insperma”, explicado pela derivação prefixal em insperma ← in + esperma, resultando no processo de introjeção do fluido seminal, no ato sexual, assim como se pode pensar em junção entre instante e esperma, insperma ← instante + esperma, apontando ao momento fugaz do ato sexual e da interação entre os corpos do enunciador e do sujeito feminino.

Portanto, o poema indica o momento de interação sexual entre o interlocutor e uma figura feminina, marcada pela temporalidade denotada na unidade lexical “instante” e o momento do registro, marcado pela temporalidade referida por meio da unidade lexical “permanente”. Contudo, o registro em si é remete a duas temporalidades, pois sendo um objeto físico com existência no presente, congela o momento passado, dando o caráter permanente.

A temporalidade é também observada no tom de pele da figura feminina em “pele / (película / de celulose) / azul / ausente”. O registro azul marca a relação com a viagem aérea, o céu e o encontro com um ser imaginário. O caráter permanente da fotografia, no entanto, aponta a ausência dos corpos na realidade e sugere a finalização desse contato realizado por meio da intermediação da câmera e do próprio ato sexual.

A viagem chega ao seu final, e o enunciador aporta em um corpo feminino, identificado através de um rosto, observado na sequência de imagens a seguir. A fotografia de Márcia Xavier desvela uma área erógena frequentemente esquecida, trazendo-a à tona da memória e da consciência. O foco passa do pescoço ao rosto feminino que é revelado por meio de imagens com um leve efeito de desfocamento.



Figura7: Sequência *Pouso no pescoço*
Fonte: Antunes (2003, não paginado)

A poesia estruturada espacialmente pelos variados planos na fotografia vale-se também da desagregação vocabular, que diminui a velocidade de leitura. A leitura sequencial permite a construção de um lirismo poético que reforça o lirismo imagético da fotografia: “por flores sem cor ou per fume / es queço de cor seu pes coço”.

O corpo feminino e a flor sofrem mescla, remetendo ao corpo naturalizado. A expressão “flores sem cor ou perfume” simboliza o corpo feminino velado, ainda não revelado em cores e aromas. O pescoço é referido como uma área negligenciada e facilmente esquecida em “es queço de cor seu pes coço”. A área é desvelada como espaço de interação afetiva e sexual. O enunciador finalmente chega ao seu destino e aporta-se no corpo da amada, explorando o pescoço através de abraços e carícias.

A poética de viagem é construída por meio de poemas predominantemente descritivos que permitem construções de trechos narrativos. Ao contrário de Mallarmé, o poeta não finaliza a obra com os versos iniciais, que resultam em efeito de circularidade. A obra é finalizada com esta sequência de imagens desfocadas da figura feminina, combinada a poemas minimalistas. A obra encerra-se na imagem em cores com leve efeito de desfocamento de um pescoço feminino que se associa à primeira composição intermediática da obra, dos pés que sustentam o corpo, como uma possível continuação cíclica, um prenúncio da viagem a um abismo figurativo em busca do outro.

A falta de nitidez dos pés na primeira composição intermediática da obra indica o prenúncio de um apagamento entre os limites do “eu” e do “outro”. A viagem do “eu” em busca do ser feminino pode ocorrer por meio do corpo feminino.

CONCLUSÃO

As criações da obra *Et Eu Tu* são complexas. Cada composição pode auxiliar na construção da ideia central da obra, a do enunciador em uma viagem em busca de um ser feminino. Esse ser permite repensar o espaço criativo, os objetos cotidianos, a natureza, sua função procriadora e o erotismo. A água aparece de forma recorrente, como um elemento aglutinador de corpos e como elemento comum que une o corpo humano à natureza.

A inovação deu-se pelo zoom verbal que estabeleceu relação em rede especular com as fotografias em elevado zoom de Márcia Xavier, que suggestionaram a intimidade feminina. A escritura do poema, que se inicia relativamente nítida, gradativamente torna-se opaca, pela diminuição do tamanho da letra, pela escrita em cor branca sobreposta às partes de imagens de corpos femininos retratados em nuances de cores claras.

A viagem, nesta obra, representou esse encontro entre o “eu” e o “outro”, ou seja, entre o enunciador e o corpo feminino. A ideia englobante na obra *Et Eu Tu* foi justamente o apagamento dos limites, remetendo ao encontro entre os corpos do enunciador e do outro, um ser feminino. Neste artigo foram reunidos os resultados de estudos que tratam da relação entre a viagem realizada pelo enunciador pelo corpo

feminino, por meio de uma poética estruturada em torno de um erotismo cru, revelador e voraz, construído em estilo neobarroquista.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, A.; XAVIER, M. *Et Eu Tu*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra da edição russa organizada por Serguei Botcharov. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016 [1952-1953].
- CAMPOS, A. de. A implosão poética de Mallarmé. In: CAMPOS, A. de. *Poesia da Recusa*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 35-41 [1995]
- CAMPOS, A. de; PIGNATARI, D.; CAMPOS, H. de. *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- CAMPOS, H. de. *Galáxias*. São Paulo: Ex-libris, 1984.
- CAMPOS, H. de. *Ruptura dos Gêneros na Literatura Latino-Americana*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- CARDOSO, E. A. *O léxico no discurso literário: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea*. São Paulo: EdUSP, 2018.
- CHIAMPI, I. *Barroco e Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2010, [1998].
- CLÜVER, C. Inter textos / Interartes / Inter mídia. *Aletria* 14, p.9-39, jul.- dez., 2006.
- _____. Intermedialidade. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG, v. 1, n, n2, p. 8-23, nov. 2008.
- ECHEVARRÍA, R. G. Interview Severo Sarduy. *Diacritics*, 1972, p. 41- 45.
- IGNEZ, A. F. *A Expressividade das Criações Lexicais em Galáxias, de Haroldo de Campos*. São Paulo: USP, 2012 [tese sem publicação].
- MACHADO, A. *Arte e Mídia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [2007].
- MALLARMÉ, S. *Enquête sur L'Évolution Littéraire*. Entrevista concedida a Jules Huret. *L'Echo de Paris*, 1891, 14 de março, página 2.
- MALLARMÉ, S. Un Coup de Dés. In: CAMPOS, A. de; PIGNATARI, D.; CAMPOS, H. de. *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva, 1975 (páginas não numeradas).
- RENNÓ, C. A proeza de Haroldo de Campos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 1984. Ilustrada, p. 25.
- SARDUY, S. *Barroco*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1974.
- SARDUY, S. *O Barroco*. Tradução de Luís Alvez da Costa Vega e Herdeiros de Eugenio D'Ors. Lisboa: 1988 [1974].
- TAKAKURA, S. M. *Criação e criatividade em gêneros híbridos: a expressividade na poética de Arnaldo Antunes*. USP, 2019. Tese de Doutorado não publicada.

NEOLOGISMO E ESTILO POÉTICO EM UM POEMA DE MAX MARTINS

Wenceslau Otero ALONSO JUNIOR
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
w.alonso.jr@hotmail.com

RESUMO: Análise lexicológica dos prefixos componentes das unidades *inter-dito*, *ex-garça* e *ex-paço*, existentes no poema *A asa e a serpente*, de Max Martins, com a finalidade de explicar as interações do neologismo com a *temática* dos versos na produção da unidade estética da obra, fundamentada em proposições teóricas oriundas da relação entre estilística, filosofia, linguística, gramática, retórica, teoria literária e filologia.

PALAVRAS-CHAVE: estilística; lexicologia; neologia; Max Martins; estética literária.

O estudo desenvolvido neste trabalho tem como eixo de abordagem a lexicologia que será utilizada como instrumento de explicação da expressividade poética em enunciados do gênero lírico.

Como isso pode ser entendido de mais de uma maneira, convém explicar, que o modo de uso da lexicologia em nossa análise é aquele em que as palavras serão examinadas como aspectos do enunciado capazes de construir o estilo poético, o que, de pronto, situa o estudo no âmbito da estilística, de forma mais restrita, e no âmbito da filologia, de forma mais ampla.

Adotaremos, para realizar as análises do estilo poético, da expressividade poética, o conceito, já clássico, de lexicologia, formulado por Ullmann (1977), adaptando-o ao objetivo de nossas reflexões. Segundo ele:

A lexicologia, por definição, trata de palavras e dos morfemas que as formam, isto é, de unidades significativas. Conclui-se, portanto, que estes elementos devem ser investigados tanto na sua forma como no seu significado. A lexicologia terá, por conseguinte, duas subdivisões: a *morfologia*, estudo das formas das palavras e dos seus componentes, e a *semântica*, estudo de seus significados. É este, pois, o lugar da semântica, no sentido estrito do termo, dentro do sistema das disciplinas linguísticas. Quando falamos da semântica sem qualquer qualificativo referimo-nos geralmente ao estudo dos significados das palavras propriamente ditas: mas é perfeitamente normal, e de fato muito comum, explorar a semântica de outros elementos, um sufixo, um prefixo, etc. (1977, p.64).

Quando falamos em adaptar este conceito, estamos nos referindo, no presente caso, a direcioná-lo para o nosso interesse particular em associar os aspectos mórficos e semânticos dos afixos e bases com o *efeito estético* dos versos de um poema.

Nosso recorte analítico, dentro do campo das categorias lexicais, consistirá, portanto, em decorrência disso, preferentemente, na descrição dos efeitos estéticos criados pela relação dos prefixos com as bases, naqueles casos em que eles produzem a

polissemia (conotação) criada intencionalmente pelo poeta e de que resulta, em parte, o estilo poético e seu consequente efeito estético.

O que se considera o *efeito estético* produzido pelo *estilo poético*, quando se trata de um poema, em nossa análise, é, precisamente, o efeito decorrente do uso dos recursos de linguagem que *desviam* os elementos lexicais da *langue* de seu uso instrumental, prático - de que se servem os falantes-ouvintes para se comunicar entre si visando a compreensão objetiva da mensagem contida no enunciado -, para outro tipo de uso, que poderemos chamar de *lúdico*, conduzindo o falante-ouvinte a se concentrar nos aspectos formais do signo (sonoridade, visualidade), e/ou em sua polissemia.

Segundo a filosofia, pelo menos, a partir de Kant (1995), pode-se afirmar que o enunciado assim produzido transforma, quando é evidente e demonstrável sua intencionalidade *desviante*, a obra criada com as palavras, em um objeto gratuito, sem utilidade prática, com o qual o leitor interage intuitiva e contemplativamente, concentrando-se nos jogos formais obtidos pelo uso da *langue*.

Nesses objetos assim constituídos, a *langue* não é utilizada pelo escritor para produzir conceitos, análises, mas imagens, e imagens não servem para ser *entendidas*, mas *fruídas*, *contempladas*. A este tipo de objeto assim construído, a filosofia denomina objetos *belos*.

É certamente isso que leva Coleridge, já no início do século XIX, a se referir ao foco central do poema, do ponto de vista de sua recepção, da seguinte maneira: “O leitor deve ser levado adiante não meramente, ou, sobretudo, pelo impulso mecânico da curiosidade, não pelo desejo irrequieto de chegar à solução final, mas pela atividade prazerosa do percurso em si” (*apud* DEWEY, 2010, p.62).

Mesmo o sentido das palavras existentes nos poemas é emitido pelos poetas de um modo estilisticamente poético, e quem os lê, se é proficiente em leitura literária, recebe-os esteticamente, de vez que nos poemas, para este tipo de escritor e leitor, sempre está evidente que o sentido das palavras é enunciado, na medida em que compõe o *tema*, intencionalmente, para ser considerado um elemento integrante da unidade estética da obra literária -, o que não impede as palavras usadas pelo poeta de auxiliar na construção de noções, conceitos, etc., que podem ser extraídos da obra para interagir com os variados discursos sociais e suas visões de mundo.

Devem ser considerados aqui, por serem comuns, os casos de poemas líricos em que este sentido não é objetivamente discernível, porque, como diz Staiger (1997, p.28), muitas vezes “o poeta lírico não produz coisa alguma. Ele abandona-se - literalmente (*Stimmung*) - à inspiração. Ele inspira ao mesmo tempo clima e linguagem”.

Todavia, independentemente de o *tema* de um poema poder ser objetivamente referido, ou não, neste segundo caso, por conta de seu caráter fortemente imagético (sensorial), o tratamento do sentido do signo, na análise do estilo poético, deve ater-se ao seu papel estético.

Bakhtin (2015) nos explica como a linguagem é usada para produzir o estilo poético valendo-se das palavras compostas *imagem-tropo* e *imagem-palavra*, para nos dizer que esse estilo depende, em parte, de converter o significado conceitual da palavra em significado imagético, algo similar ao que afirma Langer (1966), quando diz que na poesia a palavra deixa ter *significado* para adquirir *significação*, e Pignatari (2004), quando diz, fundado em Charles Peirce (1983), que a *poesia* ocorre quando o *símbolo* é convertido em *ícone*.

Segundo Bakhtin (2015):

Na imagem poética em sentido restrito (na imagem-tropo) toda a ação e a dinâmica da imagem-palavra desencadeiam-se entre o discurso

(com todos os seus elementos) e o objeto (em todos os seus elementos). O discurso mergulha na riqueza inesgotável e na diversidade contraditória do próprio objeto, em sua natureza “virgem” e ainda não “exprimida”; por isso não pressupõe nada além do limite do seu contexto (exceto é claro, *os tesouros da própria língua*) – grifo nosso. O discurso esquece a história da controversa apreensão verbal de seu objeto e o presente igualmente heterodiscursivo dessa apreensão. (BAKHTIN, 2015, p. 50)

Quando escolhemos a *palavra* para servir de suporte à nossa explicação do estilo poético, não significa dizer que o consideremos construído apenas com o suporte do léxico; a construção da *poesia* é sempre decorrente de um agregado de fatores, certamente que o lexical é um fator importante, mas somente poderá ser isolado, como o faremos, por uma necessidade de recorte analítico.

Além disso, há muitas maneiras de realizar lexicalmente o estilo poético. A que nos interessa aqui é a maneira *neológica*, digamos assim, ou seja, é aquele modo de usá-las em que a invenção de unidades lexicais novas pode, no interior do poema, colaborar para o enunciado produzir o efeito estético, ao desviar nossa atenção do uso instrumental e prático que o signo apresenta quando interagimos linguisticamente no cotidiano.

O que vamos fazer, a seguir, é, por conseguinte, estudar o *estilo poético* no poema *A asa e a serpente*, de Max Martins, publicado originalmente, em 1980, na obra intitulada *O Risco subscrito*, considerando alguns neologismos criados pelo poeta, mais especificamente aqueles produzidos por um processo que, mesmo dando realce aos *prefixos*, não é, a rigor, o processo denominado *derivação prefixal*, nem produz uma palavra nova que possa existir fora do poema, mas trataremos dessa questão no momento mesmo da análise.

O poema *A asa e a serpente*, dedicado ao romancista Vicente Cecim, que publicara, em 1979, uma narrativa com este mesmo título, é uma homenagem ao escritor e ao seu romance, motivo pelo qual Max Martins faz constantes referências aos seus dados no correr dos versos.

Vamos apresentar, inicialmente, um resumo do romance por ser necessário ao entendimento da construção do tema do poema, que, como se verá, refere-se à composição da narrativa não somente para se solidarizar politicamente com o autor da obra, mas também como pretexto (isso o próprio poeta diz nos versos) para produzir uma reflexão sobre o a natureza e as características estilísticas tanto do poema em si, que estamos lendo, quanto do romance, que o motivou.

De forma fragmentada, a narrativa de Vicente Cecim conta a chegada do fantasma do sargento Nazareno a uma praça de Santa Maria do Grão, ou, como se diz no texto, o aparecimento de uma assombração militar e suas consequências.

O fantasma volta ao mesmo lugar em que foi esfaqueado e morto pelo narrador, outrora por ele torturado, carregando um caixão em que se recolherá por várias noites, atraindo durante o dia um grande número de pessoas às quais dirige frases variadas que, às vezes, são enigmas, às vezes, são ordens, como a de que lhe beijem a mão esquerda, a que não mata, ou, ainda, para incitar um louco a fazer uma parada militar com os curiosos que todos os dias se reúnem para vê-lo, etc.

Passados vários dias, não sabemos quantos, e vividas várias situações, e feitos vários comentários herméticos, simbólicos, metafísicos, que se misturam à narrativa dos fatos, o narrador propõe dois finais que afirma serem ambos falsos: ou ele assassina novamente o sargento Nazareno porque, segundo ele, “É preciso não permitir que ele não nos impeça de perseguir a felicidade” (CECIM, 1988, p.56), ou deixa que seu

cadáver permaneça atraindo e assombrando os moradores de Santa Maria do Grão no espaço da praça.

De certo modo, estamos diante de uma narrativa antimilitarista e não é descabido relacioná-la ao clima de medo e à opressão dos anos da ditadura militar existente no período de seu lançamento, o que está sugerido nos versos iniciais do poema, que dizem: “Nestes tempos de incerteza / (de incerta fala/incerta bala) / esse texto / que é pretexto / é um protesto”.

Esses versos iniciais também revelam uma interação entre o texto do romance homenageado e o texto do poema, tornando os comentários sobre o poema, feitos no interior dele mesmo (metapoema), quer sobre a forma, quer sobre o conteúdo, extensíveis ao romance, do que decorre serem aspectos importantes na composição do *tema* do poema: a reflexão sobre o ato poético e a poesia, a denúncia da ausência de liberdade, o anti-humanismo, o incômodo de viver sob o controle do autoritarismo.

O *tema* se apresenta ao leitor, inicialmente, como uma aura, uma sensação geral, uma imagem, enfim. Ele é, entretanto, em certa medida, explicável, devido ser base de cada uma das escolhas linguísticas que o formam e, é, digamos, discernível nelas, o que permite demonstrar, em certos limites, o processo de construção do efeito estético.

Façamos inicialmente a leitura do poema na tentativa de apreender esse sentido geral que se encontra subjacente às suas imagens, num exercício filológico preliminar sempre útil à compreensão do tema, ou temas, para depois explicar as imagens em si, em que localizaremos aquilo que realmente nos interessa para expor o processo de construção do estilo poético.

Quando falamos em exercício filológico, estamos investindo a Filologia não só de seu tradicional papel explicativo do sentido das palavras em seu contexto histórico-cultural, mas também de um papel que a torna um instrumento auxiliar da Estilística, pois que ajudará a esclarecer o caráter estético das imagens-tropos, das imagens-palavras (BAKHTIN, 2015), na construção do estilo poético.

Para construir nossa abordagem, importará, sobretudo, examinar a presença de três neologismos em que o prefixo ganhará evidência e produzirá a polissemia. São eles: *inter-dito*, *ex-garça* e *ex-paço*.

A Asa e a serpente

Ao Vicente Cecim

Nestes tempos de incerteza
(de incerta fala/incerta bala)
esse texto
que é pretexto
 é um protesto
 da poesia-ilha
 hoje no exílio?
 O texto
teia de areia
 é o que se vê: se faz
se diz: refaz
 ou é inter-dito
 e se contrai
 e se disfarça
ex-garça nesta praça-página
E que sargento (Nazareno) é esse
que o poeta
 sensível altivo em seu silêncio e bruma

leva nas costas
 pela estrada?
 Leva e traz
 Daqui pra lá / de lá
 pra cá
 como um K
 um corpo
 ora vivo
 ora morto
 neste paço
 (ex-paço
 poço)
 E que rastro ou rosto é essa
 palavra
 (ou outra)
 ostra
 (ou astro)?
 O sargento tece o texto
 Sarja
 tarja a pele turva
 de pássaros negros
 o alvar da sala
 Que nazareno é esse
 esfaqueado?
 Que caminho é esse que vai e volta? É a paz
 De Octávio em Galta?
 De Rimbaud na África?
 De Bill
 Braços em cruz
 ante o carrasco?
 Que caminho é esse que o poeta escreve
 e descreve
 dissolvendo-se
 neste espelho?
 (Relação de rimas)
 (Relação de ímãs)
 (Relação de rumos)
 (MARTINS, 2016, p. 49-50)

Os sete primeiros versos contextualizam historicamente (temporalmente) o enunciado e são importantes para o dimensionamento do tema.

Nestes tempos de incerteza
 (de incerta fala/incerta bala)
 esse texto
 que é pretexto
 é um protesto
 da poesia-ilha
 hoje no exílio?

Estes versos nos falam imagetivamente de um tempo em que a poesia encontra-se acuada, ilhada, exilada, por um estado de opressão, de violência. O caráter interrogativo deles deverá ser compreendido como uma tentativa de reflexão sobre o exercício do ato poético, sobre a natureza da própria poesia, em que o poeta parece

querer explicar que, para ele, o protesto só pode se realizar, como pretexto de um texto, ou seja, que para os poetas *protesto* e *texto poético* são concebidos como unidade, o primeiro somente existirá se fundido ao corpo do poema.

O poeta distingue-se, assim, do rebelde, sem abdicar da rebeldia.

Neste sentido, esse conjunto de versos prepara o seguinte, em que o poeta vai se concentrar na explicação dos aspectos que configuram a natureza estética de seu texto, o que, enfim, justificará as criações neológicas, por ele concebidas, dentro de uma perspectiva estética.

O texto

teia de areia
é o que se vê: se faz
se diz: refaz
ou é inter-dito
e se contrai
e se disfarça
ex-garça nesta praça-página

Há nestes versos três neologismos: *inter-dito*, *ex-garça* e *praça-página*. Vamos nos ocupar aqui dos dois primeiros.

Os versos dizem que o texto (o poema) é *inter-dito*. Essa palavra, assim escrita, não existe nos dicionários, existe a palavra *interdito* (algo que está sob proibição), esse sentido da unidade lexical se obtém por sua recepção sonora e, também, porque o leitor reconstitui *interdito* como a provável palavra de origem de *inter-dito*.

Este sentido resultante da união do prefixo *inter* com o a forma nominal/verbal *dito*, usual no idioma, formando uma palavra que não existe escrita no poema, mas se revela pela audição, é importante esteticamente, porque ajuda a compor a unidade temática do poema na medida em que reforça a imagem de interdição, de tempo de proibições, como o foi o da época da ditadura militar.

Visualmente, o signo seccionado (*inter-dito*), tal como está escrito no poema, faz surgir dois outros significados: *aquilo que está dito entre* e *aquilo que está dito dentro, internamente*.

O texto poético passa a ser, então, além de *areia*, *teia* – metáforas também referidas nos versos – outro tipo de metáfora que surge quando o poeta nos diz que ele é algo que ocorre *dentro* e *entre*, ou seja, o poema passa ser uma ponte (entre) e um espaço interior (dentro).

Isso está intimamente associado ao universo de imagens do poema porque o poema é, imageticamente, um objeto de palavras ligado a outro (ponte), no caso o romance, que está fora, e também o lugar (dentro) em que este mundo do romance volta a ocorrer, recuperado pelos versos.

O poema diz imageticamente de si mesmo, pelo recurso de poeticidade utilizado na segmentação da palavra *interdito*, que é um fenômeno *inter-ditado* (dito entre), tanto porque se realiza no espaço interior dos versos, e este é um primeiro confinamento produzido pelas exigências da arte literária, quanto porque é vítima dos atos autoritários da censura e da violência militar, que é um segundo confinamento, determinado por forças exteriores à arte literária.

O prefixo *inter* existe tanto em português, quanto existiu em latim, mas a união de *inter+dictus* (dicere, dito, dizer), significando, talvez, aquilo que somente pode ser dito em um espaço fechado, restrito, existente no latim, não mais é sentida pelo falante atual, ela passa a existir, entretanto, no momento do seccionamento da unidade lexical *interdito*, fato que produz a polissemia e, conseqüentemente o efeito estético.

Para que o leitor siga este processo de construção lexical e o contemple, para que o processo se evidencie como dimensão formal do texto, ainda será necessário que ele tenha um nível de letramento cultural e esteticamente adequado. Neste aspecto, se ele não o tiver, a abordagem filológica do texto poético se torna imprescindível para auxiliá-lo na fruição da poesia.

O sentido que se capta ao ouvir o neologismo *ex-garça* é o mesmo da palavra de origem *esgarça*. No plano fônico, portanto, a palavra não é um neologismo.

A palavra *garça*, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss*, (2009, s/p.), pode significar, além de um tipo de ave, um tipo de *tecido de tessitura rala*, sentido que parece adequado ao poema se o considerarmos como uma imagem dele próprio, isto é, do caráter sintaticamente fragmentário de suas frases, que o torna um texto *esgarçado*.

Este sentido, que o transforma em verbo, (às vezes, em adjetivo), reside na transferência da noção nominal (substantivo) de um tipo de tecido para a noção verbal da ação de distender todo qualquer tecido, independentemente de sua qualidade. Isso ocorreu, pelo mecanismo da parassíntese, no momento em que ao substantivo *garça* = *tecido ralo*, de má qualidade, se agregaram o prefixo *es*, (movimento para fora, de distensão, mudança de estado) e o sufixo *ar*, formador de verbos, quando então o substantivo *garça* tornou-se um verbo: *es* + *garça* + *ar* = *esgarçar*, significando, ainda segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss*, (2009, s/p.), o ato de distender um tecido, esticá-lo.

Quando alguém utiliza hoje a unidade lexical *esgarçar*, mantém ainda a noção de tecido ralo da origem associado à ação de distender intencionalmente o pano, e, neste caso, o sentido da palavra tem um alcance nacional, como o registra, por exemplo, o dicionário *Houaiss Eletrônico* (2009), mas no contexto temático e cultural do poema *A asa e a serpente*, o prefixo (es/ex) isolado da base – o que lhe dá visibilidade – e a eliminação do sufixo podem sugerir unidade lexical (ex-garça) outros sentidos, sendo um deles o da palavra *garça* = *ave*, contido na base que então se faz evidente.

Para a contextualizarmos culturalmente a noção da palavra *garça* = *ave*, precisamos recorrer ao suporte da Filologia como uma das ciências do sentido do texto. Se analisarmos filologicamente a questão, compreenderemos que, diferentemente de autores de lugares onde a *garça* não se impõe ao imaginário cultural como ave, Max Martins escreveu seus poemas em Belém do Pará, onde esta ave é comum nos banhados existentes nas praças e nas muitas entradas de rio, ou canais, que na cidade existem, participando, assim, da composição da identidade cultural do nortista.

Nenhum nortista lê a unidade lexical *ex-garça*, sem pensar na *garça* como ave.

Em *A asa e a serpente*, o sentido da palavra *garça*, como ave, associado ao prefixo *ex*, se o consideramos nas acepções de anterioridade e/ou movimento para fora, informa que o *poema* ou é uma *garça* que, por alguma razão, deixou de sê-lo, ou é uma *garça* que voou para fora dele.

Dito de outro modo, se entendermos que na palavra escrita *ex-garça*, a *garça* é uma ave, e, insistamos, somente neste sentido visual a palavra se configura como neologismo, poderemos dizer que a metáfora derivada da transferência do sentido da palavra *ex-garça*, produzida pela junção do sentido do prefixo com o da base, para a palavra *poema* (texto), pode produzir duas significações:

- que o poema, por ser uma *ex-garça nesta praça-página*, é um fenômeno no qual a brancura do papel é eliminada, na medida em que o poema é escrito, de vez que as garças são bancas, como, em geral, é o papel, e, assim, a imagem se refere a um aspecto físico da composição poética.
- que o poema perdeu sua aura de pureza, pela presença dos atos agressivos do sargento Nazareno, registrados na página (praça), ou ocorridos no espaço da

praça (página), porque dele (praça-página) a graça – aqui símbolo de pureza, ainda por sua brancura - voou, projetando-se para fora (ex).

A imagem do sargento Nazareno como sujeira, nódoa, importante para dar plausibilidade maior à segunda imagem, é corroborada pelos versos que seguem:

O sargento tece o texto
Sarja
tarja a pele turva
de pássaros negros
o alvar da sala

Nos terceiro agrupamento de versos, que segue abaixo, o poeta questiona a identidade do sargento Nazareno e produz, no conjunto, a bela imagem de Jesus – o poeta - carregando sua cruz – o sargento, e volta a se referir ao local em que se passa a ação do romance, interrogando-o e, novamente, entrelaçando-o ao poema-página, lugar de movimentação do texto poético, que se constrói semelhantemente, como ele já nos informou, ao zigue-zaguear das andanças do romancista e do poeta, no que ambos se identificam e confundem. Neste agrupamento está o último neologismo que nos interessa: *ex-paço*.

E que sargento (Nazareno) é esse
que o poeta
sensível altivo em seu silêncio e bruma
leva nas costas
pela estrada?
Leva e traz
Daqui pra lá / de lá
pra cá
como um K
um corpo
ora vivo
ora morto
neste paço
(ex-paço
poço)

A palavra *ex-paço*, tal com está seccionada, pode ser lida de vários modos. Quando pronunciada, ela tem o sentido de *espaço*, do latim, *spatium*, que mesmo originalmente já significava uma extensão limitada, correspondente à *praça*, à *página*, ao *poema*, palavras imageticamente imbricadas.

Como ocorre com *interdito* e *esgarça*, a palavra *espaço*, não existe no plano da escrita, e, sim, apenas, no plano fônico. Sua presença no interior da leitura está, entretanto, plenamente justificada pela configuração temática dos versos. Neste caso, ela não constitui um neologismo.

Neologismo ela se torna quando escrita, tal como se a vê no registro do poema: *ex-paço*. Assim grafada, ela não se encontra dicionarizada e cria sentidos estéticos atribuíveis ao prefixo *ex* (anterioridade, movimento para fora) e ao substantivo *paço*, do latim *palatium* (habitação suntuosa da realeza, prédio do conselho, câmara municipal).

Ex-paço é uma palavra nova em sua escrita, que o texto sugere ter sido criada por prefixação (*ex+paço*), porque antes dela, lê-se no verso anterior a palavra *paço*.

O prefixo *ex* permite a possibilidade uma operação de retorno no tempo, que o leitor proficiente fará, ao associá-lo ao antigo nome da capital e do estado em que se

passa a ação do romance, que o narrador diz ser *Santa Maria do Grão*. Este topônimo inventado é um misto dos antigos nomes do Estado do Pará e de sua capital, Belém, que se chamavam, outrora, Estado do Grão Pará e Santa Maria de Belém

O substantivo *paço* acentua essa sensação de retorno à Belém antiga, porque é um substantivo historicamente datado, sendo hoje um anacronismo.

O resultado dessa operação mórfica, que resulta na criação do neologismo *ex-paço*, é, entre outras possíveis: a criação da imagem de um lugar, de uma cidade paralisada no tempo, ou da permanência das injustiças humanas no transcurso temporal.

Esse neologismo gráfico, poderemos assim chamá-lo, parece estar sugerindo também que as injustiças, na cidade de Belém, datam de um tempo muito recuado, quando ainda o *paço* existia, porque agora ele é um *ex-paço*, do tempo em que a nobreza (realeza) ainda era a classe social hegemônica. Tempo que recua a eras de profundezas escuras, sombrias, cuja imagem é sugerida pela utilização do recurso da *paronomásia*, que permite ao poeta associar *paço* a *poço* (cavidade úmida e escura).

Os últimos versos do poema seguem a linha geral dos anteriores, mantendo o registro imagético do *tema*.

De um modo geral, chegados ao fim da análise dos três neologismos, pelo menos três conclusões podem ser enunciadas.

A estilística pode e deve valer-se de seus contatos com outras abordagens textuais, como a filologia e a filosofia da linguagem e da arte. Isso é produtivo e salutar para os estudos literários, sobretudo agora, quando, segundo Silva (2010) parece estar ocorrendo um retorno aos estudos filológicos, outrora tão próximos da Literatura e da Filosofia.

A filologia que eu denomino pós-imperial, depurada e liberta dos dogmas historicistas e positivistas da interpretação do texto pelo contexto, pela biografia e pela intenção do autor, esta filologia dialogante com a teoria literária contemporânea, esta filologia capaz de reconhecer e admitir as consequências hermenêuticas, numa perspectiva gadameriana, da exotopia e da exocronia do leitor/intérprete em relação ao texto, esta filologia que congrege a gramática e a retórica, a linguística e a literatura, a textualidade e sua inscrição na história, deve regressar com legitimidade e com dignidade às nossas Universidades, figurando como disciplina nos planos de estudos dos cursos de graduação e pós-graduação e figurando nas especialidades de doutoramento (SILVA, 2010, p. 106).

O recurso de seccionamento, verificado em *ex-garça* e *ex-paço* e *inter-dito*, que é, aliás, reiteradamente usado por Max Martins ao longo de boa parte de sua obra, indica que estamos diante de um tipo de neologismo especial, cuja existência se dá em uma dimensão puramente textual, escrita, que funciona semântica e esteticamente apenas no âmbito do poema, de onde deriva sua novidade e permanente garantia de exclusão dos dicionários.

A arte literária é um fenômeno regido pelo princípio da unidade de forma e conteúdo (tema) expressos imagetivamente pela linguagem, pois o que nela se diz (escreve) surge, esteticamente, em parte, por atos de criação linguística, como, nos exemplos estudados, o de seccionar as unidades lexicais, fazendo surgir de uma palavra, outras, multiplicando-lhe, assim, os sentidos, sempre com o intuito de compor uma unidade sensorial, uma imagem, para proporcionar o deleite e o efeito estético.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance I – A Estilística*. São Paulo: Editora 34, 2015.

CECIM, Vicente. *A asa e a serpente*, in *Viagem a Andara – O livro invisível*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1988.

COLERIDGE, Samuel Taylor. *Select poetry and prose*, in DEWEY, JOHN. *Arte como experiência*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. São Paulo: Editora Objetiva, 2009.

KANT, Immanuel. *Crítica do Juízo*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

LANGER, Susanne. *El símbolo artístico y el símbolo en el arte*, in *Los problemas del arte*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1966.

MARTINS, Max. *A asa e a serpente*, in *O risco subscrito*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2016.

PEIRCE, Charles. *Conferências sobre Pragmatismo (III)*, coleção *Os pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

PIGNATARI, Décio. *Semiótica e Literatura*. São Paulo: Editora Ateliê, 2004.

SILVA, Victor Manuel de Aguiar e. *Sobre o regresso à Filologia*, in *As humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*. Coimbra: Editora Almedina, 2010.

STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1997.

ULLMANN, Stephen. *Semântica – Uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

A LINGUAGEM LÚDICA DA TROVA HUMORÍSTICA

Pedro MELO
Colégio COC Santos
pedromelo@alumni.usp.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo examinar de que modo recursos estilísticos são mobilizados em textos poéticos de humor para produzir efeitos de sentido, utilizando como *corpus* um conjunto de trovas humorísticas. Entendida aqui no sentido particular de quadra (ou quadrinha) em redondilhas maiores, a trova é um gênero poético bastante antigo no Português e tem sido um formato propício para a expressão da sátira e do chiste. Para produzir efeitos de sentido humorístico, os poetas não apenas exploram temas considerados cômicos ou risíveis, como também utilizam a linguagem de forma lúdica para alcançar seus objetivos. Essa ludicidade se corporifica em escolhas lexicais expressivas, de modo que as palavras se revestem de comicidade ora por uma combinação não usual, ora pela criação neológica.

PALAVRAS-CHAVE: Estilística; Humor; Trova; Sentido

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a Antiguidade pensadores têm se debruçado sobre a questão do riso e as primeiras reflexões importante remontam a Platão e Aristóteles. A sempre citável máxima aristotélica “o homem é o único animal que ri” atravessou os tempos e chega até a modernidade com Bergson, ao afirmar que “não há comicidade fora daquilo que é propriamente humano” (BERGSON, 2007, p. 2). Ainda de acordo com Apte, “o senso de humor e a habilidade de rir e falar fazem dos homens seres únicos no reino animal” (APTE, 1985, p. 13)²⁵. O riso é traço distintivo do homem, ao menos de um ponto de vista essencialmente cognitivo (e não como mera resposta a um estímulo sensorial).

O que chamamos genericamente de “humor” abrange diversas facetas, tais como o chiste, a brincadeira, passando pelo trocadilho, a sátira, a ironia, o cômico, o deboche (derrisão), a piada, o sarcasmo e as brincadeiras de mau gosto, constituindo uma categoria bastante heterogênea, presente em maior ou menor grau em diversos gêneros discursivos, falados ou escritos, verbais ou não verbais.

O CHISTE E A SÁTIRA: DUAS CATEGORIAS PRODUTIVAS

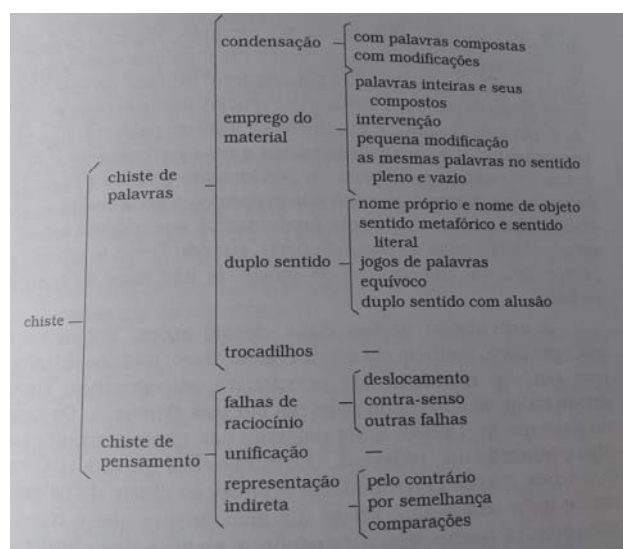
“Chiste” é a tradução da palavra alemã *witz*, sem equivalente exato para o português, sendo vertida mais comumente como “gracejo”. Trata-se de uma noção amplamente discutida por Sigmund Freud em seu clássico *O chiste e sua relação com o inconsciente*, de 1905, obra pioneira na qual procura descrever e classificar o chiste.

Freud postula que o *witz* é um gracejo que produz efeito de humor, mesmo que não seja essencialmente comédia. Entende que a principal característica do chiste é a

²⁵ “A sense of humor and the ability to laugh and to speak make human beings unique in the animal kingdom”.

brevidade, o que chama de *abreviação* ou *condensação* (FREUD, 1977, p. 31). Para nós, o chiste está mais próximo do que os franceses chamam de *mot d'esprit*, um dito espirituoso. Conquanto ancorado na Psicologia, seu trabalho nos interessa não apenas porque busca distinguir o cômico do que não é, mas porque ao analisar a formação do inconsciente, esboça uma análise da linguagem, tratando o chiste como uma construção intermediária que *envolve as palavras* e pressupõe uma *técnica*.

Em um ensaio no qual penetra nos labirintos do raciocínio freudiano, Todorov formulou um quadro sinóptico com as categorias e subcategorias propostas, nem sempre explicitadas por Freud mas identificáveis na leitura do texto como um todo:



(TODOROV, 1996, p. 313)

Freud divide o chiste em duas grandes categorias, o *chiste de palavras* e o *chiste de pensamento*. Assim como Todorov, também achamos discutível a dicotomia freudiana *palavras x pensamento*, pois um não existe sem o outro ou, como afirma Todorov, “nenhum chiste pode dispensar nenhum dos dois” (TODOROV, 1996, p. 315).

O que nos parece razoavelmente operacionalizável na abordagem freudiana é que certos chistes são construídos com base no significante, como os que exploram a massa sonora. Ainda assim, no entanto, o trato linguístico no plano do significante também repercute no significado, conforme a trova a seguir, de Wanda de Paula Mourthé, ilustra bem:

Diz a galinha d’angola:
 - Meu marido é mesmo um saco!
 Quando tiro a camisola,
 logo ele grita: - Tô fraco!
 (MOURTHÉ, 2013, p. 86)

Seguindo sua orientação, temos um *chiste de palavra*, que explora a comicidade da onomatopeia *tô fraco*, o som emitido pelas galinhas d’angola.

Neste caso, explora-se uma ressignificação da onomatopeia, que deixa de simplesmente representar um *som*, mas passa a ter valor de *frase*. Vemos que o chiste vai além da palavra: a unidade lexical onomatopaica *tofraco* (*Tô fraco*) passa a significar *estou fraco*, numa releitura em que o animal adquire traços antropomórficos e o macho (com traços + humanos) sofre de inapetência sexual.

O que nos parece, talvez pela questão do espaço da trova, é que a maioria das composições que analisaremos nesta tese são chistes, ou seja, *gracejos com as palavras* de modo a explorar sua função poética.

“Sátira” (do latim, *satura*, “mistura”) é um termo polissêmico, que tanto pode remeter a um gênero histórico, quanto à natureza cômica de uma obra que ridiculariza ou critica um objeto, às vezes de forma agressiva, não exclusivamente no domínio da literatura. Nos estudos literários, tanto pode significar um gênero textual (a *sátira menipeia*), quanto uma técnica (ou modo) de organizar um gênero.

Para este trabalho, optamos pelo recorte de sátira como “qualquer obra que procure a punição ou ridicularização de um objeto através da troça e da crítica direta; ou então, a meros elementos de troça, crítica ou agressão, em obras de qualquer tipo” (SOETHE, 2003, p. 157). Mesmo se tratando de um conceito bastante elástico, acreditamos que serve para o nosso propósito: interpretar textos cuja intencionalidade é o deboche, a troça, a crítica do outro, seja esse “outro” uma *instituição* (a sociedade ou seus costumes) ou uma *pessoa* (um tipo humano).

Na seguinte trova de Durval Mendonça, pratica-se um humor satírico, não direcionado (o que não implica a inexistência de um “muso” específico), em que a figura do deputado é diminuída por se dizer que não precisa ser alfabetizado:

Para ser bom deputado,
nem precisa saber ler.
Basta que diga: “Apoiado!”
se não sabe o que dizer...
(MENDONÇA, 1972, p. 186)

Trata-se de uma sátira certeira e atemporal, típica do humor político: satiriza-se o despreparo da classe política ou, pelo menos, que não se exija preparo de um integrante do Poder Legislativo. No âmbito do chiste, qualquer um pode ser deputado, até mesmo um analfabeto (verso 2). Jamais saberemos se o poeta pensava em algum deputado específico, dado irrelevante: décadas depois, a sátira permanece viva, pois representa um *tipo social*. Como não há na legislação brasileira qualquer restrição de ordem intelectual para candidatos a cargos eletivos, pessoas despreparadas continuam sendo eleitas e o humor permanece teimosamente atual (e atemporal).

A TROVA: UMA FORMA FIXA QUE RESISTE AO TEMPO

O humor está presente na literatura desde eras remotas e na língua portuguesa, especificamente, acompanha a poesia desde as cantigas satíricas medievais, passando pela pena ferina de Gregório de Matos, Bocage, Emílio de Menezes, os modernistas da primeira geração e alcançando o século XXI.

Nesse universo em constante movimento (e expansão), uma forma poética popular passa quase despercebida da crítica especializada, mas ainda assim sobrevive nas mãos de poetas anônimos pelo Brasil inteiro (e até no exterior), a trova. Os exemplos que vimos no tópico anterior nos permitem vislumbrar um gênero pulsante e vivo, molde adequado para a sátira certeira e o chiste inteligente, devido, em parte, ao seu formato exíguo, o que exige do poeta um grande poder de síntese.

De forma sistemática, o cultivo da trova é relativamente recente e se deve a um entusiasta, Luiz Otávio (1916-1977). Segundo Wanke, Luiz Otávio promovia saraus em sua residência no Rio de Janeiro e dessas reuniões surgiu a ideia de organizar uma coletânea de trova, publicada em 1956, sob o título de “Meus irmãos, os trovadores”. Dois anos depois, em 1958, Luiz Otávio conhece J. G. de Araújo Jorge (1914-1988) e

com ele concebe os “Jogos Florais”, concursos literários de trovas, sendo o primeiro evento realizado em Nova Friburgo (RJ), em 1960 (WANKE, 1978, p. 34-35).

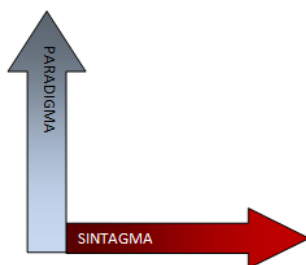
A partir de então, os concursos de trova se espalham pelo Brasil e ainda são realizados, inclusive em Nova Friburgo, a cidade mais antiga a promover esse tipo de evento. A princípio com trovas de conteúdo lírico, Nova Friburgo a partir de 1967 incluiu o humorismo como categoria, o que incentivou sobremaneira o cultivo desse gênero específico, a trova humorística. Desde então, multiplicaram-se não só os concursos como também as composições, gerando para nós um acervo relevante²⁶.

A EXPRESSIVIDADE: PALAVRAS, PALAVRAS E PALAVRAS...

Em uma das passagens mais famosas de Shakespeare, quando perguntado sobre o que está lendo, Hamlet responde: “Palavras, palavras, palavras, nada mais que palavras...” Mas discordamos do príncipe pretensamente louco: as palavras são tudo, e com elas criamos efeitos de sentido que nos permitem compreender o mundo e sermos compreendidos pelos outros.

No âmbito da trova humorística, percebemos que os poetas empregam a unidade lexical com fins de reforçar o sentido cômico de seu enunciado, de modo a explorar, como diz Cressot, “mais ou menos inconscientemente o matiz qualitativo e quantitativo associado a determinado vocábulo” (CRESSOT, 1980, p. 13). Se na modalidade comum da língua, isso pode ser feito “mais ou menos inconscientemente”, na modalidade literária, especialmente na poesia, essa exploração dos recursos léxicos da língua acontece de modo consciente.

Como enfatizou Saussure, “num estado de língua, tudo se baseia em relações” (SAUSSURE, 2006, p. 142), a dicotomia *sintagma* e *paradigma*:



Essas relações são dispostas em dois eixos: de um lado, a *relação sintagmática* constitui o eixo horizontal – de arranjos ou *combinações* entre as unidades lexicais na cadeia da oração e do período – e do outro, a relação associativa²⁷ constitui um eixo vertical – de *seleção* entre unidades lexicais.

Uma relação é rígida, não sendo o falante livre para efetuar “escolhas”, exceto aquelas permitidas pelo próprio sistema linguístico, como o hipérbato, por exemplo. Para o mestre genebrino, no eixo sintagmático, as relações ocorrem entre termos que

²⁶ Esse gigantesco acervo de trovas consta no site pessoal do poeta José Ouverney, <http://www.falandodetrova.com.br>. Que saibamos, não foram publicadas em livros, de modo que a referência bibliográfica é o site, em que não há indicação de número de páginas, mas apenas a cidade promotora do evento e o ano.

²⁷ A denominação “paradigma” com referência às relações associativas foi proposta pelo linguista dinamarquês Louis Hjelmslev em seu famoso *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (originalmente publicado em 1943), no qual relê e amplia as discussões da obra de Ferdinand de Saussure.

ocupam posições determinadas em uma cadeia, ou seja, na cadeia da frase e do período, os elementos ocupam posições em uma sequência definida.

As combinações do eixo horizontal são de natureza estruturante, de forma que o falante se encontra sob as injunções do sistema. Tais relações se dão no âmbito da organização, da ordem dos termos do período – sintagma advém do substantivo grego *syntagma*, cujo significado é precisamente este: “coisa arrumada, ordenada”.

Em síntese, as relações sintagmáticas dizem respeito à linearidade da sentença.

Entretanto, como diria o poeta de *Morte e Vida Severina*, “isso ainda diz pouco”: as palavras não são blocos rígidos e separados em nossa memória, mas dotadas do que Saussure denominou *relações associativas* – o eixo paradigmático.

Valendo-nos da terminologia saussureana, podemos dizer que o efeito de sentido humorístico é provocado por uma *relação associativa* insólita. Segundo Saussure:

fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Assim, a palavra francesa *enseignement* ou a portuguesa *ensino* fará surgir inconscientemente no espírito uma porção de outras palavras (*enseigner, resigner* etc. ou então *armement, changement*, ou ainda *éducation, apprentissage*); por um lado ou por outro, todas têm algo de comum entre si (SAUSSURE, 2006, p. 143).

Essas relações, que o mestre genebrino nota se manifestarem *in absentia*, ou seja, de forma *virtual*, tecem-se cognitivamente de forma que em cada contexto o falante poderá explorar o parentesco sonoro, mórfico ou léxico-semântico, conforme suas intenções.

O eixo vertical, embora não totalmente “livre” (afinal, a língua não é uma entropia), permite maior grau de liberdade na escolha das palavras para o enunciado. É justamente no eixo da seleção que está centrada a questão do estilo e da expressividade, visto que o humor transcende a combinação das unidades lexicais no plano da frase e requer uma escolha consciente do enunciador visando produzir efeitos de sentido.

Para o poeta mexicano Octavio Paz, as palavras se comportam como seres “caprichosos e autônomos” (PAZ, 2012, p. 56). Esses “seres caprichosos e autônomos”, ainda que estejam sob as injunções do sistema linguístico, são capazes de produzir sentidos infinitos e expressivos.

Como ocorre esse uso expressivo? Constituem processos estilísticos as marcas linguísticas que produzem efeitos de sentido e, de modo mais abrangente, no discurso. Segundo Herculano de Carvalho, estilo é “o conjunto objetivo de características formais oferecidas por um texto como resultado da adequação do instrumento linguístico às finalidades específicas do ato em que foi produzido” (CARVALHO, 1973, p. 303).

Buscando um conceito operacionalizável, Henriques pontua que estilo é “o modo pelo qual um indivíduo usa os recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos, discursivos da língua para expressar, oralmente ou por escrito, pensamentos, sentimentos, opiniões etc.” (HENRIQUES, 2018, p. 27).

De acordo com Monteiro, “a característica fundamental da expressividade reside na *ênfase, na força de persuadir ou transmitir os conteúdos desejados, na capacidade apelativa, no poder de gerar elementos evocatórios ou conotações*” (MONTEIRO, 1991, p. 17, grifos nossos), de modo que a expressividade é a capacidade do enunciador de manifestar emoções e provocar no enunciatário sensações semelhantes. Essa força de persuasão e de apelar ao enunciatário é uma característica de notável vivacidade do enunciado humorístico, literário ou não.

O conceito de escolha ou seleção lexical nos evoca a metáfora da língua como um “restaurante”, em que tem um *menu* (o Sistema), do qual pode selecionar as opções preferidas de acordo com sua “fome”, sua intencionalidade.

Para Possenti, tais escolhas não são discricionárias, frutos do alvitre do falante, apenas uma “opção entre alternativas dadas”, mas “uma categoria constitutiva” (POSSENTI, 2009, p. 92). Conforme pondera:

tal escolha não poderá ser definida como um gesto que decorre simplesmente de uma avaliação do peso das alternativas por parte de um sujeito/autor onisciente e todo-poderoso, livre de qualquer amarra institucional. Pois é inevitável, a não ser que se pense que uma língua é efetivamente congelada e uniforme para todos os falantes, todos os gêneros e todas as circunstâncias, aceitar que dizer de determinado modo implica não dizer de outro. Ou seja, a escolha é uma necessidade estrutural. (POSSENTI, 2009, p. 93, grifos nossos)

Como a escolha é uma necessidade estrutural, não está atrelada a um discurso específico nem é, tampouco, exclusiva da linguagem literária, de forma que é tarefa da Estilística considerar e analisar o uso afetivo da linguagem como traço fundamental do próprio sistema linguístico, ou seja, da *langue*.

Retomamos aqui o conceito estilístico de *desvio*: embora seja uma noção duramente questionada nos estudos linguísticos atuais, em textos humorísticos a noção de estilo como *desvio da norma* não nos parece descabida nem impressionista, mas pode ser operacionalizável de forma consistente.

Monteiro defende a hipótese de que “o *contexto* desempenha o papel de norma e o estilo nasce de um desvio a partir dele. Isto é, somente o contexto determinará quando algo deve ou não ser considerado expressivo” (MONTEIRO, 1991, p. 15, grifos nossos).

A proposta do autor parece-nos razoável para compreendermos determinadas escolhas operadas em textos de humor que normalmente não ocorrem em contextos “sérios”. Lembramo-nos do conceito bakhtiniano de carnavalização da literatura: o estilo como desvio implica olharmos para o fenômeno do humor como o signo da transgressão.

O prazer das palavras é desfrutado pelos poetas, crianças que não quiseram crescer: o que mais fazem é brincar com as palavras, em piruetas linguísticas que são “jogos lexicais extremamente criativos” (CARDOSO, 2018, p. 150), como se o sistema linguístico fosse um *Lego* abstrato, composto de peças desmontáveis e encaixáveis em infinitas possibilidades.

Nada mais natural, se lembramos de Huizinga, para quem “a *poiesis* é uma função lúdica. Ela se exerce no interior da região lúdica do espírito” (HUIZINGA, 2000, p. 88). Essa “função lúdica” foi perfeitamente sintetizada por Todorov, para quem

a existência da expressão “jogos de palavras” nas nossas línguas é significativa. O “jogo” de palavras opõe-se à *utilização* das palavras, tal como é praticada em todas as circunstâncias da vida cotidiana. Esta oposição não diz respeito ao jogo e à seriedade, mas também à palavra que apenas serve para exprimir, designar, incitar, que se consome na finalidade ou na sua origem (TODOROV, 1980, p. 315).

Como Todorov nos ensina, há uma distinção entre o uso das palavras em situações quotidianas e em situações cujo contexto envolve um uso distinto da linguagem.

Na linguagem dita cotidiana, o interesse é “expressar, designar”, não brincar ou provocar sugestões. Por outro lado, e é o que está em questão neste trabalho, há usos especiais da linguagem, contextos específicos que exigem não a mera nomeação ou designação, mas a provocação de emoções, tais como o humor.

Como a brincadeira e o humor são irmãos siameses, inevitavelmente a linguagem é empregada ludicamente a fim de produzir efeitos de sentido humorístico, combinando aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos.

A ESCOLHA LEXICAL HUMORÍSTICA

Resumidamente, as palavras são dotadas de aspectos afetivos e evocativos que podem ser expressos de forma cômica, sob o signo da transgressão. Para este aspecto, vamos destacar quatro aspectos: o seu estrato sonoro; os morfemas flexionais e derivacionais; o efeito evocativo das lexias; a produção do sentido por meio da criação de novas unidades lexicais, tanto do ponto de vista formal.

Ressalte-se que essa divisão não é estanque, visto que a produção do sentido (isto é, o aspecto semântico) permeia todos eles.

Um modo eficiente de se produzir efeito de sentido humorístico é a escolha lexical motivada pela massa sonora da lexia, de forma a sobressaírem no enunciado traços como a rima, a onomatopeia, a harmonia imitativa, a aliteração e o acento de duração, a fim de surpreender o leitor. Aqui nós destacaremos a aliteração.

A aliteração, tratada pelas gramáticas como “figura de linguagem”, é um recurso estilístico de grandes efeitos expressivos. Goldstein conceitua-a como “a repetição da mesma consoante ao longo da estrofe ou do poema” (GOLDSTEIN, 2008, p. 74). Acrescentamos que a aliteração também pode, em alguns contextos, ocorrer na prosa como um traço de expressividade, até mesmo em textos não literários.

O recurso da aliteração tem sido bastante explorado em textos literários no decorrer da história de nossa literatura. Vários autores têm se aproveitado das possibilidades expressivas da aliteração para provocar sugestões cômicas: notamos que as possibilidades humorísticas podem ser surpreendentes e infinitas.

Essa repetição pode apresentar notável potencial para a expressão do humor, como veremos nas trovas a seguir. Em nosso *corpus* a aliteração se mostra um recurso estilístico eficiente para a produção de efeitos de sentido humorístico, mesmo que o objeto de riso às vezes seja, metalinguisticamente, apenas a própria repetição em si mesma.

Na seguinte trova, em que Emílio de Menezes faz troça da figura de Rui Barbosa, a aliteração é um recurso que traz notável expressividade ao enunciado:

Feio, fúnebre, funéreo,
sempre de luto fechado,
parece um feto barbado
saído do cemitério.

(MENEZES, 1956, p. 97, negritos nossos)

O fonema /f/ é repetido cinco vezes, em cinco unidades lexicais, os adjetivos *feio*, *fúnebre*, *funéreo* e *fechado* e o substantivo *feto*.

Os três primeiros adjetivos referem-se à pessoa do “homenageado”, não somente retratado como um indivíduo “feio”, mas também como dotado de aspecto “fúnebre” e “funéreo”, por se trajar sempre de preto (“luto fechado”).

Também o segmento “feto barbado”, em alusão à baixa estatura, é expressivo por apor o adjetivo “barbado” (+ velho) ao substantivo “feto”.

Embora de um ponto de vista morfossintático o sistema linguístico seja mais rígido, é possível se produzirem efeitos estilísticos por meio da exploração lúdica dos componentes estruturais da lexia, como os seus morfemas flexionais e derivacionais. Trata-se de criar sentidos por meio de flexões inusitadas ou da pejoratividade expressa por determinados sufixos.

Numa primeira possibilidade, as desinências de gênero (-o, -a) podem ser empregadas com finalidade cômica, atribuindo-se gênero feminino a substantivos masculinos e vice-versa. Trata-se de um recurso linguístico de grande expressividade, uma vez que subverte os padrões flexionais.

Na década de 60, a dupla caipira “Alvarenga e Ranchinho” fez muito sucesso com a música “Romance de uma caveira”, em que aparece a inusitada flexão “caveiro” (masculino de “caveira”).

Nas trovas a seguir, acontece um procedimento linguístico semelhante, mas a partir do substantivo epiceno *minhoca*. A flexão *minhoco* aparece em diversas trovas, das quais escolhemos a de Santos Teodósio (1984).

Na trova de Santos Teodósio, o chiste é construído pela atribuição de traços humanos ao não muito simpático anelídeo:

Há situações de sufoco
no novo amor liberado...
minhoca beijou minhoco
sem saber qual era o lado...
(TEODÓSIO, 1984)

Temos aqui um humor ligeiramente malicioso e mais bem construído que no primeiro caso, a começar pela escolha das rimas sufoco/minhoco e liberado/lado. O primeiro verso introduz a ideia de um problema (“sufoco”) para realização do amor livre (“amor liberado” e “beijou”).

Neste caso, a iniciativa é da fêmea (“minhoca” é sujeito de “beijou”), que está diante de um sufoco por não saber qual é o “lado” do parceiro, isto é, não distingue a cabeça do ânus.

O humor se constitui por essa atribuição de traços humanos (“beijar” e “saber”) a um animal que nem beija nem é capaz de “saber”, isto é, realizar uma operação cognitiva, como se fosse uma pessoa. Essa impertinência semântica é o gatilho do humor neste caso, reforçado pela brejeira flexão de masculino.

Como observou Câmara Jr., a tonalidade afetiva é decorrente “de uma natureza mais ou menos convencional atribuída às coisas designadas” (CÂMARA Jr., 1953, p. 75). Se, então, determinadas palavras despertam estereótipos humorísticos, isto se dá basicamente por conta de uma convenção, não de sentidos cristalizados inerentes às palavras em si, visto que o signo linguístico é arbitrário.

Além do efeito evocativo que algumas unidades lexicais podem produzir no tocante ao seu significado humorístico ou pejorativo, também cabe lembrar que se podem explorar nuances de sentido.

Um modo de se explorar os limites do sentido é por meio do trocadilho ou calembur, um jogo lexical que apresenta palavras com sons semelhantes mas de significados diferentes. Caracteriza-se, segundo Tavares, por ser um “arranjo hábil de palavras semelhantes no som e cuja sequência propicia a equívocos de sentidos dúbios, principalmente visando fazer humor ou graça” (TAVARES, 1978, p. 366).

Como nos lembra Ullmann, a polissemia e a homonímia são fontes produtivas de trocadilhos, independentemente de serem fracos ou engenhosos (ULLMANN, 1964, p. 390). Não faremos distinção entre trocadilhos por polissemia ou homonímia, mas

concordamos com o autor quando diz que a maioria “não são mais que súbitos e isolados clarões de engenho ou de humor” (ULLMANN, 1964, p. 397), acrobacias linguísticas que visam a divertir o enunciatário. A semelhança de sons entre unidades lexicais recebe o nome de paronomásia. De acordo com Pignatari, nesses casos “o paradigma se projeta sobre o sintagma” (PIGNATARI, 2005, p. 17).

Vejamos a seguinte trova de Wanda de Paula Mourthé:

Quando a mulher do mascate,
parte pro tapa e, na luta,
chama a outra de “biscate”,
esta revida e... disputa!
(MOURTHÉ, 2013, p. 92)

Neste caso, o enunciador brejeiramente não destaca a lexia, cabendo ao leitor realizar o percurso interpretativo. O humor reside na leitura não *bona fide* da unidade “disputa”, terceira pessoa do presente do indicativo do verbo “disputar”: (ela) disputa.

A seleção lexical operada pelo enunciador fornece as pistas: nos dois primeiros versos, o sintagma “a mulher do mascate / parte pro tapa” mostra um entrevero não apenas verbal, mas físico entre duas mulheres. “Na luta”, isto é, no “tapa”, agressão física entre mulheres, a primeira personagem chama a outra de “biscate”.

A escolha lexical merece uma análise detida. A rima entre *mascate* e *biscate* é expressiva porque *biscate* possui dupla interpretação: significa, num primeiro momento, o trabalho temporário, o “bico”. É derivada de *biscato*, porção de alimento que a ave carrega no bico para um filhote. A palavra *biscate*, portanto, além do sema de trabalho, traz em si a ideia de algo pequeno, de pouca importância. Nessa acepção, *biscate* e *mascate*, além da rima, são itens lexicais do mesmo campo semântico, têm sema de trabalho.

Também, derivado desse sentido, *biscate* adquiriu o significado injurioso de “meretriz ou prostituta”, um “trabalho” menor, sem importância... *Biscate*, palavra de baixo calão, se liga semanticamente a *puta*, de igual significado e teor injurioso. Porém, *puta* se esconde atrás da homofonia com a forma verbal *disputa*... Teríamos, portanto, “chama a outra de ‘biscate’, / esta revida... e... diz puta!” Na verdade, essa leitura não *bona fide* se impõe sobre uma primeira, ingênua, de que realmente a personagem “disputa”, ou seja, ambas disputam um ponto para venda (*biscate* no sentido *bona fide*), sugerido pela lexia “mascate”, no primeiro verso. Essa leitura ingênua é logo descartada pelo verbo que introduz o quarto verbo “revida” (“vinga”, “retruca”, “replica”). Ora, A chama B de uma palavra injuriosa e B revida, logo, B também chamará A de outra palavra injuriosa...

O efeito de sentido de humor nesse caso é criado pelo jogo de palavras entre “biscate” (trabalho informal; meretriz, ambos sobrepostos) e pela segmentação (não explícita, mas sugerida) de “disputa”, que deixa de ser verbo para ser verbo + substantivo (disputa x diz puta).

Essa segmentação também é facilitada pela semelhança fonológica entre “dis”, da base “disput”, e “diz”, do verbo “dizer”, já que os grafemas “s” e “z” representam o mesmo fonema. O *insight* da trova é que, apesar da previsibilidade de segmentação (disputa/diz puta), o enunciador cria um contexto em que a desagregação do vocábulo não é expressa graficamente, *mas sugerida pela leitura*, cuja direção é traçada pela escolha lexical das rimas *mascate/biscate* e *luta/disputa* (*diz puta*) e pelas lexias *luta* e *revida*.

O NEOLOGISMO HUMORÍSTICO: NEM O CÉU É O LIMITE

Não basta, porém, brincar com o lego abstrato: é necessário criar peças novas. Além da escolha lexical motivada pelo estrato sonoro, pelo nível mórfico ou pelos sentidos evocativos das palavras, a escolha pode ser realizada de modo original, pela criação de uma nova lexia ou pela ressignificação de uma já existente. Os recursos disponíveis no inventário léxico da língua são incomensuráveis.

De acordo com o repertório e a competência linguística do falante, porém, nem sempre a combinação entre os componentes do acervo léxico da língua é suficiente: o falante precisa criar unidades lexicais *inéditas* ou atribuir novos sentidos àquilo que já existe.

Naturalmente essa recriação não ocorre “do nada”, como se o falante, de modo fora do comum, fosse capaz de conceber novas unidades mínimas de valor distintivo (fonemas) ou novas unidades portadoras de significado (morfemas). Sua competência lexical torna possível que possa formular novas unidades lexicais, a partir do estoque disponível na língua, servindo-se de processos de derivação, composição ou outros processos menos frequentes.

Esses atos linguísticos, como ponderou Coseriu:

são atos de criação inédita, porque correspondem a criações inéditas, mas são, ao mesmo tempo – pela própria condição essencial da linguagem, que é a comunicação –, atos de re-criação; não são invenções *ex novo* e totalmente arbitrárias do falante, mas se estruturam sobre modelos precedentes, que os novos atos contêm e, ao mesmo tempo, superam. (COSERIU, 1987, p.72)

Na escolha lexical propriamente dita, um falante seleciona unidades lexicais para criar sentidos, motivado pela sonoridade ou pelo significado delas. Na criação lexical, contudo, o falante opera em um nível anterior: o mórfico, tendo em mente a *estrutura* e a *formação* das unidades, através dos seus componentes portadores de significado.

Vejamos três exemplos de neologismos humorísticos, de acordo com seus processos de formação: uma derivação, uma composição e uma palavra-valise.

A derivação é um processo de formação de palavras bastante produtivo em Português (ALVES, 2007, p. 14) e, sendo assim, não deveria causar surpresa que também esteja presente na criação de palavras com finalidade humorística.

O que de imediato se pode perceber é que, assim como em outros processos, a combinação inusitada de prefixos e sufixos também tenciona o efeito surpresa. Se aceitarmos a tese de Lapa, de que “as palavras suscitam em nós a imagem das coisas a que se referem” (LAPA, 1975, p. 9), então as possibilidades infinitas de manipulação de prefixos e sufixos nos permitem evocar novas coisas, estabelecendo uma “atmosfera fantasiosa” (LAPA, 1975, p. 10) à qual nós, enquanto enunciatários e objetos desse riso, aderimos.

Na derivação sufixal, um elemento é posposto a uma base. Trata-se, como lembra Alves, “de um elemento de caráter não-autônomo e recorrente” (ALVES, 2007, p. 29), de forma que é um processo de formação de palavras muito produtivo em português.

O primeiro neologismo por sufixação é formado com o sufixo –gate:

Hoje que a vaca Mimosa
“pula a cerca” e “esconde o leite”,
o touro, perdendo a prosa,
instaurou um “Chifregate”...

(LUCIMAR, 1987)

Gonçalves explica o surgimento de novos formativos na língua, lembrando que falantes podem reinterpretar determinada palavra existente, nativa ou estrangeira. O *splinter* ou *xenoconstituente* é um “elemento morfológico recém-criado em inglês a partir de processos como o truncamento e a abreviação” (GONÇALVES, 2016, p. 86). O autor cita os casos de *ciber-* (encurtamento de *cybernetic*) e *e-* (abreviação de *eletronic*). Para Alves, o xenoconstituente *Gate* tem inequívoco valor sufixal e integra unidades lexicais substantivas “denotativas de corrupção e de mau uso do dinheiro público” (ALVES, 2007, p. 40).

O neologismo *Chifregate* se processa a partir elemento formador *-gate*, espelhado em *Watergate*, escândalo político ocorrido em 1972 nos Estados Unidos. *Watergate* era o nome de um edifício em Washington onde funcionava o Comitê Nacional do Partido Democrata, alvo de uma operação clandestina de espiões que foram detidos tentando fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta. Jornalistas estabeleceram ligações entre a ação criminosa e o então presidente republicano Richard Nixon, que foi obrigado a renunciar por causa do escândalo.

O que nos interessa particularmente é que o elemento *-gate* perdeu o significado original de “portão” e adquiriu um novo significado, produzindo diversas unidades com a ideia de “escândalo”, todas espelhadas em *Watergate*.

Mais recentemente, em 2007, a imprensa brasileira cunhou o neologismo *Renangate*, escândalo político envolvendo o senador brasileiro Renan Calheiros, então presidente do Senado Federal, acusado de receber dinheiro de um lobista.

Chifregate traduz a ideia de um escândalo de adultério no mundo animal (lembrando Bergson, para quem rimos dos animais porque projetamos neles características humanas), em que uma vaca “pula a cerca” (= tem relações extraconjugais) e “esconde o leite” (= nega-se a ter relações sexuais com o parceiro), fazendo com que este instaure um inquérito, que recebe o sugestivo nome de “chifregate”, em que “chifre”, de modo ambivalente, se refere tanto ao apêndice ósseo propriamente dito (sentido denotativo), como também à traição (sentido conotativo).

Para se produzir o efeito humorístico, a autora criou uma cenografia do mundo animal, empregando unidades lexicais ligadas ao folclore e que têm sema de sexualidade, *vaca* (unidade empregada de forma injuriosa a mulheres), *chifre* (levar chifre = ser traído) e *touro* (o nome do animal é associado a homens traídos).

Trata-se de humor machista atenuado por se tratar realmente de personagens do mundo animal e não como uma fábula. O riso se dá justamente porque são animais de fato. O leitor percebe que não está diante de uma fábula, mas ri porque projeta nos personagens características antropomórficas, o que corrobora a tese de Bergson.

As unidades compostas, como a própria nomenclatura indica, são lexias formadas por mais de uma base. Como coletamos apenas casos de justaposição e de composições sintagmáticas, nos ateremos somente a estes dois.

A respeito da justaposição, Alves lembra que a unidade lexical composta “funciona morfológica e semanticamente como um único elemento... revela um caráter sintático, subordinativo ou coordenativo” (ALVES, 2007, p. 41). Na justaposição, duas bases são unidas para formar uma nova unidade. A ligação semântica entre ambas é perceptível no neologismo “navio-bordel”:

Por um engano semântico,
deu mancada o Seu Manoel,
que pensou que "TRANSAtlântico"
fosse um **navio-bordel**!

(HAGEN, 1994)

O chiste é essencialmente linguístico e parte de um suposto equívoco de leitura da unidade lexical “transatlântico”, compreendida não como uma derivação prefixal (trans + Atlântico) mas como composição aglutinada (transa + Atlântico), em que o prefixo “trans” (= além de, para lá de, depois de) é lido como “transa” (= faz sexo). A partir da leitura não *bona fide* do prefixo, compreendido como base, cria-se o neologismo correspondente ao novo sentido dado à unidade “transatlântico”: navio-bordel, uma composição coordenativa (navio e bordel ao mesmo).

O enunciado é bem construído em todos os seus detalhes: o enunciador revela tratar-se de um “engano semântico” (= equívoco de sentido), criando uma combinatória expressiva com a rima entre *semântico* e *transatlântico*, independentemente do significado que se atribua à unidade “transatlântico”. Neste caso, também, um homem afoito (não poderia ser uma mulher), com “más intenções”, ao pensar que embarcava em um “navio-bordel”, onde encontraria prostitutas.

A escolha do nome próprio do personagem (Manoel) é expressiva porque se trata de um nome típico português, de forma que não se diz no enunciado “lusó”, “lusitano”, “português”, ou “portuga”, mas essa condição é expressa pelo nome escolhido. O “engano semântico” não teria relevo se o personagem não se chamasse “Manoel”, logo, um português. Para o chiste funcionar, o personagem retratado deve corresponder ao estereótipo de alguém desprovido de inteligência, daí a figura do lusitano: em nosso folclore humorístico abundam anedotas de portugueses e de loiras com esse mote. Consequentemente, a rima entre os versos pares (Manoel/navio-bordel) é expressiva também pelo seu aspecto inusitado: mesmo que considerássemos apenas o segundo elemento do composto (Manoel/bordel), ainda assim a combinatória fugiria do lugar-comum associado a várias escolhas de rimas.

Por fim, o cruzamento lexical, um “estranho no ninho”, tendo em vista seu caráter exótico. Martins assim define os cruzamentos lexicais: “Consistem na fusão de duas palavras que têm alguns fonemas comuns, os quais propiciam a soldagem. A sua formação revela criatividade, espírito, e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado da combinação” (MARTINS, 2012, p. 156). A autora cita o substantivo “enxadachim”, criado por Guimarães Rosa, amálgama das unidades lexicais *enxada* + [*espada*]*chim*, em que o herói luta pela sobrevivência com uma enxada, assim como um espadachim luta com uma espada ou sabre. Cardoso, por sua vez, acrescenta que se trata

de um processo diferente em que unidades lexicais se mesclam formando outra unidade, sem, entretanto, manterem obrigatoriamente seus radicais. Há casos em que se mantém a parte inicial de uma unidade e a parte final de outra (portunhol), há casos em que uma unidade mantém sua integridade morfofonológica e outra sofre uma ruptura (showmício), e há casos em que uma unidade adentra-se na outra (chafé, lixeratura, namorido), havendo entre elas uma intersecção lexical (CARDOSO, 2010, p. 215).

O estudo de Cardoso, embora também focalize o texto literário, diferentemente de Martins colhe exemplos da língua comum, em particular da imprensa. Nesse estudo, depois retomado e ampliado em 2013, a autora ainda acrescenta os seguintes exemplos: *motel* (motor + hotel) dicionarizado, *Bill Pinton* (Bill Clinton + pinto), *Martaxa* (Marta + taxa), *Peiticeira* (peito + Feiticeira), *Lucianta* (Luciana + anta), *Febemdiru* (FEBEM + Carandiru).

Exemplos de cruzamento lexical criados mais recentemente e colocados em circulação pelas redes sociais são Luladrão (Lula + ladrão), lularápio (Lula + larápio), Bolsominion (Bolsonaro + *minion*), Bolsolixo (Bolsonaro + lixo). Não dispomos de datação desses neologismos, mas empiricamente podemos afirmar que foram criados nesta década (isto é, no período a partir de 2011). Em 2019, com a notoriedade de Tábata Amaral (jovem eleita deputada federal por São Paulo) de Olavo de Carvalho, surgiram no *Facebook* os neologismos “Tabatonta” (Tábata + tonta) e fiofolósofo (fiofó + filósofo).

Na seguinte trova, Arlindo Tadeu Hagen nos brinda com um chiste bastante expressivo:

Ao dar carona a um brotinho
de formas extraordinárias,
fez tanto esforço o velhinho
que estourou as “**caronárias**”!
(HAGEN, 1987)

O tema do homem idoso (rico, é claro) apaixonado por uma mulher jovem é um velho clichê humorístico, o que já se evidencia inclusive pelo emprego do arcaísmo “brotinho”, gíria da década de 1960. Como, porém, o poeta consegue extrapolar o clichê, o senso comum, a piada pronta do coração de um homem idoso não resistindo ao furor sexual de uma mulher jovem?

A sexualidade é insinuada pelos segmentos “formas extraordinárias” e “fez tanto esforço”. Uma carona não depreende esforço físico, seja para um homem jovem seja para um homem idoso. Um homem jovem não faria esforço, então é necessário que seja o idoso, para que o texto configure tematicamente o clichê. O esforço é o ato sexual dentro do carro, o que sugere da parte de ambos “segundas intenções”, tanto ao oferecer quanto ao aceitar a carona.

Mas as artérias coronárias do nosso pobre ancião não aguentam o esforço e ele as estoura. Mas não são simples coronárias, mas “caronárias”, isto é, as coronárias de um velho que deu carona para uma moça com intenções lúbricas.

Esse amálgama é particularmente expressivo porque as duas unidade lexicais são massas sonoras praticamente iguais. Em “caronária” é quase impossível determinar onde termina a primeira base e começa a segunda. Trata-se de [caro]na + coro[nária] ou [caron]a + coron[ária]? Isto acontece por duas razões, ambas de natureza fonológica: primeiro, ambas as bases possuem os mesmos fonemas consonantais, a saber, /c/, /r/ e /n/, e segundo, a sílaba postônica de carona é a mesma sílaba tônica de coronária. Apenas a vogal da primeira sílaba é diferente (a/o), o que torna a fusão perfeita.

A ludicidade das palavras é um convite ao bom humor: o amálgama “caronárias”, resultante da improvável fusão entre “carona” e “coronárias”, constitui a saída inteligente do autor para superar os limites do lugar-comum, daquilo que é tematicamente previsível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas são as formas encontradas no discurso literário e, em particular na sua interface com o humor, para explorar as potencialidades do sistema linguístico. Nesta tese nós focalizamos dois aspectos imbricados: o primeiro é a escolha lexical propriamente dita, ou seja, o emprego de unidades lexicais com valor expressivo, cuja finalidade é produzir efeitos de sentido de humor por meio da exploração lúdica do seu significante ou do seu significado; o segundo aspecto, também uma questão de escolha,

é a criação de unidades neológicas – formais ou semânticas – cujo objetivo inequívoco é provocar o riso pelo estranhamento ou pelo deslocamento de sentido.

O humor dos trovadores diferencia-se do humor em outros discursos porque faz uso de recursos estilísticos intrínsecos à língua literária, o que produz deslocamentos de sentido em relação à língua comum: o chiste e a sátira revestem-se de expressividade porque a linguagem em que se estruturam é mais elaborada. Se, por um lado, os clichês e os estereótipos são basicamente os mesmos, o trato linguístico valoriza tais enunciados, de modo que por vezes, afastando-se da anedota, o riso é decorrente dessa elaboração da linguagem, menos do que é dito e mais da arquitetura do enunciado, como se o plano da expressão se sobrepusesse ao plano do conteúdo.

Entendemos que esse trato especial da linguagem constitui um critério para considerarmos um texto de humor estilisticamente expressivo. A expressividade pode ocorrer em diversos tipos de discurso, em maior ou menor grau.

O que é importante que se diga é que a literatura não é um “dom” exclusivo de uma minoria de “eleitos das musas”, de gênios como Bandeira ou Cecília Meireles. Como afirmou Décio Pignatari, “não é porque houve um Pelé que você vai deixar de jogar futebol” (PIGNATARI, 2005, p. 10). A poesia está ao alcance de todo falante com um mínimo de predisposição e sensibilidade.

Tudo é função poética, mesmo quando não parece.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- APTE, Mahadev. *Humor and laughter: an anthropological approach*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1985.
- ASSIS, A. A. de. Que susto teve a minhoca. In: *XVIII Jogos Florais de Bandeirantes*. Bandeirantes (PR): 2001. Disp. em: <http://falandodetrova.com.br/bandeirantes2001>
- BERGSON, Henri. *O riso*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- CARDOSO, Elis de Almeida. *O léxico no discurso literário: a criatividade lexical na poesia moderna e contemporânea*. São Paulo: Edusp, 2018.
- CARDOSO, Elis de Almeida. Cruzamentos lexicais no discurso literário. *Estudos linguísticos XXXIX* (1), p. 214-222, mai-ago. 2010.
- CARVALHO, José Herculano de. *Teoria da linguagem: natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra: Atlântida Editora, 1973.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- CRESSOT, Marcel. *O Estilo e suas técnicas*. Trad. Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- GOLDSTEIN, Norma Seltzer. *Versos, Sons, Ritmos*. 14ª. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.
- HAGEN, Arlindo Tadeu. Por um engano semântico. In: *XXXV Jogos Florais de Nova Friburgo*. Nova Friburgo: 1994. Disp. em: <http://falandodetrova.com.br/friburgo1994>
- HAGEN, Arlindo Tadeu. Ao dar carona a um brotinho. In: *VIII Jogos Florais de Resende*. Resende (RJ): 1987. Disp. em: <http://falandodetrova.com.br/resende1987T>

HENRIQUES, Cláudio César. *Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro: Perspectiva, 2007.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 8ª. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

LUCIMAR, 1987. Hoje que a vaca mimosa. In: *XXVIII Jogos Florais de Nova Friburgo*. Nova Friburgo, 1987. Disp. em: <http://falandodetrova.com.br/friburgo1987>

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4ª. ed. rev. 2ª. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

MENDONÇA, Durval. Para ser bom deputado. In: FERNANDES, Aparício (Org). *A trova no Brasil: história e antologia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

MENEZES, Emílio de. Feio, fúnebre, funéreo. In: MENEZES, Raimundo de. *Emílio de Menezes, o último boêmio*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Editora, 1956.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

MOURTHÉ, Wanda de Paula. *Com... passos de emoções*. Belo Horizonte: FLUX, 2013.

PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Trad Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

PIGNATARI, Décio. *O que é comunicação poética*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Questões para Analistas do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOETHE, Paulo Astor. Sobre a sátira: contribuições da Teoria Literária Alemã na década de 60. *Fragmentos*, número 25, p. 155-175, Florianópolis, jul-dez, 2003. Disp. in: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/issue/view/743>

TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 6ª. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

TEODÓSIO, Armindo Santos. Há situações de sufoco. In: *I Concurso de trovas da UBT Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1987. Disp. em: <http://falandodetrova.com.br/ubtminasgerais1987>

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à Ciência do Significado*. Trad. J. A. Osório Mateus. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1964.

WANKE, Eno Teodoro. *O trovismo*. Rio de Janeiro: Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1978.

DO OBSERVATÓRIO DE NEOLOGIA PARA A SALA DE AULA: CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DO LÉXICO

Aderlande Pereira FERRAZ
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
ader3459@terra.com.br

RESUMO: Este capítulo analisa o fenômeno da neologia lexical no português brasileiro, especificamente no gênero publicitário, apresentando alguns contributos para o desenvolvimento da competência lexical, entendida aqui como a capacidade de compreender as palavras, sua estrutura e suas relações de sentido com outros itens lexicais constitutivos da língua. O trabalho tem como objetivo principal discutir alguns aspectos importantes relacionados à metodologia de ensino de léxico, a partir do estudo da neologia em língua portuguesa, já que o desenvolvimento da competência lexical é condição fundamental para desenvolver no aluno habilidades de compreensão e produção textual. Como *corpus* de análise, contou-se com um banco de neologismos extraídos de textos publicitários, veiculados pelas revistas *Veja*, *Istoé* e *Época*, bem como pela mídia publicitária eletrônica, o qual integra o *Observatório de neologia em textos publicitários*, projeto de pesquisa em andamento na UFMG. Metodologicamente, além de mostrar alguns processos neológicos, em especial, os de derivação e composição, buscou-se enfatizar a importância de se trabalhar com os neologismos em sala de aula, levando-se em conta o desenvolvimento da competência lexical.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Observatório de neologia; Ensino do léxico.

INTRODUÇÃO

A apresentação deste trabalho faz coro com outras vozes numa justa homenagem à eminente professora Ieda Maria Alves, em face de sua larga contribuição aos estudos lexicais, em especial aos estudos de neologia da língua comum e de várias áreas de especialidade. Trata-se de alguém que pelo conjunto de sua obra tornou-se a maior autoridade no Brasil no que concerne aos estudos da neologia, responsável pela grande influência sobre um sem número de pesquisadores acadêmicos, muitos dos quais foram seus orientandos.

Da Antiguidade Clássica até os nossos dias, o estudo da palavra, a unidade básica do léxico, tem sido ponto de preocupação de muitos gramáticos, filólogos, lexicógrafos e linguistas. Estudos sobre a palavra, quais os que buscavam identificá-la, descrevê-la, classificá-la, inserindo-a em listas, já apareciam nos primeiros trabalhos lexicográficos, ainda rudimentares, como os primeiros glossários que, na Antiguidade, comentavam os clássicos do passado e procuravam explicar o uso das palavras.

Na atualidade, os observatórios de neologia cumprem o papel de realizar estudos sobre a palavra, a partir do seu surgimento como um fenômeno de inovação lexical.

Considerando esse fato, nosso objetivo é apresentar alguns aspectos da aplicação do *corpus* de análise do nosso *Observatório de neologia em textos publicitários*, projeto de pesquisa em andamento na Faculdade de Letras da UFMG.

Com tal projeto, valendo-nos da linguagem da publicidade, contamos com importante acervo, não apenas pela detecção de neologismos em uso no português, mas também por facultar a análise dos diversos e atuais processos de formação de palavras, com a identificação dos padrões gerais de estruturação, interpretação e uso das unidades neológicas.

Com ênfase no desenvolvimento da competência lexical, este capítulo apresenta algumas amostras de neologismos que, em realidade, constituem oportuno material para estudo em sala de aula de língua portuguesa, propiciando ampla reflexão sobre diversos processos de formação de palavras novas no português contemporâneo do Brasil.

UM OBSERVATÓRIO DE NEOLOGIA

A neologia é um processo que se pode produzir espontaneamente ou de forma planejada. Espontaneamente, quando qualquer usuário da língua usa, em seu discurso oral ou escrito, uma unidade léxica de formação recente, uma acepção nova de um item lexical já existente ou um estrangeirismo emprestado há pouco de um sistema linguístico estrangeiro.

No século XX, após o surgimento dos primeiros trabalhos lexicológicos sobre a neologia, especialmente a partir da década de 1970, emergiram diversas políticas de planejamento linguístico em vários países, e, segundo Alves (2001, p. 26): “A neologia estabelece, assim, relações mais estreitas com a Terminologia, já que o ato de nomear começa também a ser realizado no âmbito de uma perspectiva de planejamento de denominações específicas”.

Com isso, a neologia pode ser especializada (neonímia), gerando termos de diversas áreas de especialidade, como pode ser geral, gerando neologismos de uso comum. Pode, desse modo, estar presente em variados gêneros textuais, em conformidade com o propósito de quem produz textos.

Também se pode considerar a neologia pelo tipo de criação: referencial ou expressiva. De modo geral, o surgimento de neologismos se deve à necessidade que tem a língua de interagir com a evolução do pensamento, da história e da sociedade em geral, e, conseqüentemente, da necessidade de comunicar algo novo ligado às experiências humanas ou pela busca de expressividade, quando se deseja introduzir à comunicação algum elemento estético novo. Assim, o neologismo, produto resultante do processo de neologia (ALVES, 1990, p. 05), é uma unidade lexical nova, criada no interior do sistema linguístico ou adotada por este, assim como também é uma nova acepção (CABRÉ, 1993, p. 444).

Sob a perspectiva arqueológica, os neologismos, de todos os tempos, são marcas evidentes dos diversos fatos históricos vividos pelo homem, os quais são reportados na língua em uso, de modo que a neologia está delimitada no tempo.

Ao tratar do neologismo necessário em face do neologismo expressivo, Guilbert (1975, p. 40-41) os distinguiu como “neologismo denominativo” e “neologismo estilístico”, respectivamente. O primeiro diz respeito à necessidade de exprimir conceitos ou nomear realidades novas (produtos, serviços, objetos, ideias); o outro é uma criação neológica estilística, motivada pela busca de maior expressividade do discurso.

Os neologismos denominativos apresentam grande chance de fixação no sistema linguístico, porque a frequência de uso de tais neologismos faz com que, gradativamente, a sensação de novidade lexical vá se perdendo até que, naturalmente, as unidades neológicas passam a integrar o conjunto das unidades lexicais memorizadas e de distribuição regular entre os usuários da língua.

De outro lado, os neologismos estilísticos, existindo, por vezes, só ao nível do discurso, como costuma acontecer na mídia publicitária, não passam de formações efêmeras, entrando muito raramente no sistema da língua, por ficarem fora do uso geral e corrente.

Não obstante, os textos literários trazem, não raro, neologismos estilísticos que marcam ou consagram seus autores, pelo efeito especial que produzem e por fugirem do uso comum da língua, sem prejuízo da comunicação, como salienta Cardoso (2010).

As criações lexicais estilísticas, presentes, sobretudo, no texto literário, são, na maioria das vezes, resultado da criatividade lexical do autor, que, conhecendo a língua, tem a capacidade de brincar com as unidades lexicais e criar novas unidades não atestadas (CARDOSO, 2010, p. 234).

Nas obras de Sousândrade, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, João Antônio, entre tantos outros, os neologismos estilísticos são caracterizadores do estilo individual, na medida em que, de maneira inédita, tais autores usam da criação lexical para trabalhar esteticamente a sua criação literária.

Na mídia publicitária, as formações neológicas encontradas apresentam-se, basicamente, sob esses dois aspectos, com forte predominância dos neologismos denominativos, como demonstram os exemplos aqui apresentados, numa pequena amostra do *corpus* de que se compõe o *Observatório de neologia em textos publicitários*.

A criação de um observatório de neologia pressupõe uma série de procedimentos metodológicos, dos quais podemos destacar: a seleção do *corpus* de análise; estabelecimento dos critérios de detecção dos neologismos; redação de protocolo de trabalho que oriente a investigação sistemática; fixação de um *corpus* de exclusão como critério para identificar a neologicidade de uma unidade do léxico; recolha e análise dos neologismos detectados; organização das informações, com elaboração de base de dados, especialmente em suporte digital; difusão das unidades neológicas por acesso à base de dados, por publicações e comunicações em eventos científicos.

O *Observatório de neologia em textos publicitários* é um projeto em andamento, cuja execução tem produzido importantes resultados, tanto no que diz respeito à descrição do léxico do português brasileiro contemporâneo quanto no que concerne ao desenvolvimento da competência lexical. Com isso, ao analisar a produtividade lexical no português atual do Brasil, o *Observatório* busca contribuir para o ensino do léxico, seja no livro didático ou na sala de aula, dispondo assim de um banco de neologismos que, entre outros aspectos, serve de *corpus* de análise para trabalhos voltados para a aplicação ao desenvolvimento da competência lexical.

O desenvolvimento de tal projeto tem possibilitado examinar textos publicitários veiculados pelas revistas noticiosas *Veja*, *Istoé* e *Época*, desde 2006, e identificar, recolher e analisar os itens lexicais candidatos a neologismos e, posteriormente, classificar as unidades consideradas neológicas, em consonância com as sucessivas edições das obras lexicográficas que compõem o *corpus* de exclusão estabelecido.

Além dos textos publicitários veiculados pelas revistas noticiosas mencionadas, também são analisados textos do gênero publicitário em circulação na mídia eletrônica. Assim, a publicidade de anúncios, seja por meio impresso ou eletrônico, tem propiciado farto material de análise, caracterizando o *Observatório de neologia em textos publicitários* como verdadeiro manancial de produtos neológicos, no que concerne à unidade básica do léxico.

O verdadeiro escopo do *Observatório* consiste em observar e analisar o fenômeno do surgimento de palavras novas em uso no português contemporâneo do Brasil, especificamente em textos publicitários, procurando difundir aspectos da inovação lexical que possam contribuir para o desenvolvimento da competência lexical, com abordagens pedagógicas sobre a neologia.

O estudo da competência lexical, a partir da coleta de neologismos, permite-nos ainda saber como o usuário da língua forma unidades léxicas novas consideradas boas ou aceitáveis, evita a formação de unidades inaceitáveis e como as entende e as julga boas ou inaceitáveis.

O dicionário de língua, pelo prestígio cultural de que goza e por ser um dos pilares do saber metalinguístico, é o filtro por meio do qual é formalmente atestada uma unidade lexical neológica em largo uso, estabelecendo assim a sua lexicalização, isto é, o final de um processo neológico, o que também vem caracterizar, sob o critério lexicográfico, a sua desneologização.

Os dicionários escolares que constituem o acervo aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-Dicionários de 2012), classificado de tipo 4, integram atualmente o *corpus* de exclusão adotado pelo *Observatório*, por levar em conta o público a que se destinam. São quatro dicionários destinados aos estudantes do ensino médio: o *Dicionário Houaiss Conciso*, da editora Moderna; o *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, da editora Lexicon; o *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, da editora Piá; e o *Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*, da editora Nova Fronteira. No âmbito do PNLD-Dicionários 2012, tais dicionários foram distribuídos às escolas públicas de todo o território brasileiro pelo Ministério da Educação, que reconheceu a importância do dicionário como instrumento didático nas aulas de língua portuguesa.

A NEOLOGIA NO GÊNERO PUBLICITÁRIO

Dos gêneros textuais, interessa-nos, particularmente, o gênero publicitário, de mídia impressa e eletrônica, que se destaca não apenas pelos recursos expressivos, cujo objetivo maior é conseguir a adesão do receptor às suas propostas, mas também por estar em perfeita conformidade com os recursos didáticos possíveis para a sala de aula de língua portuguesa, como textos autênticos em ampla circulação na sociedade.

No gênero publicitário, a seleção lexical está condicionada à possibilidade de as unidades lexicais poderem evocar determinados valores ou certas representações. Assim, quando estas unidades lexicais não se encontram disponíveis (prontas) no sistema da língua, surge a necessidade de criá-las, seja para nomear produtos ou serviços inéditos ou para evocar na memória do receptor produtos ou serviços já existentes, como se estes fossem inéditos. É então nesse momento que entram em cena os neologismos, sempre marcados pela intencionalidade.

Para criar interação e agir sobre o virtual consumidor, o discurso publicitário se apoia claramente no dialogismo, princípio fundamental para garantir a adesão do receptor. Como resultantes dessa interação, surgem as relações entre linguagem e mídia, a partir das quais é possível ver uma grande manifestação de criação lexical na mídia publicitária brasileira, ensejando a renovação do léxico do português contemporâneo.

O uso dos recursos da língua é essencial para a publicidade atingir seus objetivos. Com isso, a linguagem da publicidade constitui um amplo campo para investigação, sob vários aspectos, e especialmente do ponto de vista lexical. É que a linguagem publicitária, fortemente caracterizada pela dinamicidade do léxico, sente-se permanentemente

impulsionada a renovar-se, não apenas para nomear mercadorias, mas sobretudo por tecer enunciados cheios de apelos estilísticos que procuram divertir, motivar, seduzir, fazer sonhar, excitar ou entusiasmar, tornando, assim, a produção de neologismos um fator inevitável. Em face disso, a linguagem da publicidade tem sido uma força extraordinária a incidir sobre a língua portuguesa, no sentido de forçar uma contínua transformação linguística, com reflexos em vários aspectos da língua e, com especial destaque, no campo lexical, com a criação de palavras novas (FERRAZ, 2010, p. 258).

ENSINO DO LÉXICO E INOVAÇÃO LEXICAL

O papel da escola, no que concerne ao ensino de língua materna, não está dissociado da relevante função de estimular e proporcionar o desenvolvimento das competências lexical, gramatical e comunicativa, conduzindo o estudante ao estágio de razoável domínio da língua, em que possa, em variadas situações de interação comunicativa, produzir adequadamente textos orais ou escritos e de compreender os textos orais ou escritos que recebe.

Entretanto, não é novidade que, no âmbito escolar brasileiro, os estudos lexicais têm recebido um tratamento marginal, em face da atenção centrada na gramática (funções sintáticas dos termos de uma oração ou classificação dos períodos), sem levar em conta o uso funcional (textual) da linguagem, o que põe o ensino do léxico, na educação básica, como uma lacuna que não foi ainda devidamente preenchida (CRUZ, 2015; CUNHA, 2012).

Nesse âmbito, cabe ainda destacar uma prática muito comum, conhecida por ensino de vocabulário, que, em longa tradição, não tem ido muito além do estudo da palavra em sentenças isoladas, privilegiando o seu aspecto semântico, mas reduzido ao princípio da equivalência lexical, cujo recurso tem sido apresentar um significado absoluto, independente do contexto em que ocorre, para a unidade lexical supostamente desconhecida do estudante, o que decorre da visão estática de significado lexical e do não reconhecimento de que as sentenças só apresentam relevância quando integram a dimensão discursiva da linguagem em uso. Nessa tradição, o ensino do léxico se reduz ao ensino de vocabulário por meio de listas de palavras e de exercícios de sinonímia isolados de um texto.

O reverso, numa visão dinâmica de significado, pode ser percebido na asserção de Hjelmslev (1975, p. 50): “considerado isoladamente, signo algum tem significação”, ou seja, as significações léxicas são significações contextuais, que emergem do contexto situacional que a língua favorece, como salienta ainda Hjelmslev no seguinte enunciado.

Nenhuma das grandezas mínimas, nem mesmo o radical, tem existência “independente” tal que se lhe possa atribuir significações lexicais [...] Não existem significações reconhecíveis outras que não as significações contextuais. Toda grandeza, e por conseguinte todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto. Portanto, torna-se absurdo distinguir entre as significações puramente contextuais e as que poderiam existir fora de todo contexto ou – no dizer dos velhos gramáticos chineses – entre palavras “vazias” e palavras “cheias” (HIELMSLEV, 1975, p. 50).

Trazendo o enfoque para o campo da neologia, é preciso considerar o neologismo como uma unidade (signo) que tem forma (significante) e conteúdo ou

conceito (significado); de modo que, alterando-se a forma ou o conteúdo, tem-se uma nova unidade, um neologismo. Tal consideração enseja maior dinamismo ao ensino do léxico, porque permite a inclusão do estudo das criações neológicas, estas tão abundantes no português contemporâneo, com ampla manifestação em variados gêneros textuais, dos quais destacamos para apreciação, neste capítulo, o gênero publicitário.

Nesse contexto, importa lembrar que a vitalidade de uma língua se evidencia fortemente por diversos processos de renovação os quais ocorrem nos componentes fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e pragmático. A renovação do léxico é, entre esses processos, aquele de grande visibilidade porque diz respeito à criação de palavras novas as quais passam a integrar os discursos cotidianos, orais e escritos. Com isso, o estudo da neologia nos permite analisar o nível de vitalidade de uma língua, a partir da observação da frequência de determinados mecanismos de criação de palavras novas.

Richards (1976), refletindo sobre o ensino do léxico, circunstanciou vários aspectos lexicais para mostrar que conhecer uma palavra implica em ter muitas informações sobre ela.

Embora esteja voltado para o ensino de língua estrangeira, o estudo de Richards pode ter aplicação também ao ensino de língua materna, especialmente quando se considera a palavra nova, o neologismo. Assim, dos fatores que concorrem para o amplo conhecimento de uma palavra, apontados por Richards (1976, p. 83-85), importa destacar os seguintes aspectos.

- a) O usuário da língua, além de reconhecer as probabilidades de ocorrência de uma unidade léxica, reconhece também a probabilidade de umas unidades estarem associadas a outras.
- b) Ao conhecer uma unidade léxica, o falante reconhece as características desta que se relacionam com as variações de tempo, lugar, papéis sociais e campos semânticos. O conhecimento de uma unidade léxica pressupõe saber quais as suas limitações de uso impostas.
- c) Ao conhecer uma unidade léxica, o falante aprende também os padrões gerais de estruturação que lhe permitem construir outras formas, derivadas ou compostas. Assim, o conhecimento de uma palavra estende-se ao conhecimento de sua forma subjacente e de suas possibilidades de derivação ou composição.
- d) Os significados das unidades léxicas são definidos a partir de suas relações com outros itens lexicais nos atos discursivos. A compreensão dessas relações conduz à compreensão das unidades léxicas. Portanto, ao conhecer uma palavra, o falante deve revelar o conhecimento da rede de associações entre essa e outras palavras da língua.

Em face de tais aspectos, não se pode negar a relevância do estudo do léxico em sala de aula de língua portuguesa, favorecendo o melhor desempenho dos estudantes na produção e recepção de enunciados, já que a palavra está na base de todos os gêneros textuais.

É nesse contexto que se insere o *Observatório de neologia em textos publicitários* que, além de estabelecer a neologicidade da palavra em uso no português contemporâneo do Brasil, manifestada especificamente em textos publicitários em circulação nacional, também busca estabelecer orientações relativas ao desenvolvimento da competência lexical, com apoio em Sandmann (1991), Marconi (1997) e Ainciburu (2008) e, mais especificamente sobre o ensino do léxico, em Richards (1976).

O texto publicitário, caracterizado pela manifestação de neologismos, é então considerado aqui como um instrumento didático autêntico que, ao pesquisador do léxico, oferece possibilidades de análises criteriosas quanto ao desenvolvimento da

competência lexical, isto é, quanto à capacidade de o falante compreender as palavras, na sua estrutura morfossintática e nas suas relações de sentido com outros itens lexicais, bem como a capacidade de formar novas palavras ou de reconhecer neologismos.

DO OBSERVATÓRIO DE NEOLOGIA PARA A SALA DE AULA

A base de dados que compõem hoje o *Observatório de neologia em textos publicitários* contém expressivo número de unidades lexicais neológicas, organizadas e distribuídas de acordo com os seus processos de formação, apresentando ampla tipologia de neologismos. Com isso, integram essa base neologismos formais como os derivados por prefixação e sufixação, os compostos por coordenação, subordinação e sintagmáticos, e os formados por truncamento, cruzamento lexical, reduplicação e siglagem. Além desses, há também na base razoável número de neologismos semânticos e estrangeirismos.

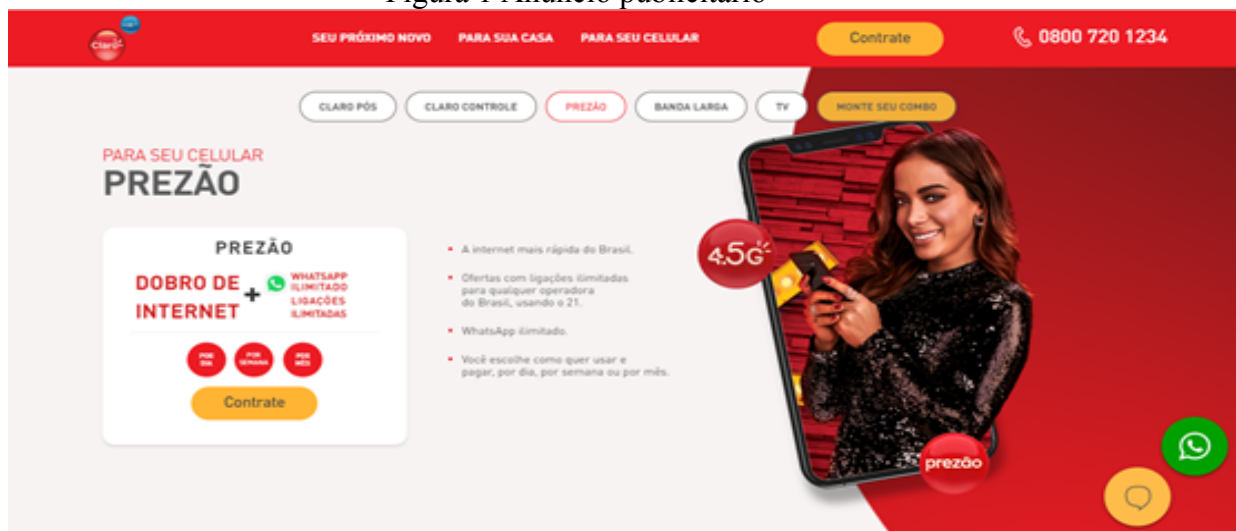
O *Observatório* constitui, assim, um manancial de produtos recém-criados a testemunhar sobre a produtividade lexical no português brasileiro contemporâneo e a permitir ampla reflexão sobre competência lexical dos falantes, tanto dos que produzem quanto dos que recebem, reconhecem e interpretam as unidades lexicais neológicas.

É nesse contexto que cabe lembrar o papel da escola no que concerne à recepção do novo, resultante das transformações sociais ou dos avanços científicos. Considerando que estudantes, professores e demais envolvidos no universo escolar captam de algum modo a renovação lexical que a contemporaneidade da língua propicia, considerando ainda que o léxico é o componente da língua mais sensível aos reflexos dos acontecimentos sociais, não há razão plausível para que os neologismos que vão surgindo na língua não sejam objeto de estudo em sala de aula. No âmbito desta, ao se estudar o léxico do português, não se deve ater apenas aos casos de unidades lexicais atestadas e já cristalizadas, mas atentar também para as formações recentes e, especialmente, as muito produtivas na atualidade.

Ao se ter em conta o ensino do léxico do português, uma das principais dificuldades para apresentar coerentemente os processos lexicogenéticos no português, especialmente os processos de formação de palavras novas, é encontrar os critérios adequados nos quais se deve basear a apresentação desses fenômenos. Procedimentos didáticos, tradicionalmente empregados tanto em manuais quanto em sala de aula, têm se mostrado infrutíferos, quando se observa a realidade evidente. É o caso de se estabelecer listas de afixos em ordem alfabética para o ensino dos processos de formação de palavras por derivação, não reconhecendo a organização, de caráter associativo, que parece reger a estrutura do léxico mental. Para o caso dos prefixos, por exemplo, um procedimento didático recomendável é, primeiramente, reuni-los pela proximidade do valor semântico (anterioridade e posterioridade, distância, intensidade, grau, reiteração, negação, etc.); em seguida, apontar os mais produtivos na atualidade; e depois destacar as classes de palavras e as características semânticas das formações neológicas por prefixação.

Entretanto, ao se trabalhar com neologismos na sala de aula de língua portuguesa, é possível suscitar intervenções da parte dos alunos, tendo em vista a ampla circulação de formações neológicas por diversos veículos de divulgação. Um desses veículos é a mídia publicitária, na qual circulam grande número de neologismos, como, por exemplo, o que se segue, <prezão>, que, em mais de uma peça publicitária, tem tido ampla circulação em veículos impressos e eletrônicos pelo território brasileiro.

Figura 1 Anúncio publicitário



Disponível em:

<https://www.claro.com.br/static/landing/novo_produtos/?gclid=EAIaIQobChMI5pizz7W6AIVhRGRCh3jLAKhEAAYASAAEgLVSD_BwE&gclsrc=aw.ds>. Acesso em: 07/04/2020.

Em <prezão>, é preciso ver o desenvolvimento de um processo de lexicalização que começa com <pré-pago>, neologismo que designa um plano de telefonia móvel. Em <pré-pago>, ocorreu o processo de redução da forma no qual se privilegiou o prefixo em detrimento da base, como é possível ver no anúncio seguinte, em que o prefixo funciona de forma livre na frase.

Figura 2 – Anúncio publicitário



Disponível em:

Ao assumir a autonomia de uma palavra, figurando de modo livre em manifestação discursiva, o prefixo *pré-* está se lexicalizando, carregando consigo o valor semântico da base, e, portanto, adquirindo o estatuto de item lexical independente. Esse processo de lexicalização toma corpo mais fortemente quando então se tem o neologismo <preção>, em que a nova base recebeu um sufixo indicativo de grau.

Tudo isso é assunto que pode ser tratado no âmbito da sala de aula, tendo-se em conta que os fatos linguísticos contemporâneos, e, neste caso, as criações neológicas, constituem insumos relevantes para a dinamicidade das aulas, tornando-as mais vivas, em consonância com as manifestações que comprovam que também a língua está viva.

Para o ensino das palavras compostas, será preciso atentar para aspectos que vão além daqueles descritos em certos manuais didáticos, gramáticas escolares e livros didáticos de português, que, ao tratar do processo de formação de palavras por composição, além de não abordar criteriosamente as formações novas, também ignoram os aspectos coordenativo e subordinativo, bem como a composição sintagmática.

A união de duas ou mais bases para formar uma nova palavra com um sentido único e constante é o que denominamos composição. A unidade composta forma um todo, semanticamente. Em geral, ela tem uma significação global que pode ser independente da soma das partes componentes ou partir de algum valor de uma das partes.

As gramáticas escolares costumam reduzir todo o processo de composição a certos aspectos da estruturação dos elementos formativos, como se observa em Cunha e Cintra (2001).

Quanto a forma, os elementos de uma palavra composta podem estar:

- a) Simplesmente justapostos, conservando cada qual a sua integridade: beija-flor, bem-me-quer, madrepérola, segunda-feira, chapéu-de-sol, passatempo;
- b) Intimamente unidos, por se ter perdido a ideia da composição, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade silábica: aguardente (água + ardente), pinalta (perna + alta), embora (em + boa + hora), viandante (via + andante).

Daí distinguir-se a COMPOSIÇÃO POR JUSTAPOSIÇÃO da COMPOSIÇÃO POR AGLUTINAÇÃO, diferença que a escrita procura refletir, pois que na JUSTAPOSIÇÃO os elementos componentes vêm em geral ligados por hífen, ao passo que na AGLUTINAÇÃO eles se juntam num só vocábulo gráfico. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 105)

Partindo do Observatório de neologia para a sala de aula, vamos considerar aqui duas classes de compostos, com base na estrutura e nas relações entre seus constituintes: os compostos lexicais e os compostos sintagmáticos (ARQUIOLA, 2009, p. 72).

Entre os vários critérios para tratar dos compostos lexicais, vale destacar aquele que os coloca como neologismos que constituem uma unidade fônica, morfológica e gráfica. Isto é, na pronúncia possuem um acento principal <fotomensagem>; as marcas de flexão se dão nos extremos <fotomensagens>; e na escrita aparecem como uma única palavra, mesmo com a presença do hífen <artístico-cultural>.

No que concerne às relações sintáticas entre seus constituintes, os compostos lexicais podem-se apresentar como neologismos formados por coordenação e por subordinação. Nas formações compostas por coordenação, há dois (em geral) elementos da mesma categoria coordenados, cujos significados se somam (A+A): <sócio-torcedor>; (S+S): outono-inverno, como mostram os exemplos em (1). Nas formações compostas por subordinação, o que se percebe é a relação de determinado (o núcleo) e determinante (o periférico), em que este especifica ou complementa o núcleo, como se observam nos exemplos em (2).

(1) Formações compostas por coordenação:

- De verde no Natal já basta a árvore. kit sócio-torcedor do Timão: o melhor presente para o corintiano. (ÉPOCA, 08/12/2003, p. 131)
- Já está nas bancas o Especial Moda e Beleza Outono-Inverno. (ÉPOCA, 20/05/2002, p. 4)
- (...) Tudo para a preservação do patrimônio artístico-cultural. (ÉPOCA, 22/08/2005, p. 78)
- Estojo Quasar. Desodorante-colônia Quasar 125ml + desodorante spray Quasar 95ml + nécessaire. (ÉPOCA, 28/07/2003, p. 04)

(2) Formações compostas por subordinação:

- Novo Cargo 4331s Maxton. Mais versatilidade: nova quinta roda, com duas posições de ajuste e rampa-guia. (VEJA, 10/08/2005, p. 32)
- Horário-limite para despacho ou coleta domiciliar, prazos de entrega e tipos de produtos restritos nos serviços expressos, consulte a nossa Central de Atendimento. (ÉPOCA, 22/08/2005, p. 34)
- Ela criou o próprio mercado de refeição-convênio no Brasil. (VEJA, 14/04/2004, p. 29)
- Para armazenar e comercializar toda essa produção, a prefeitura também buscou parceiros na instalação de estufas municipais e ainda disponibilizou um caminhão-frigorífico especialmente adaptado para o transporte de flores. (VEJA, 30/04/2003, p. 66)
- Fale de qualquer jeito. Comunicação por voz, torpedo, fotomensagem e dados. (VEJA, ed. esp., outubro de 2005, p. 35)

Na sala de aula de língua portuguesa, não se deve ignorar a relevância de uma abordagem sobre os neologismos compostos que evidencie tais aspetos, revelando com isso toda a engrenagem articulada e subjacente à formação dos compostos lexicais em português. Como também não se deve desprezar a força da produtividade lexical que se manifesta em certos processos neológicos na atualidade, como é o caso, por exemplo, da composição sintagmática, quando se observam os anúncios publicitários em português brasileiro contemporâneo.

Sobre as formações novas de compostos sintagmáticos, é ainda Guilbert (1975, p. 101-102) que apresenta a denominação *neologia sintagmática* usada para fazer referência aos sintagmas terminológicos dos vocabulários científicos e técnicos. O neologismo sintagmático surge como resultado do processo de lexicalização. Isto é, uma formação sintagmática está se lexicalizando quando começa a perder as características que a situavam como segmento da frase, a exemplo de quando deixa de ser uma combinação livre para assumir a estrutura formal de um sintagma fixo e o comportamento sintático-semântico de uma palavra. Na escrita, ela aparece como um sintagma disjunto, ou seja, seus elementos constituintes não estão unidos graficamente. Com isso, pode-se considerar que o processo de lexicalização se instaura quando uma

unidade léxica formada por mais de um elemento lexical chega a funcionar, nos discursos oral ou escrito, como uma só unidade lexical.

A observação atenta de alguns livros didáticos de português nos levou a perceber a ausência do tratamento da composição sintagmática, assim como uma abordagem dos compostos lexicais semelhante à da gramática de Cunha e Cintra (2001), já citada.

Dois livros didáticos destinados ao Ensino Médio, “Português: linguagens” (CEREJA; MAGALHÃES, 2005) e “Português: língua, literatura, produção de texto” (ABAURRE; PONTARA; FADEL, 2004), foram examinados em suas unidades que tratam dos processos de formação de palavras e não foi encontrada nenhuma abordagem específica sobre os compostos sintagmáticos.

Em face desta situação, importa ressaltar que a composição sintagmática é um dos processos de formação de palavras novas mais produtivos em nosso *Observatório*. O que então nos permite ter um conhecimento mais amplo e profundo sobre tal processo, tanto no que diz respeito ao seu comportamento sintático-semântico, quanto às características que o distinguem de outros processos.

Nesse contexto, a análise de nosso *corpus* constituído nos permitiu observar que as formações sintagmáticas apresentam, com maior frequência, caráter denominativo; que o sintagma está se lexicalizando se, ao ser frequentemente usado pelos falantes, conservar sempre a mesma estrutura formal e o mesmo significado, indicando o caráter fixo dos seus elementos integrantes; que a estruturação sintática do neologismo sintagmático é, usualmente, a do determinado seguido de determinante; e que, entre outras características, em nosso *corpus* o neologismo sintagmático ocorre com maior frequência nos vocabulários terminológicos.

Voltando a atenção para a sala de aula, cumpre ressaltar o quanto se pode explorar, na perspectiva pedagógica, um assunto tão rico quanto o da composição sintagmática, no âmbito dos processos de formação de palavras.

A seguir, está uma pequena amostra dos neologismos sintagmáticos reunidos em nosso *Observatório*, com importantes informações que poderiam, indubitavelmente, chegar à escola.

Na composição do neologismo sintagmático participam elementos lexicais de várias classes gramaticais, numa ordem tão variável quanto a extensão da combinatória. Substantivo, adjetivo e preposição são as classes majoritariamente utilizadas nessas formações, apresentando ampla variação na ordem com que estruturam o sintagma. No quadro 1 estão alguns dos neologismos sintagmáticos recolhidos de textos publicitários e distribuídos de acordo com sua estrutura lexical.

Quadro 1 – Estrutura lexical dos elementos integrantes dos neologismos sintagmáticos

ESTRUTURA	NEOLOGISMOS SINTAGMÁTICOS
S+S	Sistema multimídia, taxa zero,
S+S+A	tarifa família programada,
S+A	Agência digital, aplicação programada, banda larga, botão eletrônico, caixa expresso, console central, conteúdo interativo, crédito parcelado, fatura digital, fumo passivo, inclusão social, loja virtual, mercado corporativo, piloto automático, sensor solar, tons polifônicos, transmissão automática.
S+A+A	Câmbio automático sequencial, custo efetivo total, piloto automático adaptativo, pressão arterial sistólica, relação ético-comercial, renda anual tributável, teto solar elétrico.
S+A+A+A	Teto solar elétrico panorâmico

S+A+S	Assistência técnica balcão
S+A+P+S	Alimentador automático de papel, código localizador de reserva, comando inteligente de voz, controle eletrônico de estabilidade, cortador automático de papel, estabilizador óptico de imagem, fundo garantidor de créditos, gestor de renda fixa, luz diurna de rodagem, sensor automático de chuva.
S+P+S	Assessoria de investimento, câmera de ré, capa de gordura, cartão de premiação, clube de assinatura, comando de áudio, controle de qualidade, freio a disco, leitor de cartões, operação de crédito, painel de controle, painel de instrumentos, placa de rede, computador de bordo, plano de dados, plano de financiamento, plataforma de viagens, sensor de chuva, sensor de estacionamento, sensor de fadiga, serviço de bordo, serviço em nuvem, troca com troco.
S+P+S+S	Plano de manutenção padrão.
S+P+S+P+S	sensor de pressão de pneus
S+P+S+A	Apoio de braço central, bolha de ar amortecedora, detector de ponto cego, direção com assistência eletrônica, fator de proteção solar, luz de condução diurna, máquina de cheque expresso, plano de serviço pós-pago, programa de preservação ambiental, rede de fibra ótica, roda de liga leve.
S+P+S+P+S	Botão de bloqueio de tração, eixo de comando de válvula, gestão de fundos de investimento, gestor de fundos de varejo, rede de transmissão de dados, taxa de abertura de crédito.
S+P+S+P+S+A	Gestor de fundos de renda fixa
A+S+A	Viva voz digital
A+P+S	Modulador de velocidade
A+P+S+P+S	assistente de partida em rampa

Essas mesmas classes gramaticais presentes no quadro 1 também se juntam com siglas para a formação de outros neologismos sintagmáticos. É o que se pode observar no quadro 2.

Quadro 2 – Siglas na estruturação dos neologismos sintagmáticos.

ESTRUTURA	NEOLOGISMOS SINTAGMÁTICOS
S+SIGLA	Entrada USB, freio ABS, monitor LCD, porta USB, sistema ARS, solução TEF, tecnologia GSM.
S+A+SIGLA	Câmera digital VGA, Transmissão automática CVT.
S+A+P+SIGLA	Circuito interno de TV.
SIGLA+A	UTI móvel.

Há também, entre as várias estruturas possíveis dos elementos lexicais que compõem o neologismo sintagmático, um tipo de estruturação que envolve um processo híbrido, em que palavras do português se unem a outras de origem estrangeira. Assim, em nosso *Observatório*, o hibridismo está presente em um neologismo sintagmático quando este é constituído por uma palavra portuguesa e uma ou mais unidades lexicais estrangeiras, como revelam os exemplos, sublinhados, em (3).

(3) Hibridismos na estruturação dos neologismos sintagmáticos

- Novo Hyundai Santa Fé 2016. Ainda mais bonito, mais atraente e mais seguro. Central de entretenimento com tela touchscreen. Painel de instrumentos supervision. Câmera de ré e comandos no volante. Botão active eco drive. Câmbio Shifttronic. Botão start stop. (Hyundai – Veja, p. 25, 03/02/2016)
- Novo Chevrolet Cobalt 2016. Dar o melhor para a sua família não significa abrir mão das coisas que você mais gosta. Por isso, o novo Cobalt vem com a exclusiva Tecnologia OnStar, um botão no retrovisor conectado a uma central 24 horas que oferece serviços de concierge, navegação e muito mais. (...) Tudo o que você ama. Tudo o que a sua família merece. (Chevrolet – Veja, p. 2 e 3, 10/02/2016)
- Chegou o Hyundai Creta – Bancos de couro com ventilação (motorista). Central Multimídia touch screen de 7’’ com GPS. Seis airbags, controle de estabilidade e assistente de partida em rampa. Faróis com projetor, luz diurna (DRL) de LED e Cornering Lamp. Motor 2.0 flex de 166 cv e sistema Stop & Go. (Hyundai – Veja, p. 2 e 3, 25/01/2017)
- Vestibular 2018 – Medicina. Inscreva-se! Laboratórios modernos. Laboratório de Anatomia Tridimensional. Quer saber mais sobre o curso de Medicina? Baixe um leitor de QR Code em seu celular e confira. (Centro Universitário Barão de Mauá – Veja, p. 107, 04/10/2017)

Pelo exposto até aqui, não se pode negar que o estudo lexical no gênero publicitário permite-nos assistir a uma grande manifestação de criação léxica no português do Brasil. E, por isso mesmo, esse fenômeno precisa ser devidamente explorado, também sob a perspectiva pedagógica, a ensejar importantes ações de estudo no âmbito da sala de aula de língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos lexicais nos mostram que o caráter neológico de uma unidade lexical está diretamente associado à sucessão dos eventos no âmbito social. Com isso, o fator temporal exerce forte impacto nos usos linguísticos, provocando, muitas vezes, a transformação ou a sucessão desses usos com certa rapidez. Desse modo, no léxico, o neologismo se opõe ao arcaísmo, a unidade lexical que saiu de circulação, caiu em desuso. O percurso do neologismo até o arcaísmo, porém, tem duração variável e, algumas vezes, pode ser rápido.

É nesse contexto que observamos, no *corpus* do *Observatório*, certas formações que continuam sendo neológicas, pelo critério lexicográfico adotado, mas que, pela diminuição constante do uso, estão saindo de circulação. Este fato é mais amplamente observado nos casos em que os neologismos nomeiam produtos, técnicas ou serviços que vão perdendo a primazia e deixando de ser usados. Exemplos que ilustram bem tal situação podem ser considerados pelas seguintes formações sintagmáticas: <entrada para mp3>, <monitor LCD>, <gravador de CD>, <reprodutor de DVD>, <DVD player portátil>, <leitor de DVD>, <TV por assinatura>, etc.

Também esse fato deveria chegar à sala de aula, no âmbito dos estudos lexicais, evidenciando, no tempo e no espaço, as transformações operadas na língua em uso, transformações das quais os próprios estudantes são testemunhas.

Muito oportuno seria aproveitar, em sala de aula, os textos publicitários, como material didático autêntico, onde abundam as criações lexicais na atualidade. Isto é, a didatização de textos publicitários em sala de aula de língua portuguesa é possível, com base em um estudo descritivo de alguns neologismos, obtidos de anúncios publicitários, evidenciando, com isso, a criatividade no português brasileiro, por meio do aparecimento de palavras novas.

Com tais considerações, desejamos pôr em evidência o ensino do léxico, além de apresentar a análise de alguns neologismos presentes em textos do gênero publicitário, coletados tanto da mídia impressa quanto da eletrônica, num esforço de contribuir para que trabalhos de investigação acadêmica alcancem um público maior, especialmente os agentes diretamente ligados à educação básica.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N.; FADEL, T. *Português: língua, literatura, produção de texto*. (volume único). 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- AINCIBURU, M. C. *Aspectos del aprendizaje del vocabulário*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2008.
- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ALVES, I. M. Neologia e tecnoleitos. In: OLIVEIRA, A. M. P. de & ISQUERDO, A. N. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª ed., Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, pp. 25-31.
- ARQUIOLA, E. F. Palabras con estructura interna. In: DE MIGUEL, E. (Ed.). *Panorama de la lexicología*. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminologia*. Teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- BECHARA, E. *Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BORBA, F. da S. *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.
- CARDOSO, E. de A. A Criação neológica estilística. In: ALVES, I. M. (Org.) *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010, pp. 229-249.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. M. *Português: linguagens*. (vol. I, Ensino Médio). 5. ed. São Paulo: Atual, 2005.
- CUNHA, A. L. da. *Expressões idiomáticas: da linguagem publicitária para a sala de aula*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed., 14ª impres., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CRUZ, A. F. T. D. *Léxico e livro didático: estratégias para o desenvolvimento da leitura*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- FERRAZ, A. P. Publicidade: a linguagem da inovação lexical. In: ALVES, I. M. (Org.) *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010, pp. 251-275.
- FERRAZ, A. P. Os neologismos no desenvolvimento da competência lexical. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.). *Língua portuguesa, educação & mudança*. Rio de Janeiro: Europa, p. 146-162, 2008.
- GEIGER, P. *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARCONI, D. *Lexical competence*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1997.
- RICHARDS, J. *The role of vocabulary teaching*. TESOL Quarterly, v. 10, n. 1, p. 77-89, mar, 1976.
- SANDMANN, A. J. *Competência lexical: produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba: UFPR, 1991.
- VILAR, M. S (Ed.). *Dicionário Houaiss Conciso*. Rio de Janeiro: Moderna, 2011.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO ACADÊMICO E A EXPLORAÇÃO DO LÉXICO

Beatriz Daruj GIL
Universidade de São Paulo (USP)
biagil@usp.br

RESUMO: O avanço dos estudos sobre letramento demonstra que ele envolve não apenas o conhecimento de habilidades linguísticas, nem a especificidade de cada gênero discursivo, mas também o saber sobre relações de poder entre pessoas, instituições e identidades sociais envolvidas nas práticas letradas, além de exigências pessoais e institucionais desses sujeitos. O que se aborda neste capítulo é como a habilidade linguística *escolha lexical* é também determinante na construção dessas relações extralinguísticas, considerando que é nela que se revela a intencionalidade de seus enunciadoreis.

PALAVRAS-CHAVE: Escolha lexical; Letramento acadêmico; Pluridimensionalidade do léxico

INTRODUÇÃO

A percepção de que alunos universitários têm dificuldade com a escrita acadêmica tem motivado a criação de cursos livres ou regulares, no contexto universitário, com o objetivo de tornar o estudante mais autônomo no que se refere ao letramento acadêmico. Isso sugere que se alterou o antigo discurso da universidade sobre o déficit na escrita dos estudantes: costumava-se responsabilizar o aluno e sua formação na escola básica pela qualidade de sua escrita; professores universitários não se sentiam responsáveis por ensinar seus alunos a escreverem em um gênero que apenas uma minoria conhecia ao ingressar na universidade, por entenderem que eles deveriam ter aprendido a escrever na educação básica. A rejeição à ideia do déficit (GEE, 2015; LEA E STREET, 2014; BARTON et al, 2000) baseia-se no fato de que, desde seu ingresso no ensino superior, o estudante já é letrado, uma vez que conhece inúmeras outras formas de escrita, sem ter ainda se apropriado das práticas e dos gêneros acadêmicos exigidos no contexto da universidade, o que faz com que seja necessário que se explicitem os conhecimentos prévios de escrita dos alunos para que sejam desenvolvidos e ajustados ao padrão dos gêneros acadêmicos.

Atualmente, crescem o número de cursos, disciplinas, laboratórios e oficinas, por meio dos quais parece se buscar esse ajuste da escrita já conhecida às exigências do gênero acadêmico. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, pode-se elencar alguns deles:

Laboratório de Letramento Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), oferecido pelo Departamento de Letras Modernas da FFLCH de forma presencial;

Curso de escrita científica, oferecido por professor do Instituto de Física de São Carlos de forma remota;

Divulgação científica: importância e princípios básicos, oferecida pela Pró-Reitoria de graduação da USP de forma remota;

Leitura e escrita acadêmica na formação de professores I e II, oferecida pelo curso de História da FFLCH de forma presencial;

Práticas de Leitura e Escrita Acadêmica, oferecida pelo curso de Filosofia (FFLCH) de forma presencial;

Práticas de Leitura e Escrita Acadêmica em Linguística, oferecida pelo curso de Linguística (FFLCH) de forma presencial;

Oficinas de Leitura e Escrita Acadêmicas, oferecida pelo curso de Artes, Ciências e Humanidades da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) de forma presencial;

Leitura e Produção de Textos Escritos, oferecida pela área de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH) aos alunos do curso Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental do Instituto de Geociências (LIGEA-IGc-USP) de forma presencial;

Língua Portuguesa, oferecida pela área de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH) a alunos dos cursos de Ciências da Computação e Estatística do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP) de forma presencial.

A diversidade das iniciativas para acompanhar o aluno no desenvolvimento de sua escrita acadêmica segue os estudos sobre letramento acadêmico nos quais se descontrói a ideia do déficit (STREET, 2003; LEA e STREET, 2014). O que se passa a perceber é que o aluno precisa aprender um novo gênero com o qual nunca ou quase nunca teve contato na sua experiência escolar na educação básica: o gênero acadêmico. Trata-se de expor, neste artigo, como o ensino do léxico pode contribuir para o desenvolvimento do letramento, por meio de um relato de experiência tida na disciplina FLC0474 – Língua Portuguesa, oferecida por nós ao IME-USP.

As reflexões sobre letramento e léxico desenvolvidas ao longo deste texto estão organizadas da seguinte maneira: 1 síntese de alguns princípios básicos do letramento acadêmico (LEA e STREET, 1998; 2014; STREET, 2003; SIMÕES e JUCHUM, 2014); 2 apresentação e análise dos principais objetivos de alguns dos cursos oferecidos na Universidade de São Paulo na área do letramento; 3 síntese de princípios sobre o ensino do léxico; 4 apresentação da prática de letramento acadêmico desenvolvida na disciplina FLC 0474 -Língua Portuguesa, com ênfase no ensino do léxico. O objetivo é descrever como, depois de ter sido tão marginalizado no contexto universitário, o letramento acadêmico tem sido desenvolvido na amostra de disciplinas aqui organizada e, principalmente, apresentar uma prática de letramento acadêmico baseada na edição compartilhada de textos, com ênfase na escolha lexical, que tem sido muito produtiva em nossa experiência como docentes da disciplina *Língua Portuguesa*, oferecida ao IME-USP.

PRINCÍPIOS DO LETRAMENTO ACADÊMICO

A rejeição à visão de que há uma escrita boa e outra ruim sugere ser o ponto de partida para o desenvolvimento das ideias sobre o letramento acadêmico. Está muito clara essa rejeição em Lea e Street (1998; 2014) e Street (2003) e o engajamento dos autores em descrever modelos de letramento no contexto acadêmico, como uma forma de se compreender esse fenômeno.

O primeiro deles, chamado *modelo de habilidades de estudo*, considera o letramento como uma habilidade individual e cognitiva. Está concentrado em aspectos formais da língua e pressupõe que o aluno adapta naturalmente seu conhecimento de escrita de um gênero a outro. O segundo, o *modelo da socialização acadêmica*,

considera que os alunos aprendem as regras básicas dos gêneros novos (considerados estáveis), como discursos de determinada área ou disciplina, e os reproduzem sem dificuldade. Finalmente, o terceiro modelo, o de *letramentos acadêmicos*, considera primeiramente a natureza institucional de um contexto acadêmico específico no qual ocorre o letramento e leva em conta processos sociais que ocorrem nos usos específicos, como as relações de poder entre pessoas, instituições e identidades sociais. (LEA e STREET, 2014)

É apenas no terceiro modelo que se levam em conta as exigências institucionais de um processo de letramento, além de exigências dos próprios indivíduos envolvidos no processo, como os professores e os alunos.

Enquanto o primeiro modelo está concentrado nas habilidades linguísticas, com pouca atenção ao contexto, o segundo deixa claro que existem discursos diferentes para cada área temática ou disciplinar, e o terceiro inclui as habilidades linguísticas, as especificidades das áreas, além de dar “atenção às relações de poder, autoridade, produção de sentido e identidade, implícitas no uso de práticas de letramento em quadros institucionais específicos” (LEA e STREET, 2014: 481)

O terceiro modelo, visto como mais completo, permite que o aluno possa perceber as variações de determinado gênero (contestando sua estabilidade como prevê o modelo da socialização acadêmica). Isso significa que a prática do letramento não pode se restringir a mostrar ao aluno a estrutura e o estilo de um gênero novo, mas analisar junto com ele as variações em cada gênero, determinadas pelo contexto institucional e, principalmente, pelos sujeitos envolvidos em determinada prática de letramento.

Para Simões e Juchum (2014), o aluno é sujeito da linguagem e deve-se reconhecê-lo como aprendiz da escrita na esfera acadêmica, para que se aproprie do contexto de produção do texto acadêmico que envolve, por exemplo, relações de poder dentro das instituições, exigências burocráticas governamentais e institucionais, que vão orientá-lo a fazer escolhas linguísticas diferentes daquelas com que estavam familiarizados na escrita pré-universitária.

Street (2003) afirma que a imposição do letramento, que nega a experiência prévia do aprendente, irá afastar o aluno desse objeto de aprendizagem. Para o autor, modelos autônomos de letramento funcionam “com base na suposição de que em si mesmo o letramento – de forma autônoma – terá efeitos sobre outras práticas sociais e cognitivas” (2003, p.4), entendimento que ele mesmo desafia ao propor o modelo ideológico de letramento, que tem cunho social, nunca se dará de modo neutro e não se limita a aprendizagem de uma técnica. O que Street (2003) contesta é a visão de letramento como uma técnica neutra que pode ser transmitida a qualquer pessoa ou grupo social de maneira igual, perspectiva à qual subjaz a compreensão de uma escrita neutra e não situada em diferentes esferas sociais.

O letramento já adquirido pelo aluno antes de entrar na universidade é parte da construção da escrita acadêmica. É preciso expandir aquilo que os estudantes já conhecem das inúmeras práticas de letramento das quais participaram e participam e que levam para a sala de aula, incorporando-as à construção do letramento acadêmico, em um exemplar de prática docente construtivista, e não centrada na transmissão unilateral de conhecimentos. Esse letramento será produzido na experiência cooperativa entre alunos e professores, ambos acionando seus conhecimentos letrados prévios.

Apresenta-se a seguir uma breve descrição dos objetivos de nove cursos oferecidos na Universidade de São Paulo, que tratam do letramento acadêmico, sendo uma disciplina on-line, um curso livre on-line, um laboratório e seis disciplinas presenciais. Embora, na maioria deles, não haja referência clara ao conteúdo *letramento acadêmico*, em todos é explícita a intenção de ensinar estudantes universitários a lerem e produzirem gêneros acadêmicos escritos.

Esta síntese das ementas foi elaborada a partir dos programas das disciplinas disponíveis no sistema digital da Universidade de São Paulo e pesquisas às páginas de internet do laboratório de letramento acadêmico da FFLCH e do Curso on-line de escrita científica.

Laboratório de Letramento Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH): organizado pelo Departamento de Letras Modernas da FFLCH (USP), de forma presencial, tem o objetivo de auxiliar os alunos na produção e domínio do discurso acadêmico. Monitores formados por docentes da área de inglês e francês atendem alunos individualmente e mostram os problemas de sua produção escrita, seja em língua materna ou língua estrangeira, orientando-os a como aprimorar seu texto. <http://letramentoacademico.fflch.usp.br/>

Curso on-line de escrita científica: organizado e ministrado por docente do Instituto de Física de São Carlos (USP), de forma remota, é dividido em áreas do conhecimento e módulos, organiza-se por meio de vídeo-aulas e apostilas e tem como objetivo ensinar: 1 a estrutura do artigo científico; 2 estilo e linguagem do artigo científico de alto impacto, observando-se problemas de linguagem; 3 o processo de submissão de textos para revistas internacionais de alto impacto. (<http://www.escritacientifica.sc.usp.br/escrita/cursos-escrita/>)

Disciplina *Divulgação científica: importância e princípios básicos*: oferecida pela pró-reitoria de graduação da USP, de forma remota, para alunos de vários institutos e faculdades da universidade. Embora não esteja focada no letramento acadêmico e sim na importância da divulgação das atividades acadêmicas para a sociedade, tem o intuito de desenvolver aspectos formais e discursivos do gênero *artigo de divulgação científica*.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=&sgldis=prg0003>

Disciplina *Leitura e escrita acadêmica na formação de professores I e II*: oferecida pelo curso de História da FFLCH, de forma presencial, tem como objetivo tratar das dificuldades do aluno em compreender e fixar conceitos de textos teóricos. Trata de desenvolver procedimentos de leitura e fixação conceitual nos gêneros *resumo*, *fichamento* e *resenha*, além de explorar a leitura e construção de argumentos em textos.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0136&verdis=1>

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLH0137&>

Disciplina *Práticas de Leitura e Escrita Acadêmica*: oferecida pelo curso de Filosofia (FFLCH), de modo presencial, apresenta técnicas de leitura e escrita e explora as dificuldades de compreensão e fixação conceitual de textos teóricos.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLF0506>

Disciplina *Práticas de Leitura e Escrita Acadêmica em Linguística*: oferecida pelo curso de Linguística (FFLCH), de forma presencial, tem a finalidade de desenvolver técnicas de leitura e escrita direcionadas à formação em Linguística. Trata da especificidade dos textos acadêmicos, com ênfase nos gêneros *resumo* e *fichamento*, além de desenvolver aspectos textuais e gramaticais dos gêneros e analisar a construção e análise de argumentos.

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLL1027&verdis=1>

Disciplina *Oficinas de Leitura e Escrita Acadêmicas*: oferecida pelo curso de Artes, Ciências e Humanidades da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), de forma presencial, tem como objetivo apresentar técnicas de leitura e escrita para a formação em humanidades e levar o aluno a compreender e fixar conceitos básicos de textos acadêmicos. Enfatiza os gêneros *resumo*, *fichamento*, *resenha* e explora a compreensão do processo argumentativo.
<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=ACH3686&verdis=1>

Disciplina *Leitura e Produção de Textos Escritos*: oferecida pela área de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH), de modo presencial, aos alunos do curso de Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental do Instituto de Geociências (LIGEA-IGC-USP), a disciplina tem como objetivo desenvolver a competência leitora e escritora dos alunos, explorando aspectos como contexto e uso, interação autor-texto-leitor, relação texto e contexto, intertextualidade, gêneros e tipologia, referenciação, coesão e coerência.
<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=&sgldis=fic0289>

Disciplina *Língua Portuguesa*: oferecida pela área de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH), de modo presencial, a alunos dos cursos de Ciências da Computação e Estatística do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP), tem o objetivo de desenvolver a estrutura linguística e discursiva do gênero acadêmico com ênfase na elaboração e edição de textos da área de especialidade dos alunos.
<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=&>

Entre os objetivos das disciplinas e cursos aqui apresentados, alguns aspectos chamam a atenção. Há preocupação em ensinar ao aluno **gêneros acadêmicos e suas especificidades**, o que significa que o professor pretende expandir o letramento dos estudantes, ensinar a eles novos gêneros. Nessa expansão, pretendem explorar diferentes aspectos do gênero: **características formais e discursivas** (também chamadas de gramaticais e textuais); **especificidades do resumo, do fichamento e da resenha** como gêneros que servem para a compreensão de conceitos teóricos; **divulgação social do conhecimento científico por meio do gênero artigo de divulgação científica; diferenças na forma de ler e escrever gêneros acadêmicos em cada área do saber**. Há também a intenção de que o aluno aprenda a **compreender e produzir argumentos e desenvolver a competência leitora e escritora**, de maneira geral.

O que se vê nesses destaques é que o gênero não é tratado apenas do ponto de vista de sua estrutura, mas também são considerados seus aspectos discursivos. Também se revela que os professores estão atentos ao fato de que, para cada área do saber, determinado gênero pode ser tratado de forma diferente, tanto na leitura, quanto na escrita, o que coincide com os princípios do terceiro modelo de letramento acadêmico (LEA; STREET: 1998, 2014; STREET, 2003), segundo os quais não há completa estabilidade do gênero: ele varia de acordo com a área do conhecimento, inclusive no âmbito institucional.

Outro dado relevante em uma das ementas analisadas é a preocupação com o ensino do **processo de submissão de artigos para revistas internacionais de alto impacto**. Ainda que tenha sido um aspecto encontrado apenas no Curso on-line (que não é disciplina da universidade, mas um curso livre), demonstra-se que aprender a escrita acadêmica é também se apropriar do contexto de produção e divulgação do texto e conhecer as exigências das instituições responsáveis pela publicação dos artigos científicos, o que também está alinhado aos princípios do terceiro modelo de letramento acadêmico (LEA; STREET: 1998, 2014; STREET, 2003).

Ao buscarem ensinar como compreender e produzir argumentação, como usar a linguagem de modo variado em cada área do saber, como conseguir publicar um artigo

em periódicos de alto impacto, os professores deixam claro que não consideram o letramento como técnica neutra (STREET, 2003), mas, ao contrário, situam-no em esferas sociais.

Em uma das disciplinas aqui apresentadas (FLC0474 – Língua Portuguesa), oferecida por nós há mais de uma década, apresenta-se como objetivo desenvolver a estrutura linguística e discursiva do gênero acadêmico com ênfase na elaboração e edição de textos na área de especialidade dos alunos. O que se pretende destacar nas próximas seções é uma das práticas que temos realizado nessa disciplina: o papel das escolhas lexicais na organização dos textos. Como se viu, o terceiro modelo de letramento acadêmico, considerado por Street (2003) o mais completo, inclui as habilidades linguísticas. O que se defende aqui é que essas habilidades, com ênfase às escolhas lexicais, interferem nos outros aspectos do modelo de letramento acadêmico, a saber: o contexto acadêmico no qual ocorre o letramento, as relações de poder entre pessoas envolvidas no processo de produção e divulgação dos gêneros acadêmicos. Isso significa que a habilidade linguística da escolha lexical não será tratada na perspectiva do modelo autônomo, como ensino-aprendizagem de uma técnica neutra.

ENSINO DO LÉXICO

A tradicional priorização da estrutura gramatical de um texto, quando se trata dos aspectos formais da língua, costuma ocultar um outro módulo da língua que estabelece uma relação de interdependência com a gramática: o léxico. Seja na escolaridade básica, como na superior, a abordagem a uma unidade lexical costuma ser superficial, sempre em busca de um sinônimo ou uma explicação para ela, restringindo seu sentido a um significado absoluto. O que prevalece é o princípio de que ensinar vocabulário seria favorecer o acúmulo de um maior número de palavras no léxico individual do aluno, sem que se trate do *emprego lexical*. Igualmente, pouco se dedica ao campo das relações de sentido como polissemia, parassinonímia e antonímia; formação de palavras como parte da textualidade, relações sintáticas estabelecidas pelas unidades lexicais, assim como condicionantes discursivos da escolha lexical.

Vilela (1994, p. 10) chama atenção para os múltiplos aspectos da unidade lexical, ao afirmar que a lexicologia “pode incluir a etimologia, a formação de palavras, a importação de palavras, a morfologia, a fonologia e a sintaxe, mantendo uma especial ligação com a semântica”. Para o autor, a ciência do léxico da língua “tem como objeto o relacionamento do léxico com os restantes subsistemas da língua, incidindo sobretudo na análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações”. Para Biderman (2001), a lexicologia trata das unidades formais, referindo-se às unidades lexicais do sistema da língua, e dos vocábulos: as unidades atualizadas. Roca-Pons (1976) considera as unidades lexicais do ponto de vista da forma externa e do ponto de vista da significação como objeto de estudo da lexicologia, além de incluir o plano estático e evolutivo da língua como dimensões importantes para o estudo do léxico. Bakhtin (1997: 313) explica que

“a palavra é expressiva, mas esta expressividade (...) não pertence a própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual. Neste caso, a palavra expressa o juízo de valor de um homem individual (aquele cuja palavra serve de norma: o homem de ação, o escritor, o cientista, o pai, a mãe, o amigo, o mestre etc.) e apresenta-se como um aglomerado de enunciados”.

É evidente, portanto, o caráter pluridimensional do léxico: é um módulo da língua que deve ser ensinado com foco nas inúmeras relações que estabelece, sejam gramaticais, semânticas, discursivas ou culturais.

Para Richards (1976), ampliar o vocabulário não significa aumentar a quantidade de signos conhecidos, como se costumava ensinar em uma tradição escolar mais antiga, por meio de listas de palavras ou de exercícios de sinonímia isolados de um texto. Significa saber empregar o léxico, o que define uma *dimensão discursiva* do vocabulário, em que se consideram a probabilidade da ocorrência de determinada unidade lexical na fala e na escrita, as unidades do léxico que costumam estar acompanhadas, as restrições de uso de acordo com a variação linguística, a expressividade da unidade lexical, entre outros aspectos. O conhecimento lexical teria também, para Richards (1976), uma *dimensão gramatical*, a medida em que se considera o conhecimento da formação de palavras como parte da competência lexical, assim como as relações sintáticas estabelecidas pela unidade lexical. Uma última dimensão seria a *dimensão semântica* do saber lexical, que pode ser vista no conjunto de relações associativas no nível do paradigma, de que participa o léxico da língua: polissemia, parassinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia.

Schmitt (2010) enfatiza que saber o significado pleno da unidade lexical envolve conhecer diferentes sentidos, chamando atenção para o fenômeno da polissemia como parte essencial do estudo do léxico. Inclui também a importância da estrutura gramatical da unidade lexical (categorização, flexão e derivação); a colocação, que são as unidades que se atualizam frequentemente juntas; o registro, que significa a apropriação da unidade para gêneros mais ou menos formais; a frequência com que a unidade lexical ocorre em determinado discurso e as associações paradigmáticas que as unidades estabelecem, organizando-se em campos léxico-semânticos.

Scaramucci (2007, p. 84) acrescenta que o conhecimento do significado de uma unidade lexical depende de um “bloco de informações”, porque as unidades lexicais, para além de seu significado isolado, contém informações sobre como se relacionam umas com as outras. No uso, o acesso ao significado exige conhecimento de relações de outros níveis linguísticos, como as morfossintáticas, e não apenas o conhecimento lexical. Tampouco depende do encontro de um equivalente lexical.

Vê-se que conhecer a unidade lexical envolve não somente a apreensão de um significado absoluto, como também a polissemia, as convencionais relações sintagmáticas que ela estabelece, as redes associativas das quais faz parte, sua adequabilidade estilística, os enunciados múltiplos que ela carrega, assim como as informações fonológicas, morfológicas, sintáticas nela contidas.

Na próxima seção, apresentam-se exemplos do estudo de algumas escolhas lexicais, realizado entre professora e alunos da disciplina FLC0474 Língua Portuguesa. A professora conduziu os alunos a analisarem escolhas mais ou menos adequadas a partir das relações linguísticas e discursivas das unidades lexicais.

UMA EXPERIÊNCIA COM LETRAMENTO ACADÊMICO: O TRATAMENTO DAS ESCOLHAS LEXICAIS

O que se apresenta a seguir é uma síntese de atividades desenvolvidas por nós na disciplina FLC0474 – Língua Portuguesa, oferecida anualmente aos alunos dos cursos de Estatística e Ciências da Computação do IME-USP, seguida de exemplos do estudo das escolhas lexicais no letramento acadêmico.

Inicialmente, os alunos são indagados sobre sua experiência com outros letramentos antes de ingressar no ensino superior. As respostas são relatos da relação que eles têm com a produção de leitura e de escrita. Parte significativa dos estudantes costuma dizer não ter tido boa relação com a área de Língua Portuguesa, na escolaridade básica, o que justificaria também a escolha por um curso da área de exatas, no nível superior. Alguns alegam não gostar de ler, nem de escrever. E a grande maioria relata escrever pouco na universidade, restringindo sua prática escrita a mensagens de Whatsapp. Uma parte menor dos alunos costuma estar envolvida com pesquisas de iniciação científica, o que faz com que estejam mais interessados na escrita acadêmica.

Professora e alunos passam a debater sobre as diferenças entre gêneros escritos, focados na relação entre o que escreviam antes e depois do ingresso na universidade. Como a primeira percepção dos alunos em relação a essa diferença é o conjunto de normas de apresentação de textos acadêmicos, eles navegam pelo material *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP* (SIBI-USP: 2019) e passam a conhecer o conjunto de normas que regem os textos acadêmicos. Aprendem que devem consultar esse material para adequar suas produções às regras de apresentação, seja de periódicos da área de especialidade, seja das monografias que eventualmente terão que desenvolver para disciplinas ou iniciação científica. Aprendem também que há diferentes modelos de normas e que devem estar atentos àquelas solicitadas em determinado periódico ou em trabalhos da faculdade.

Em seguida, são desenvolvidos os seguintes tópicos: 1 planejamento da produção do texto acadêmico: os alunos aprendem como levantar e tratar fontes bibliográficas que servirão como base para seus textos. Diante de uma proposta de escrita de determinado gênero acadêmico, fazem pesquisas, principalmente na internet, e selecionam um conjunto bibliográfico. 2 estrutura dos gêneros acadêmicos: nas mesmas fontes bibliográficas selecionadas, a professora orienta os alunos a observarem a estrutura do gêneros acadêmicos, principalmente no artigo científico, que costuma ser o gênero mais frequente nas pesquisas por eles realizadas. Analisam a relativa estabilidade do gênero, as partes que o compõem e como autores diferentes desenvolvem essas partes. A professora costuma mostrar aos alunos artigos de outras áreas do saber, com o objetivo de que vejam a maleabilidade do gênero, existente não só entre autores, mas também entre áreas; 3 linguagem acadêmica: os alunos observam o estilo dos textos acadêmicos, com ênfase no registro, tipologia textual, estratégias de referência ao discurso alheio, escolhas lexicais, entre outros aspectos; 4 produção escrita: os estudantes produzem artigos científicos (individualmente ou em grupos), em geral, em partes. A professora analisa junto com eles suas produções, ensinando-os a editar o próprio texto. A exploração das escolhas lexicais ocorre, principalmente, nesta última etapa e também na etapa 2, em que alunos e professora procuram regularidades nos exemplares do gênero acadêmico estudado. Essa parte da produção escrita é a que ocupa o maior número de aulas do curso, devido ao tempo em que a professora usa para atender cada grupo para a realização da edição coletiva do texto.

Serão demonstrados a seguir alguns exemplos de escolhas lexicais analisadas em textos acadêmicos lidos pelos alunos, assim como produzidos por eles.

Modificadores e complementos na leitura

No texto cujo trecho que servirá de exemplo, e que foi lido conjuntamente em sala de aula, o autor faz uma crítica importante ao modo reducionista como se costumava (e costuma) desenvolver programas de educação ambiental nas escolas, opondo o ensino de uma técnica de reciclagem ao que ele considera de fato importante

que é a consciência sobre o consumismo. É capítulo de uma obra acadêmica em que se trata da educação ambiental:

“No entanto, apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, **em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo**”. E a despeito dessa tendência pragmática, pouco esforço tem sido dedicado à análise do significado ideológico da reciclagem, em particular da lata de alumínio (material que mais se destaca entre os recicláveis), e suas implicações para a educação ambiental reducionista, mais preocupada com a promoção de uma mudança comportamental sobre a técnica da disposição domiciliar do lixo (coleta convencional X coleta seletiva) do que com **a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna.**” (LAYARGUES, 2002)²⁸

O primeiro aspecto da escolha lexical observado pela professora e pelos alunos é a seleção de modificadores e complementos do nome e do verbo:

Modificadores

No primeiro trecho destacado em negrito, vemos que o substantivo “reflexão” é primeiramente modificado pelos adjetivos “crítica” e abrangente”. Discute-se, nesta escolha de modificadores: 1) como o caráter abstrato do substantivo “reflexão” e dos adjetivos “crítica” e “abrangente” pode esvaziar o sentido do enunciado; 2) a falta de especificidade do adjetivo “abrangente”; 3) o lugar comum que “reflexão crítica” tem ocupado em vários domínios discursivos e que pode conduzir ao esvaziamento de sentido. Ainda sobre a “reflexão crítica”, o que se nota é uma frequência aparentemente alta na atualização dessas duas unidades juntas (reflexão e crítica), que pode levar à nulidade semântica, graças ao caráter abstrato das duas unidades lexicais. Também nessa relação entre substantivo e modificador, discute-se sobre a incompatibilidade entre as duas unidades, em função de uma “reflexão” já conter o sema da criticidade, o que resultaria numa combinação redundante.

Complementos

Uma segunda observação feita é a relação entre o sintagma nominal “reflexão crítica e abrangente” e seus complementos: “a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo”, “do consumismo”, “do industrialismo”, “do modo de produção capitalista” e “dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo”. Observa-se que os quatro primeiros complementos listados acima possuem pelo menos o sema *consumo* em comum. Aliado à quantidade de complementos, cinco, reforça-se a redundância. Os alunos costumam relatar que essa quantidade grande prejudica o sentido e distancia o interlocutor da relação de complementação. Afinal, quando o leitor chega no último deles “aspectos políticos e econômicos da questão do lixo”, ele já não sabe que unidade lexical ele está complementando.

Escolhas lexicais redundantes na leitura

No segundo trecho destacado em negrito, os alunos observam que, ao criticar a falta do que ele considera ideal na educação ambiental, o autor faz escolhas do mesmo campo semântico das que aparecem no primeiro trecho destacado e que foram comentadas acima. Assim, em **a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que**

²⁸ LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 179-220.

sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna, aparece, novamente o substantivo “reflexão” com o complemento “sobre a mudança dos valores culturais” que, por sua vez, é modificado pela oração adjetiva “que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna”. Nesse modificador, observam-se as escolhas por “estilo de produção e consumo da sociedade moderna”, unidades lexicais muito próximas das apresentadas no primeiro trecho destacado: “sociedade de consumo”, “consumismo”, “industrialismo” e “modo de produção capitalista”. No quadro abaixo visualiza-se melhor njessa repetição e redundância que interferem na constituição do sentido por parte do interlocutor:

Quadro 1: Escolhas lexicais redundantes

Primeiro trecho destacado	Segundo trecho destacado
reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo	a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna,

Falsos conectores na escrita dos alunos

Ao analisarem a própria produção, junto com a professora, em uma prática de edição conjunta, os alunos observam algumas inadequações em suas escolhas lexicais. Uma delas é o uso de unidades lexicais, no início dos parágrafos, que teriam a finalidade de fazer a conexão semântica com o que foi dito no parágrafo anterior. Os alunos relatam que aprenderam, na escola básica, que devem usar unidades lexicais como conectores ao iniciar um parágrafo, para que não haja ruptura semântica no texto. Professora e alunos observam que, frequentemente, essas unidades lexicais atuam como falsos conectores, uma vez que seu conteúdo semântico nem sempre condiz com a verdadeira relação que se estabelece entre os parágrafos. O exemplo²⁹ a seguir demonstra essa inadequação. É um caso em que os enunciadores fazem uma citação e o parágrafo que a segue é introduzido por “por conseguinte”:

“ ‘o uso de projetos no ensino de Estatística contribuiu efetivamente, para o aumento do letramento estatístico dos estudantes, considerando o desenvolvimento alcançado nos elementos do Componente de conhecimento e do Componente de disposição, conforme indicados por Gal (2002) . (BARBERINO; MAGALHÃES, 2016, P. 1241)’

Por conseguinte, nota-se a relevância do ensino de estatística no Ensino Básico, assim como uma metodologia dinâmica de ensino (...)”

A locução conjuntiva “por conseguinte” costuma introduzir uma oração conclusiva, em que se apresenta um resultado ou conclusão a que se chega diante do que foi atestado na oração anterior. No caso acima, ela está esvaziada de sentido, uma vez que o que introduz não é um resultado ou conclusão, mas apenas uma reafirmação de um princípio citado no parágrafo anterior (na citação). No quadro abaixo, pode-se ver, de forma mais clara, como a locução “por conseguinte” é usada inadequadamente:

Quadro II: Falsos conectores

²⁹ Todos os exemplos de alunos apresentados neste artigo foram retirados de textos produzidos por eles na referida disciplina.

O que se afirma na citação	Locução conjuntiva com de função introduzir conclusão ou resultado	O que se afirma, depois do uso de “por conseguinte”, como se fosse uma conclusão	Análise da relação pretendida no trecho
“ ‘Uso de projetos no ensino de Estatística contribuiu efetivamente, para o aumento do letramento estatístico dos estudantes...’ ”	“Por conseguinte”	“Nota-se a relevância do ensino de estatística no Ensino Básico, assim como uma metodologia dinâmica de ensino...”	Na citação, afirma-se que ensinar Estatística por meio de projetos contribui para o aumento do letramento estatístico dos estudantes. Em seguida, com o uso da locução “por conseguinte”, afirma-se, conclusivamente, que ensinar Estatística no Ensino Básico é relevante. O que se diz, dessa forma, é que, em função de o ensino de Estatística por projetos ser bom para o letramento dos estudantes, conclui-se que é relevante ensinar Estatística no Ensino Básico. Ou, de forma mais objetiva: como ensinar Estatística por meio de projetos é bom para o letramento estatístico, então é relevante ensinar Estatística para o Ensino Básico. É como se dissessemos que como algo é bom, conclui-se que ele é bom.

Isso demonstra que o uso da locução “por conseguinte” foi uma escolha lexical inadequada, provavelmente realizada pela necessidade que têm os alunos de sempre fazer uso de alguma unidade lexical para fazer conexão entre parágrafos. O que se costuma discutir muito com os alunos, acerca desse tema, é que a conexão entre parágrafos deve estar, antes de tudo, nos aspectos semânticos e discursivos dos parágrafos e não restrita ao conector.

Ao analisarem esses usos, os alunos demonstram ser bem dependentes deles e receiam retirar esses falsos conectores. Consideram que a relação só se estabelece se eles estiverem presentes. Uma das causas desse vício pode ser o tradicional ensino da classificação de orações, por exemplo, no capítulo de sintaxe das aulas de língua portuguesa da escola básica. Nessas práticas, os alunos costumavam aprender que relações coordenadas e subordinadas são única e completamente dependentes das conjunções, o que não é necessariamente real, podendo haver relações de subordinação, por exemplo, sem conjunções. Outra causa pode ser um aprendizado equivocado das relações de coesão. Tema que entra mais recentemente nos currículos de Língua Portuguesa, em decorrência das orientações dos documentos curriculares nacionais, produzidos a partir do final da década de 1990, a coesão foi, algumas vezes, tratada com equívocos na prática escolar. Um deles foi obrigar os alunos a colocarem conectores em seu texto, fazendo com que acreditassem que nesse uso resolveriam os problemas de coesão textual. Naturalmente não é isso que se desenvolve nos princípios teóricos e aplicados da coesão textual como fator de textualidade, tratados nos estudos da Linguística Textual.

4 Incompatibilidade semântica nas escolhas lexicais

Um dos problemas comuns na escrita acadêmica, relacionados ao léxico, é a incompatibilidade semântica entre itens lexicais, já descrita por Oliveira (2006) como “incompatibilidade semântica entre vocábulos no interior do sintagma ou da oração”. Quando fazem a edição de seu texto, junto com a professora, os alunos costumam tratar esse tema como uma falta de combinação entre as palavras. O exemplo a seguir demonstra o problema:

“O maior desafio da educação sempre foi o de **trazer a autonomia** e a **intenção** de que as atitudes no ambiente de ensino tenham sucesso em seu objetivo de estimular o aprendizado (...)”

No trecho destacado em negrito, vê-se que há incompatibilidade entre o verbo “trazer” e os núcleos dos seus complementos “autonomia” e “intenção”. Segundo Oliveira (2006), ocorre um conflito semântico entre unidades lexicais, o que demonstra uma falha na percepção da dimensão semântico-gramatical do léxico, uma vez que está mal construída a relação sintagmática. Na escolha feita pelo aluno, nem a “autonomia” nem a “intenção” são “trazidas” pela educação. A reescrita editada do trecho provavelmente não se resumiria a alterar o verbo “trazer”, nem seus complementos, mas reorganizar o pensamento do enunciador de modo que possa reconstruir um período coerente com relações sintáticas e semânticas compatíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos programas das disciplinas que tratam do letramento, trazidas aqui como exemplo, vê-se que professores universitários enfatizam a organização formal (incluindo estrutura e habilidades linguísticas), a compreensão e produção de argumentos, as variações do gênero de acordo com a área do conhecimento e o impacto das produções acadêmicas ao serem publicadas. O que se procurou destacar, nesta

análise, é um valioso recorte dessas habilidades linguísticas a ser desenvolvido na prática do letramento: a escolha lexical no gênero acadêmico.

Na prática aqui descrita, quando professora e alunos discutem determinada escolha lexical feita por um grupo, por um aluno ou pelo autor de um texto lido, vê-se que, muitas vezes, essas escolhas costumam ser realizadas sem que se pense na relação que elas estabelecem dentro e fora do texto. O sentido da unidade lexical parece ser entendido, por aquele que escreve, como absoluto, o que acaba sendo desconstruído na prática de edição coletiva: o grupo, mediado pela professora, lê um trecho escrito por ele próprio ou por um dos integrantes e algum dos membros percebe falhas em uma escolha, resultantes da não observância da relação que uma unidade lexical estabelece com outra, tanto sintática, semântica ou discursiva. Essa percepção faz com que os alunos, em sua maioria, passem a se interessar pelo estabelecimento de sentido gerado nas relações. Nessa prática de diálogo sobre a escrita do texto é que surge o desejo de aprimorá-lo, o que sustenta a ideia de que aprendemos sempre na relação com o outro. Vê-se, nas aulas, que um olhar mais atento de um aluno para determinado problema na relação lexical acende no seu companheiro o desejo solucioná-lo.

Essa compreensão da unidade lexical como portadora de significado absoluto é fruto de uma tradição de ensino de vocabulário centrada no princípio da equivalência lexical: para cada unidade, há um equivalente semântico. Muito comum na escola brasileira, durante décadas, ela limitou a compreensão da pluridimensionalidade do léxico, que sempre foi tratado de um ponto de vista semântico bem restrito, separado da gramática e do discurso, sem os quais se esvazia de sentido quando atualizado no texto. Nesses exemplos de impropriedades que professora e alunos encontraram nos textos editados, percebe-se que o sentido lexical é constituído nas relações, sejam sintáticas, semânticas ou discursivas, como se viu na relação do nome e do verbo com seus modificadores e complementos, na redundância e na incompatibilidade semântica entre as unidades lexicais.

O uso de falsos conectores revela igualmente uma compreensão limitada do léxico. Uma conjunção ou locução conjuntiva, como no caso de “por conseguinte”, exemplificado na análise, parece ocupar uma falsa função de conector na posição de início de parágrafo. O impacto que uma conjunção pouco usual pode causar parece ser mais importante do que a certeza de que a relação que ela estabelece com as outras unidades lexicais é apropriada. Alunos relatam que, muitas vezes, escolhem unidades lexicais pouco frequentes porque acreditam que o texto se tornará mais impactante. Ao refletirem sobre essa prática, concluem que esses usos causam nos leitores a impressão de que o texto está bem escrito.

A percepção dessas linhas que costuram as unidades lexicais de um texto – suas relações sintáticas, semânticas e discursivas – dá-se de forma mais produtiva quando feita em conjunto, pelo menos em práticas iniciais. Com isso, tudo indica que os alunos aprendem a prosseguir mais independentes editando, sozinhos, seu próprio texto.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 280-326.
- BARTON, D. et al. *Situated literacies reading and writing in context*. London/New York: Routledge, 2000.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Fundamentos da Lexicologia. In: *Teoria linguística: teoria lexical e computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p 97-213.

- GEE, J. P. The new literacy studies. In: *The Routledge handbook of literacy studies*. London: Routledge, 2015. P. 35-48
- LEA, M.R.; STREET, B.V.. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicação. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filologia e Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 16, n.2, p. 477-493, jul./dez. 2014.
- _____. Student writing in higher education: an academic literacies approach. *Studies in Higher Education*. vol.23, n.6, 157-172, 1998.
- OLIVEIRA, H. F Ensino do léxico: o problema da adequação vocabular. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 49-68, julho - dez. 2006.
- RICHARDS, J. The role of vocabulary teaching. *TESOL Quartely*, vol 10, n. 1, p. Mar 1976.
- ROCA-PONS.J. *Introducción a la gramática*. Barcelona: Teide, 1976.
- SCARAMUCCI, M.V.R. A competência lexical de alunos universitários aprendendo a ler em inglês como língua estrangeira.IN: SCARAMUCCI, M. V. R. e GATTOLIN, S. R. B. (orgs.). *Pesquisas sobre vocabulário em língua estrangeira*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. p. 73-95.
- SCHIMITT, N. Key issues in teaching and learning vocabular. In: CHACÓN-BELTRÁN, R.; ABELLO-CONTESSÉ, C.; TORREBLANCA LÓPEX, M. (orgs.) *Insights into non-native vocabular teaching and learning*. Bristol: Multilingual Matters, 2010.
- SIMÕES, L. J.; JUCHUM, M. A escrita na universidade: uma reflexão a partir do que os alunos dizem. *Anais do VI Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa*. Língua, Texto e Ensino, Uberlândia/ MG: EDUFU, vol. 4, n. 1, 2014.
- STREET, B. V.. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. *Teleconferência Unesco Brasil sobre Letramento e Diversidade*. Outubro, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/360336494/Abordagens-Alternativas-Ao-Letramento-e-Ao-Desenvolvimento>. Acesso em 03/10/2018.
- _____. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

ANÁLISE DA LEXICALIZAÇÃO E DA DELIMITAÇÃO DE SINTAGMAS NA TERMINOLOGIA DO CURRÍCULO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO ORGANIZADO POR COMPETÊNCIAS

Fernanda Mello DEMAI
Centro Paula Souza - Unidade do Ensino Superior de Graduação
fernanda.demai@gmail.com

RESUMO: Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio é definido como esquema teórico-metodológico que direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades, bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico/área de conhecimento, a fim de atender a objetivos de profissionalização, conforme as demandas laborais, sociopolíticas e culturais. É a área-tema deste trabalho. Pretendemos discutir aspectos da configuração de termos da área-tema, a partir da análise de textos fidedignos, escritos, em uma abordagem terminológica (com ênfase nos princípios das Teorias Sociocognitiva e Comunicativa da Terminologia). Caracterizaremos o percurso de identificação de termos simples e de termos compostos em contextos reais e aspectos do processo de lexicalização (ou fixação/ aceitação/ difusão do conceito no interior de uma comunidade sócio-linguístico-cultural). Trabalhamos com uma metodologia híbrida, de extração de palavras com a utilização de ferramenta informatizada (programa WordSmith Tools), aliada à análise humana. Sistematizamos um *corpus*, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical, o qual é constituído por textos legais e/ ou institucionais, dos níveis federal e estadual (estado de São Paulo), além de textos de pesquisadores independentes; sua periodicidade é de 2000 a 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Competências Profissionais; Terminologia; Lexicalização; Sintagma

INTRODUÇÃO: A ÁREA-TEMA, APARATO TEÓRICO E OS OBJETIVOS DO TRABALHO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais abrangente, intitulada “Estudo da neologia na Terminologia do Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências: o caso do Centro Paula Souza”, supervisionada pela Profa. Dra. Ieda Maria Alves, no Programa de Pós-Doutoramento em Letras: Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Definimos, metaforicamente, o *Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio* como o *caminho pedagógico formativo* para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades necessárias para o desempenho de atividades profissionais e que se constitui área-tema deste trabalho.

A partir de princípios oriundos das Teorias Sociocognitiva e Comunicativa da Terminologia, analisaremos aspectos da configuração de termos da área-tema.

Especificamente em relação à **Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT**, destacamos a valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista, e a concepção de termo como unidade de função comunicativa e discursiva (CABRÉ, 1993; 1999). Assim, os termos não sofrem intervenções ou modificações de cunho ortográfico, ou ainda em sua estrutura sintagmática – não é o objetivo de um estudo terminológico descritivo proceder a alterações para atender a especificações de padronizações linguísticas; as unidades terminológicas são apresentadas tal e qual foram extraídas dos contextos reais de utilização, dos textos do *corpus*.

Quanto à **Teoria Sociocognitiva da Terminologia – TST** –, destacamos os preceitos relacionados às funções comunicativa, cognitiva e discursiva dos termos, além da motivação terminológica (TEMMERMAN, 2001).

Dessas teorias tomamos como aparato teórico de extrema relevância a abordagem do termo como um signo linguístico que representa um conhecimento especializado de uma área do saber humano, caracterizado pela integração e pela interação das *faces* significado e significante e pelos mesmos fenômenos morfossintáticos e semântico-pragmáticos que formam e determinam as demais unidades da língua, como a variação, a sinonímia, a polissemia, a homonímia, a antonímia e os processos de neologia, como a fonológica, a sintática, a semântica. Depreende-se, também, dessas proposições, o signo linguístico como representante de valores da cultura, da sociedade, da história de uma comunidade, que perpassa o estabelecimento e a constante ampliação dos campos técnicos, científicos e tecnológicos. (BARBOSA, 2007; CABRÉ, 1993, 1999; DEMAÍ, 2014; TEMMERMAN, 2001).

Demonstraremos aspectos do processo de lexicalização (ou fixação/ aceitação/ difusão do termo (e respectivo conceito) no interior de uma comunidade sócio-linguístico-cultural).

Quanto aos processos relacionados à lexicalização, no âmbito da Terminologia, recorreremos aos conceitos relacionados à *terminologização*.

Nas palavras de Barbosa (2007), terminologização é o

processo que converte conceito em termo, *la mise en terme*, expressão esta comparável à *la mise en lexème*, do processo de lexemização de Pottier. Nesse sentido, terminologização refere-se à relação entre o nível conceptual e o metalinguístico [...]. **Ora, sabe-se que, dependendo da área técnica ou científica, os processos de terminologização *latu sensu* são muito mais amplos: o fonológico, o sintagmático, o semântico.** O empréstimo (de uma língua para outra ou de uma área para outra) é apenas um dentre os vários processos de terminologização.

[...]

No processo de passagem do conceptual para o terminológico, [há] a criação *ex-nihilo*, que terá graus **diferentes de motivação, instauração de uma nova grandeza sígnica, numa combinatória inédita, no caso do processo fonológico e sintagmático [neológico]**. O ponto de partida é o conceptual. [...] (BARBOSA, 2007, p. 435-439, grifos nossos).

A terminologização diz respeito à colocação de um conceito na forma linguística de um termo, com recurso aos processos de criação lexical disponíveis na língua geral, aplicados também às linguagens de especialidade. Esses processos mobilizam

fonologia, morfossintaxe, semântica e pragmática e resultam na criação de novas palavras, no caso, palavras técnicas e/ou científicas, os termos.

Em última instância, essa abordagem terminológica a que nos propomos visa a estudar e a apreender aspectos de *formas e modelos* de pensamento, a partir da sistematização e estudo de termos técnicos de uma área do conhecimento.

Consideramos terminologização um macroprocesso, um arquiconceito, que representa o protótipo (“traços comuns constantes nos ‘recortes culturais’” – Barbosa, 2001, p. 81) de passagem do nível conceptual para o linguístico, que reúne os traços comuns, com a neutralização das diferenças entre terminologização e metaterminologização. Em suma, a metaterminologização é a passagem de unidades de uma terminologia para outra, com ou sem manutenção de traços semânticos, em que “se instaura um termo a partir de outro termo” (BARBOSA, 2007, p. 438), ou seja: o ponto de partida é linguístico, de um conjunto-vocabulário para outro. Na terminologização *lato sensu*, o que se dá é a passagem do conceptual para o linguístico:

[...] trata-se, aqui, da terminologização *lato sensu*, ou seja, uma criação *ex-nihilo*, que terá graus diferentes de motivação, mas que não resulta da transposição de um universo de discurso para outro e, sim, da instauração de uma nova grandeza sígnica – numa combinatória inédita, no caso do processo fonológico ou sintagmático – e de uma função metasemiótica – no caso do processo semântico. (BARBOSA, 2007, p. 438)

Neste trabalho, admitiremos a terminologização como arquiconceito e arquitermo em que há a neutralização da oposição entre terminologização *lato sensu* (passagem do conceptual para o linguístico), da terminologização *stricto sensu* (transformação de um vocábulo em termo) e a metaterminologização (instauração de um termo a partir de outro termo). Consideramos que nos autoriza essa neutralização das diferenças a própria asserção de Barbosa:

A rigor, este processo – o da terminologização *lato sensu* – subjaz a todos os anteriormente apresentados, visto que, em estrutura profunda, o ponto de partida é sempre o nível conceptual (PAIS [...]). Diferem quanto aos percursos realizados pela grandeza-termo e quanto ao modo como é engendrada: fonológico, semântico, sintagmático ou alogenético (GUILBERT [...]) (BARBOSA, 2007, p. 438-439).

Assim, será mencionado apenas o termo *terminologização*, como termo geral, como macroprocesso de transposição do conceptual para o linguístico no percurso do conceito para o termo.

Os conceitos da área de Currículo em Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram criados não somente no eixo vertical, “do fato para o patamar cognitivo”, mas também foram “desencadeados nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o[s] autor[es] vão pouco a pouco construindo, no seu texto, conceito[s] qualquer [quaisquer]” (BARBOSA, 2001, p. 78).

Tomando com Barbosa (2001, p. 79) o conceito como “modelo mental, dialeticamente articulado a um recorte cultural” e o processo de conceituar como “construção de um modelo mental, que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, escolha/ engendramento da estrutura léxica que pode representá-la de forma mais eficaz [...]” (BARBOSA, 2001, p. 76), destacamos os conceitos da área de Currículo em Educação Profissional Técnica como altamente representativos e constituídos por

noemas (traços semânticos conceituais – denominação de Pottier, *apud* Barbosa, 2001, p. 73) ideológicos, intencionais, modalizadores (BARBOSA, 2001, p. 79), marcados por “discursos políticos eufóricos ou disfóricos sobre o mesmo fato, no interior de uma mesma cultura (BARBOSA, 2001, p. 82), que se destacam em relação ao conjunto de noemas “biofísicos ou universais, o conceito *stricto sensu*” e também em relação ao “conjunto de noemas ideológicos, culturais”, o “metaconceito” (BARBOSA, 2001, p. 79).

Assim, constatamos que os traços semânticos conceituais que marcam a conceptualização e a terminologização da área são *intencionais*, *modalizadores*, que buscam marcar, ainda mais, posicionamentos de grupos dentro de uma mesma cultura em relação aos traços primordialmente *ideológicos*, *culturais* ou *transculturais*. Logo, o que constitui e destaca a novidade (neologia) na terminologia em estudo é a intencionalidade em sua rede conceptual, a manipulação discursiva deliberada, programada e utilizada como instrumento ideológico-manipulatório.

Assim, com a necessidade de **instauração de uma nova grandeza sígnica, uma nova palavra, ou um novo termo**, dá-se a neologia, tanto na língua geral, como nas linguagens de especialidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, CORPUS TEXTUAL E CRITÉRIOS PARA COLETA E TRATAMENTO DE UNIDADES TERMINOLÓGICAS

Adotamos uma metodologia híbrida para extração lexical com a utilização de uma ferramenta informatizada, o programa WordSmith Tools (SCOTT, 2017), aliada à análise humana.

Sistematizamos um *corpus*, ou seja, um conjunto organizado de textos para extração e análise lexical, o qual é constituído por textos legais e/ ou institucionais, dos níveis federal e estadual (estado de São Paulo). As instituições pesquisadas, cujos textos serviram à extração de termos, foram: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Brasil, estado de São Paulo), Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego (governo federal do Brasil), além do trabalho de pesquisadores autônomos.

O *corpus* pode ser enquadrado na tipologia de obra técnico-científica/legal, prestando-se também às funções pedagógica e de divulgação.

A periodicidade do *corpus* é de 2000 a 2016, e os termos foram dele extraídos considerando alguns critérios de neologicidade: são novas combinações no eixo sintagmático ou decorrentes de novos significados atribuídos a itens lexicais ou combinações já existentes.

Inserimos em nosso *corpus* de análise **itens de caráter enciclopédico**, por julgarmos que esses elementos são indispensáveis para a configuração conceitual-terminológica da área (nomes de instituições, programas do governo, tipologia de escolas, tipologia de cursos, entre outros).

A seguir, apresentamos a síntese dos procedimentos metodológicos executados:

- organização do *corpus* de partida ou parâmetro: um conjunto de textos mais gerais, um *corpus* bruto;
- organização do *corpus* de exclusão específico (conceito e denominação expressos por Boulanger, citado por Alves (2000, p. 105): um conjunto de textos mais antigos da área, que serve para testar o critério da neologicidade (os termos que constarem desse *corpus* de exclusão específico não serão incluídos no *corpus* de análise, que é o conjunto formado apenas pelos termos mais novos ou neológicos). Na presente pesquisa, a periodicidade do *corpus* de exclusão é 1972 a 1999, período que representa

o paradigma imediatamente anterior ao Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências

A organização do *corpus* de exclusão específico é uma alternativa possível para avaliar a neologicidade – poderiam ser consultados dicionários de língua geral, por exemplo, para eliminar termos já dicionarizados do rol de termos neológicos; cada pesquisa terminológica deverá ser conduzida a partir de critérios relevantes e adequados para cada objetivo, para cada contexto.

- leitura e coleta manual de termos dos *corpora* de partida ou parâmetro e do *corpus* de exclusão específico, que se constitui no componente de análise humana, para o qual a ferramenta informatizada possui caráter auxiliar.

- a partir da leitura do *corpus* de partida ou *corpus* parâmetro, são excluídos os termos:

- o considerados não neológicos, conforme a datação dos textos em que são encontrados;

- o considerados não representativos dos conceitos ou não pertinentes à área-tema;

- o que ocorreram menos de duas vezes na totalidade do *corpus*;

- o que ocorreram em apenas uma obra (texto) do *corpus*.

- organização de listagem dos termos (e respectivos textos de origem) que não foram excluídos no tratamento inicial do *corpus* de partida ou *corpus* parâmetro, que dão origem à primeira versão do *corpus* de análise;

- tratamento informatizado da primeira versão do *corpus* de partida ou *corpus* parâmetro: extração automatizada da lista de palavras (*Wordlist*) dos textos de origem, das palavras ou termos-chave (*KeyWords*) e das concordâncias (*Concord*) para verificação e validação da lista consolidada no tratamento inicial;

- complementação e eventual correção da lista de termos (*corpus* de análise) coletada manualmente;

- organização da versão final da lista de termos (e respectivos textos de origem) para análise, após os procedimentos de extração manual e de extração automatizada de termos, combinados em uma metodologia híbrida de estudo de *corpus*;

- classificação dos termos simples e dos termos sintagmáticos conforme a tipologia de funções sistematizada e elaboração das respectivas análises conceituais-terminológicas, conforme os objetivos do trabalho.

Para verificação dos processos de lexicalização/ terminologização, adotamos alguns critérios ou combinatória de critérios que avaliam aspectos da configuração morfosintática e semântico-pragmática dos termos, a partir da análise de fatores linguísticos e também de fatores extralinguísticos.

A seguir, citamos o rol de **critérios adotados para identificação de sintagmas terminológicos ou termos simples em diferentes estágios de lexicalização/ terminologização**, de acordo com as proposições teórico-metodológicas das autoras Alves (2007) e Barros (2004) e com nossa análise em relação ao *corpus* em estudo:

(01) O sintagma/ termo simples designa conceito em particular?

(02) O sintagma/ termo simples tem forte e comprovada relação com a realidade extralinguística?

(03) O sintagma/ termo simples constitui-se em empréstimo de outra área de conhecimento?

(04) O sintagma/ termo simples possui sinônimos?

Na próxima parte do trabalho, proporemos a análise de alguns termos-chave e do termo designador da área-tema deste estudo terminológico.

ANÁLISE DE TERMOS-CHAVE E DO TERMO DESIGNADOR DA ÁREA-TEMA: CURRÍCULO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Apresentaremos a análise de três termos-chave (*competências profissionais; função e perfil profissional*), além da análise do termo categorial, designador da área-tema:

a. Competências Profissionais

O termo *Competências Profissionais* designa um conceito em particular: *capacidades teórico-práticas e comportamentais de um profissional técnico de uma área profissional ou eixo tecnológico, direcionadas à solução de problemas do mundo do trabalho, ligadas a processos produtivos e gerenciais, em determinados cargos, funções ou de modo autônomo*; é utilizado nessa configuração semântico-lexical de forma recorrente nos discursos legais e institucionais, que apresenta o sinônimo *competências* nos contextos especializados e constitui-se em empréstimo de outra área Recursos Humanos/ Gestão.

A Educação Profissional e Tecnológica, como um tipo muito particular de Educação, que visa ao preparo para a vida social e cidadã com ênfase na atuação e nas relações com o mundo do trabalho, traz, em sua terminologia, muitos itens ressignificados de universos e discursos laborais, como as áreas de Gestão, Indústria, Informática, além da Educação Geral (de níveis médio e superior), o que é natural e evidencia as relações entre terminologia, cultura e sociedade.

Os novos termos ou neologismos que são formados por composição no eixo horizontal são denominados neologismos sintagmáticos, os quais são muito frequentes nas novas terminologias, que representam novos conceitos (ou ainda conceitos inovadores), como é o caso da área-tema deste trabalho, o Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por competências.

b. Função

Função, um dos poucos termos simples atestados em nosso estudo, não se caracteriza por neologia de forma, mas somente de significado (neologismo primordialmente semântico) designa um conceito em particular: *categoria organizadora de um conjunto de atividades e competências direcionadas para um macro-objetivo nos processos produtivos, como planejamento, execução e controle, que marca uma etapa bem definida das partes do itinerário formativo* e apresenta forte e comprovada relação com a realidade extralinguística, visto que é utilizada com forma e significado constantes na legislação, em documentos e em textos sobre a área, notadamente no paradigma da organização curricular pelas classes *áreas profissionais* que vigorou no início dos anos 2000 no Brasil.

Função é uma expressão ressignificada no âmbito do Currículo da Educação Profissional; ocorre na língua geral, como palavra da língua comum e também desempenha o papel de termo técnico em várias áreas, como a Matemática ou ainda Recursos Humanos.

Função não apresenta sinônimos contextuais no *corpus* estudado. Ressalte-se que houve um conceito subordinado ao conceito: *subfunção*, que deixou de ser utilizado

com o advento da organização curricular pelas classes “eixos tecnológicos”, a partir de 2008 – 2009.

c. Perfil Profissional

Perfil profissional, neologismo sintagmático, designa um conceito em particular: *descrição sumária das atribuições, atividades e das competências de um profissional de uma área técnica, no exercício de um determinado cargo ou ocupação.*

A expressão é atestada nos discursos *reais*, utilizada com forma e significado constantes na legislação, em documentos e em textos sobre a área.

A expressão é recorrente nas áreas de Recursos Humanos/ Gestão e apresenta sinônimos: *perfil*, *perfil profissional de conclusão* e *perfil dos cursos técnicos*.

d. Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio designa um conceito particular: *esquema teórico-metodológico que direciona o desenvolvimento de perfis de habilitações profissionais técnicas de nível médio.* A expressão consta de textos legais e referenciais curriculares da Educação Profissional e Tecnológica e dos respectivos planos de curso de uma representatividade significativa das instituições de Ensino Técnico, apresentando as formas sinonímicas em contexto especializado: *Currículo da educação profissional*; *Currículo da educação profissional técnica*; *Currículo escolar*; *Currículo*.

Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio caracteriza-se como sintagma de função categorial, um conceito superordenado em relação aos subordinados hierarquicamente ou relacionados, semântica e pragmaticamente. Por esse motivo, teceremos mais considerações acerca dos processos de terminologização subjacentes à sua configuração e instauração linguístico-social.

Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio é um termo sintagmático, que traz aspectos cognitivos, à medida em que permite organizar e interpretar as realidades extralinguísticas.

Currículo já existe na língua com um sentido de *conjunto de programas de ensino e disciplinas*, na área da Educação Geral.

O currículo, como ato de correr, atalho, corte, já é documentado na língua portuguesa desde 1899 (séc. XIX) (CUNHA, 1986, p. 235).

Conforme Saviani (2009, p. 25), um dos primeiros registros do termo *Currículo*, em Educação, é creditado ao Oxford English Dictionary, em uma abonação de 1663, em que é atribuído ao termo o significado de documento escolar expedido pela Universidade de Glasgow, na Escócia.

Para a formação do termo *currículo* (escolar, que ocorre na instituição escola), destacam-se os traços semânticos de atalho e de corte.

Desses elementos de significação pode-se depreender que o currículo é (ou deve ser) um direcionamento preciso, uma condução por um caminho, que deve ser o menos tortuoso e mais certo para o alcance de objetivos. (DEMAI, 2017, p. 105)

Com a sintagmação, foi possível recategorizar *Currículo*, tornando-o uma nova categoria, pois, no contexto estudado, é o currículo de um tipo específico de Educação. A apreensão de seu significado possibilita a organização e a compreensão de significados, daí seu destaque na função cognitiva.

O termo sintagmático é explicativo, a exemplo de muitos outros, com o recurso de acréscimo de determinantes ao substantivo determinado. O conjunto de determinantes *da Educação Profissional* comunica explicitamente as diferenças desse tipo de Educação, caracterizando a função comunicativa dos termos.

Como termo sintagmático, caracteriza-se também por apresentar a capacidade de estabelecer relações conceituais e linguísticas com outros termos. É possível identificar as relações em campos semânticos e em campos lexicais. Em alguns casos, a associação é favorecida pela estrutura formal (mesmo determinado), a exemplo de: *Currículo da Educação Profissional*; *Currículo da Educação Profissional Técnica*. Em outro caso, a associação não é favorecida pela forma: dá-se somente por aspectos semânticos, como em *itinerário formativo*.

Como termo sintagmático, destaca-se por ser facilmente atualizável em discurso, não se constituindo em termo de difícil compreensão – possui alto valor autoexplicativo.

A seguir, apresentamos o mapa conceitual hierárquico que representa Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio como conceito de função categorial:

1. Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

1.1 Currículo da educação profissional

1.2 Currículo da educação profissional técnica

1.3 Currículo escolar

1.4 Currículo

1.5 Currículo em Educação Profissional por competências

1.6 Currículo por competências

1.7 Currículo por conteúdos

1.8 Currículo em parceria

1.9 Itinerário formativo

Figura 1 - Mapa conceitual hierárquico: Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio como conceito de função categorial.

Fonte: elaboração própria.

Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio está relacionado a outro termo que também é uma categoria, mas da Educação Geral: *Currículo*. Em outro mapa conceitual possível, com outros propósitos, *Currículo* poderia ser o termo categoria, designador da área.

Entretanto, em determinados contextos, as duas categorias (*Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio* e *Currículo*) podem ser sinônimas, observando-se que, em um texto, podem ser utilizadas como sinônimos, com a supressão dos determinantes, para fins de economia linguística (falar ou escrever menos favorece a comunicação, quando o significado não é prejudicado). Essas observações visam a colaborar com um estudo terminológico em uma perspectiva mais ampla, direcionada à comunicação e à cognição.

Em relação ao termo genérico que define a classe, *Currículo* já existe na língua com um sentido de *conjunto de programas de ensino e disciplinas*, na área da Educação Geral.

Com a sintagmação, foi possível recategorizar *Currículo*, tornando-o ele mesmo uma nova categoria, pois agora é o currículo de um tipo específico de Educação. A

apreensão de seu significado possibilita a organização e a compreensão de significados, daí seu destaque quanto à função cognitiva.

A função categorial está intimamente relacionada à função cognitiva à medida em que podemos reconhecer as relações existentes entre categorias, elementos e novas categorizações, relações essas de cunho morfossintático e semântico-lexical, evidenciadas a partir da transposição do *nível* conceitual para o linguístico, do *conceptus* para o termo, configurando-se, assim, o processo de terminologização (BARBOSA, 2007).

A categorização, nos limites deste trabalho, constitui-se no processo de (re) criar e estruturar ou reaproveitar modelos, ou formas, ou quadros, *frames* mentais para estruturação de conceitos (conceptualização e reconceptualização), processo este intimamente ligado à terminologização, passagem do nível conceitual para o linguístico no universo das linguagens de especialidade.

Não é tarefa fácil separar o conceitual do linguístico, visto que nosso próprio pensamento já é *pré-moldado* em forma linguística, em palavras, conforme nossa própria configuração como seres sociais formatados em uma cultura linguística.

Podemos, à guisa de concretização e exemplificação desses processos de conceptualização e de terminologização, considerar que a forma de pensar e estruturar conceitos mais abrangentes ou classes é um recurso muito profícuo e constatável, do mesmo modo que podem ser reconhecidos os elementos agrupados em uma classe - esses elementos são constituintes da classe por compartilharem de características ou traços semânticos comuns - todavia, são diferentes entre si pelos traços semânticos particulares que os formatam como elementos autônomos, indivíduos.

Na transposição linguística ou terminologização, verifica-se esse expediente na constituição da classe, que é o próprio elemento determinado, a exemplo de *Currículo*, termo simples, ao qual são acrescentados determinantes para, pelo processo de sintagmação ou neologia sintagmática, formar os elementos da classe. Esses determinantes possuem uma estrutura sintagmática de estruturas de caráter adjetival, na maioria dos casos, em forma preposicionada ou não: *da educação profissional; da educação técnica; por competências, por conteúdos, escolar*, entre outros. Essas estruturas sintagmáticas, juntamente com a criação de novos significados (=neo), o que converge em toda a complexidade do signo linguístico, especializado ou da língua geral, visto que mobiliza aspectos cognitivos e linguísticos muito imbricados e consolidados em nossos próprios percursos de apropriação e de representação da *realidade* dos objetos, dos fatos e das ações e das interações dos seres humanos.

A categorização, dessa forma, pode ser compreendida como um modelo mental e forma de pensar relacionada à configuração de uma classe mais genérica e criação/inclusão de elementos nessa classe, e/ou a partir dela. Esses elementos, por sua vez, podem vir a constituir-se em novas classes, em um processo que pode ser ilimitado, considerando-se suas potencialidades e exemplos em diversas áreas e na língua geral.

Na próxima parte, direcionamo-nos para as considerações finais deste trabalho, que é parte de uma pesquisa mais abrangente; nosso objetivo é dar continuidade a essa pesquisa, ampliando os *corpora* e os fenômenos conceptuais-terminológicos estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos algumas abordagens teórico-metodológicas da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Sociocognitiva da Terminologia, principalmente no que diz respeito à valorização dos estudos semânticos, pragmáticos e morfossintáticos, sob um enfoque descritivista e não prescritivista. Ao analisar os processos de sintagmação,

reconhecemos e estudamos a ligação entre morfologia, sintaxe e semântica, a partir de contextos reais de comunicação da área-foco.

Com a aplicação dos critérios para a verificação do grau de lexicalização (fixação) dos termos, constatamos que se constituem em termos próprios da área de Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências, não combinatórias eventuais.

Os elementos das expressões não podem ser comutados ou separados ou especificados isoladamente sem mudança no significado (exemplo: *Currículo de Educação Profissional Técnica de Nível Médio* não poderia ter seus especificadores alterados, ou suprimidos, pois *currículo* somente não designaria o mesmo conceito – nem mesmo poderiam ser suprimidas as palavras que especificam que o currículo é Técnico de Nível Médio, pois a Educação Profissional também abrange a Educação Tecnológica, de nível superior).

Contextualmente, pode ser suprimido um elemento que já foi enunciado, para que não se repita, a todo momento, uma expressão muito extensa (conforme o princípio da economia linguística). No entanto, o termo formado por vários elementos é recorrente na mesma forma e com o mesmo significado, o que confirma o grau de integração semântico-sintática de seus elementos.

O grau de integração semântico-sintática indica que se tratam de sintagmas (expressões) em vias de lexicalização (fixação) e não de combinatórias eventuais (que aparecem uma vez em um texto e nunca mais ocorrem da mesma forma); a integração é semântica pois o sentido é o mesmo, mantendo-se nos diversos textos, ao mesmo tempo que a integração também é sintática (ou seja: a ordem dos elementos que compõem a expressão não se altera na frase, no eixo horizontal do discurso ou sintagma).

Além disso, **todos os termos designam um conceito em particular**; são inseparáveis expressão e conteúdo, forma e significado

Os sintagmas apresentam mesma configuração formal e semântica, inclusive sendo possível a identificação de termos sinônimos – ou seja: foi possível a identificação de termos preferenciais e de termos não preferenciais.

A existência de sinônimos é um indício de que o conceito e respectivos termos estão em transição do + instável para o – instável, em diferentes gradações.

Além disso, a frequência é determinante também para a análise da lexicalização dos sintagmas.

Os sintagmas muitas vezes são originários de outras áreas do conhecimento, como Educação Geral, Educação Superior, Gestão, Indústria, Informática, Recursos Humanos, o que demonstra que seus elementos já estão fixos e integrados em expressões já *cristalizadas*, ou em vias de uma *cristalização completa*, que é o próprio fenômeno linguístico da lexicalização (colocação de conceito em forma de palavra da língua comum) ou da terminologização (colocação do conceito em forma de termo técnico e/ ou científico).

Avaliamos que todos os candidatos são termos da área de Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências, cuja terminologia está se fixando no Brasil, com a *cristalização* de conceitos e de respectivos termos.

A classe contém os elementos, e sua significação faz parte da significação dos elementos – *Currículo da Educação Profissional Técnica, Currículo em Educação Profissional por Competências...* são todos tipos de *Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, são todos elementos subordinados da classe.

Esse conhecimento dos processos da formação de palavras e de termos por meio de classes, ou protótipos, ou estruturas prototípicas ou modelos mentais, que derivam

outros modelos é altamente significativo e provém principalmente da Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TEMMERMAN, 2001).

Os termos novos formados por composição no eixo horizontal são denominados neologismos sintagmáticos, os quais são muito frequentes nas novas terminologias, que representam novos conceitos (ou ainda conceitos inovadores), como é o caso da área-tema deste trabalho, o Currículo Escolar em Educação Profissional Técnica de Nível Médio organizado por Competências.

Estudamos discursos reais (exclusivamente escritos), que, pouco a pouco, configuram os conceitos e respectivos termos na realidade sociocultural brasileira.

A pesquisa é descritivista: não se propõe a modificar, padronizar ou rechaçar as unidades terminológicas encontradas em discurso manifestado e abonadas pelos especialistas e atores sócio-históricos do contexto.

Temos a concepção de que termo é uma unidade de função comunicativa, discursiva e cognitiva; os termos são extraídos de textos reais, que disciplinam e constroem a área discursivamente, por intermédio de sua terminologia.

Na pesquisa, buscamos valorizar os termos como as unidades de conhecimento, a partir de modelos mentais e de formas de pensar, de apreender e de sistematizar a realidade.

As unidades terminológicas (termos) manifestadas em discursos reais provém de um percurso mental que, juntamente com as condicionantes sociais, coletivas e ideológicas, resultam na estruturação linguística, ou seja: a lexicalização e a terminologização, processos estes que são motivados, históricos e passíveis de análises tanto sincrônicas como diacrônicas, tanto sociológicas, políticas, como linguísticas.

Por fim, enfatizamos que a Terminologia, como ciência que estuda os signos terminológicos, atende aos propósitos de organização e difusão do conhecimento especializado.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. 2000. 380f. Tese (Livre-Docência – Letras Clássicas e Vernáculas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007. 93p. (Princípios, 191).

BARBOSA, M. A. Sistema conceptual e sistema terminológico. *TRADTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, São Paulo: Humanitas, n. 7, p. 71-94, 2001.

_____. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de aplicação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. 3. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 285 p. (Coleção Acadêmica, 54).

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/ Empúries, 1993. 529 p.

_____. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística aplicada/ Universitat Pompeu Fabra, 1999. 369 p.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DEMAI, F. M. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo*. 2014. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde.../2014_FernandaMelloDemai_VOrig.pdf>

_____. O percurso conceptual-terminológico de Currículo por Competências na Educação Profissional Brasileira. *Revista do GEL*, v. 14, p. 104-134, 2017. Disponível em:

< <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/1468> >. Acesso em: 16 fev. 2020

SAVIANI, N. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCOTT, M. *WordSmith Tools* version 7, Stroud: Lexical Analysis Software. 2017. [versão mais recente consultada]. Disponível em: <http://www.lexically.net/publications/citing_wordsmith.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

TEMMERMAN, R. Sociocognitive Terminology Theory. In: CABRÉ, Maria Teresa; FELIU, Judit (ed.). *Terminología y cognición II*. Simposio Internacional de Verano de Terminología (13-16 de julio de 1999) Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001. 98 p.

A NEOLOGIA DAS UNIDADES FRASEOTERMINOLÓGICAS NA ÁREA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Manoel Messias Alves da SILVA
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
manoelsilva042@gmail.com

Cristina Aparecida CAMARGO
Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Doutoranda
crisacamargo@gmail.com

RESUMO: O objetivo aqui é apresentar uma análise das unidades fraseoterminalógicas neónímicas coletadas em um *corpus* constituído por mais de trinta milhões de palavras-ocorrência no projeto de pesquisa *Dicionário terminológico das energias renováveis (DITER)*. A identificação dessas unidades teve por base cinco critérios, a saber: sintagmático, sintático, semântico, pragmático e estatístico. Após esse trabalho, observamos que estas unidades possuíam um porcentual significativo na pesquisa e partimos para a Fraseotradutologia, já que esta é de fundamental importância para consultantes e tradutores, tendo em vista futuras harmonizações com o espanhol americano no âmbito do Mercosul, uma vez que são usos discursivos novos e identificados como tais. Assim, partimos da disciplina Fraseologia com um recorte na Terminologia. Após, consideramos o objeto como unidades fraseoterminalógicas dentro de um enfoque sincrônico no âmbito aplicado. Por fim, o ponto de vista eleito foi o interno, culminando com a disciplina escolhida para essa reflexão. Ela busca contribuir, portanto, com uma proposta que pode distinguir, de um lado, uma visão mais restrita e só admitir como pertencente ao âmbito da fraseologia aquelas que apresentam um elevado grau de fixação e, de outro, unidades terminológicas que admitem inserir neste âmbito estruturas extremamente variáveis, atentando mais à característica sintagmática da combinação.

PALAVRAS-CHAVE: Dicionário terminológico; Energias renováveis; Neónímia; Unidades fraseoterminalógicas; Terminologia.

INTRODUÇÃO

As reflexões a seguir são fruto de uma intervenção realizada na mesa-redonda “Terminologia e suas aplicações” organizada no XII Colóquio “Os estudos lexicais em diferentes perspectivas” que foi realizado tendo como foco uma homenagem a nossa querida Profa. Dra. Ieda Maria Alves. Nosso contato inicial com a professora se deu ainda quando ela atuava na Unesp ao mencionar em uma de suas aulas os neologismos e continuou com o mestrado e o doutorado na USP. Embora hoje sejamos do Sul do Brasil, sabemos que os ensinamentos da Profa. Ieda se propagaram pelo Brasil afora sempre com muita convicção acerca dos aspectos científicos relacionados às Ciências do Léxico, principalmente a Terminologia.

Após todos estes anos de convívio, iniciamos o texto mencionando que o estudo das unidades fraseoterminalógicas (UFTs) insere-se em um dos objetivos do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Pesquisa em Léxico Geral e Especializado do Português

Contemporâneo (Nuterm)", disponível no site <http://www.dlp.uem.br/nuterm/>, e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento do Brasil, desde o ano de 2004. Além desse objetivo de descrever as formações das unidades providas de valores especializados, o Nuterm buscar contribuir com a sistematização de terminologias no Brasil, país ainda carente dessas obras, ainda mais levando-se em conta sua inserção internacional a partir da língua portuguesa pós-acordo ortográfico, sua proximidade com a língua espanhola no âmbito da América do Sul e sua adesão ao bloco econômico denominado Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Uma dessas contribuições é justamente o projeto de pesquisa *Dicionário terminológico das energias renováveis (DITER)*, iniciado em 2017 na sua Fase 1. Ele agrupa as terminologias das energias renováveis e se faz necessária, portanto, uma descrição de suas subáreas e dos diversos projetos em andamento e/ou concluídos que a sistematizam.

A primeira delas é a energia da biomassa, que se obtém durante a transformação de produtos de origem animal ou vegetal, criando os chamados biocombustíveis, como o biogás, o bioálcool e o biodiesel. Edh Carlos Soares Pagani³⁰ apresentou sua dissertação no ano de 2017, tendo iniciado o *Dicionário terminológico da energia da biomassa (DITEB)*, após uma manipulação num *corpus* constituído por quase sete milhões de palavras-ocorrência. Sua dissertação observou ainda a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e os estudos de variação intralinguística em Terminologia, especificamente seus tipos e causas.

Além disso, a Rede Panlatina de Terminologia (Realiter) apresentou em 2014 o *Léxico panlatino de biocombustíveis*. Este léxico foi elaborado no seio da Realiter sob a coordenação do Departamento de Tradução do governo do Canadá. Ainda que não seja exaustiva, a nomenclatura desta obra é um reflexo dos conhecimentos acumulados até à data nesta subárea, incluindo igualmente a terminologia de áreas como a química orgânica, os produtos florestais, a agricultura e o meio ambiente.

O léxico apresentado partiu das nomenclaturas francesa e inglesa que foram extraídas de documentos técnicos e de monografias. A macroestrutura contém um pouco mais de 300 entradas que servem de tronco comum à publicação. Os parceiros foram convidados a comentar as entradas e fornecerem os equivalentes apropriados nas suas línguas respectivas, a saber: o catalão, o espanhol, o galego, o italiano, o português e o romeno.

Em relação à língua portuguesa, a responsabilidade ficou a cargo, no Português Europeu (PE), do Prof. Dr. Manuel Célio Conceição, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. No Português Brasileiro (PB), da Profa. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm), da Universidade Federal de São Carlos.

A segunda subárea é a energia eólica, obtida pela ação do vento, resultante do deslocamento de massas de ar, derivado dos efeitos das diferenças de pressão atmosférica entre duas regiões distintas, influenciado por efeitos locais como a orografia e a rugosidade do solo. Essa pesquisa, no âmbito no Nuterm, foi conduzida por Daiane Karla Correia Jodar³¹. Em 2013, ela apresentou sua dissertação, dando início à produção do *Dicionário terminológico da energia eólica (DITEE)*.

³⁰ PAGANI, E. C. S. *Energias renováveis: a terminologia da biomassa em português brasileiro e sua variação intralinguística*, 2017.

³¹ JODAR, D. K. C. *A equivalência interlinguística entre o português brasileiro – espanhol europeu na terminologia da energia eólica*, 2013.

Seu trabalho baseou-se em dez textos técnicos, dentre teses e dissertações científicas, que compuseram os *corpora*, visto que são bilíngues. No total, a manipulação desses *corpora* envolveu cerca de seis milhões de palavras-ocorrência. Dando prosseguimento à pesquisa, em 2018 ela defendeu sua tese³² na qual foram organizados dois *corpora* e selecionadas 500 candidatas a unidades terminológicas (UTs) que compuseram os verbetes com seus respectivos equivalentes em espanhol europeu, já que a produção em espanhol americano não foi encontrada.

Como na subárea anterior, também nessa a Realiter apresentou em 2012 o *Léxico panlatino da energia eólica*. Este léxico foi elaborado no seio da Realiter sob a coordenação do Departamento de Tradução do governo do Canadá. Ainda que não seja exaustiva, a nomenclatura desta obra é um reflexo dos conhecimentos acumulados até à data nesta subárea, incluindo igualmente a terminologia de várias áreas de aplicação, como a meteorologia, a aerodinâmica, a transformação da energia e os impactos ambientais.

Aqui também, como no caso da energia eólica, o léxico apresentado partiu das nomenclaturas francesa e inglesa que foram extraídas de documentos técnicos de empresas e de monografias. A macroestrutura contém um pouco mais de 300 entradas que servem de tronco comum à publicação. Os parceiros foram convidados a comentar as entradas do léxico e fornecerem os equivalentes apropriados nas suas línguas respectivas, a saber: o catalão, o espanhol, o galego, o italiano, o português e o romeno.

Em relação à língua portuguesa, a responsabilidade ficou a cargo, no PE, do Prof. Dr. Manuel Célio Conceição, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. No PB, não houve colaboração.

A terceira é a energia hidroelétrica, com um sinónimo mais conhecido denominado hidráulica. Essa energia renovável se produz em barragens construídas em cursos de água, partindo da precipitação que forma rios, que são represados e suas águas movimentam turbinas que produzem energia elétrica.

Essa pesquisa, no âmbito no Nuterm, foi conduzida por Fernanda Callefi Panichella³³. Iniciada em 2015, sua tese de doutorado, defendida em 2018, procurou dar conta da nomenclatura dessa subárea, assim como apresentar aspectos linguísticos relacionados à fraseologia já identificada na manipulação do *corpus* com quase 14 milhões de palavras-ocorrência. Esta tese é a sistematização de uma nomenclatura que ela denominou como *Dicionário terminológico da energia hidráulica (DITEH)*.

Foram identificadas no trabalho, com auxílio de especialista da Usina de Itaipu Binacional, localizada em Foz do Iguaçu/PR, 574 UTs das quais 103 são Unidades Fraseotermológicas (UFTs).

A quarta energia renovável que comporá o *DITER* e que vem sendo pesquisada é a energia solar, obtida pela luz do sol captada com painéis solares nas usinas fotovoltaicas e por meio de receptores nas usinas térmicas, denominadas heliotérmicas. Atualmente, o Brasil tem desenvolvido fortemente apenas o procedimento de captação dessa energia a partir das usinas fotovoltaicas.

A coautora deste texto, Cristina Aparecida Camargo³⁴, defendeu sua dissertação em 2016. Atualmente, continua a pesquisa em nível de doutorado. Em sua visão, propor uma parte do *Dicionário terminológico da energia solar fotovoltaica (DESF)* foi um

³² JODAR, D. K. C. *Energias renováveis: dicionário terminológico da energia eólica em português brasileiro com equivalentes em espanhol europeu*, 2018.

³³ PANICHELLA, F. C. *Energias renováveis: dicionário terminológico da energia hidráulica em português brasileiro e seus aspectos fraseotermológicos*, 2018.

³⁴ CAMARGO, C. A. *Energias renováveis: a terminologia da energia solar fotovoltaica em português brasileiro e seus aspectos fraseológicos*, 2016.

dos objetivos, bem como descrever, analisar e inserir apenas uma parte das unidades identificadas, ou seja, as UFTs. Para isso, ela organizou um *corpus* de base textual em PB composto por normas, teses e dissertações referentes à energia solar fotovoltaica, uma subárea das energias renováveis, constituído por quase sete milhões de palavras-ocorrência.

Como nas duas subáreas já descritas anteriormente, também nessa a Realiter apresentou em 2014 o *Léxico panlatino do sistema fotovoltaico*. Este léxico foi elaborado no seio da Realiter sob a coordenação do Observatório de Terminologia e Política Linguística da Universidade Católica do Sagrado Coração em Milão/IT. Ainda que não seja exaustiva, a nomenclatura desta obra é um reflexo dos conhecimentos acumulados até à data nesta subárea.

O léxico apresentado partiu da nomenclatura italiana, de onde foi extraída de documentos técnicos de empresas e de monografias. A macroestrutura contém um pouco mais de 100 entradas que servem de tronco comum à publicação. Os parceiros foram convidados a comentar as entradas do léxico e fornecerem os equivalentes apropriados nas suas línguas respectivas, a saber: o catalão, o espanhol, o galego, o italiano, o português e o romeno.

Em relação à língua portuguesa, a responsabilidade ficou a cargo, no PE, da Profa. Dra. Maria Antónia Mota, do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. No PB, da Profa. Dra. Ieda Maria Alves, nossa homenageada, da Universidade de São Paulo.

Embora seja um pouco exaustivo, pois se trata de um levantamento de todas as energias renováveis e as pesquisas já elaboradas, em um total de sete subáreas, vale dar prosseguimento nessa contextualização descrevendo agora a quinta energia renovável. Trata-se da energia geotérmica, aquela obtida com fonte no calor interno da terra, que ocorre devido a vários fatores, entre eles o gradiente geotérmico e o calor radiogênico. Há uma lacuna em relação a essa pesquisa e, portanto, é o objeto dessa proposta de projeto de pesquisa a ser desenvolvida no âmbito dessa Fase 1.

Como nas três subáreas já descritas, também nessa a Realiter apresentou em 2018 o *Léxico panlatino da energia geotérmica*. Este léxico foi elaborado no seio da Realiter sob a coordenação do Observatório de Terminologia e Política Linguística da Universidade Católica do Sagrado Coração em Milão/IT. Ainda que não seja exaustiva, a nomenclatura desta obra é um reflexo dos conhecimentos acumulados até à data nesta subárea.

O léxico apresentado partiu da nomenclatura italiana, de onde foi extraída de documentos técnicos de empresas e de monografias. A macroestrutura contém exatas 125 entradas que servem de tronco comum à publicação. Os parceiros foram convidados a comentar as entradas do léxico e fornecerem os equivalentes apropriados nas suas línguas respectivas, a saber: o catalão, o espanhol europeu e americano, o francês europeu e americano, o galego, o italiano, o português e o romeno, com equivalentes em língua inglesa.

Em relação à língua portuguesa, a responsabilidade ficou a cargo, no PE, do Prof. Dr. Manuel Célio Conceição, da Universidade do Algarve, Portugal. No PB, da Profa. Dra. Maria da Graça Krieger, da Universidade do Vale dos Sinos de Porto Alegre e suas colaboradoras.

Uma outra lacuna ainda é a sexta energia renovável. É a energia do hidrogênio (H), elemento químico mais abundante na terra que, embora não seja uma fonte de energia, permite acumular energia em grandes quantidades, que é produzida por outras fontes (renováveis ou não), ou seja, o próprio processo de produção do hidrogênio pode ser utilizado a partir de energias de fontes renováveis ou não. Posteriormente, a Fase 2

pretende dar conta dessa energia renovável.

A sétima e última é a energia maremotriz, que se subdivide em energia das marés, gerada pela diferença de amplitude entre marés, que vão produzir trabalho mecânico, que vai gerar eletricidade, e a energia das ondas, esta gerada pela movimentação das ondas, que vão produzir trabalho mecânico, que por sua vez vai produzir eletricidade. Em outro momento, a Fase 3 pretende dar conta dessa lacuna em relação às duas subáreas ainda faltantes para completar esse projeto maior que é o *Dicionário terminológico das energias renováveis (DITER)* para atender àquela lacuna maior identificada por um documento do Mercosul. Vale ressaltar, por fim, que a Realiter ainda não apresentou glossários sobre estas duas subáreas restantes.

Estes diversos repertórios terminológicos vêm sendo produzidos no Nuterm tendo em vista um olhar mais linguístico a partir da pluralidade tipológica dos resultados, causada pela diversificação das necessidades terminológicas e da caracterização poliédrica dessas unidades lexicais terminológicas, como também pela multidimensionalidade e dinâmicas constantes nos âmbitos especializados diversos. São, portanto, sistematizadas por pós-graduandos pertencentes ao Nuterm no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) por meio de uma metodologia *in vivo*, com o intuito de apresentar essas novas UTs, além de contribuírem com descrições linguísticas, como as variações, as fraseologias, seus processos de formação.

No entanto, para este trabalho, o objetivo é buscar descrever, analisar e inserir apenas uma parte das unidades identificadas em todas estas nomenclaturas, ou seja, as UFTs, vistas aqui como verdadeiros neônimos. Entre os resultados já alcançados, é possível afirmar que as UFTs apresentaram características peculiares ainda não descritas pelos pesquisadores consultados e que, portanto, serão apresentados aqui novos parâmetros quanto a essas unidades já que possuem um percentual significativo nestas pesquisas e de fundamental importância para consulentes e tradutores, principalmente tendo em vista a língua espanhola.

MATERIAL E MÉTODOS

A Unidade Fraseoterminalógica (UFT) tem sido tratada nos estudos terminológicos de forma ainda incipiente. Não foi possível identificar na pesquisa empreendida um trabalho que pudesse dar conta de todas as especificidades que foram identificadas nas análises sobre as UFTs das energias renováveis. Para tanto, vai se buscar neste item apresentar um apanhado teórico com o que foi possível identificar em relação a essas unidades para um posterior retorno a essa questão e alguns encaminhamentos que as análises revelaram.

O tema da fraseologia especializada surgiu no Brasil a partir da década de 90 do século XX a partir dos estudos realizados tendo em vista a língua geral. É uma perspectiva de estudo relativamente nova, e uma das razões pelo recente interesse é explicada pela frequência nas comunicações profissionais de unidades de significados formadas por estruturas complexas, ou seja, a ocorrência de outras unidades linguísticas, além das unidades simples e sintagmáticas, que também transmitem conhecimento especializado.

Conforme Alvarez e Unternbaumen (2011), Charles Bally, em 1909, já utilizava o termo fraseologia para identificar as combinações estáveis em língua geral. Há autores que consideram que os estudos fraseológicos abarcam provérbios, locuções, gírias, colocações, frases feitas, etc.; outros limitam esse estudo às expressões idiomáticas. Nas especialidades ocorre o mesmo. A fraseologia não possui limites claros em virtude da

heterogeneidade manifestada nas unidades que a compõem, além disso as unidades fraseológicas dependem do seu reconhecimento, conforme o ponto de vista do pesquisador, sobre o fenômeno a ser analisado.

Conforme destaca Bally (*apud* FONSECA, 2013), a fraseologia poderia ser dividida em duas outras áreas: fraseologia popular, que estuda as criações e os usos fraseológicos da sociedade, como provérbios, idiomatismos e gírias; fraseologia técnico-científica, que se ocupa das terminologias específicas de certas áreas do saber.

Entre as tendências de estudo desse fenômeno, há uma multiplicidade de unidades que designam os diversos tipos e estruturas complexas no âmbito das especialidades, tais como fraseologismos, unidades fraseológicas especializadas e colocações especializadas. Assim, como não há consenso entre os autores consultados, adotou-se neste trabalho, para estas unidades, Unidades Fraseotermológicas (UFTs), proposto por Lara (2014), pois se trata de unidades que são, simultaneamente, fraseológicas e terminológicas.

No entanto, esta nomenclatura leva em consideração os estudos iniciais relacionados à língua geral. Se, porventura, a proposta for partir já da linguagem de especialidade, é possível recorrer a um quadro-resumo da fraseologia como disciplina científica apresentado por González Rey (2008), como se pode ver abaixo.

Quadro-resumo da fraseologia como disciplina científica apresentado por González Rey.

Disciplina	Divisões	Objeto	Enfoque	Âmbito	Ponto de Vista	Áreas
F R A S E O L O G I A	GERAL	UNIDA- DES FRASEO- TERMINO- LÓGICAS	SINCRÔNICO	TEÓRICO	INTERNO	1. FONÉTICO-FONOLÓGICO 2. MORFOSINTÁTICO 3. LÉXICO-SEMÂNTICO 4.PRAGMÁTICO
					EXTERNO	1. PSICO-FRASEOLOGIA 2. NEURO-FRASEOLOGIA 3. SOCIO-FRASEOLOGIA 4. ANTROPOLOGIA FRASEOLÓGICA 5. ETNO-FRASEOLOGIA
	TERMINO- LÓGICA			APLICA- DO	INTERNO	1. FRASEO-DIDÁTICA 2. FRASEO-TRADUTOLOGIA
					EXTERNO	1. FRASEO-EDIÇÃO 2. FRASEOLOGIA CLÍNICA
			DIACRÔNICO			1. DESCRITIVO 2. HISTÓRICO 3. COMPARADO

Fonte: GONZÁLES REY, M. I. A fraseodidáctica: un eido da fraseología aplicada. In *Cadernos de fraseología galega* 6, 2004, p. 113-130. *Apud* NOGUEIRA, L. C. R. *A presença de expressões idiomáticas (EIs) na sala de aula de E/LE para brasileiros*. 235 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) — Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

Ele revela que tal fato começa a se justificar, principalmente pelo fato de que estas UFTs começam a ser dicionarizadas em produtos terminográficos, já que essas formas combinadas não possuem correspondência na língua 2 e podem causar muitas irregularidades na passagem de uma língua para outra.

Assim, parte-se da disciplina Fraseologia com uma divisão na terminológica. Após, considera-se o objeto como unidades fraseoterminalógicas dentro de um enfoque sincrônico no âmbito aplicado. Por fim, o ponto de vista é interno, culminando com a disciplina eleita para essa proposta que é a Fraseotradutologia.

Essa disciplina busca contribuir, portanto, com uma proposta que pode distinguir, de um lado, uma visão mais restrita e só admitir como pertencente ao âmbito da fraseologia as expressões idiomáticas próprias de uma língua, isto é, apresentam um elevado grau de fixação idiomática e, de outro, UTs que admitem inserir neste âmbito estruturas extremamente variáveis, atentando mais à fixação e à característica sintagmática da combinação.

No entanto, uma questão se sobressai: todos concordam que para fazer parte da disciplina Fraseologia, é preciso possuir em sua estrutura pelo menos quatro unidades gráficas, além da fixação, não importando muito o grau e não chegando à estrutura da frase, situando-se, portanto, entre a UT e a frase.

Entender as estruturas fraseoterminalógicas é, de certa forma, entender o funcionamento da linguagem especializada. Além disso, a relevância desse tema relaciona-se à necessidade de aprofundamento e de reflexão sobre a unidade lexical complexa das UFTs, contribuindo largamente para a produção de sentido aplicada à Terminologia, seja para produção de glossários, de dicionários, seja para a construção de programas especiais voltados à extração automática dessas unidades.

No trabalho de recolha das UFTs, o problema que se coloca é a identificação da dimensão, quando ela é composta por mais de um sintagma. Por isto, os princípios sintático-semânticos e pragmáticos são fundamentais nesse processo.

A linguagem especializada, assim como a língua geral, apresenta estruturas singulares, cujo sentido só pode ser entendido no seu conjunto, inviabilizando sua fragmentação em verbetes simples. Isso porque as fraseologias costumam expressar um significado não deduzível das partes, e sim da combinação delas.

Trata-se de uma unidade complexa, composta por vários sintagmas que transmitem conhecimento específico de uma área ou subárea, ou seja, configuram-se no discurso em que ocorre, passando a ter valor especializado.

A tentativa de dar conta desse fenômeno tem se mostrado mais intensa no plano das estruturas. Alguns pesquisadores não distinguem unidades sintagmáticas de unidades fraseológicas; outros procuram diferenciá-los usando critérios ora semânticos, ora sintáticos.

Conforme Hausmann (1990, *apud* BEVILACQUA, 2005), as estruturas fraseológicas incluem os termos complexos ou sintagmáticos até unidades maiores e que são combinações determinadas pela frequência e pela estrutura morfossintática. Pavel e Blais (*apud* BEVILACQUA, 2005) acrescenta que um dos elementos da estrutura fraseológica tem de ser uma unidade terminológica.

Pode-se destacar que, para Bevilacqua (2005), as unidades fraseológicas especializadas são unidades sintagmáticas de base verbal, que incluem um termo entre seus elementos, possuem determinado grau de fixação e frequência relevante, em um conjunto de textos ou em um âmbito especializado. Considera, por exemplo, a estrutura *preservação dos ecossistemas* uma Unidade Fraseológica Especializada (UFE), devido à presença de um termo e de um núcleo eventivo, este representado pelo constituinte nominalizado *preservação*.

Bevilacqua expõe que as UFEs:

São unidades formadas por um núcleo eventivo, considerado como tal por ser de base verbal ou derivada de verbo (nominalização ou participio), e por um núcleo terminológico (termo). Entre estes dois núcleos se estabelecem relações sintáticas, mas principalmente semânticas, determinadas pelas propriedades do texto em que são utilizadas. Cumprem, tal como os termos, a função de representar e transmitir conhecimento especializado. (BEVILACQUA, 2005, p. 84)

E acrescenta que essas unidades

se conformam pelo e no discurso em que ocorrem, passando a ter valor especializado pelas características do texto em que são utilizadas, principalmente pelos aspectos pragmáticos como a temática e a situação comunicativa (interlocutores envolvidos, graus de especialização, tipo de texto e finalidade dos textos). (BEVILACQUA, 2004, p. 277)

Outra perspectiva de identificação da composição dessas estruturas é apresentada por Cabré; Lorente; Estopà (1996) que propõem, além da abordagem morfossintática, grau de fixação, variação de seus componentes, outros elementos externos à estrutura, como a frequência e a relação com o domínio. A partir das combinações mais frequentes, aplica-se o critério de análise estrutural, selecionando as unidades por tipo: sintagma verbal (SV) e sintagma nominal (SN).

Ainda de acordo com essas autoras, conforme a composição e a organização dos sintagmas, as estruturas podem ser classificadas como Unidade Terminológica Poliléxica (UTP) ou Unidade Fraseológica Especializada (UFE). Uma UTP se caracteriza por ser constituída por um SN, por trazer o termo em seu núcleo, por não apresentar especificador e por não ter um verbo no infinitivo como complemento. A UFE, por ser constituída por sintagma verbal e por apresentar o termo no complemento, também pode ser constituída por um SN, desde que esse termo faça parte do sintagma complementar. A priori, quando a estrutura apresenta um SV, ela é fraseológica; e será terminológica se o termo compuser o núcleo do sintagma que o complementa.

Percebe-se, então, que, quando a unidade terminológica é formada por um SV, não há problemas, pois será entendida como uma unidade fraseotermológica. Entretanto, nas outras formações com SN, a análise leva em consideração a posição em que a UT ocupa no sintagma.

Trata-se, portanto, de concepções diferentes. Apesar dessa divergência, parece que os pesquisadores concordam que, para fazer parte do campo das fraseotermologias, é preciso possuir uma UT em sua estrutura. Outra característica consensual é a frequência dessas unidades.

Conclui-se, então, que há uma diversidade de estruturas que são consideradas fraseológicas, mas, dependendo do ponto de vista adotado, algumas estruturas poderão ou não entrar no inventário terminológico.

Apenas para encerrar este item do trabalho, vale mencionar que, para a manipulação do *corpus*, utilizou-se o *software* Unitex, um conjunto de programas que permite o processamento de grandes quantidades de textos. Os textos especializados sofreram um tratamento computacional para que fosse possível sua manipulação por meio do *software*.

Esse trabalho consistiu: na conversão de textos em formato pleno txt dos textos identificados em formato pdf, com o auxílio do conversor disponível em www.zanzar.com; na frequência das unidades; no reconhecimento e no detalhamento de lexias compostas e complexas especializadas; na seleção da nomenclatura para a obra terminográfica; na inserção dos textos no *software* Unitex; na coleta das candidatas a UTs nas respectivas subáreas em contextos reais de uso; na elaboração das fichas terminológicas com as informações coletadas nos textos e elaboração de uma proposta de definição da UFT.

Os critérios para a identificação e a análise de UFTs do PB identificadas no projeto de pesquisa já mencionado têm relação com a disciplina da Fraseotradutologia tendo em vista futuras harmonizações com o espanhol americano no âmbito do Mercosul. Este fenômeno neológico aponta para uma reformulação da teoria existente porque as descrições até então disponíveis não estão sendo compatíveis com o que se tem encontrado nos sete *subcorpora* dessa área, ou seja, a energia geotérmica, a energia hidráulica, a energia da biomassa, a energia eólica, a energia do hidrogênio, a energia maremotriz e a energia solar e solar fotovoltaica, com mais de trinta milhões de palavras-ocorrência. Para tanto, os critérios eleitos para o reconhecimento das unidades que constituirão o dicionário levam em consideração os aspectos sintagmáticos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e estatísticos.

Inicialmente, estabeleceu-se que as estruturas compostas por sintagmas verbais, que estivessem em primeiro plano na frase, seriam selecionadas sem qualquer restrição, mesmo que contivessem apenas um argumento. Quanto aos sintagmas nominais, apenas aqueles que possuísem quatro ou mais sintagmas em sua composição seriam selecionados. Além disso, todos os argumentos deveriam se referir ao núcleo, seja ele uma UT ou não, ou seja, na estrutura deveria conter pelo menos uma UT.

O uso do critério sintático tem demonstrado que algumas combinações não se limitam aos sintagmas simples, sendo composta por um sintagma principal e um ou mais sintagmas complementares. Os sintagmas complementadores diretos e os sintagmas complementadores satélites denotam um referente definido, um ser único no mundo.

O critério semântico, por sua vez, tem permitido detectar que não há possibilidade de supressão ou substituição de elementos no interior das UFTs, sem mudar seu valor especializado, isto é, o significado é proporcionado por elementos inseridos no interior da unidade. A partir deste critério, está sendo possível verificar que a unidade pertence efetivamente a uma das sete subáreas, e a construção do mapa conceptual foi fundamental nesse processo, pois tem possibilitado entender os processos de geração de energia até o consumo final, como também auxiliado na delimitação das diferentes etapas para se chegar no processo de geração de energia renovável e os fatores que colaboram para este processo. Dessa forma, o critério pragmático tem sido essencial.

Por fim, o critério estatístico tem evitado a coleta de UTs consideradas hápax sem, no entanto, serem desprezadas com o auxílio dos diversos especialistas.

Neste trabalho completo, serão apresentadas apenas UFTs com suas devidas descrições, considerando os critérios acima mencionados, mas também um outro parâmetro quanto a essas unidades já que possuem um percentual significativo nesta pesquisa e de fundamental importância para consulentes e tradutores, que é a Fraseotradutologia.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Neste item, será feita a descrição das UFTs reconhecidas nos *subcorpora* de análise. Tratam-se de estruturas que não podem ser explicadas exclusivamente pelo caráter morfossintático, porque resultam de uma necessidade restritiva, especificativa, revelando que seu domínio traz em seu discurso estruturas terminológicas condicionadas à forma de expressão no que se refere aos sistemas de geração de energias renováveis, os seus processos e cada componente que constituem estes processos.

Por meio da análise dos *subcorpora*, foi possível fazer algumas considerações. Primeiramente, nestas subáreas devem-se usar novos parâmetros, ainda não descritos pela literatura, tendo em vista que nem todas as UFTs possuem núcleo eventivo e/ou verbal, por conter muitas propriedades e relações, que instauram o processo de conversão que ocorrem nas diversas usinas, isto é, não se restringe apenas à ação e/ou processo, mas sim, são exigidos vários fatores para que ocorra a produção da energia elétrica. Além disso, as UFTs são compostas tanto por sintagmas verbais (deverbais) quanto por nominais.

É importante salientar que este estudo dentro do âmbito da Terminologia é de grande valia, pois as UFTs são unidades desenvolvidas por uma unidade terminológica e por coocorrentes desta unidade, haja vista que esses elementos não coocorrem por acaso em um texto, mas sim estabelecem determinadas relações sintáticas e semânticas que permitem identificá-las como unidades estáveis, que contêm algum grau de fixação e que são recorrentes em determinadas áreas do conhecimento humano acumulado.

A fim de reconhecer as UFTs e a descrição delas, devemos incluir todos os critérios referidos anteriormente e, além do mais, devemos relacionar os critérios sintático e semântico ao pragmático. Acredita-se que com uma proposta como esta referida, neste trabalho, é possível tratar aspectos desconhecidos até o momento em relação às UFTs e que permitirão dar conta de sua complexidade e, ao mesmo tempo, estabelecer parâmetros para reconhecê-las e diferenciá-las de outras UTs sintagmáticas.

Para as análises, estas foram limitadas nas unidades que podiam ser entendidas como multivocabulares, isto é, transmitissem conhecimento específico das subáreas, configurassem no discurso em que ocorriam, possuíssem alguma estabilidade formal e semântica e, além disso, carregassem uma unidade terminológica em sua apresentação.

Será apresentada uma descrição de uma UFT de cada uma das subáreas, mas primeiro uma explicação da acrossemia utilizada: adj – adjetivo, dv – deverbais, equiv – equivalente, prep – preposição, s – substantivo, sn – sintagma nominal, sp – sintagma preposicional, sv – sintagma verbal, uft – unidade fraseoterminalógica, ust – unidade sintagmática terminológica, ut – unidade terminológica, v – verbo.

Para as análises das UFTs serão utilizadas ainda as propriedades conceituais apresentadas por Cabré e Estopà (2007 *apud* BLANCO, 2015, p. 59), que são: ENTIDADES - Materiais: animais (indivíduos, organizações). Classificadores: elementos simples, elementos complexos, conceitos distintos, parte de um termo complexo. Abstratos: estrutura de conhecimento (geral, específico, linguística, matemática); entidades abstratas (segundo uma temática); entidades subjetivas (papéis,

avaliação, psicológico). Representacionais: entidade documentária (tipos, peças): representacional; ATIVIDADES - Unidades de atividade: atividades específicas (ação, processo, transferência, estado com mudança, produções); RELACIONAMENTOS - Etiquetas de tipos de relacionamento: geral, conforme a área de assunto, medida em área temática. Valores de relações: físico (espacial, temporal e funcional); não físico (modo de relação, a comparação, a situação relativa); PROPRIEDADES - Etiquetas do tipo de qualidades: geral, de acordo com a área temática, medido na área temática. Valores de qualidades: físicos (especiais, temporais, funcionais, de situações, de forma, de cor, quantitativas, de escalas, outros); não física (gerais, especiais, naturais, simples, complexos, negativos, de maneira, segundo a temática).

Em cada UFT, a UT que faz parte das subáreas das energias renováveis está em negrito. Por fim, abaixo de cada UFT aparecerá uma breve descrição de sua formação, uma definição sobre ela e o equivalente em língua inglesa, que atesta que a UFT já está harmonizada, um passo importante para o futuro equivalente em língua espanhola.

1. Energia geotérmica

central geotérmica de flash duplo sf

UFT (s+adj+prep+s+adj) – s + adj + sp (prep+s) + adj // S+COMPLEMENTO (ADJ+SP+ADJ) - Predicado + inf 1 + inf 2 + inf 3 - [central_{s.} + **geotérmica**_{adj.} + SP [de_{prep.} + flash_{s.}] + duplo_{adj.}] – Propriedade (DV)

Central geotérmica na qual o líquido saturado produzido no primeiro ciclo *flash* surge depois laminado e conduzido em um separador de fase para obter o vapor destinado à turbina com o líquido saturado sendo reintroduzido no poço.

equiv. *Double-flash geothermal power plant*

2. Energia hidráulica

posição longitudinal de ocorrência dos máximos coeficientes de pressão (XCPMAX) sf

UFT (s+adj+prep+s+prep+adj+s+prep+s) – s + adj + sp (prep+s) + sadj (prep+adj) + s + sp (prep+s) // S+COMPLEMENTO (ADJ+SP+SADJ+S+SP) - Predicado + inf1 + inf2 + inf3 + inf4 + inf5 - [posição_{s.} + longitudinal_{adj.} + SP [de_{prep.} ocorrência_{s.}] + SADJ [dos_{prep.} máximos_{adj.}] + coeficientes_{s.}] + SP [de_{prep.} **pressão**_{s.}]] – Propriedade (DV)

Posição em que os eixos se coincidem quando da ocorrência dos máximos coeficientes de pressão.

equiv. *Longitudinal position of the maximum pressure coefficients occurrence*

3. Energia da biomassa

biocombustível renovável de primeira geração sm

UFT (s+adj+prep+adj+s) – s + adj + sadj (prep+adj) + s // S+COMPLEMENTO (ADJ+SADJ+S) - Predicado + inf 1 + inf 2 + inf 3 - [**biocombustível**_{s.} + renovável_{adj.} + SADJ [de_{prep.} + primeira_{adj.}] + geração_{s.}] – Atividade

Biocombustível fabricado a partir de matérias vegetais produzidas pela agricultura, como a beterraba, trigo, milho, colza, girassol e cana-de-açúcar, que entram em concorrência com culturas alimentícias.

equiv. *First-generation biofuel*

4. Energia eólica

sistema de conversão de energia eólica sm

UFT (s+prep+s+prep+s+adj) – s + sp (prep+s) + sp (prep+s)+ adj // S+COMPLEMENTO (SP+SP+ADJ) - Predicado + inf 1 + inf 2 + inf 3 - [sistema s. + SP [de prep. + conversão s.] + SP [de prep. + energia s.] + **eólica** adj.] – Relacionamento
Conjunto de elementos que transformam os ventos em energia eólica.
equiv. *Wind energy conversion system*

5. Energia do hidrogênio

reator anaeróbico de leito fluidificado (RALF) sm

UFT (s+adj+prep+s+adj) – s + adj + sp (prep+s) + adj // S+COMPLEMENTO (ADJ+SP+ADJ) - Predicado + inf 1 + inf 2 + inf 3 - [**reator** s. + anaeróbio adj. + SP [de prep. + leito s.] + fluidificado adj.] – Entidade

Aparato capaz de processar uma reação biológica em cadeia, decompondo e estabilizando matérias orgânicas, por meio da ação de microrganismos que não utilizam o oxigênio, expostos a altas velocidades.

equiv. *Fluidized bed aerobic reactor*

6. Energia maremotriz

barragem do aproveitamento total maremotriz sf

UFT (s+prep+s+adj+s) – s + sp (prep+s) + adj + s // S+COMPLEMENTO (SP+ADJ+S) - Predicado + inf 1 + inf 2 + inf 3 - [barragem s. + SP [do prep. + aproveitamento s.] + total adj. + **maremotriz** s.] – Propriedade (DV)

Barragem destinada aos parâmetros básicos de geração de energia maremotriz.

equiv. *Tidal power plant*

7. Energia solar

ângulo de incidência da radiação solar direta sm

UFT (s+prep+s+prep+s+adj+adj) – s + sp (prep+s) + sp (prep+s) + adj + adj // S+COMPLEMENTO (SP+SP+ADJ+ADJ) - Predicado + inf1 + inf2 + inf3 + inf4 - [ângulo s. + SP [de prep. incidência s.] + SP [da prep. **radiação** s.] + solar adj. direta adj.] — Propriedade (DV)

Ângulo de variação da incidência da radiação nos módulos.

equiv. *Angular incidence of direct solar radiation*

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar a importância das unidades complexas na elaboração de uma obra terminográfica, estabelecendo não só parâmetros para a coleta, mas também para a proposta de definição ao descrever sua formação.

O estudo teve como principal objetivo apresentar parte do *Dicionário terminológico das energias renováveis (DITER)* e como objetivos específicos inventariar as unidades terminológicas, analisar e descrever as unidades fraseoterminalógicas e propor critérios de identificação e análise, com demonstrações de apresentação de seus aspectos neológicos.

Para atingir os objetivos propostos, apresentamos o aporte teórico que forneceu as bases da investigação terminológica, as quais abarcaram o delineamento do perfil dos possíveis interlocutores/consultantes e a composição do inventário terminológico das diversas subáreas, relacionadas à área das energias renováveis

Com a finalidade de entender melhor as UFTs que ocorrem na linguagem especializada, traçamos um programa sobre os estudos já desenvolvidos, e uma proposta de critérios mínimos para a seleção das unidades fraseoterminalógicas. Essa etapa da

investigação oportunizou apresentar as peculiaridades na formação das unidades fraseotermiológicas e verificar que os parâmetros conhecidos pela literatura quanto ao tema fraseologia não subsidiavam os vários aspectos que essas estruturas apresentam no campo das energias renováveis.

O *corpus* textual permitiu o levantamento das UTs como unidade de forma e significação, cuja atualização em situações discursivas os imbuí de valores específicos, além de permitir a organização conceptual das subáreas.

Por fim, a elaboração dos textos definicionais das unidades fraseotermiológicas permitiu colocar em prática os princípios da Terminologia.

Concluimos, a Terminologia intenta dar conta do fenômeno fraseotermiológico, buscando definir características e estabelecer as fronteiras entre unidades terminológicas, mais exatamente, entre sintagmas terminológicos e fraseologias especializadas, mas, ao tratar da definição dos verbetes, o importante não é diferenciá-las, já que tanto as UTs sintagmáticas quanto as UFTs deverão constar no dicionário, e sim diferenciá-las das unidades sintagmáticas livres, que, embora recorrentes, fazem parte da linguagem geral.

Nesse sentido, é possível afirmar que a adoção dessa proposta se mostrou produtiva e dinâmica para a identificação das unidades fraseotermiológicas. Além disso, permitiu observar os elementos que as constituem, bem como ampliar o conceito de unidade fraseotermiológica.

Dessa forma, acreditamos ter contribuído para a teoria da Terminologia com a reflexão sobre a construção da unidade fraseotermiológica como unidade cognitiva, linguística e comunicativa, no âmbito das linguagens de especialidade.

Ao concluir este texto, acreditamos ainda que não se esgota o trabalho iniciado. É necessário dar-lhe continuidade e que outras abordagens poderão ser feitas, uma vez que essa ciência está em desenvolvimento.

Não foi possível desenvolver alguns aspectos suscitados ao longo da investigação e, neste caso, despertou maior interesse por outros aspectos da Terminologia. Sendo assim, percebemos a necessidade de um estudo mais aprofundado dos conceitos da fraseologia especializada, o que faz pensar em uma possível continuidade deste estudo no sentido de propor critérios universais para a coleta dessas unidades complexas em qualquer área do saber.

Após esse processo, o passo seguinte será concluir o *DITER* com a apresentação exhaustiva de toda a terminologia, pois a área carece de uma obra terminográfica que contemple não apenas unidades simples e sintagmáticas, mas também as UFTs.

Por último, a busca por parâmetros mais efetivos na caracterização das unidades fraseotermiológicas tem sido uma constante entre os pesquisadores que se debruçam sobre as novas apresentações formais destas unidades e a Fraseotradutologia pode ser uma reflexão interessante para dar conta destas características.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. L. O.; UNTERNBAUMEN, E. H. (Orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas: Pontes Editora, 2011.
- BEVILACQUA, C. R. Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua de especialidade. *Revista de língua e literatura*, São Paulo, v. 10-11, p. 73-86, 2005.
- BEVILACQUA, C. R. Propriedades e caracterização das unidades fraseológicas especializadas. In: ANAIS DO XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, *Actas...* Disponível em: CD-ROM, 2004.
- BLANCO, A. D. *Unidades terminológicas complejas de base deverbal: una propuesta*

de análisis de su proceso de formación. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: RITERM, Porto Alegre, 2015.

BRITO, A. M. Subordinação frásica: da investigação ao ensino. In: DUARTE, I.; FIGUEIREDO, O. (Orgs.). *Português, língua e ensino. Volume 1*. Porto: Univeridade do Porto, p. 17-24, 2011.

CABRÉ, M. T.; LORENTE, M.; ESTOPÀ, R. Terminología y fraseología. In: ACTAS DEL V SIMPOSIO DE TERMINOLOGÍA IBEROAMERICANA (RITERM), *Actas...* Ciudad de México, p. 67-81, 1996.

CAMARGO, C. A. *Energias renováveis: a terminologia da energia solar fotovoltaica em português brasileiro e seus aspectos fraseotermológicos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4485562. Acesso em: 29 fev. 2020.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto Editora, 2012.

FONSECA, H. da C. *Fraseologismos zoônimos: elaboração de base de dados Português-Francês*. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São José do Rio Preto, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/86540>. Acesso em: 09 fev. 2020.

GONZÁLES REY, M. I. A fraseodidáctica: un eido da fraseología aplicada. *Cadernos de fraseología galega*, v. 6, p. 113-130, 2004.

JODAR, D. K. C. *Energias renováveis: dicionário terminológico da energia eólica em português brasileiro com equivalentes em espanhol europeu*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. Disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/dkcyjodar_do.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

LARA, M. de S. *Variação das unidades fraseotermológicas da culinária entre português brasileiro e português europeu*. 2014. Tese (Doutoramento em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/14497/1/SOUZA%20LARA,%20Meire%20-%20Varia%C3%A7%C3%A3o%20das%20Unidades%20Fraseotermol%C3%B3gicas%20entre%20PB%20e%20PE%20-%20Tese%20de%20Doutoramento.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

NOGUEIRA, L. C. R. *A presença das expressões idiomáticas na sala de aula de E/LE para brasileiros*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

PAGANI, E. C. S. *Energias renováveis: a terminologia da biomassa em português brasileiro e sua variação intralinguística*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017. Acesso em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/ecspagani.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PANICHELLA, F. C. *Energias renováveis: dicionário terminológico da energia hidráulica em português brasileiro e seus aspectos fraseotermológicos*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. Disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/fcpanichella_do.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

REDE PANLATINA DE TERMINOLOGIA (REALITER). *Léxico panlatino da energia eólica*. Departamento de Tradução do Governo do Canadá, Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá. Montréal, 2012. Disponível em: <<http://www.realiter.net/wp-content/uploads/2013/06/pan-energie-power.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

REDE PANLATINA DE TERMINOLOGIA (REALITER). *Léxico panlatino da energia geotérmica*. Osservatorio di terminologie e politiche linguistiche (OTPL), Università Cattolica del Sacro Cuore. Milão, 2018. Disponível em: <http://www.realiter.net/wp-content/uploads/2013/06/OTPL_EnergiaGeo_bozza.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

REDE PANLATINA DE TERMINOLOGIA (REALITER). *Léxico panlatino de biocombustíveis*. Departamento de Tradução do Governo do Canadá, Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá. Montréal, 2014. Disponível em: <<http://www.realiter.net/wp-content/uploads/2013/06/L%C3%A8xic-biocarburants.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

REDE PANLATINA DE TERMINOLOGIA (REALITER). *Léxico panlatino do sistema fotovoltaico*. Osservatorio di terminologie e politiche linguistiche (OTPL), Università Cattolica del Sacro Cuore. Milão, 2014. Disponível em: <http://www.realiter.net/wp-content/uploads/2013/06/DEF_Lessico_panlatino-2014-1.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

SILVA, M. M. A. da; CAMARGO, C. A. As unidades fraseotermológicas da energia solar fotovoltaica: critérios de identificação e análise In: *A senda nos estudos da língua portuguesa 2*. 1ª ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. 2, p. 221-232.

TERMINOLOGIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS COMUNS: POR UM DIÁLOGO EFICIENTE ENTRE OS PAÍSES QUE TÊM O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA OFICIAL

Mariângela de ARAÚJO
Universidade de São Paulo
araujomar@usp.br

RESUMO: Nesta intervenção em homenagem à Profa. Dra. Ieda Maria Alves, dedicamos nossa apresentação a alguns temas que lhe são caros: as terminologias; a variação terminológica; e o diálogo internacional no que diz respeito aos temas anteriores. Desse modo, o texto aborda um projeto internacional do qual fizemos parte e uma reflexão a respeito da importância dos estudos terminológicos para o estabelecimento de uma comunicação eficiente entre as nações que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e para o estabelecimento de uma política linguística que, ao mesmo tempo, una essas nações pela língua e respeite a diversidade existente entre elas. Sem um trabalho terminológico efetivo de descrição das terminologias utilizadas nos países da Comunidade não podemos ter, por um lado, consciência plena da diversidade linguística existente na Lusofonia, quando falamos da descrição do Português, e, por outro, a devida atuação dos linguistas na busca de uma participação mais efetiva de nossos especialistas nas diferentes áreas do conhecimento nas tomadas de decisão frente a fóruns globalizados, quando o assunto é terminologia.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologias; Português; Lusofonia; Variação Terminológica

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Contemporaneamente, os estudos referentes à Sociolinguística, à Dialectologia e à Geolinguística demonstram muito claramente que a língua “[...] é um objeto histórico, enquanto saber transmitido, estando, portanto, sujeita às eventualidades próprias de tal tipo de objeto. Isso significa que se transforma no tempo e se diversifica no espaço.” (CAMACHO, 1988, p. 29).

Quando tratamos das terminologias, que não são uma realidade à parte das línguas, tal como as teorias mais recentes nos apontam (CABRÉ, 1999; TEMMERMAN, 2000; DIKI-DIRI, 2008) a questão não se torna diferente: há termos que se tornam obsoletos, enquanto novos surgem; diferentes grupos socioprofissionais, muitas vezes, escolhem termos diversos para denominar o mesmo conceito; e grupos de falantes separados pela distância denominam diferentemente conceitos semelhantes.

Estamos diante, então, da variação terminológica, fenômeno que tem sido descrito em muitos estudos, entre os quais podemos destacar os de Freixa (2002, 2006, 2013), além daqueles que descrevem a variação lexical no Português, enfatizando esses usos nos diferentes países da Lusofonia, como os de Almeida *et al.* (2013) e Nunes (2015).

Tais trabalhos evidenciam as diferenças lexicais geográficas existentes entre os países da Lusofonia, o que vai ao encontro daquilo que trataremos neste texto, em que,

primeiramente, abordaremos um Projeto que estava sendo desenvolvido no Instituto Internacional da Língua Portuguesa – e do qual fizemos parte –, com o objetivo de descrever as variantes terminológicas do Português na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e, posteriormente, outro projeto do qual participamos na área de Engenharia Biomédica. Finalizaremos enfatizando a importância desses projetos, tanto para a descrição linguística do Português quanto para o trabalho dos especialistas, que precisam reconhecer as variantes e saber como se posicionar em fóruns internacionais de discussão sobre a terminologia de suas áreas do conhecimento.

UM PROJETO TERMINOLÓGICO NO IILP

Segundo Almeida *et al.* (2013, p. 204), a elaboração de um vocabulário ortográfico para a Língua Portuguesa é “um desiderato da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e uma determinação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990”.

No artigo 2º. do Acordo Ortográfico, datado de 1990, lemos o seguinte:

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1º de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas. (SENADO FEDERAL, 2014, p.12)

Dada a dificuldade no cumprimento dessa meta, em 1998, a redação desse artigo foi modificada:

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas. (SENADO FEDERAL, 2014, p.51)

De qualquer forma, o Acordo coloca como meta a elaboração e a disponibilização de um Vocabulário Ortográfico Comum para os países signatários. Quando o prazo de três anos foi estabelecido, talvez os redatores e os signatários não tivessem ideia da complexidade dessa tarefa, tendo em vista a diversidade linguística dos países envolvidos. Embora todos os linguistas tenham consciência dessa diversidade, raramente falantes comuns têm ideia do quão complexa é a atividade de descrição lexical de uma língua ou de uma variedade de língua.

Tal Projeto exige a formação de uma grande equipe de pesquisadores, formada por membros de todos os países, num esforço de pesquisa para uma vasta coleta de dados e sua validação. Ou seja, não é um trabalho rápido e fácil de se fazer.

Assim, segundo o que lemos na página do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (<https://voc.cplp.org/index.php?action=von&von=all>), o VOC, os trabalhos só se iniciaram em 2010 e a primeira edição, com a disponibilização dos dados, foi lançada em 2017. A Equipe Central responsável pela publicação foi constituída por José Pedro Ferreira, Margarita Correia e Gladis de Barcellos Almeida. Apesar da publicação, observamos que alguns países não conseguiram concluir seus trabalhos, como Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, segundo dados

disponíveis na página até junho de 2020. Esses dados nos mostram a complexidade de tal empreendimento.

Há, atualmente, a necessidade de incorporar a esse vocabulário as diferentes terminologias, visto que até aqui o VOC é composto, no geral, por unidades lexicais da língua comum e uma vez que, sem as terminologias, torna-se impossível uma verdadeira política linguística para Português, pois a língua fica excluída dos principais órgãos decisórios no que diz respeito às áreas do conhecimento.

Esse trabalho foi iniciado e dele fizemos parte, porém não é fácil levá-lo adiante, devido a vários fatores que serão colocados em nossas considerações finais. A seguir descreveremos algumas etapas do trabalho desenvolvido nesse projeto, denominado Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (doravante TCTC).

O PROJETO TCTC NO BRASIL

Para a elaboração do Projeto em nível internacional, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a Equipe Central do VOC, já citada neste trabalho, convidou linguistas representantes dos diversos países-membros, no sentido de que cada um deles pudesse formar equipes regionais e iniciar a pesquisa terminológica em seu país. As áreas prioritárias para a descrição terminológica, Informática e Petróleo, foram definidas pelos Chefes de Estado dos países-membros em assembleias anteriores, independentemente de uma consulta prévia aos linguistas convidados a conduzirem as pesquisas.

No Brasil, iniciamos a pesquisa com o auxílio de alguns alunos de Graduação (Juliana Tutunji, Laís Trajano Mendes, Luiz Felipe da Silva Lima e Paula de Jesus Alves dos Santos), alguns destes contemplados com Bolsas da Pró-Reitoria de Graduação da USP, por meio do Programa Unificado de Bolsas.

No que diz respeito à Informática, recebemos da Equipe Central uma planilha com os termos da Informática presentes no Dicionário Houaiss. Nessa planilha constavam as unidades lexicais do referido dicionário cujos verbetes incluíam acepções com a rubrica relativa à área (Informática). Embora tivéssemos, em princípio, os termos, a atividade consistia em verificar se, efetivamente, aqueles eram usados no Português do Brasil, além de inserir termos novos na planilha, de acordo com o corpus que fôssemos constituindo. A seguir apresentamos uma imagem da planilha recebida.

	A	B	C	D	E	F	G	H
	recid	dictid	oslinid	citform	class	Brasil	accep	domain
1	61297	1900	6706	abortar	v.	interromper	6 inf	interromper (um processo ou tarefa) voluntária ou acidentalmente a transferência c
2	61300	3813	196514	acessar	v.		0 inf	v. t.d. obter acesso a (informação, dados, processos, dispositivos etc.) um registro c
3	61301	3818	69236	acesso	s.m.		7 inf	possibilidade de comunicar-se com um dispositivo, meio de armazenamento, unidad
4	61302	4191	19881	acionador	adj.; s.m.	drive, driver	2 inf	dispositivo eletromecânico us. para ler ou gravar dados em um meio de armazenam
5	61303	8118	31435	agenda eletrônica	s.f.		4 inf	Aparelho eletrônico portátil, ou programa de computador, que funciona como agenc
6	61305	11875	112937	alocar	v.		3 inf	t.d. reservar (um trecho de memória primária) para um programa, rotina ou armaze
7	61306	14739	6153	analista de sistema	adj. 2g.s. 2g.		1 inf	profissional especializado em análise de sistemas (HI 2001)
8	61307	14748	112990	análogo	adj.; s.m.		4 inf	em que as palavras estão grupadas pelas afinidades de sentido existentes entre elas
9	61308	17463	55300	antivírus	s.m. 2n.		0 inf	s.m. programa de proteção do computador que detecta e elimina os vírus (certos pro
10	61309	18579	209258	aplicativo	adj.; s.m.		1 inf	s.m. programa de computador concebido para processar dados eletronicamente, fac
11	61310	20941	149126	armazenador	s.m.; adj. s.m.		1 inf	que ou aquele que armazena; s.m. memória (dispositivo).
12	61311	20943	74314	armazenamento	s.m.		2 inf	ato de armazenar dados; armazenagem.
13	61312	20944	48787	armazenar	v.		5 inf	t.d. estocar (dados) em dispositivo de armazenamento ou na memória primária, de r
14	61313	21291	28854	arquivo	s.m.		6 inf	conjunto de dados digitalizados que pode ser gravado em um dispositivo de armaze
15	61314	21460	4527	arrastar	v.		11 inf	t.d. ação utilizada em sistemas operacionais e programas com interfaces gráficas que
16	61315	21810	113589	arroba	s.f.		2 inf	sinal gráfico @ formado por um "a" minúsculo envolto num círculo aberto, us. nos e
17	61316	22945	99255	assembler	s.m.		0 inf	Programa escrito em linguagem assembly, que transforma os códigos de operação n
18	61318	23094	99914	assíncrono	adj.		3 inf	que não é controlado por dispositivo temporizador; que não mantém sincronia.
19	61319	23623	83532	atalho	s.m.		1 inf	via de entrada em um sistema; ponto de entrada, porta de trás [No sistema Window
20	61320	23973	16983	ativo	adj.; s.m.; adj. s.m.		13 inf	que se encontra operacional, num dado instante (diz-se de programa, documento, d
21	61322	25004	105419	autômato	s.m.		4 inf	dispositivo físico destinado a executar operações visando obter um determinado

Figura 1 – Planilha com Termos da Informática

Conforme verificamos, havia na planilha uma coluna (identificada como Brasil) destinada a indicar variantes dos termos no Português do Brasil, se houvesse, além de marcar um 'X', caso o termo não fosse usado no Brasil. É necessário lembrar que, apesar de elaborado no Brasil, o dicionário Houaiss traz palavras que não são usadas aqui. Um exemplo é o termo *rato* que, em Informática, não é usado no Brasil e cuja variante brasileira é *mouse*, ou *multimédia*, cuja variante brasileira é *multimídia*. Na figura, vemos o termo *abortar*, que embora tenha sido encontrado em textos brasileiros, é pouco frequente; o verbo mais utilizado no Brasil é *interromper*, quando usado em Informática.

Dessa forma, pesquisamos cada um dos 310 termos já presentes na planilha, buscando textos que comprovassem seu uso no Português do Brasil, com a acepção indicada na planilha na coluna 'definição'. Além disso, acrescentamos, na planilha, outros termos encontrados nos textos consultados. Isso pode ser verificado na imagem a seguir.

	A	B	C	D	E	F	G	H
303	61731	182487	72427	varrer	v.	varrer; escanear	13	inf
304	61732	183898	41164	video	s.m.		1	inf
305	61733	183911	12266	videodisco	s.m.		0	inf
306	61734	184173	36646	vincular	v.		11	inf
307	61735	184177	124462	vínculo	s.m.		8	inf
308	61736	184861	12400	vocabulário	s.m.		5	inf
309	61738	185405	131915	workstation	s.2g.	workstation; estação de trabalho	2	inf
310	61739	186564	13075	zipar	v.		0	inf
311						autômato finito		
312						banda larga		
313						Biocibernética		
314						browser		
315						caixa de diálogo		
316						cartão de memória		
317						CD		
318						código binário; sistema binário		
319						demodulador		
320						depurador		
321						design da Informação; infodesign		

Figura 2 – Termos de Informática Inseridos na Planilha TCTC

Por meio da imagem, podemos observar que na planilha foram acrescentados termos de dois tipos: 1) termos muito específicos da Informática (como *autômato finito*), que devido a sua especificidade não entraram no dicionário de língua; e 2) termos de uso muito vulgarizado (*CD*), de tal forma que, apesar de constarem do dicionário, não foram apresentados sob a rubrica *Informática* e, por essa razão, não entraram na planilha.

Além da busca de variantes na área de Informática, desenvolvemos também esse trabalho de pesquisa com a terminologia do Petróleo. Para essa área também recebemos uma planilha, com termos retirados do *Dicionário do Petróleo em Língua Portuguesa* (Fernández y Fernández *et al.*, 2009). Esse dicionário foi elaborado com base no Inglês e traz equivalentes em Português. Foi elaborado por meio de uma colaboração entre especialistas de Angola, Brasil e Portugal. As figuras a seguir demonstram as informações constantes da planilha.

	A	B	
	termo em inglês	Brasil	
1			
2	a project site with no constructions, greenfield	greenfield; projeto greenfield; projeto novo	projeto sem construções anteriores
3	abandonment cap, corrosion cap	capa de abandono; capa de corrosão	tampa de abandono (Port.)
4	absorption plant		instalação de absorção (Port.)
5	accelerator, set accelerator		endurecimento do cimento (Port.)
6	accord fund		fundo de consórcio (Port.)
7	acetylene welding		soldadura a acetileno (Port.)
8	acid bottle		garrafa de ácido (Port.)
9	acid frac.		fraturamento por ácido (Port.)
10	acoustic basement		soco acústico (Port.)
11	acoustic density log		diagrafia de densidade acústica, log de
12	acoustic impedance log		diagrafia de impedância acústica, log de
13	acoustic impedance section		seção de impedância acústica (Port.)
14	acoustic log		diagrafia acústica, diagrafia do som, l
15	acoustic velocity log		diagrafia acústica de velocidade, log a
16	acquisition log		diagrafia de aquisição, log de aquisiçã
17	actinolite		actinolite (Port.)
18	activation log		diagrafia ativada, log ativado (Port.)
19	activation log		diagrafia de ativação, log de ativação
20	adapter		adaptador do carretel de ligação (Port
21	adapter spool		carretel (Port.)
22	adaptive deconvolution		desconvolução adaptativa (Port.)
23	adjustable bent housing		cobertura com curvatura ajustável (P
24	adsorption isotherm		isotérmica de adsorção (Port.)
25	adsorption plant		instalação de adsorção (Port.)
26	advanced payment bond		garantia bancária do empreiteiro (Por
27			

Figura 3 – Planilha com Termos Referentes à Extração de Petróleo (1ª. Parte)

	D	E	F
	variedade ANGOLA	variedade BRASIL	
1			
2	anteriores (Ang.)	greenfield (Br.)	
3		capa de abandono (Br.)	
4		planta de absorção (Br.)	
5		acelerador de pega (Br.)	
6		fundo consórcio (Br.)	
7		solda a acetileno (Br.)	
8		bulbo de ácido (Br.)	
9		fraturamento ácido (Br.)	
10		embasamento acústico (Br.)	
11		perfil de densidade acústica (Br.)	
12		perfil de impedância acústica (Br.)	
13	ística (Ang.)	seção de impedância acústica (Br.)	
14	(Ang.)	perfil acústico (Br.)	
15	c (Ang.)	perfil acústico de velocidade (Br.)	
16		perfil de aquisição (Br.)	
17		actinolita (Br.)	
18		perfil ativado (Br.)	
19		perfil de ativação (Br.)	
20		adaptador (Br.)	
21		carretel adaptador (Br.)	
22		desconvolução adaptativa (Br.)	
23		alojador com curvatura ajustável, cobertura com curva ajustável (Br.)	
24		isoterma de adsorção (Br.)	
25		planta de adsorção (Br.)	
26		aviso de pagamento (Br.)	
27			

Figura 4 – Planilha com Termos Referentes à Extração de Petróleo (2ª. Parte)

Essas duas figuras demonstram partes diferentes de uma única planilha. Nela há duas colunas referentes a termos brasileiros. Uma delas contempla os termos indicados pelo dicionário; a outra, os termos verificados por nós, de forma a indicar variantes do termo indicado pelo dicionário, confirmar o termo indicado pelo dicionário ou demonstrar que não foram encontrados textos reais com ocorrências do termo indicado por ele.

Embora possa parecer um trabalho desnecessário, tendo em vista que já há um dicionário com aproximadamente 9000 verbetes elaborado no Brasil, foi interessante constatar que muitos termos brasileiros indicados como equivalentes aos termos ingleses não são encontrados em textos reais disponíveis na plataforma de buscas *Google*. Os únicos usos encontrados para alguns dos termos são do próprio *Dicionário* ou de glossários derivados dele. Assim, foi necessária toda uma revisão.

Além disso, foi possível também notar, em relação a essa área de especialidade, que há uma grande instabilidade no uso de termos vernáculos. Nesse sentido foi comum encontrarmos nos textos brasileiros: o uso de termos estrangeiros (como se verifica em *a*); contextos em que além do termo vernáculo, é mencionado o termo estrangeiro (como verificamos em *b*); e o uso de termos híbridos (como observamos em *c*).

- (a) Os <greenfields> se constituem plantas ou unidades novas e construídas do zero por uma empresa investidora de origem de país estrangeiro. Esta forma sugere menores custos de controle, pois investidores externos não precisam integrar diferentes culturas organizacionais e direções estratégicas (NITSCH; BEAMISH; MAKINO, 1996), entretanto, oferece maior risco e demanda maior quantidade de recursos (JOHANSON; VAHLNE, 1976; PARK, 2012). (ALCÂNTARA et. AL., 2013, p. 5)
- (b) O primeiro tubo flexível foi desenvolvido pelo Instituto Francês de Petróleo (Institut Français du Pétrole - IFP) no final da década de 1960, tendo como objetivo a utilização na indústria da perfuração de poços como <jumpers (pequeno tramo de duto)> e como duto de perfuração em sistemas com turbinas (XAVIER, 2009). (TORRES, 2013, p.4)
- (c) A função do monocromador é garantir que apenas a radiação com o comprimento de onda de interesse ($K\alpha$) chegue ao detector. Situado entre a amostra e o detector, o monocromador é constituído de material cristalino que difrata a radiação recebida pela óptica na qual o monocromador é montado, reduzindo a <radiação de background> eficientemente, eliminando radiações indesejáveis tais como $K\beta$ quase completamente e reduzindo o efeito de amostras fluorescentes, permitindo que a radiação $K\alpha$ constitua majoritariamente a radiação recebida pelo detector (SILVA, 2013). (SENA, 2017, p.27)

Ressaltamos que o contexto (*b*) traz o termo *tramo*, que é o indicado no Dicionário como equivalente a *jumper*. Entretanto, o contexto nos faz entender que não há uma equivalência perfeita, uma vez que parece indicar que *jumper* é um tipo específico de *tramo*. Aí reside também toda a dificuldade existente na busca por equivalentes, quando estudamos línguas diferentes, e variantes, quando pesquisamos a mesma língua, neste caso em regiões diferentes: nem sempre há uma similaridade

conceitual total. São muitos os casos de equivalência ou correspondência parcial. No caso da planilha referente ao Petróleo, as duas questões estavam atreladas.

A TERMINOLOGIA DOS PRODUTOS PARA A SAÚDE

Além de termos participado do Projeto TCTC, temos ainda colaborado com um projeto de pesquisa cujo objetivo geral é investigar a terminologia utilizada para nomear os produtos para a saúde no Brasil.

Inserimo-nos nesse Projeto por meio do contato com o Grupo de Engenharia Biomédica (GEBIO) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), que participa em projetos de consultoria científica sobre produtos para a saúde para a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A referida Agência propôs a esse Grupo de Pesquisa um acordo de cooperação para a realização de pesquisas acerca da situação da terminologia dos produtos para a saúde, nos âmbitos nacional e internacional, devido aos inúmeros problemas que a Agência enfrenta decorrentes de inconsistência terminológica.

Assim, foi solicitado aos pesquisadores do GEBIO que redigissem um relatório que retratasse e avaliasse as bases de dados de produtos para a saúde já existentes e adotadas internacionalmente.

Uma das bases de dados identificadas foi a *Global Medical Device Nomenclature* (Nomenclatura Global de Dispositivos Médicos) – GMDN. Essa base foi elaborada por uma agência formada especificamente para esse fim, também denominada GMDN. De acordo com informações da Agência GMDN, sua fundação foi decorrente da dificuldade que grandes empresas fabricantes de produtos para a saúde estavam tendo para comercializar seus produtos internacionalmente, devido à incompatibilidade terminológica. Utilizando-se, então, de outras bases de dados internacionais já existentes e consagradas entre os especialistas da área, os funcionários da Agência GMDN fizeram um trabalho rigoroso de unificação, revisão e ampliação dessas bases de dados. Em março de 2019, a base constituída contava com 27.605 termos catalogados e definidos na língua oficial (inglês). Atualmente, a base GMDN é utilizada por 70 agências reguladoras no mundo, conta com mais de 4.000 empresas associadas, contempla mais de 20 línguas e tem aceitação internacional.

O Português também é contemplado nessa base de dados, no entanto apenas em sua variedade europeia. Um estudo preliminar realizado sobre os termos e as definições presentes na base de dados em Português nos permitiu verificar várias diferenças que impedem uma simples adoção da base de dados GMDN pelas instituições brasileiras, conforme descrito em trabalho anterior (ARAÚJO; LUZ-FREITAS; RIBEIRO, inédito).

Nele, verificamos diferenças maiores e menores entre as variantes. Dentre as diferenças menores podemos mencionar: a) diferenças fonéticas e/ou ortográficas (*cronômetro/cronómetro*; *contracepção/contraceção*); e b) diferenças em relação à escolha de vogais temáticas (*cabine/cabina*; *cromossomo/cromossoma*). Em relação às maiores, que também acabam sendo de mais difícil identificação, temos as diferenças entre siglas (o PE utiliza a sigla DIV para “diagnóstico *in vitro*”, ao passo que o PB tem como equivalente IVD, “*in vitro diagnostic*”), e as mais complexas para a identificação: as variantes por heteronímia (*hanseníase/lepra*; *doente/paciente*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi demonstrado, assim como a língua comum, as terminologias também apresentam muita variação devido a questões geográficas, sobretudo quando

ultrapassamos os limites das nações, como ocorre na Lusofonia, em que temos países tão distanciados no espaço e com culturas tão distintas.

Também fica clara, com o exposto, a importância dos estudos terminológicos para que ocorra uma comunicação eficiente entre esses países. Se as terminologias não forem descritas, fica comprometido o intercâmbio de conhecimento entre os países, assim como as atividades econômicas entre eles. Nesse sentido, torna-se evidente que a descrição terminológica é necessária não apenas para um conhecimento linguístico mais aprofundado do Português, mas também é indispensável para que os objetivos comunicativos dos usuários das diferentes terminologias sejam alcançados de modo satisfatório.

Dessa forma, evidencia-se a importância de que esses estudos sejam financiados pelas diferentes nações que se utilizam da Língua Portuguesa e que os terminólogos sejam consultados e atuem nos processos de tomada de decisão. Essa participação pode conduzir a projetos mais adequados à realidade e à complexidade terminológica das diferentes áreas.

Infelizmente, ainda não é isso que vemos acontecer. As prioridades, os prazos e a adoção de determinadas terminologias internacionais são ditados por Chefes de Estado ou por representantes de instituições das diferentes áreas que, infelizmente, não têm conhecimento profundo sobre a variação em Língua Portuguesa, além de desconhecerem a complexidade de um trabalho terminológico feito com qualidade. Não raro, desconhecem ainda a existência de grupos de pesquisa nacionais e internacionais que poderiam auxiliar na tomada de decisões.

É necessário, portanto, que os estudos terminológicos desenvolvidos nas universidades sejam mais divulgados e que ganhem visibilidade, além de financiamento às pesquisas. Dessa forma, poderemos dar uma contribuição mais efetiva às áreas de especialidade e a uma política linguística de fortalecimento do Português internacionalmente.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, J. N. et al. Impactos dos Investimentos Diretos no Exterior na Intangibilidade das Multacionais Brasileiras de Capital Aberto do Setor de Veículos e Peças: uma análise empírica no período de 1994 a 2012. *XXXVII Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 2013.
- ALMEIDA, G. B. et al. Vocabulário Ortográfico Comum (VOC): constituição de uma base lexical para a língua portuguesa. *Estudos Linguísticos*, 42(1), 2013, pp. 204-215.
- ARAÚJO, M.; LUZ-FREITAS, M.; RIBEIRO, P. T. *A busca de equivalentes no português brasileiro para a organização da terminologia dos produtos médicos*. (inédito)
- CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.
- CAMACHO, R.G. A variação linguística. In: *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1.º e 2.º graus*. São Paulo: Secretaria da Educação/CENP, 1988.
- DIKI-KIDIRI, M. (Ed.), *Le vocabulaire scientifique dans les langues africaines. Pour une approche culturelle de la terminologie*. Paris: Karthala, 2008.
- FERNÁNDEZ, E. F. Y.; PEDROSA, O. A.; PINHO, A. C. *Dicionário do petróleo em língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.
- FREIXA, J. *La variació terminològica: anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada), Universidad de Barcelona, Barcelona, 2002.

_____. Causes of denominative variation in Terminology: a typological proposal. *Terminology*. 12(1), 2006, p.51-77.

_____. Otra vez sobre las causas de la variación denominativa. *Debate Terminológico*, n 9, v.1, 2013, p.38-46.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

NUNES, N. Viagem através das palavras: a metáfora e a metonímia na atual terminologia açucareira de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e do Brasil. *PensarDiverso*. Revista de Estudos Lusófonos. Universidade da Madeira/CIERL, 2015, pp. 78-111.

SENA, M. R. S. de. *Petrofísica e caracterização mineralógica de rochas carbonáticas do Nordeste Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Exploração Petrolífera e Mineral). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2017.

SENADO FEDERAL. *Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*. 2. ed. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

TEMMERMAN, R. Towards New Ways of Terminology Description. The Sociocognitive Approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

TORRES, R. N. *Efeitos do tratamento criogênico e da nitretação a plasma no coeficiente de desgaste abrasivo da armadura de pressão de tubos flexíveis para petróleo*. Dissertação (Mestrado em Integridade de Materiais da Engenharia). Universidade de Brasília, 2013.

TERMINOLOGIA E METÁFORA NOS CORPORA ESPECIALIZADOS

Elenice Alves da COSTA
Universidade de São Paulo (USP)
elenicecosta@usp.br

RESUMO: Este trabalho, que se circunscreve no âmbito do Colóquio “Os Estudos Lexicais em diferentes Perspectivas: Homenagem à Ieda Maria Alves – 2017”, visa analisar alguns aspectos da terminologia e da metáfora conceptual nos *corpora* especializados da Economia. Essa investigação justifica-se devido ao fato de a linguagem científica da área econômica ser um recurso profícuo nas conceptualizações e denominações dessa especialização, atendendo aos fatores de precisão e de rigor designativo exigidos pelas linguagens de especialidade, uma vez que as metáforas da Economia possibilitam a apreensão de um conhecimento “complexo” junto às analogias que se referem a algo já conhecido em nosso cotidiano. Os textos escolhidos para esse tipo de estudo foram extraídos de *corpora* científicos da Economia oriundos de gêneros acadêmicos representados por artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado da Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) publicados durante o período de 2005 a 2015. Os termos prospectados a partir desses *corpora* são analisados, sobretudo, sob o viés teórico da Linguística Cognitiva, visto que a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) possibilita o estudo de conceitos capazes de revelar a forma como são projetados os domínios-fontes nos domínios-alvo no mapeamento cognitivo da linguagem especializada.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Metáfora; Economia; Ciência.

INTRODUÇÃO

A metáfora, ao ganhar destaque nos estudos científicos, tem conseguido comprovar que a ciência se faz por intermédio desse recurso semântico³⁵. Essa concepção emerge da teoria de Lakoff e Johnson a qual afirma que a metáfora extrapola a noção aristotélica de que ela é sobretudo um fator de ornamentação da linguagem. Em *Metáforas da vida cotidiana* (1980), defende-se a ideia de que pensamos metaforicamente. Tal afirmação tem dado impulso a pesquisas atuais sobre esse fenômeno, o que tem levado a conclusões de que a *metaforicidade* e a ciência caminham juntas. Em nosso estudo, que envolve o léxico especializado, portanto o termo³⁶, a metáfora tem contado com uma tradição nos estudos linguísticos que passou a ganhar prestígio nas pesquisas atuais sobre o assunto.

³⁵ A Professora doutora Ieda Maria Alves, que nos introduziu na investigação do estudo da metáfora na Economia, tem contribuído para a investigação desse recurso semântico sobretudo na análise de termos extraídos dos *media* impressos no bojo do *Projeto Observatório de Neologismos Científicos do Português Contemporâneo*, projeto *TermNeo*.

³⁶ Fruto do fenômeno da variação denominativa-conceptual, o termo pode ser caracterizado como unidade linguística, comunicativa e cognitiva (cf. Cabré, 1999, 2002), variando do ponto de vista semântico e formal no plano comunicativo pelas necessidades de adequação do discurso à situação comunicativa e

Os termos metafóricos dos quais iremos tratar neste artigo não são oriundos da linguagem geral. Eles são terminológicos, porquanto se referem ao conhecimento especializado humano. As terminologias oriundas da Física, Biologia, Química, entre outras, ao exprimirem os saberes científicos pelo vocabulário terminológico, compreendem tanto uma dimensão cognitiva quanto linguística pelo fato de expressarem o conhecimento científico, uma vez que conformam “o componente lexical especializado ou temático das línguas” (KRIEGER; FINATO, 2016).

As unidades terminológicas metafóricas da Economia revelam esse tipo de dimensão científica, pois expressam, através de suas unidades terminológicas, conceitos em que se criam novas possibilidades dessa categoria de estudo de ordem teórica e metodológica, princípio orientador do conhecimento especializado. Logo, para que se compreenda de que forma essas metáforas se processam no pensamento e na linguagem, fundamentaremos nossa análise, sobretudo, na Teoria da Metáfora Conceptual (TMC) a fim de organizar os domínios cognitivos em que se circunscrevem esses termos.

TERMINOLOGIA E METÁFORA

Sabemos que inicialmente a Terminologia repelia a metáfora devido à sua percepção objetivista da linguagem. Contudo, uma nova visão sobre a importância do papel da polissemia e da metáfora em Terminologia surge no final do século XX até os dias atuais, quando esses pressupostos teóricos e metodológicos são colocados à prova e passam por revisões entre os estudiosos da Terminologia, tais como a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e a Socioterminologia.

Na perspectiva da Socioterminologia, a polissemia passa a ser prevista, aceita e estudada em trabalhos terminológicos, despertando o surgimento de trabalhos a respeito da função da metáfora nos textos de linguagem especializada, como, por exemplo, o de Temmerman (2000), que incluiu os estudos da metáfora em suas análises e reflexões voltadas para uma Teoria Sociocognitiva da Terminologia.

No início dos estudos terminológicos, a Teoria Geral da Terminologia (TGT), considerava a polissemia como um fator que dificultava a *normatização* dos termos. Com o avanço dos estudos nessa área de conhecimento, novos paradigmas foram propostos. Mais recentemente, na Teoria Sociocognitiva, a metáfora ocupa um lugar especial na Terminologia, sobretudo, no que se refere à comunicação do saber científico. Em *Towards New Ways of Terminology Description – the sociocognitive approach*, Temmerman (2000) realiza uma revisão crítica da teoria tradicional da Terminologia, que preconizava o afastamento da metáfora do núcleo terminológico, firmando, de acordo com esse viés teórico, o papel central da metáfora no saber terminológico.

Para essa teoria, o raciocínio metafórico facilita a compreensão de fatos novos, processos ou outras categorias do saber científico. A metáfora é usada para explicar novas situações com o auxílio da capacidade criativa do ser humano, baseando-se em experiências humanas. Cognitivistas defendem que a linguagem é um elo entre o pensamento e a compreensão. A metáfora é um dos elementos que permite a realização dessa atividade cognitiva, de maneira que ela pode ser considerada como um mecanismo do pensamento, um elemento que se interpõe entre produção de sentido, imagem, representação conceptual e conhecimento geral enciclopédico.

também aos aspectos relacionados à cognição, propugnados por múltiplos processos de conceptualização e de expressão do conhecimento especializado.

A fim de demonstrar e de tecer considerações sobre as afirmações acima dirigidas em torno da metáfora, Temmerman (2000), por meio do *corpus* da Biotecnologia, descreve, por exemplo, de que forma o raciocínio metafórico é utilizado na denominação e na categorização de determinadas áreas do conhecimento científico e de que forma esse pensamento deixa traços na linguagem. Para realizar esse estudo, ela se concentra em uma subárea da Biotecnologia, que é a Genética, realizando a análise das amostras de linguagem utilizadas pelos cientistas para explicar o funcionamento dos genes. Essas metáforas surgem a partir da experiência do homem em relação à natureza, denominados por ICMs. Os *Modelos Cognitivos Idealizados* (ICMs) organizam o conhecimento, conforme afirma Temmerman (2000, p. 156). A autora ainda considera que, no caso desse *corpus*, o ICM da informação, em Genética, é fonte para a criação de sub-m-ICMs, elementos facilitadores em outros subdomínios relacionados à informação.

Temmerman (2000, p. 205) aborda ainda em seu trabalho outro aspecto importante sobre as atribuições das metáforas terminológicas na perspectiva da Teoria Sociocognitiva, no caso, as que apresentam uma função didática e as que evidenciam uma função criativa. As metáforas didáticas cumprem a função de ajudar a compreender saberes técnicos e científicos. As de ordem criativa dão origem a lexicalizações que podem se consolidar e serem aceitas como termos de uma linguagem especializada, cuja função seria substancialmente cognitiva.

As metáforas criativas e as didáticas são diferentes, pois, as primeiras, são responsáveis pela criação de neologismos científicos, ao passo que as segundas servem a contextos particulares de situações didáticas, responsáveis pela base de compreensão de um novo domínio de experiência. As metáforas didáticas têm a função de auxiliar a compreender saberes técnicos e científicos expostos nos gêneros discursivos acadêmicos, tais como artigos escritos por pesquisadores, manuais para especialistas e textos de popularização. No primeiro exemplar de gênero textual, representado pelos artigos, os termos resultam de um pensamento analógico consciente ou inconsciente. No segundo caso, por exemplo, os manuais para especialistas, são dirigidos a usuários com um certo conhecimento científico. Por último, nos textos de popularização, o público é leigo. Nessa situação, a analogia se torna mais explícita, ocasionada pela grande necessidade de esclarecimento do assunto para um público que não seja familiarizado com o tema. Em relação aos termos prospectados em nosso *corpus* de estudo, algumas metáforas cumprem essa função didática presente nos artigos científicos.

Neste trabalho, estudamos os termos já consolidados, uma vez que eles emanam de textos especializados que circulam entre especialistas na área de Economia. Algumas dessas unidades terminológicas também podem ser encontradas em *corpora* que circulam para outra categoria de público, no caso, os que acessam a mídia. No discurso não especializado, ocorre, por exemplo, a unidade *bomba inflacionária*, neologismo que provavelmente não se lexicalizará como termo na linguagem científica, pois atende sobremaneira a necessidades relacionadas a fatores expressivos próprios da linguagem jornalística. A seguir, o contexto em que essa unidade aparece nos *media*:

Atual governo lega ao sucessor uma potente <bomba inflacionária> que já começou a explodir e que provocará graves efeitos retardados nos próximos meses. [...] (FSP, 01-12-02, p. B.2, c. 3)

METAFÓRA E ECONOMIA

Em nosso *corpus* de análise, existem muitos Modelos Cognitivos Idealizados (ICMs). Um dos conceitos metafóricos que se sobressai neste *corpus* de pesquisa é o domínio da guerra, em ECONOMIA É GUERRA. A compreensão que emerge desse ICM gerará uma série de termos, tais como *ataque especulativo*, *ativos defensivos*, *ativos estratégicos*, *guerra comercial*, *guerra fiscal*, *guerra de moedas* e *guerra de preços*. Esses termos metafóricos permitem apreender o conceito de cada uma dessas lexicalizações em Economia, a partir da experiência concreta da guerra. Na formação sintagmática, *ataque especulativo*, compreende-se por meio da metáfora *ataque*, uma espécie de acontecimento em que a economia de um país sofre uma investidura contra a moeda local. Verifiquemos abaixo o contexto em que um desses termos, a exemplo de *guerra comercial*, é abonado em nosso *corpus* de pesquisa:

A necessidade é a mãe da invenção. Os japoneses não viram o futuro, apenas se adaptaram às condições adversas do pós II Guerra. Mas aprenderam a lição do planejamento e construíram uma política industrial que permitiu sua inserção, mais a frente, de forma bastante agressiva no mercado internacional. Mobilizaram o país para <guerra comercial> e a vencem, até Volker montar a política monetária e cambial que colocará a hegemonia americana de volta ao jogo internacional, nos turbulentos anos 80. (PRADO, A. J. C. *Neoliberalismo e desenvolvimento: a conexão trágica*.2007).

O ICM da Biologia também é representativo neste tipo de pesquisa, porquanto revela em parte essa motivação de ordem biológica ao lexicalizar termos como “*crescimento econômico*” e “*núcleo orgânico*”. Os conceitos *crescimento* e *orgânico* dos termos relacionados acima são compreendidos como um *organismo*³⁷. Esse ICM é fonte para a criação do sub-m-ICM ECONOMIA É UM ORGANISMO. Neste *corpus* de estudo, encontramos em torno de 47 registros de termos nos quais essa metáfora biológica ocorre, podendo ser interpretada como um organismo vivo ou um corpo, que nasce, cresce, adoece e morre, possibilitando a partir desse conceito o surgimento das unidades terminológicas acima descritas. Abaixo, um desses exemplos em *crescimento econômico*:

A partir do início da década de 1970, o Prêmio Nobel Robert Solow, um expoente da análise econômica convencional, com importantes contribuições à teoria do capital, do <crescimento econômico> e, mais recentemente, dos recursos naturais, vem discutindo o conceito de sustentabilidade do ponto de vista da análise econômica. (Mueller, C. C. *O debate dos economistas sobre a sustentabilidade – uma avaliação sob a ótica de análise do processo produtivo de Georgescu-Roegen*, 2005).

Mediante a observação dos termos analisados neste trabalho, podemos afirmar que um dos primeiros grandes campos cognitivos dos termos da Economia, mais representativo do que a Biologia, é relativo ao campo da Física, apresentando mais de 340 unidades, divididas em *subconceitos* ou sub-m-ICMs, tais como: ECONOMIA É MÁQUINA, ECONOMIA É COLISÃO, ECONOMIA É ESTADO GASOSO.³⁸

Em ECONOMIA É MÁQUINA ou MECANISMO, os termos metafóricos desse sub-m-ICM conceituam a Economia em termos de produtividade, pois atividades

³⁷ Na acepção 1 do verbete, “organismo” do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 2079), o termo é registrado como BIO, palavra que se refere ao campo científico da Biologia.

³⁸ Não demonstraremos todos esses sub-m-ICMs, pois isso extrapolaria os limites deste trabalho.

econômicas devem funcionar como uma máquina para que o máximo de eficiência seja alcançado. Esse mapeamento cognitivo licencia termos como *motor da economia*, exemplificado a seguir:

Para Oliveira (2009, p. 32), é por isso que a questão do Estado e seu domínio sobre um território são importantes. O espaço em discussão é a área geográfica controlada por uma entidade ordenadora dona dos meios de repressão necessários para manter a ordem e o status quo. A CEPAL já havia chamado a atenção para o momento crucial da constituição do Estado-Nação — confundindo-o intencionalmente com a Nação — quando falava em desenvolvimento (Mello, 1991). Isto é, com o início do *desenvolvimento para dentro*, substituiu-se a variável exógena (demanda externa) pela variável endógena (investimento) como <motor da economia>, deslocando o seu centro dinâmico (Furtado, 2000). Tal movimento equivale a deslocar, para o interior da Nação, os Centros de Decisão que traduzem os impulsos — internos ou externos —, domesticando-os em estímulos ou limites na forma de ações econômicas de gastos e investimentos. Ou seja, em termos keynesianos, traz para dentro da nação as principais variáveis definidoras da demanda efetiva. (AMORIM, R. L. C. *Teoria da dependência? A problemática hoje?*, 2012).

Além desses dois grandes domínios selecionados, os da Física e da Biologia (projeções metafóricas responsáveis por subconceitos), há também outros mapeamentos cognitivos, dentre os quais, o da *guerra*, da *fauna*, da *violência*, entre outros, cujas frequências são bem menores se comparadas com os campos cognitivos da Física e da Biologia. As metáforas orientacionais também são bastante produtivas em Economia. Lakoff; Jonhson (2002, [1980]) afirmam que elas partem da ideia de que a maior parte de nossos conceitos fundamentais são organizados em termos de uma ou mais metáforas de espacialização. Esses autores (2002, [1980], p. 59) asseguram que a maioria delas se referem a orientações espaciais a exemplo de para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de fundo – raso, central – periférico.

No bojo dessas categorizações, precisamos considerar que a metáfora é construída através de uma relação imediata e interna com uma experiência passada específica. Essas experiências realizam-se, de acordo com Oliveira (2009, p. 72), a partir de quatro espécies: *sensação*, *percepção*, *representação* e *denominação*, deduzindo-se que todo conhecimento deriva dos sentidos da experiência, proporcionando-nos aprendizagem. No que se refere ao conhecimento científico, o especialista repousa em sua memória estruturas conhecidas de sua experiência da vida cotidiana. Ao recuperar essas informações armazenadas na memória do cientista, o especialista consegue resolver um problema ou construir um conhecimento. A experiência que o especialista tira de seu ambiente é fundamental para a compreensão das experiências mais abstratas, apoiando-se no empirismo, a ciência elabora as representações metafóricas. Para que isso se realize, o especialista necessita de uma imagem visual para descrever uma forma baseada em nossas experiências corporais e sensoriais para denominar o objeto da descrição.

Neste trabalho, categorizamos essas imagens projetadas pelos especialistas na atividade de denominação dos conceitos, levando em consideração esses processos de experiencição pela metáfora. No âmbito da Economia, os empregos metafóricos são oriundos de campos diversos, com ênfase, conforme já dissemos anteriormente, no campo da Física e da Biologia. No discurso científico da Economia, as metáforas terminológicas são estabelecidas regularmente por uma relação de semelhança entre conceitos desses domínios diversos, um domínio-fonte e um domínio-alvo. Para tanto, os economistas valem-se do campo da Física por razões até mesmo históricas por causa

do cientificismo vigente no período em que a Economia foi estabelecida como ciência. A Biologia, também por essas mesmas razões, é um domínio-fonte bastante recorrente pelo fato de ela ser compreendida sobretudo como um *organismo*, pois ela pode *crescer* (*crescimento econômico*), *amadurecer* (*economias maduras*) e “*adoecer*”, tendo *crises* e *colapsos* (*crise de liquidez* e *colapso financeiro*).

As metáforas também podem fazer parte do método científico, favorecendo novas descobertas ou mesmo o desenvolvimento teórico ao conceber novas abordagens para problemas conhecidos. Elas são catalisadoras do pensamento. A título de exemplo, podemos citar o termo *capital humano*, que pode ser categorizado como metáfora ontológica, uma vez que *capital* é personificado para que possamos nos referir a ele, identificá-lo e agir em relação a ele, fazendo-se compreender, como uma força de trabalho, ou uma forma de investimento financeiro em força humana, a partir de uma metáfora.

Além dessa função heurística, as metáforas da Economia também desempenham uma função didática destinadas a um público em vias de especialização, alunos de graduação e de pós-graduação por exemplo. Para um de nossos especialistas entrevistados, em maio de 2019, Professor Dr. Ladislau Dowbor da PUC de São Paulo, as metáforas da Economia apresentam essa espécie de função, pois fornecem “imagens mentais” que facilitam a visualização de um conceito mais complexo, *como fluxo circular de renda* abonado a seguir:

Um modelo macroeconômico tradicional para uma economia aberta e com governo pode ser descrito razoavelmente bem através de uma explicação do tipo <fluxo circular de renda>, no qual de um lado se encontram as famílias e do outro as firmas, tendo que se acrescentar um setor institucional correspondente ao governo e outro representando o resto do mundo. (LEITE, F. P. *Macrodinâmica à keynesiana: uma travessia com consistência entre fluxos e estoques a partir do encadeamento de curtos períodos do multiplicador*, 2012).

Esses principais domínios-fonte, que estão além da Física e da Biologia, relacionados a *belicismo*, a *zoomorfia*, a *mecanismo*, dentre outros, projetados para o campo da Economia, revelam a natureza mais cotidiana das metáforas, ao passo que os domínios-fonte advindos das ciências exatas e das biológicas revelam a inclinação das metáforas dessa especialidade a um grau de sofisticação e de elaboração da linguagem científica, pois ao estabelecerem analogias com essas duas outras ciências, imprimem para essa linguagem de especialidade, mais rigor científico às suas comparações, que são da espécie funcional, baseando-se em similaridades estruturais profundas.³⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Hermans⁴⁰ (1989, p. 14 *apud* Oliveira, 2009, p. 31), as epistemologias, na atualidade, asseguram que todas as ciências fundamentam-se em torno de uma operação

³⁹ Curtis e Regeluth, 1994, *apud* Pádua, 2003, em análise de alguns livros didáticos de Ciências, puderam observar algumas analogias nesse *corpus*. Das projeções mais empregadas, os autores distinguiram basicamente duas tipologias: aquelas mais simples, baseadas em similaridades superficiais e outras mais elaboradas, apoiadas no que eles chamaram de “relações funcionais”. Os pesquisadores observaram uma maior utilidade das analogias quando eram aplicadas em tópicos difíceis e abstratos, sendo do tipo funcional.

⁴⁰ HERMANS, A. La définition des termes scientifiques in *Meta*, Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 1989, XXXIV, 3, pp. 142-145.

de *metaforização*. O especialista pensa por meio de um sistema conceitual, apoiando-se na metáfora terminológica, que se assenta especialmente na metáfora cognitiva, associando, em ciência, a compreensão e a visão, por exemplo. O uso eficiente de uma metáfora pode representar uma dada situação a fim de se obter um quadro de reflexão e uma visão adaptada da realidade.

O emprego eficaz de uma metáfora, conforme Oliveira (2009, p. 32), ocorre quando o cientista faz uma utilização apropriada desse processamento semântico. O especialista deve escolher uma *boa* metáfora para representar uma determinada situação científica, obtendo um quadro de reflexão e de perspectiva adaptada à sua realidade. Ao evocar a metáfora, o especialista tenta construir uma visão de mundo e uma adequação desse fenômeno com sua própria percepção. O raciocínio metafórico possibilita a apreensão do conhecimento complexo de uma forma ágil e flexível, facilitando a compreensão de um conceito, ao fornecer, pelas analogias estabelecidas, um suporte imaginativo de algo já conhecido, esclarecendo e facilitando a visualização de conceitos abstratos.

A metáfora pode ainda auxiliar um projeto científico do ponto de vista educacional ou pedagógico, ajudando a explicar um princípio ou uma teoria, a aprender, a ensinar ou a relembrar uma teoria e a descrever métodos (Martins, 2004, p. 137). Assim, a metáfora pode fornecer uma explicação satisfatória para um método, um fenômeno ou uma teoria. No entanto, as vantagens das metáforas no pensamento científico não se resumem somente ao seu papel pedagógico, podem ainda ser ilustrativas ou exercer um papel criativo, porque efetuam novas previsões, demonstrações ou experiências, ao apresentarem novas entidades ou conceitos teóricos, executando novas interrelações estruturais ou similaridades entre entidades teóricas. Em suma, uma metáfora pode demonstrar como a descrição literal pode ser equivocada e a metafórica revelar uma descrição mais adequada. De acordo com Gibbs (1994, *apud* Oliveira, 2011, p. 164)⁴¹, as metáforas são terreno fértil para as ciências, porquanto elas expressam ideias complexas, que dificilmente seriam explicadas com valor literal. Elas compactuam o discurso e capturam a intensidade de nossas experiências fenomenológicas, invocando imagens mentais sobre determinados acontecimentos evidenciando sua potencialidade epistemológica.⁴²

Por último, é importante destacar que do ponto de vista linguístico a denominação metafórica é benéfica, pois ela atende ao princípio da economia linguística ao criar um novo sentido para um vocábulo já existente. Nada é indizível ou dizível de forma complexa, pois a metáfora fornece um desenlace linguístico satisfatório pelo fato de ela refletir de forma nítida e transparente a interação entre o referente extralinguístico e o linguístico (OLIVEIRA, 2011, p. 160).

REFERÊNCIAS

KRIEGER, M.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2016.

⁴¹ GIBBS, R. W. *The poetics of mind: figurative thought, language and understanding*. New York: Cambridge University Press, 1994.

⁴² A função heurística das metáforas sobressai-se nas terminologias de *corpora* científicos, mediando e conduzindo a formação de um novo conceito ou de uma teoria científica, que surge de uma relação “nova” estabelecida entre dois referentes, cujo sentido se perfaz do “objeto” mais concreto ao abstrato.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002. Título Original em inglês: *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MARTINS, C. S. M. *A metáfora na terminologia: as metáforas terminológicas nos textos jurídicos de ambiente*, 2004, 318 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/3767>. Acesso em: 07 set. 2018.

OLIVEIRA, L. P. de. *Aspectos linguísticos, comunicativos e cognitivos das metáforas terminológicas: uma análise baseada em corpus da Genética Molecular*. 2011, 176 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

OLIVEIRA, I. *Nature et fonctions de la métaphore en Science. L'exemple de cardiologie*. Paris: L'Harmattan, 2009, Adobe digital editions.

PÁDUA, I. C. A. Analogias, metáforas e a construção do conhecimento: por um processo ensinoaprendizagem mais significativo. In: *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: novo governo, novas políticas?* Poços de Caldas. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

TEMMERMAN, R. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.

O ESPAÇO DE CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO ESPECIALIZADO: A ORGANIZAÇÃO DOS DOMÍNIOS ENGENHARIA BIOMÉDICA E ENGENHARIA CLÍNICA NO BRASIL

Márcia de Souza LUZ-FREITAS
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
marcialf@unifei.edu.br

RESUMO: Neste artigo, discorremos sobre a organização de dois domínios, Engenharia Biomédica e Engenharia Clínica. Objetivamos discutir a relação entre eles, considerando os conjuntos vocabulares advindos dos domínios ancestrais que lhes dão sustentação. Assim, são analisados textos descritivos expostos em páginas eletrônicas da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica e de laboratórios e programas brasileiros de pós-graduação em Engenharia Biomédica, bem como textos legais do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Além disso, realizamos uma pequena pesquisa documental com produções acadêmicas em Engenharia Biomédica. Como recurso tecnológico, utilizamos um software de processamento textual para a geração de listas de possíveis unidades lexicais especializadas. Toda a análise, fundamentada em princípios terminológicos e em estudos sobre neologia, possibilitou afirmar que o campo que se vem denominando como Engenharia Clínica, a princípio um subdomínio da Engenharia Biomédica, nos parece já ser um novo domínio emergente, visto como um desprendimento daquele domínio. Notamos que a Engenharia Clínica passa a conviver com a Engenharia Biomédica em uma relação de paralelismo e não mais de hierarquia.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; Neologia; Domínio; Engenharia Biomédica; Engenharia Clínica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrente de pesquisas iniciais para a produção de nossa tese de doutoramento quando buscávamos delimitar o domínio *Engenharia Biomédica* e definir um *corpus* de análise. Na página eletrônica do Laboratório de Engenharia Biomédica (LEB) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), lemos que a Engenharia Biomédica é descrita como “uma área em que conhecimentos de Engenharia, Matemática, Computação, Física e Química são utilizados para resolver problemas da Biologia e Medicina” (LEB, 2014, p. 1). Em continuidade, vem escrito que “na sua definição mais ampla a Engenharia Biomédica tem pontos de tangência com outras áreas multidisciplinares do conhecimento, tais como Física Médica, Biomatemática e Informática Médica (LEB, 2014, p. 1).

Tais informações nos permitiram afirmar que a Engenharia Biomédica é resultante de uma construção multi- e interdisciplinar, em que vários campos do saber são ativados. Por esse motivo, pressupomos a interseção de áreas como um fenômeno esperado. Esse fenômeno é muito comum às engenharias, vistas como ciências aplicadas, que, por seu turno, se nutrem de conceitos de ciências puras, como as já citadas Matemática e Física.

Entretanto, ao realizar um ensaio que desse suporte para uma metodologia de identificação dos conjuntos vocabulares desses domínios ancestrais e do modo como eles contribuem para a formação das unidades terminológicas em Engenharia Biomédica, deparamo-nos com uma grande presença de termos possivelmente advindos da área de Administração/Gestão, que não havia sido mencionada como um dos domínios de interseção. Assim, objetivamos discorrer, neste artigo, sobre a formação do domínio *Engenharia Biomédica* e a presença de um conjunto vocabular aparentemente não pertencente a sua formação, mas que caracterizariam a Engenharia Clínica.

Desse modo, são analisados alguns documentos que buscam classificar, definir e caracterizar a Engenharia Biomédica, como também os documentos que constituíram o ensaio mencionado. A análise e a descrição dos resultados fundamentam-se, quanto aos aspectos teóricos, em estudos sobre Terminologia, sobretudo as formulações teóricas mais recentes, e sobre Neologia.

O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdução, há uma seção destinada à fundamentação teórica, uma seção em que se descreve a metodologia, outra em que se apresentam os resultados e sua discussão e, por fim, as considerações finais. As referências estão elencadas ao fim do texto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Se, por um lado, o léxico é a expressão de processos cognitivos mentais, por outro lado, “o léxico não pode ser pensado à margem da cognição social” Marcuschi (2004, p. 269). Tanto o léxico geral quanto o léxico das línguas de especialidade “remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa” (ANTUNES, 2012, p. 28). Segundo Alves (2010), o conceito de neologia vincula-se ao caráter social do léxico e ao movimento do mundo e da sociedade. Para a autora (ALVES, 2010, p. 9), “descrever uma unidade lexical neológica implica observar o desenvolvimento social de uma comunidade linguística durante um determinado período”, já que “a neologia está intimamente vinculada ao caráter social da linguagem”. Temmerman (2000), ao abordar a neologia nos estudos terminológicos, destaca as neolexicalizações como uma necessidade discursiva e não somente uma necessidade de nomeação resultante da descoberta de um novo fenômeno.

Entendemos a terminologia de uma língua de especialidade como o conjunto de signos e expressões sgnicas que constituem o vocabulário específico utilizado em um determinado campo do saber científico ou do fazer humano. Cada elemento desse conjunto é uma unidade terminológica. Para Cabré (1999), o termo é uma unidade lexical definida em função de suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação. Para a autora,

el carácter de término lo activan en función de su uso en un contexto y situación adecuados. Esta activación consiste en una selección de los módulos de rasgos apropiados, que incluyen los rasgos morfosintácticos generales de la unidad y una serie de rasgos semánticos y pragmáticos específicos que describen su carácter de término de un determinado ámbito. (CABRÉ, 1999, p. 132)

Nessa perspectiva, os processos neológicos evidenciam, tanto formal quanto semanticamente, os movimentos de atualização e renovação lexical por meio da ampliação de elementos vernáculos, da incorporação de elementos de outras línguas e da atribuição de novos papéis a elementos linguísticos já existentes. Dentre as possibilidades de reaproveitamento de material lexical, é bastante comum a migração de

elementos vernáculos de áreas científicas para a língua comum, da língua comum para as línguas de especialidade e de elementos de uma língua de especialidade para outra. Ao estudar os possíveis movimentos entre vocábulos e termos, termos e vocábulos, e entre termos de áreas distintas, Barbosa (2005) propôs os conceitos de terminologização e vocabularização em Terminologia.

Confirmando o fundamento teórico de que “uma unidade lexical não é vocábulo ou termo, mas, sim, está em função vocábulo ou termo”, Barbosa (2005, p. 103) mostra que o conjunto terminológico de um dado domínio é, muitas vezes, constituído de subconjuntos terminológicos de natureza e funções diversas. As unidades lexicais especializadas (ULEs) podem ser transpostas de uma área a outra, adquirindo ou não acepções distintas. Também podem ser agregadas na formação de lexias complexas, ao que Humbley (2009) descreve como o caráter híbrido de um novo termo em um domínio emergente, formado a partir de termos de domínios ancestrais. Humbley (2008, 2009, 2011) sugere que a utilização dos estratos que sustentam a construção terminológica de um novo domínio possibilita a reativação de um vocabulário bem estabelecido, atualizado pelas novas aplicações.

Podemos, assim, afirmar que um novo domínio é construído a partir do conhecimento já existente. Consequentemente, o vocabulário que caracteriza esse conhecimento pode funcionar como ponto de partida para a formação neológica no domínio emergente. As áreas ancestrais com as quais o novo domínio estabelece relações interdisciplinares, segundo Humbley (2009, 2011), inspiram a criação neológica no domínio emergente.

Kageura (2002), que corrobora o princípio da “precedência epistemológica do conceito *terminologia* sobre o conceito *termo*” (KAGEURA, 2002, p. 31), em oposição ao propalado pela Teoria Geral da Terminologia (TGT), postula que há uma dinâmica das criações terminológicas. Assim, o autor desenvolve a ideia de que a formação terminológica em um novo domínio segue uma sistematização, cujos padrões podem ser observados nas construções terminológicas do domínio já existente.

Nesse ponto, levamos igualmente em conta o que diz Rey (2007, p. 331):

A minha hipótese é de que as nomenclaturas e as terminologias escolhem as suas unidades para ter uma natureza semanticamente nominal e que os termos são fundamentalmente sintagmas nominais, incluindo sintagmas zero, os quais têm aparência de substantivos simples. Como qualquer hipótese, esta é contraditória, mas tem o mérito de unificar o objeto “termo” como uma unidade semântica designativa e significativa.

Consideramos, assim, para a análise das sequências sintáticas, a definição de sintagmas terminológicos, ou lexias complexas, que

podem ser compreendidas como unidades constituídas de mais de uma palavra, com certa coesão interna entre seus componentes, tornando-se combinações fixas que, no sistema e na frase, podem assumir a função e o significado de palavras individuais (FERRAZ, 2010, p.36-37).

Ferraz (2010, p. 40) descreve o processo de lexicalização de um sintagma como o “processo que produz o efeito de transferir informações da dimensão sintagmática (combinação de palavras) à dimensão paradigmática (um item lexical)”. O autor, ao discorrer sobre a lexicalização de sintagmas, mostra que a denominação “neologia sintagmática”, encontrada em Guilbert (1975), é “usada para fazer referência aos

sintagmas terminológicos dos vocabulários científicos e técnicos” (FERRAZ, 2010, p. 40).

Tomamos como premissa que, na criação dos neologismos sintagmáticos, “os elementos constituintes de um segmento frasal estabelecem uma íntima relação, tanto morfológica quanto semântica, de modo a formarem uma única unidade lexical” (ALVES, 1991, p. 169). Assim, privilegiamos, em nossa análise, as formações sintagmáticas, com a intenção de observar padrões que revelariam a interseção dos domínios ancestrais. As novas ULEs resultariam, portanto, da hibridização de termos dos diferentes estratos que subsidiam a eclosão da Engenharia Biomédica.

METODOLOGIA

As informações que coletamos em leituras prévias já apontavam que estávamos diante de um problema, tanto para delimitar o domínio quanto para identificar subdomínios. Além de analisar textos descritivos expostos em páginas eletrônicas da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEB) e de laboratórios e programas de pós-graduação em Engenharia Biomédica existentes no Brasil, bem como textos legais do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), realizamos uma pequena pesquisa documental, de modo que esta funcionasse como um ensaio para a definição do *corpus* documental para o desenvolvimento da tese. A coleta de documentos foi feita no Portal de Periódicos CAPES (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>) com a intenção de selecionar produções acadêmicas que nos permitissem conhecer características da produção textual da área de Engenharia Biomédica. Desse modo, obtivemos dois conjuntos de textos: o primeiro, como um *corpus* de partida, e o segundo como um *corpus* documental, conforme proposição de Demai (2014, p. 89).

Para a definição do *corpus* documental, foram estabelecidos os seguintes critérios: “palavra-chave: Engenharia Biomédica”, “tipo de produção: teses e dissertações”, “período: 2010 a 2015”. Essa busca apresentou 18 resultados, porém apenas 5 conduziam a textos disponíveis na íntegra. Para o registro, cada documento foi denominado com a letra D seguida do número que o identifica. Assim, D1 identifica a dissertação de Almeida (2012); D2, a tese de Oliveira (2010); D3, a dissertação de Oshiyama (2010); D4, a dissertação de Silveira (2010); D5, a tese de Valero (2011).

Para o processamento desses documentos, utilizou-se o software *Terminus 2.0*, que permite a criação e a análise de *corpus* para fins terminológicos. Foram geradas listas de palavras por ordem de frequência, listas de sequências sintáticas (bigramas, trigramas, quadrigramas, pentagramas e hexagramas) e listas de concordâncias.

Criamos um modelo de interseção de áreas e, de acordo com ele, organizamos os conjuntos vocabulares pertinentes. Para isso, utilizamos os dicionários de língua comum: o *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* em sua versão on-line (HOUAISS, 2009), o *Michaelis Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* on-line (MICHAELIS, 2015) e o *Dicionário Caldas Aulete Digital* (AULETE, 2008). A praticidade de consulta foi um dos critérios para a seleção das versões on-line. Foram usados dicionários de especialidades que envolvem os campos de proximidade com a Engenharia Biomédica uma vez que, neste domínio, não há ainda um dicionário especializado. Dicionários das áreas de interseção são, desse modo, ferramentas de muita valia. Foram consultados: *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde* (REY, 2012), doravante DTTMS; *Dicionário de ciências biológicas e biomédicas* (VILLELA; FERRAZ, 2015), doravante DCBB; *Dicionário Oxford de ciências da natureza* (PRESCOTT, 2012), doravante DOCN.

Além da consulta a essas obras, também contamos com o apoio de especialistas da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Os resultados obtidos e a respectiva discussão são relatados na próxima seção.

A FORMAÇÃO DO DOMÍNIO ENGENHARIA BIOMÉDICA E SUA RELAÇÃO COM A ENGENHARIA CLÍNICA

A *International Organization for Standardization* (ISO), organização não-governamental independente que tem como finalidade assegurar a qualidade e a eficiência de produtos e sistemas tecnológicos e industriais, apresenta, em uma de suas normas voltadas para o trabalho terminológico, a ISO 1087-1 (2000), as seguintes definições:

- a) área: parte do saber cujos limites são determinados a partir de um ponto de vista científico ou técnico;
- b) domínio: subconjunto de uma área definido por um sistema nocional;
- c) subdomínio: cada um dos subconjuntos de um domínio.

Apresentamos, no quadro 1, um exemplo dessa hierarquização, mas salientamos que, conforme a própria ISO 1087-1 (2000, p. 2), “os limites de um domínio são definidos do ponto de vista da finalidade”.

Quadro 1 – Exemplo de organização hierárquica das áreas de conhecimento segundo a ISO 1087-1

Área	Domínio	Subdomínio
Ciências Exatas	Ciência da Computação	Sistemas para Internet
Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia da Educação
Engenharias	Engenharia Biomédica	Bioengenharia

Fonte: Elaboração própria

No Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC) fazem uso da denominada Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) elaborada para fins específicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A TAC não utiliza a palavra *domínio*. Nela, a classificação é hierarquizada em quatro níveis.

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.

2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas. (CAPES, 2014, p. 1)

Na figura 1, mostramos o excerto dessa tabela com a identificação da subárea *Engenharia Biomédica*, que se insere na área *Engenharias*, a qual, por sua vez, é uma das divisões da grande área *Ciências Exatas e da Terra*.

Figura 4 – Fragmento da Tabela de áreas do conhecimento da CAPES e do CNPq

3.13.00.00-6	Engenharia Biomédica
3.13.01.00-2	Bioengenharia
3.13.01.01-0	Processamento de Sinais Biológicos
3.13.01.02-9	Modelagem de Fenômenos Biológicos
3.13.01.03-7	Modelagem de Sistemas Biológicos
3.13.02.00-9	Engenharia Médica
3.13.02.01-7	Biomateriais e Materiais Biocompatíveis
3.13.02.02-5	Transdutores para Aplicações Biomédicas
3.13.02.03-3	Instrumentação Odontológica e Médico-Hospitalar
3.13.02.04-1	Tecnologia de Próteses

Fonte: CNPq (2012)

Para Souza (2006), abordagens distintas de agregação de áreas do conhecimento em grandes áreas refletem os contextos institucionais para os quais foram geradas, além de estarem marcadas socio-historicamente. Segundo Souza (2006), não há classificação sem propósito.

Ambos os documentos, TAC e ISO 1087-1, partem de uma visão hierárquica acerca da organização das áreas do conhecimento. Apontamos, entretanto, a frequente utilização de expressões categorizantes, que fogem a uma classificação hierárquica para indicar:

- similaridade e singularidade: por exemplo, engenharias (a flexão de número indica o agrupamento a partir de características centrais dos objetos de estudo) e Engenharia Civil, Engenharia Mecânica etc. (o adjetivo especifica a área delimitando o campo de interesses desta em relação ao objeto de estudo a partir de uma característica exclusiva);
- fronteiras, confluências e desdobramentos: composições vocabulares com a presença de mais de um morfema lexical, como Astrofísica e Musicoterapia, ou de modificadores em construções sintagmáticas, na constituição de um nome que revela sua natureza híbrida, como Direito Ambiental e Medicina Legal;
- desprendimentos ou reorganizações, como aponta Barros (2011) no caso da Psicologia, que se desprende da Filosofia e se aproxima da Medicina, na partilha do objeto de estudo que deu origem à Psiquiatria e à Psicanálise, originando a expressão “saberes psi”.

Kageura (2002) alerta para o fato de que as fronteiras entre os domínios devem ser questionadas. A extensão do domínio é, assim, decidida pelos objetivos da pesquisa e não propriamente por alguma classificação prévia. Consideramos que o domínio, em um estudo, pode ser uma área, uma subárea ou mesmo um subconjunto conceitual dentro de uma subárea.

Ramírez (2000), ao buscar uma definição para Engenharia Biomédica, denomina-a de disciplina e de campo.

Com uma sequência de inovações tecnológicas [...] que direciona os serviços médicos, os profissionais de engenharia se envolveram intimamente em muitas pesquisas médicas. Como resultado, a

disciplina de engenharia biomédica emergiu como um meio de integração para duas profissões dinâmicas: medicina e engenharia. (RAMIREZ, 2000, p. 1, grifo nosso)

Então, a engenharia biomédica é um **campo** interdisciplinar que abrange desde abordagens teóricas e não experimentais até aplicações do estado-da-arte. Pode englobar pesquisa, desenvolvimento, implementação e operação. Assim como a prática médica por si mesma, é improvável que uma única pessoa possa adquirir conhecimentos que englobem o **campo** inteiro. (RAMIREZ, 2000, p. 4, grifo nosso)

Ao definir Engenharia Biomédica e listar as atividades de um engenheiro biomédico, Ramirez (2000, p. 7), diferentemente do que consta na TAC e sem uso de expressões que indiquem nível de hierarquização, diz: “no Brasil, tradicionalmente costuma-se dividir a Engenharia Biomédica em: - Engenharia Clínica; - Engenharia de Reabilitação; - Bioengenharia; - Instrumentação Médica”.

Essa organização é similar àquela em que se baseia o Programa de Engenharia Biomédica (PEB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O PEB foi o primeiro programa do Brasil a oferecer formação em Engenharia Biomédica. Essa se deu, no início, apenas em nível de pós-graduação, a partir de um laboratório aplicado de instrumentação eletrônica em Medicina mantido pela COPPE, antiga Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia e atual Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia.

A Engenharia Biomédica teve seu início logo após a segunda guerra mundial, voltando-se, primeiramente, para o estudo de sistemas biológicos complexos (Bioengenharia) e reabilitação de soldados (Engenharia de Reabilitação). A evolução crescente da tecnologia nas últimas décadas levou a Engenharia Biomédica a atuar também no desenvolvimento de instrumentos para uso médico (Engenharia Médica) e na sua utilização adequada em ambiente médico-hospitalar (Engenharia Clínica) (PEB, 2011, p. 1).

O Laboratório de Engenharia Biomédica (LEB) da Universidade de São Paulo (USP) endossa essa organização, porém usa claramente a palavra *subárea*.

A Engenharia Biomédica pode ser dividida em quatro subáreas:

- Bioengenharia: voltada ao desenvolvimento da ciência biomédica; por exemplo, estudando o funcionamento de neurônios e de células cardíacas com o auxílio de modelos matemáticos e simulações.
- Engenharia de Reabilitação: objetivando desenvolver sistemas eletrônicos e mecânicos que melhorem as condições de vida de deficientes.
- Engenharia Médica: direcionada ao estudo, projeto e execução de instrumentação (principalmente eletrônica), sensores, próteses etc., para a área médica.
- Engenharia Clínica ou Hospitalar: voltada às atividades de certificação e ensaios de equipamentos médicos, e atividades em hospitais incluindo projeto, adequação e execução de instalações, assessoria em processos de tomada de decisão na aquisição de equipamentos, treinamento e orientação de equipes de manutenção (LEB, 2014, p. 1).

O PEB (2011, p. 1) sinaliza novas configurações:

Nos anos 80, a atuação foi estendida para setores da saúde pública e saúde coletiva, dando-se início ao que hoje denominamos de Engenharia de Sistemas de Saúde. Hoje em dia muitos outros nomes são utilizados para designar diferentes áreas de atuação da engenharia na área de saúde e muitas vezes as pessoas nem percebem ou sabem disto.

A SBEB apresenta um olhar ainda mais complexo, ao apontar o surgimento da Engenharia Biomédica como decorrente do desenvolvimento da Bioengenharia e da Engenharia de Reabilitação e assinalar que, em virtude dos avanços tecnológicos, foram “criados vários ramos dessa área: Engenharia Médica, Engenharia Clínica, Engenharia de Sistemas de Saúde, dentre outras” (SBEB, 2015, p. 3).

Começamos, assim, a delinear a área de Engenharia Biomédica como um domínio e a hipotetizar a Engenharia Clínica como um de seus subdomínios.

Cabe ressaltar que, no tocante às engenharias, os estudos envolvem todo o percurso de um produto: a concepção do projeto; as etapas de produção; a graduação dos riscos que as tecnologias envolvidas apresentam; a comercialização, a distribuição, o controle e a fiscalização, quando necessários; e, por fim, o descarte, que envolve questões ambientais, de sustentabilidade e de logística reversa. Tais atividades tendem a agrupar terminologias híbridas, pois elas, nesses casos, são, segundo Rey (2007), terminologias técnicas, cujos termos representam objetos construídos, artefatos humanos e operações ou processos. Conforme Rey (2007), muitas vezes os conteúdos semânticos articulam-se em torno de um projeto, de um plano para um objeto técnico que precede a existência concreta observável do próprio objeto.

De todo o *corpus* documental, observamos que apenas um aborda o aspecto puramente técnico-científico de um equipamento (D1). Os outros quatro tratam de aspectos relacionados a etapas diversas da utilização de equipamentos médicos. Do material processado, destacamos, para a análise, uma lista de 90 prováveis termos, considerando as ocorrências mais frequentes de sequências de 1 a 5 palavras.

A seguir, descrevemos, como exemplificação da análise, o termo *carro de emergência com desfibrilador*. A figura 2 apresenta alguns contextos de uso.

Figura 2 – Exemplo de contextos de uso do termo *carro de emergência com desfibrilador*

1) oliveira	. balança antropométrica adulto 74	. carro de emergência com desfibrilador	75 . analisador bioquímico 76
2) oliveira	65 . 000 , 00	carro de emergência com desfibrilador	aprovado 4 . 107 .
3) oliveira	hospitalar 58 . maca 59	. carro de emergência com desfibrilador	e monitor ecg 60 .
4) oliveira	29 . 979 , 80	carro de emergência com desfibrilador	e monitor ecg aprovado 3

Fonte: Terminus 2.0

O exemplo apresentado é uma unidade terminológica pela situação discursiva que gerou seu uso, bem como por seu conteúdo semântico, seu caráter denominativo, sua estruturação sintática e sua extensão. Os neologismos sintagmáticos geralmente se formam por um determinado seguido de um ou mais determinantes e, por isso, tendem a ser mais extensos em vocabulários terminológicos, conforme Ferraz (2010). Ademais, essa ULE foi validada pelo especialista.

Apontamos em (1) a constituição morfossintática do termo, que é um sintagma nominal (SN).

[1]

Núcleo (substantivo)	Sintagma preposicionado de valor adjetival	Sintagma preposicionado de valor adjetival
determinado	primeiro determinante	segundo determinante
<i>carro</i>	<i>de emergência</i>	<i>com desfibrilador</i>

Podemos afirmar que o elemento nuclear *carro* faz parte do vocabulário da língua geral, mas é provavelmente uma palavra bastante produtiva na formação de termos dos vocabulários técnicos, sobretudo das engenharias, como bem atestam suas definições nos dicionários de língua geral consultados, embora nenhum deles traga uma rubrica específica. Inferimos, por sua carga conceitual, que a palavra remete ao campo da mecânica, um ramo da Física. Não há registros nos dicionários de especialidade.

O elemento formador do primeiro determinante está registrado nos três dicionários de língua geral, com significação que remete ao estrato *Medicina*, com indicação direta por meio de rubrica (MICHAELIS, 2015; AULETE, 2008), ou não (HOUAISS, 2009). É registrado também no DTTMS (REY, 2012). Embora haja a palavra *emergência* no DCBB (VILLELA; FERRAZ, 2015), este descreve apenas uma acepção sob a rubrica *zoologia*.

Quanto a *desfibrilador*, localizamos a palavra sob as rubricas *medicina*, no Michaelis (2015), e *cardiologia*, nos dicionários Houaiss (2009) e Aulete (2008). Somente um dicionário especializado trouxe esse registro, o DTTMS (REY, 2012), também sob a rubrica *cardiologia*. Ressaltamos que a Cardiologia é uma das especialidades da Medicina e as definições dadas para o verbete consultado mostram tratar-se de um aparelho eletrônico com função específica de deter uma fibrilação cardíaca. Inferimos, assim, que sua carga semântica a prende aos domínios *Medicina* e *Física* (Eletricidade).

Cabe a observação de que, no segundo contexto de uso listado na figura 2, aparecem os termos *carrinho de curativos*, *carrinho de emergência* e *carrinho para transportes de bolsas de sangue*. Destacamos, nessas ocorrências, a derivação, no elemento nuclear, por meio do sufixo diminutivo *-inho*. Em manuais e prospectos de publicidade de fabricantes e empresas comercializadoras de produtos médicos, *carrinho* e *carro* designam uma mesma categoria de equipamentos médicos (RIBEIRO, 2015). São os determinantes que diferem os referentes.

Dessa forma, podemos concluir que a unidade terminológica *carro de emergência com desfibrilador* é criada a partir de conceitos e termos dos domínios ancestrais *Medicina* e *Física*.

Dentre outros possíveis termos listados, chamou a atenção a presença de unidades lexicais advindas, aparentemente, da área de Administração/Gestão. Assim, ao lado de alguns termos que podem ser demonstrados como oriundos da Biologia e da Medicina, bem como da Matemática, da Química, da Computação e da Física (*análise de dados setoriais*, *espectro de frequência*, *fibras musculares*, *filtros digitais*, *impedância de entrada*, *linearidade do conversor*, *pesquisa clínica*, *sinais eletromiográficos de superfície*, *ventilador pulmonar* etc.), foram observadas ocorrências tais como as apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 – Exemplos de unidades lexicais especializadas extraídas do *corpus*

Termo	Documentos	Frequência	Exemplo
administração	D2, D4, D5	28	Convém que a administração defina indicadores de desempenho para a gestão de

			riscos que estejam alinhados com os indicadores de desempenho da organização. (VALERO, 2011, p. 115)
gerenciamento	D2, D3, D4, D5	129	No entanto, transformar grandes volumes de dados em informações úteis para o gerenciamento não é uma tarefa fácil. Assim, ainda se tomam decisões com base em opiniões ou intuição ao invés de se basearem em dados de manutenção e, portanto, em evidências. (OSHYAYAMA, 2010, p. 2)
gerenciamento de tecnologia	D3, D4	76	Classificar equipamentos de tipos diferentes (e.g. monitores de sinais vitais, bombas de infusão, ventiladores pulmonares) [...]; Mostrar a aplicação da classificação no levantamento de alertas para apoio ao gerenciamento de tecnologia . (SILVEIRA, 2010, p. 5)
gestão	D2, D3, D4, D5	204	Especialistas: escolha de especialistas das áreas médica e tecnológica para participação de análise SWOT, a fim de determinar um cenário a ser usado como base para gestão e planejamento estratégico do setor de equipamentos e materiais de uso em saúde. (OLIVEIRA, 2010, p. 301)
gestão de risco / gestão de riscos	D5	148	Os princípios de gestão de risco têm sido propostos, discutidos e tratados por diferentes organizações de normas internacionais. [...] A gestão de riscos faz parte das responsabilidades da administração e é parte integrante de todos os processos organizacionais, [...]. (VALERO, 2011, p. 11-12)
gestão tecnológica	D4	2	A classificação proposta [...] pode ser utilizada como uma ferramenta de gestão tecnológica , gerando alertas para o desempenho de determinadas marcas e modelos de equipamentos, bem como para estudo do desempenho do usuário e da equipe técnica que conserta os equipamentos. (SILVEIRA, 2010, p. 23)
setor produtivo	D2	57	A atual dinâmica do SNI faz com que o setor produtivo , apesar de configurar o ator mais significativo associado à inovação, raramente desenvolva investigações e atividades de pesquisa isoladamente; [...]. (OLIVEIRA, 2010, p. 65)
processos produtivos	D2	31	Por fim, a análise dos dados sobre certificação de produtos e processos produtivos demonstra que [...] o processo de certificação <i>latu sensu</i> , é tido pelos fabricantes como um dos principais catalisadores das atividades internas de pd&i e de proteção a mercado. (OLIVEIRA, 2010, p. 296-297)

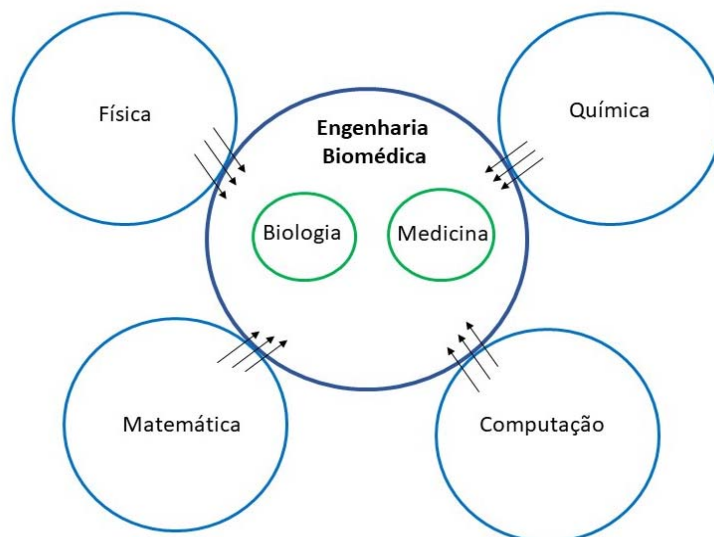
Fonte: Elaboração própria

A Administração/Gestão, a princípio, não havia sido mencionada como um dos domínios de interseção. No entanto, salientamos que, ao apresentar as subáreas

da Engenharia Biomédica, o LEB cita a Engenharia Clínica ou Hospitalar, subárea cujas atividades a aproximam da Administração/Gestão.

Assim, retornamos aos textos descritivos da SBEB e dos laboratórios e programas de pós-graduação em Engenharia Biomédica e ainda consultamos textos legais do Confea, na tentativa de reavaliar o modelo de interseção de áreas anteriormente elaborado (Figura 3).

Figura 3 – Domínios ancestrais em interseção com a Engenharia Biomédica



Fonte: Elaboração própria

Desse modo, tomamos conhecimento de que a expansão da Engenharia Biomédica gerou a oferta de cursos de graduação, no Brasil, no século XXI. Isso fez com que ela se tornasse, em 2008, profissão reconhecida pelo Confea, conforme disposto no Anexo II da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005 (CONFEA, 2005), após a inclusão do Setor Biomédica na sistematização dos campos de atuação profissional da “Modalidade Elétrica – Categoria Engenharia” (CONFEA, 2008).

Assim, é que, de acordo com as informações do PEB (2011, p. 3), “até o começo dos anos 2000, a formação na área ocorria sempre na pós-graduação, mas hoje em dia existem alguns cursos de graduação em diferentes estados”, tornando-se a profissão reconhecida e abrigada pelo Confea na modalidade *Engenharia Elétrica*.

A inclusão da Engenharia Biomédica como área profissional foi consolidada com a divulgação da Resolução nº 1.103, de 26 de julho de 2018 (CONFEA, 2018, p. 1), a qual “discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro biomédico e convalida o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional”.

Entretanto, como afirma Santos (2014), a Engenharia Clínica surge na Engenharia Biomédica como um ramo inicialmente voltado para inspeções de rotina e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares, mas que, em pouquíssimo tempo, abarcou também a interação com os processos de aquisição, manutenção e gerenciamento dos equipamentos, de substituição de tecnologias e de treinamento de recursos humanos.

Com o rápido avanço tecnológico, estão sendo geradas novas técnicas e novos produtos com o objetivo da melhoria na qualidade de vida do ser humano. [...] Apesar desse grande avanço tecnológico, os custos, relacionados principalmente com equipamentos médicos, são

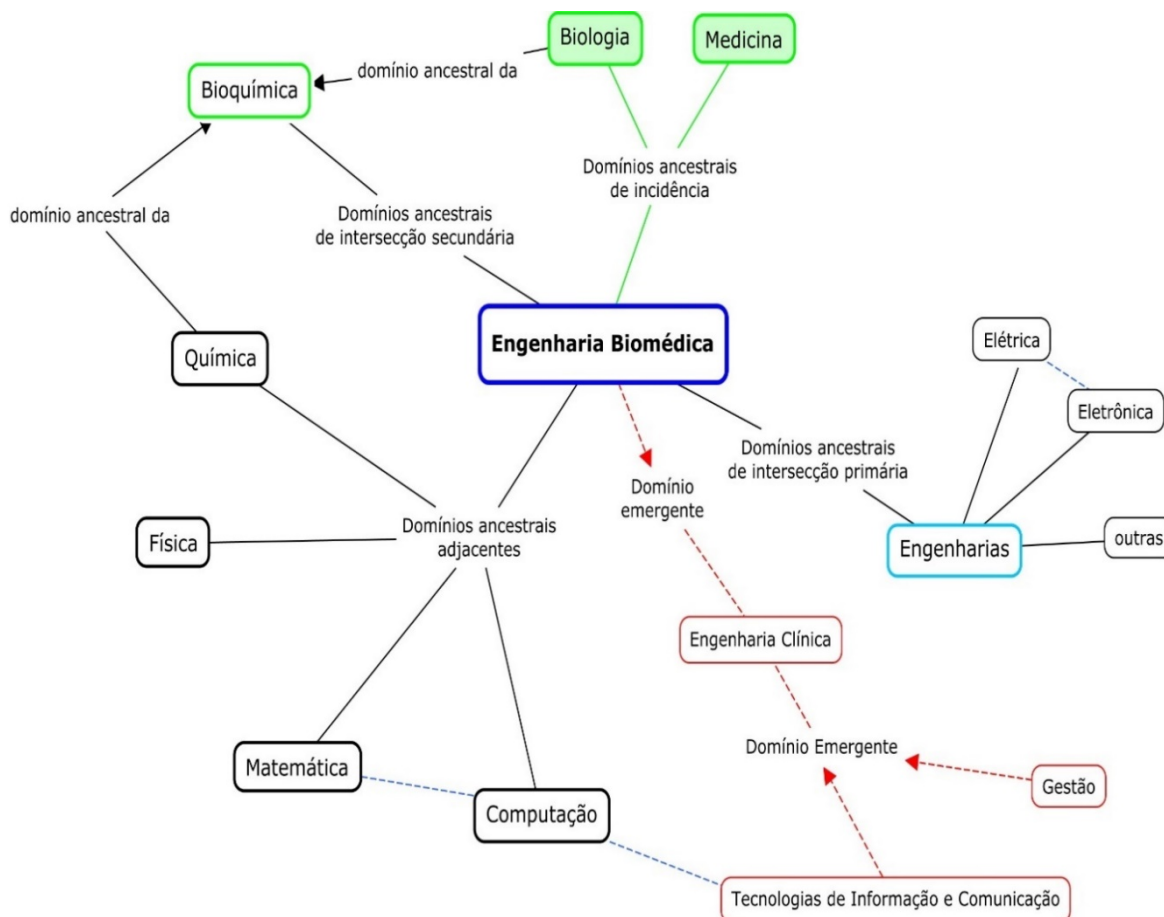
consideravelmente altos. Esses custos se mantêm elevados mesmo quando a tecnologia já está difundida. Por causa disso, o objetivo é alcançar sempre o menor custo com o maior benefício possível. Nesse contexto, entra em cena o profissional responsável por gerenciar essas inovações tecnológicas dentro do sistema de saúde, que é denominado engenheiro biomédico ou engenheiro clínico. (SANTOS, 2014, p. 30)

Os termos *engenharia biomédica* e *engenheiro biomédico* são utilizados em uma relação paradigmática com os termos *engenharia clínica* e *engenheiro clínico*. Notamos que a Engenharia Clínica começa a conviver com a Engenharia Biomédica como algo paralelo a esta e não apenas como sua ramificação. Estabelece-se aos poucos uma clara distinção dada ao objeto de estudo, cabendo à Engenharia Clínica as atividades de gestão e gerenciamento da tecnologia médico-hospitalar.

Ademais, a formação de órgãos específicos fortalece esse emparelhamento. Tal como fizeram os profissionais da Engenharia Biomédica com a criação da SBEB, que é filiada à *International Federation for Medical and Biological Engineering* (IFMBE), segundo informações do Boletim da SBEB (2015, p. 12), os profissionais da Engenharia Clínica criaram, em 2002, a Associação Brasileira de Engenharia Clínica (ABEClin), que segue preceitos do *American College of Clinical Engineering* (ACCE), conforme Souza e More (2014, p. 1086) e informações da página eletrônica da ABEClin (2016).

Consultas a documentos do CONFEA prenunciam uma reorganização, por meio de um desprendimento e não de uma ordenação hierárquica, que provavelmente dará à Engenharia Clínica a autonomia para seu futuro reconhecimento como área profissional por aquele órgão (CONFEA, 2015). Desse modo, conjecturamos que a Engenharia Biomédica já passa a ser vista como um domínio ancestral do qual emerge a Engenharia Clínica, que tem também como ancestrais os domínios Administração/Gestão e, provavelmente, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), por aspectos que envolvem a gestão de tecnologias e a usabilidade. Daí falarmos em desprendimento. Apresentamos, na figura 4, um mapa conceitual que sintetiza nossa visão de interseção de áreas no domínio Engenharia Biomédica.

Figura 4 – Configuração da interseção de áreas no domínio Engenharia Biomédica



Fonte: Elaboração própria

Desse modo, endossamos a divisão apresentada pelo PEB (2011) e pelo LEB (2014), com a ressalva de que contemplamos a Engenharia Clínica como uma nova área. Assim, reagrupamos as produções analisadas em dois blocos: aquelas que se referem ao desenvolvimento e ao aprimoramento de tecnologias e produtos tecnológicos (D1) e aquelas que se referem à gestão desses produtos em ambientes de saúde (D2, D3, D4 e D5). Essa recategorização permitiu uma seleção mais adequada do *corpus* documental para o desenvolvimento da tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da tentativa de delimitação do domínio *Engenharia Biomédica*, ao dar início à compilação do *corpus* documental com que desenvolveríamos o trabalho proposto em nosso projeto para o doutorado. Decidimos pela realização de um ensaio, uma breve pesquisa documental que auxiliasse na definição de critérios para a composição de um *corpus* adequado à tarefa a que nos propomos. Esse ensaio possibilitou o delineamento de um modelo de interseção de áreas por meio do qual

mostramos que a relação aparentemente hierárquica entre a Engenharia Biomédica e a Engenharia Clínica tem se transformado em uma relação de desprendimento, geradora de duas áreas autônomas.

Em nosso entender, a classificação das ciências e os instrumentos de organização das áreas do conhecimento influenciam o trabalho terminológico e nele interferem, sobretudo na etapa de delimitação de um domínio a ser analisado. A TAC, utilizada pelo CNPq e pela Capes, classifica os campos do saber por meio de uma divisão em grande área, área, subárea e especialidade. De acordo com essa tabela, a Engenharia Biomédica é uma área pertencente à grande área *Engenharias* e não há referência à Engenharia Clínica. Órgãos como a SBEB e o Confea apresentam uma classificação diferente. Para a primeira, a Engenharia Biomédica é uma área e a Engenharia Clínica uma de suas subáreas. Para a segunda, a inclusão de uma área é decorrente de um processo de sistematização dos campos de atuação profissional. A tabela de títulos profissionais do Confea incorporou a Engenharia Biomédica na Modalidade *Elétrica* da categoria *Engenharia*. Atualmente o Confea estuda a inserção da Engenharia Clínica em sua tabela.

A Engenharia Clínica surge inicialmente voltada para inspeções de rotina e manutenção de equipamentos médico-hospitalares, cuja construção e cujo aprimoramento são vistos como tarefas da Engenharia Biomédica. Entretanto, a Engenharia Clínica tem atuado além do acompanhamento do ciclo de vida dos equipamentos, envolvendo a gestão de tecnologias e o gerenciamento desses equipamentos. Desse modo, consideramos que, enquanto a terminologia da Engenharia Biomédica abarca termos relativos ao desenvolvimento de tecnologias de instrumentação médica, com presença de termos compartilhados com os domínios ancestrais Biologia, Medicina, Física, Matemática, Química e Computação, o vocabulário terminológico da Engenharia Clínica aproxima-se do vocabulário da Administração, da Gestão e possivelmente das TICs.

Pareceu-nos evidente, nessa situação, a força dos aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos que agem sobre o desenvolvimento de pesquisas em uma área do conhecimento. A identificação dos conjuntos vocabulares dos domínios ancestrais presentes nas formações terminológicas dos domínios emergentes permitiu-nos traçar um percurso das relações entre os dois domínios abordados, a Engenharia Biomédica e a Engenharia Clínica.

REFERÊNCIAS

- ABECLin. Associação Brasileira de Engenharia Clínica. *Histórico*: Fundação. Disponível em: <<http://www.abeclin.org.br/index.php?p=18>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- ALMEIDA, T. P. *Decomposição de sinais eletromiográficos de superfície misturados linearmente utilizando análise de componentes independentes*. 175 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- ALVES, I. M. O neologismo sintagmático. *Anais do V Encontro Nacional da Anpoll*. Recife, 1991.
- ALVES, I. M. (org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- ANTUNES, I. *O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- AULETE DIGITAL. [on-line]. *Dicionário Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2008. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/on-line>>.

BARBOSA, M. A. Terminologia e lexicologia: plurissignificação e tratamento transdisciplinar das unidades lexicais nos discursos etno-literários. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 27, n.1/2, p. 103-107, 2005.

BARROS, J. A. *Uma "Disciplina"* - Entendendo como funcionam os diversos campos de saber a partir de uma reflexão sobre a História. Catalão: OPSIS, v.11, n.1, p. 252-270, jan./ jun. 2011.

CABRÉ, M. T. Hacia una teoría comunicativa de la terminología: aspectos metodológicos. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999, p. 129-150.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Tabela de Áreas de Conhecimento / Avaliação*. Brasília: Ministério da Educação, 2014. [Publicado: 2014; Última atualização: 21 mar. 2018]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Tabela de Áreas de Conhecimento*. Publicado: 2012. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. *Resolução 1.010*. Publicado: 2005. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=550>>. Acesso em: 28 out. 2016.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. *Decisão PL-0034*. Publicado: 2008. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=39560>>. Acesso em: 28 out. 2016.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. *Decisão nº PL-0806*. 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/imprimir.asp?idEmenta=56218>>. Acesso em: 28 out. 2016.

CONFEA. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. *Resolução 1.103*. Publicado: 2018. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=66643>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DEMAI, F. M. *Processos de terminologização: descrição e análise da neologia da área de Educação do Campo*. 417 f. Tese (Doutorado em Letras: Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

FERRAZ, A. P. A lexicalização de sintagmas na linguagem da publicidade. In: ISQUIERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v.V. Campo Grande: UFMS, 2010.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS. [on-line]. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2009. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2>>.

HUMBLEY, J. Issues of distance and proximity in neologisms, as instanced in e-commerce. *ASp*, p. 53-54, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/asp/32530>> Acesso em: 17 set. 2016.

HUMBLEY, J. La terminologie française du commerce électronique, ou comment faire du neuf avec de l'ancien. *V Giornata Terminologia e plurilinguismo nell'economia Internazionale. Università Cattolica, Largo Gemelli 1, Milan, 2009.*

HUMBLEY, J. Vers une méthode de terminologie rétrospective. *Langages*, v.3, n.183, p. 51-62, 2011. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-langages-2011-3-page-51.htm>> Acesso em: 23 ago. 2016.

ISO 1087-1. (E/F). *Terminology work – Vocabulary - Part 1: theory and application / Travaux terminologiques – Vocabulaire - Partie1: théorie et application*. Genève: International Organization for Standardization, 2000.

KAGEURA, K. *The dynamics of terminology: A descriptive theory of term formation and terminological growth*. Amsterdam / Philadelphie: John Benjamins Publishing, 2002.

LEB. Laboratório de Engenharia Biomédica. *O Laboratório e a Engenharia Biomédica*. Laboratório de Engenharia Biomédica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), 2014. Disponível em: <<http://www.leb.usp.br/>> Acesso em: 21 abr. 2015.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. (Orgs.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

MICHAELIS. [on-line]. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>.

OLIVEIRA, E. J. V. *Engenharia clínica aplicada a definição e implementação de uma proposta desenvolvimentista para o sistema nacional de inovação de produtos médicos*. 365 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OSHIYAMA, N. F. *Identificação de inconsistências e indeterminações na classificação de equipamentos médico-hospitalares: lógica paraconsistente anotada*. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

PEB. Programa de Engenharia Biomédica. *Definindo Engenharia Biomédica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.peb.ufrj.br/eb.htm>> Acesso em: 04 jul. 2016.

PRESCOTT, C. (Org.). *Dicionário Oxford de ciências da natureza*. Edição brasileira revista por M. Marandino; Trad. de G. A. Costa, H. Y. Yamaguti e T. J. Almeida. São Paulo: Oxford University Press, 2012.

RAMÍREZ, E. F. F. *O que é Engenharia Biomédica?*. Londrina: UEL, 2000. Disponível em: <www.uel.br/pessoal/ernesto/2ele048/engbio.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

REY, A. A terminologia entre a experiência da realidade e o comando dos signos. In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. E. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v.III. Campo Grande: UFMS, 2007.

REY, L. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

RIBEIRO, P. T. *A terminologia dos equipamentos médicos utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs): uma proposta de estudo*. 274 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, F. A. S. *Modelo multicritério para apoio no processo de incorporação de equipamento médico-assistencial*. Tese. (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

- SBEB. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENGENHARIA BIOMÉDICA. *Boletim da SBEB.*, n.1, Rio de Janeiro, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.sbeb.org.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- SILVEIRA, A. C. *Gerenciamento de tecnologia para saúde: classificação de equipamentos médico-hospitalares*. 61 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- SOUZA, R. F. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. *Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., p. 27-41, 1º sem. 2006.
- SOUZA, A.; MORE, R. O perfil do profissional atuante em Engenharia Clínica no Brasil. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica*, CBEB. Uberlândia: SBEB; UFU, p. 1086-1090, 2014.
- TEMMERMAN, R. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000.
- TERMINUS 2.0. Universidade Pompeu Fabra. IULA Term, 2013.
- VALERO, C. A. M. *Metodologia para avaliar a implementação da gestão de risco em uma organização de saúde: home care que usa dispositivos médicos*. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- VILLELA, M. M.; FERRAZ, M. L. *Dicionário de ciências biológicas e biomédicas*. 2. ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Atheneu, 2015.